



**Bárbara Oliveira de Moraes**

**Mulheres e Resíduos: A divisão racial,  
social e sexual do trabalho no contexto de  
Jardim Gramacho**

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Valéria Pereira Bastos

Rio de Janeiro  
Maio de 2025



**Bárbara Oliveira de Moraes**

**Mulheres e Resíduos: A divisão racial,  
social e sexual do trabalho no contexto de  
Jardim Gramacho**

Tese apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-  
Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Aprovada  
pela Comissão Examinadora abaixo:

**Profª Valéria Pereira Bastos**

Orientadora

Departamento de Serviço Social - PUC-Rio

**Profª Nilza Rogéria de Andrade Nunes**

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Profª Virginia Totti Guimarães**

Departamento de Direito - PUC-Rio

**Profª Magali da Silva Almeida**

UFBA

**Profª Maria Raimunda Penha Soares**

UFF

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2025

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial do trabalho, é proibida sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

## **Bárbara Oliveira de Morais**

Graduou-se em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e em Geografia pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), integrante do Grupo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos Socioambientais e Comunitários (GRIPES). Mestre em Práticas em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

### Ficha Catalográfica

Morais, Bárbara Oliveira de

Mulheres e resíduos : a divisão racial, social e sexual do trabalho no contexto de Jardim Gramacho / Bárbara Oliveira de Morais ; orientadora: Valéria Pereira Bastos. – 2025.

314 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2025.

Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Catação de materiais recicláveis. 3. Trabalho feminino. 4. Jardim Gramacho. 5. Interseccionalidade. I. Bastos, Valéria Pereira. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

À minha filha, Isabella (*In Memoriam*).  
Desejo que onde estiver, tenha orgulho de sua mãe.

## Agradecimentos

Uma das etapas mais difíceis que temos na vida é a de não esquecer de alguém que nos estendeu a mão, pois nossa memória cheia de tarefas e sobrecarregada de múltiplas informações, por vezes, cai nas armadilhas do esquecimento.

Realizar qualquer trabalho em que nos lançamos pela primeira vez é sempre muito difícil, e por isso inicio os agradecimentos fazendo reverência a Deus, por permitir que eu não me esquecesse de onde venho, das mãos e corpos que me conduziram até aqui: através de minhas avós, Denilce e Hercília (*In Memoriam*), mulheres incríveis que, com o que achavam que fosse “tão pouco”, me ofertaram o muito! Gratidão a elas por cada passo, hoje e sempre.

Ao meu esposo, que nunca me perguntou os “por quês” dos meus sonhos, mas, ao contrário, lança infinitos “como fazer dar certo”, tornando essa travessia ainda mais significativa por tê-lo ao meu lado. Obrigada por ser minha fortaleza e acreditar sempre em mim, por lutar em prol de nós. Desculpe pelo tempo que nos roubei ao longo da realização desses sonhos.

Reconheço e agradeço, acima de tudo, à minha orientadora, que um dia era uma referência em um texto, mas se materializou, tornando-se também referência de vida. Gratidão por caminhar comigo, pela confiança, cobranças, mas sobretudo estímulo. Foi com ela que tive minha primeira experiência em estágio docência, com quem dividi as agruras de um período turbulento e pude vivenciar o que é um grupo de pesquisa, o GRIPES. Grupo esse que também expresso minha gratidão!

Às catadoras de materiais recicláveis, minha profunda gratidão e meu imenso carinho; palavras de agradecimento não são suficientes para traduzir minha gratidão. Agradeço por me receberem em suas casas, por interromperem suas tarefas e, com generosidade, compartilharem comigo suas vidas, histórias, cafés e abraços. Foi graças a esse gesto de confiança que este trabalho também pôde contar (ainda que em fragmentos) um pouco de suas travessias, dos corpos-territórios que sustentam, com força e resistência, a cadeia de reciclagem em Jardim Gramacho.

Às participantes do CRAS, da USF e do FCJG, que me receberam e, cada uma à sua maneira, contribuíram com reflexões, relatos e experiências que enriqueceram esta pesquisa.

À banca de qualificação, minha sincera gratidão. Foi a partir do diálogo com Magali, Nilza e Maria Raimunda que, junto à minha orientadora, pude semear as

palavras que hoje florescem neste trabalho. Novamente, as agradeço profundamente, incluindo a professora Virgínia, que integrou a banca final. Agradeço pelo aceite do convite, generosidade do tempo dedicado e pela leitura atenta.

Ao CNPq e à PUC-Rio pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado. A PUC-Rio me proporcionou muito mais do que eu sonhei. Permitiu-me acessar o Departamento de Serviço Social e iniciar um percurso, mesmo diante de uma pandemia que tanto nos assombrou, com colegas, professores e funcionários da secretaria, sempre prestativos, gentis e cuidadosos. Em especial, agradeço aos professores Andreia, Antônio, Ariane, Márcia, Nilza, Rafael e Valéria pelos conhecimentos compartilhados.

À CAPES, pela bolsa de financiamento que permitiu a dedicação à pesquisa e ao programa. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Neste gesto de gratidão, tento fazer caber aqui cada presença, cada palavra e cada gesto de apoio que, de alguma forma, me sustentou nesse percurso. Em especial, aos meus amigos Igor e Herivelt, que me acompanham há longa data e, mesmo diante das minhas ausências, sempre me acolheram com generosidade e compreensão.

Às minhas amigas Érika e Silvia, que desde a graduação sonham junto comigo, dando apoio e incentivo. Além delas, Ellen e Nathali, amigas que desde o mestrado, me ouvem e se mantêm de braços abertos a me acalantar nos períodos em que as incertezas batem à porta. Agradeço também pela amizade e pela família que minha amiga Rayannie me deu, desde o sonho do mestrado, mas principalmente por compartilhar os seus pais, Ivana e Lourenço, que me receberam de vida aberta e me permitiram, com seu amor, finalizar essa etapa, direta e/ou indiretamente.

Às minhas amigas Ana Paula, Lidiane e Sandra, minha gratidão por transformarem a etapa acadêmica em uma travessia de confiança, amparo mútuo e companheirismo. Minha gratidão pelos últimos anos, repletos de risos e silêncios compartilhados, sobretudo pelas figurinhas que nos alegram em tempos de tantas cobranças, principalmente as nossas, que são até maiores que as de terceiros!

Ao meu amigo José pelas caminhadas e registros em Jardim Gramacho. Foi a partir dele que consegui acessar áreas da comunidade que, sozinha, não conseguiria. Há sete anos, posso estar envolvida na comunidade graças ao seu apoio, e por isso, toda minha gratidão.

Ao meu amigo Tião, que, desde o mestrado, me abriu portas e caminhos, permitindo que eu conhecesse de perto a realidade do AMJG, das cooperativas e do trabalho cotidiano de catadores e catadoras nesse território.

Ao Professor Alexandre, que tive a sorte de ter como amigo, cuja escuta atenta e incentivo foram fundamentais para que eu me debruçasse sobre essa temática no mestrado. Foi na passagem pelo PPGDS e sob sua orientação que redescobri o território em que vivia e o trabalho de catadores e catadoras de

materiais recicláveis. Foi também ali, em meio a tantas incertezas, que o carinho, a confiança e a atenção recebidas me permitiram seguir adiante nas produções sobre Jardim Gramacho, tomando coragem para chegar até a PUC, à minha orientadora e ao doutorado.

Lembro-me de lhe dizer, certa vez: “Mas já não há tantas produções sobre JG, o que mais posso contribuir?”. Eis-me aqui, encerrando um ciclo que começou com as inquietações em 2018 e me lança a novos caminhos.

Por fim, mas não menos importante, gratidão aos professores Fabíola, Camila, Abdalla, Aldara, Marco, Andreia, Flávia, Gurgel e Agatha, pelas trocas e aprendizados. Ninguém caminha sozinho, e cada um, em diferentes fases, contribuiu para o fechamento desse ciclo.

Minha gratidão a todas e todos que caminharam comigo nesta empreitada!

## Resumo

Morais, Bárbara Oliveira de; Bastos, Valéria Pereira. **Mulheres e Resíduos: A divisão racial, social e sexual do trabalho no contexto de Jardim Gramacho**. Rio de Janeiro, 2025. 314p. Tese de Doutorado - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta tese investiga de que maneira as condições locais e as dinâmicas socioambientais presentes no território de Jardim Gramacho impõem desafios específicos às mulheres, sejam elas negras ou não-negras, que desempenham atividades de catação de materiais recicláveis. Nesse contexto, são destacadas as diversas formas de opressão que recaem sobre seus corpos e trajetórias. A pesquisa adota uma abordagem interseccional, decolonial e crítica, fundamentada no materialismo histórico-dialético, para examinar como a divisão racial, sexual e social do trabalho estrutura a precarização vivenciada por essas trabalhadoras, a partir da articulação entre raça, gênero, classe, geração e território. A investigação fundamenta-se em um referencial teórico que discute o legado do colonialismo e da escravização, a colonialidade do poder, do saber e do ser, além do racismo estrutural que ainda regula o acesso a direitos e oportunidades no Brasil. Por meio de pesquisa qualitativa, foram realizadas entrevistas com 13 catadoras e ex-catadoras que atuaram entre as décadas de 1970 e 2024, além de entrevistas com profissionais do CRAS, da Unidade de Saúde da Família (USF) e do Fórum Comunitário de Jardim Gramacho (FCJG). O objetivo foi investigar como é ser mulher e catadora em no território investigado, além de verificar as barreiras enfrentadas no acesso a equipamentos públicos. A análise dos dados foi realizada utilizando a Análise de Conteúdo Temática de Bardin (2016). O estudo reconhece o território como um elemento central na produção das desigualdades e nas formas de resistência. Jardim Gramacho, historicamente designado como "território do lixo", é ressignificado pelas catadoras como um espaço de luta, pertencimento e sobrevivência. A pesquisa revela que essas mulheres, em sua maioria negras, chefas de família e com múltiplas responsabilidades, constroem trajetórias únicas permeadas por estigmas, mas também por afetos, redes de solidariedade e saberes coletivos. Identificou-se que as formas de resistência, os enfrentamentos e as lutas que protagonizam ora se entrelaçam, ora se distanciam, influenciados por fatores como idade, tempo de atuação na catação, redes de apoio, condições familiares e acesso as políticas públicas. Reconhecer essa pluralidade foi essencial para compreendermos como as lutas dessas mulheres não se deu de maneira única ou linear, mas sim em múltiplas camadas, moldadas por suas vivências individuais e coletivas. Buscou-se contribuir nas discussões acerca da justiça socioambiental ao evidenciar que, mesmo em condições adversas, as catadoras não se configuram apenas como vítimas da inclusão precária, mas como sujeitos históricos que constroem resistências cotidianas, mesmo em espaço vistos como descartáveis.

## Palavras-chave

Catação de Materiais Recicláveis; Trabalho Feminino; Jardim Gramacho; Interseccionalidade.

## Resumen

Morais, Bárbara Oliveira de; Bastos, Valéria Pereira (Advisor). **Mujeres y Residuos: La división racial, social y sexual del trabajo en el contexto Jardim Gramacho**. Río de Janeiro, 2025. 314p. Tese de Doutorado - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta tesis investiga de qué manera las condiciones locales y las dinámicas socioambientales presentes en el territorio de Jardim Gramacho imponen desafíos específicos a las mujeres, sean negras o no negras, que desempeñan actividades de recolección de materiales reciclables. En este contexto, se destacan las diversas formas de opresión que recaen sobre sus cuerpos y trayectorias. La investigación adopta un enfoque interseccional, decolonial y crítico, fundamentado en el materialismo histórico-dialéctico, para examinar cómo la división racial, sexual y social del trabajo estructura la precarización vivida por estas trabajadoras, a partir de la articulación entre raza, género, clase, generación y territorio. La investigación se basa en un marco teórico que discute el legado del colonialismo y la esclavización, la colonialidad del poder, del saber y del ser, además del racismo estructural que aún regula el acceso a derechos y oportunidades en Brasil. A través de una investigación cualitativa, se realizaron entrevistas con 13 recolectoras y ex recolectoras que actuaron entre las décadas de 1970 y 2024, además de entrevistas con profesionales del CRAS, de la Unidad de Salud de la Familia (USF) y del Foro Comunitario de Jardim Gramacho (FCJG). El objetivo fue investigar cómo es ser mujer y recolectora en el territorio analizado, además de identificar las barreras enfrentadas en el acceso a los servicios públicos. El análisis de los datos se realizó utilizando el Análisis de Contenido Temático de Bardin (2016). El estudio reconoce el territorio como un elemento central en la producción de desigualdades y en las formas de resistencia. Jardim Gramacho, históricamente designado como “territorio de basura”, es resignificado por las recolectoras como un espacio de lucha, pertenencia y supervivencia. La investigación revela que estas mujeres, en su mayoría negras, jefas de hogar y con múltiples responsabilidades, construyen trayectorias únicas atravesadas por estigmas, pero también por afectos, redes de solidaridad y saberes colectivos. Se identificó que las formas de resistencia, los enfrentamientos y las luchas que protagonizan a veces se entrelazan y otras veces se distancian, influenciadas por factores como la edad, el tiempo de actuación en la recolección, las redes de apoyo, las condiciones familiares y el acceso a las políticas públicas. Reconocer esta pluralidad fue esencial para comprender que las luchas de estas mujeres no se dan de forma única o lineal, sino en múltiples capas, moldeadas por sus vivencias individuales y colectivas. Se buscó contribuir a las discusiones sobre la justicia socioambiental al evidenciar que, incluso en condiciones adversas, las recolectoras no se configuran únicamente como víctimas de una inclusión precaria, sino como sujetos históricos que construyen resistencias cotidianas, incluso en espacios considerados desechables.

## Palabras clave

Recogida de basuras; Trabajo femenino; Jardim Gramacho; Interseccionalidad.

## Sumário

1	Introdução.....	18
2	A formação sócio histórica brasileira: origens, implicações e consequências como objeto de tese.....	51
2.1	Colonialismo: uma violência que (não) pertence somente ao passado ..	54
2.2	Colonialidade e Modernidade: a centralidade do termo “raça”.....	64
2.3	Colonialidade do Poder, Saber, Ser .....	69
2.4	Zona do Não-Ser e a Desumanidade Fabricada .....	78
3	Racismo, Desumanização e a Objetificação dos Corpos Negros .....	88
3.1	Divisão Racial, Social e Sexual do Trabalho e a Feminização da Pobreza... ..	97
3.2	O Movimento Negro Brasileiro e a Luta por Direitos: Raízes da Resistência .....	114
3.3	Feminismos Afro-Latino-Americano, Decolonial e Interseccional: uma Aposta Epistêmica .....	124
4	Jardim Gramacho: Território Extraordinário do Lixo e o Trabalho com Resíduos .....	138
4.1	Dados Sociodemográficos e Socioeconômicos de Duque de Caxias .....	139
4.2	O Sub-bairro Jardim Gramacho: Condições atuais e Dinâmicas Territoriais .....	163
4.3	Do Maior Lixão da América Latina ao Território Extraordinário do Lixo: permanências e rupturas em Jardim Gramacho.....	194
5	Ser Catadora, Ser Resistência: Vida e trabalho em Jardim Gramacho .....	214
5.1	No Jardim de Gramacho, florescem catadoras.....	215
5.1.1	As Rosas falam! .....	216
5.2	A gente não é lixo, a gente recicla o lixo! .....	238
5.3	Os circuitos da Sabedoria Feminina em Jardim Gramacho: Afetos e Resistência Compartilhada .....	254
5.4	Acesso a Direitos e Relação com os Equipamentos Públicos: Contrapontos entre o Discurso Institucional e as Vozes das Catadoras.....	262
6	Considerações Finais .....	278
7	Referências .....	285
	Apêndice 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	299
	Apêndice 2 - Termo de Autorização de Imagem .....	304
	Apêndice 3 - Roteiro de Questionário com as Catadoras .....	305
	Apêndice 4 - Roteiro de Entrevista com Assistente Social do CRAS de Jardim Gramacho .....	308

Apêndice 5 - Roteiro de Entrevista com Equipe Técnica USF Jardim Gramacho .....	310
Apêndice 6 - Roteiro de Entrevista com Integrantes do Fórum Comunitário de Jardim Gramacho .....	312
Anexo 1 – Aprovação da pesquisa pela Câmara de Ética.....	314

## Lista de figuras

Figura 1	Percurso metodológico da tese .....	44
Figura 2	Modernidade e Colonialidade como efeitos de um tripé .....	67
Figura 3	Dimensões básicas da colonialidade .....	71
Figura 4	Dimensões do Racismo .....	91
Figura 5	Fluxo das Desigualdades Interseccionais no Mundo de Trabalho ....	100
Figura 6	Rendimento Domiciliar Médio por Raça/Cor, Sexo e Localização .....	111
Figura 7	Eixos da Interseccionalidade .....	130
Figura 8	Divisão Territorial de Duque de Caxias .....	140
Figura 9	Comunidades oficialmente mapeadas pelo IBGE em Jardim Gramacho .....	165
Figura 10	Praça do Maruin na inauguração em 02/03/2022 .....	168
Figura 11	Praça do Planetário no período de obras em janeiro de 2023 .....	168
Figura 12	Praça do Planetário no período de obras em 16/03/2023 .....	169
Figura 13	Praça do Planetário na inauguração em 24/07/2023 .....	169
Figura 14	Praça do Planetário em ação da Defesa Civil em 19/03/2024 .....	170
Figura 15	Participação de Igrejas Evangélicas no Território .....	173
Figura 16	Condições dos espaços públicos em Jardim Gramacho .....	176
Figura 17	Manguezal com moradias próximas .....	178
Figura 18	Falta de Saneamento Básico e Água encanada .....	179
Figura 19	Cozinha Solidária na comunidade Quatro Rodas .....	180
Figura 20	Crise hídrica em Jardim Gramacho .....	182
Figura 21	USF e CRAS de Jardim Gramacho .....	183
Figura 22	Creche e Pré-Escola Municipal Ubaldina Alves da Silva .....	185
Figura 23	Escola Municipal Jardim Gramacho .....	185
Figura 24	Escola Municipal José Medeiros Cabral .....	186
Figura 25	FUNDEC Unidade Jardim Gramacho .....	187
Figura 26	Colégio Estadual Lara Villela .....	187
Figura 27	CIEP 218 Ministro Hermes Lima Brasil-Turquia .....	188
Figura 28	Piscina Aberta .....	188
Figura 29	Moradias Construídas Precariamente .....	190
Figura 30	Documentos produzidos pelo IBASE em conjunto com o FCJG .....	192
Figura 31	Transporte Público em Jardim Gramacho .....	192
Figura 32	Ação do FCJG .....	193
Figura 33	Jardim Gramacho: Território do Lixo Extraordinário .....	195
Figura 34	Municípios que utilizavam do AMJG .....	199

Figura 35	Documentários Estamira e Lixo Extraordinário .....	201
Figura 36	Volume de Materiais Reciclados no Rio de Janeiro em 2023 .....	207
Figura 37	Nuvem de palavras gerada a partir das falas de nossas interlocutoras .....	260

## **Lista de tabelas**

Tabela 1	Períodos de referência para entrevistas com catadoras .....	38
Tabela 2	Desigualdade no trabalho doméstico e de cuidado não remunerado no Brasil .....	104
Tabela 3	Número médio de horas semanais dedicadas ao trabalho doméstico e de cuidados por faixa etária .....	105
Tabela 4	Nível Educacional por Gênero e Raça/Cor .....	108
Tabela 5	Eixo 1: Justiça Econômica, considerando Duque de Caxias .....	146
Tabela 6	Eixo 2: Justiça Racial, considerando Duque de Caxias .....	147
Tabela 7	Eixo 3: Justiça de Gênero, considerando Duque de Caxias .....	152
Tabela 8	Eixo 4: Justiça Climática, considerando Duque de Caxias .....	157

## **Lista de quadros**

Quadro 1	Etapas do tratamento dos dados da pesquisa .....	43
Quadro 2	Marcos legais relacionado a atuação na Catação de Materiais Recicláveis e a Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos (2006 a 2025) .....	209
Quadro 3	Principais demandas em Jardim Gramacho .....	269

## **Lista de abreviaturas e siglas**

ACAMJG	Associação dos Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho
ACERJ	Associação de Catadores de Material Reciclável do Estado do Rio de Janeiro
ACEX	Associação Carioca de Catadores e Ex-catadores
ACT	Análise de Conteúdo Temática
AMJG	Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CECAN	Centro de Cultura e Arte Negra
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CTR Caxias de Caxias	Cooperativa de Trabalho de Catadores e Catadoras de Duque de Caxias
FCJG	Fórum Comunitário de Jardim Gramacho
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MNU	Movimento Negro Unificado
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
USF	Unidade de Saúde da Família

*Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso.*

Benjamin, Walter. *O surrealismo. O último instantâneo da inteligência europeia*, 1987.

*As sociedades que vieram a construir a chamada América Latina foram as herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual) e das técnicas jurídicas e administrativas das metrópoles ibéricas. Racialmente estratificadas, dispensaram formas abertas de segregação, uma vez que as hierarquias garantem a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante.*

Gonzalez, Lélia. *A categoria político-cultural da amefricanidade*. In: *Por um feminino afro-latino-americano*, 2020.

*Os problemas ambientais atingem majoritariamente os grupos populacionais de maioria negra, mas o racismo ambiental no Brasil precisa ser analisado também a partir do sexismo, uma vez que é sabido que as populações negras, moradoras das periferias das grandes cidades, vivem majoritariamente em famílias sob responsabilidade feminina. Então, é sobre as mulheres negras que recaem os maiores prejuízos da crise ambiental. (...) Além disso, a precarização do trabalho feminino, e em especial das mulheres negras, e sua inserção majoritária no mercado informal são, em si, situações de injustiça, dadas a ausência de direitos e as condições de periculosidade e insalubridade.*

Silva, Carmen. *Mulheres e justiça socioambiental: uma reflexão a partir do trabalho*, 2010.

# 1 Introdução

*“O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação” (Marx, 2011, p. 54).*

A escravização, enquanto um marco histórico, deixou profundas marcas nas relações sociais e econômicas do Brasil, impactando até os dias atuais as condições de vida e trabalho da população negra. Gonzalez (2020) enfatiza que, embora tanto brancos quanto negros experimentem os efeitos da exploração do capital, a opressão racial assegura que até brancos não proprietários dos meios de produção se beneficiem desse sistema, gozando de uma vantagem competitiva.

Na literatura, Moura (1994), Andrade (2018), Gonzalez (2020) e De Souza (2022) elucidam como o racismo atua como um mecanismo eficaz de dominação, que é tanto ideológico quanto material, forjado durante os períodos de colonialismo e escravização. O racismo se encontra em constante evolução e sustenta relações desiguais de produção e reprodução do capital até os dias atuais. Centrar o avanço do país na exploração de corpos negros, possibilitou às elites brasileiras preservar a estrutura econômica e política, evitando reformas que pudessem ameaçar seus interesses, conforme salientado por Gonzalez (2020). No contexto latino-americano, esse processo revelou-se especialmente sofisticado ao manter populações negras e indígenas em posições subalternizadas nas camadas mais exploradas da sociedade. Tal lógica foi habilmente reforçada por construções ideológicas, como a do branqueamento, que operam como mecanismos de exclusão e estratégias para a preservação dos privilégios das elites, além de garantir a manutenção da ordem econômica e política vigente.

Ao promover políticas de branqueamento e iniciativas superficiais que aparentavam integrar a população negra, o discurso hegemônico desviava a atenção das profundas desigualdades econômicas e sociais. Assim, evitava-se a necessidade de alterar o modelo econômico baseado na exploração de mão-de-obra barata e informal, uma vez que tal modelo é imprescindível para a conservação da riqueza e do poder dos grandes proprietários de terras (Moura, 1994; Andrade, 2018; Gonzalez, 2020; De Souza, 2022).

Nosso passado escravagista e colonial ignorou completamente a população negra recém-liberta após a abolição, moldando comportamentos e definindo desigualdades sociais, estabelecendo a raça e a cor como marcadores fundamentais de diferença (Schwarcz, 2019). A perpetuação de práticas discriminatórias que atendem aos interesses do capital continua a reproduzir injustiças raciais, pois as estruturas de poder contemporâneas estão enraizadas nas hierarquias coloniais, que ampliam as desigualdades raciais, sociais, econômicas e ambientais em nossa sociedade. Como observa Quijano (2005, p. 120), o “capitalismo mundial foi, desde o início, colonial/moderno e eurocentrado”. Dessa herança, coube aos homens e mulheres negras o lugar do “não-ser”, despojando-os de sua humanidade e coisificando suas existências (Fanon, 2008).

Fanon (2010) descreve esse processo como uma forma de dominação que, além de subjugar fisicamente os colonizados, destrói sua identidade e subjetividade, criando uma sociedade onde os negros são constantemente desumanizados e marginalizados. As desigualdades contemporâneas refletem uma continuidade histórica, na qual a população negra enfrenta barreiras significativas ao acesso a direitos e oportunidades. Assim, a realidade de vida e trabalho das mulheres negras, especialmente na coleta de materiais recicláveis, não pode ser compreendida sem considerar a intersecção dessas múltiplas determinações, que se manifestam na precariedade e na informalidade às quais estão submetidas sob a égide do capital.

Somos uma sociedade que naturalizou a convivência entre algozes e vítimas ao olhar para a mulher em geral, mas especialmente para a mulher negra, que atua em papéis desvalorizados. Situando-se entre os discursos de inclusão marginal e precária, a comunidade negra é frequentemente vista como objeto, nunca como sujeito (Gonzalez, 2020). Dessa forma, o lugar da mulher negra na força de trabalho e nas relações sociais a divide tanto sexual quanto racialmente, resultando em uma tripla discriminação e colocando-a em um nível elevado de opressão. Por essa razão, torna-se evidente que a vida e o mundo do trabalho impactam a população negra, além da histórica exploração, relegando homens, mas principalmente mulheres negras, a ocuparem determinados espaços na sociedade, pois, “quando não trabalha como doméstica, vamos encontrá-la também atuando na prestação de serviços de baixa remuneração, (**‘refúgios’**)” (Gonzalez, 2020, p. 59, grifo nosso).

Collins e Bilge (2021), ao considerarem as estruturas desiguais como interseccionais, afirmam a necessidade de uma práxis crítica interseccional para que, no entendimento de nossa sociedade, possamos reconhecer que não há

homogeneização, visto que a interseccionalidade é uma ferramenta analítica para estudar, compreender e responder às maneiras como o gênero se cruza com outras formas de desigualdade social, incluindo, mas não se limitando a, raça/etnia, gênero, classe, geração e sexualidade, por exemplo.

A escravização no Brasil perdurou por mais de 300 anos, deixando um legado profundo de racismo e desigualdade. Após a abolição em 1888, a população negra foi abandonada à própria sorte, sem políticas efetivas de inclusão ou reparação, forçando muitos a buscarem refúgios em áreas periféricas, formando favelas e comunidades. Ocupando espaços onde a vida é mais árdua, mas onde conseguem algum tipo de sustento e sobrevivência, a população negra, em virtude do racismo e da falta de acesso a recursos, foi e continua sendo frequentemente relegada a trabalhos informais e de baixa remuneração.

Proveniente desse projeto de construção brasileira, ancorado em bases coloniais e patriarcais, marcado por um legado de escravização, racismo estrutural, desigualdade econômica e segregação espacial, fez da população negra uma comunidade em constante busca por refúgios forçados. Dentro desse contexto, chegamos ao sub-bairro<sup>1</sup> de Jardim Gramacho, que é o foco de pesquisa desta tese. A partir das proposições teóricas da modernidade/colonialidade, voltamo-nos a esse território, examinando as implicações e as materializações da(s) colonialidade(s).

Situado em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, o local foi, por mais de trinta anos, o maior lixão da América Latina, servindo como fonte de trabalho para cerca de 2 mil pessoas, que recebiam diariamente aproximadamente 9 mil toneladas de resíduos (Ibase, 2005; Rio de Janeiro, 2012; Lima, 2018; Bastos; Magalhães, 2022). Nesse contexto, catadores e catadoras de materiais recicláveis se refugiaram nesse ofício em razão do racismo e sexismo que os relegam a setores mais precarizados da economia.

Souza (2007) elucida a noção de "espaços reservados" como áreas que representam relações de poder, frisando a inclusão precária de grupos afastados de oportunidades e serviços essenciais. Apesar de sua marginalização, esses espaços buscam garantir o direito à cidade, à moradia e uma forma de estabelecer-se no território. Para Santos et al. (2007), o território exerce influências significativas na análise do trabalho feminino, uma vez que transcende

---

<sup>1</sup> Em outros trabalhos que caracterizaram Jardim Gramacho, foi observado tanto a expressão 'sub-bairro' quanto 'bairro'. Compreende-se que o prefixo "sub" no senso comum corresponde a algo inferior, vide todas as palavras que carregam esse termo e são retratadas pejorativamente. Entretanto, "sub" vem do latim, e embora na tradução signifique 'por baixo', pode assumir outros significados, tal como substituição e aproximação.

o sistema natural e os sistemas que se sobrepõem, configurando-se como o espaço em que relações de poder, dominação, controle e pertencimento se manifestam como o local de expressão da existência humana.

A origem da catação de materiais recicláveis no Brasil é tema de debate na literatura, sem um consenso claro. Carvalho (2017) argumenta que a história do trabalho com lixo no Brasil está intrinsecamente ligada à experiência da escravização, pois a lógica de exploração de corpos racializados no exercício do trabalho precarizado permanece inalterada, desde a atuação dos chamados “tigres”, que realizavam a coleta e transporte manual de dejetos humanos, principalmente por trabalhadores negros, tanto escravizados quanto libertos, que transportavam tonéis ou baldes sobre a cabeça ou ombros, evocando a imagem de um tigre carregando sua presa. Na ausência de uma política pública estruturada para o saneamento, a responsabilidade pelo despejo dos dejetos recaía sobre esses trabalhadores marginalizados, que desempenhavam um serviço essencial, mas invisibilizado e desvalorizado pela sociedade.

Assim, a colonialidade do descarte, neste contexto, se manifesta na forma como esses corpos foram historicamente relegados a atividades consideradas impuras, indesejáveis e de baixo status social. Da mesma maneira que o lixo é descartado, certos grupos sociais também foram sistematicamente empurrados para a invisibilidade e para condições degradantes de trabalho. Estima-se que a prática da catação tenha ganhado visibilidade no início do século XX, em alinhamento com o processo de industrialização e a instalação das primeiras indústrias gráficas no país. Durante esse período, o papel foi o primeiro resíduo a ser reciclado, dando origem à figura do “catador de papel” nos centros urbanos.

Além dos catadores de papel, surgiram no início do século XX os “garrafeiros” e catadores de sucata, que recolhiam garrafas e metais para reutilização (De Sousa; Mendes, 2006). Contudo, o número de catadoras e catadores, assim como a quantidade de materiais descartados, não era mensurado, tornando impossível a referência a esse quantitativo. Naquele tempo, o consumo era caracterizado por um mínimo de embalagens, muitas das quais eram reaproveitadas, refletindo uma sociedade com práticas de consumo mais sustentáveis em comparação aos padrões atuais.

A evolução do trabalho de catadoras e catadores reflete, em certa medida, as transformações nos padrões de consumo e o aumento da produção de resíduos ao longo do tempo. Embora os primeiros catadores e catadoras lidassem com um número restrito de materiais, o crescimento da industrialização e do

consumo de massa impulsionou a necessidade e a relevância da catação como parte essencial da cadeia de reciclagem no Brasil.

O projeto de encerramento dos lixões não avançou de maneira humanizada, uma vez que as discussões se limitaram aos impactos ambientais que os resíduos causam à saúde e ao solo. Embora consideremos que esse seja um avanço necessário para a saúde pública e o meio ambiente, é importante ressaltar que esse espaço continua a ser o local de trabalho e renda para catadoras e catadores, mas a tão prometida inclusão socioeconômica desses trabalhadores deixou lacunas significativas em relação ao trabalho digno, renda e qualidade de vida. Esse cenário é exemplificado por Jardim Gramacho, território que será analisado ao longo das discussões e análises da tese, onde as promessas de melhoria, desde o fechamento em 2012 do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (AMJG), ainda não se concretizaram plenamente.

Nesse contexto, o cotidiano de catadoras e catadores de materiais recicláveis tem sido objeto de diversas pesquisas que, a partir de diferentes perspectivas e abordagens, buscam compreender melhor as condições em que esses trabalhadores realizam suas atividades. Grande parte dos estudos destaca, de variadas formas, as condições adversas e desafiadoras enfrentadas por aqueles que atuam no trabalho com resíduos, pois, além de ser realizado em ambientes frequentemente precários, as atividades de catação envolvem grandes dificuldades para alcançar condições dignas de trabalho e garantir a sobrevivência própria e de suas famílias.

O debate sobre a necessidade da inclusão socioeconômica, também concebida como inclusão socioproductiva de catadores e catadoras de materiais recicláveis, para evitar a continuidade do ciclo de pobreza, não é uma questão nova. Seleccionamos as contribuições dos estudos mais recentes, abordando o debate desde a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) até os dias atuais.

Assim, as pesquisas de Bourahli et al. (2011), Bortoli (2013), Metello (2014), Almeida; Zaneti (2015), De Moura; Serrano; Guarnieri (2016), Magalhães (2016), Lima (2018), Silva; Da Silva (2018), Bastos; Figueiredo (2019), Silveira; Figueiredo; Nunes (2019), Figueiredo; Bastos; Meneses (2020), Bastos; Matos (2021) e Bezerra et al. (2022), por exemplo, indicam, cada qual a seu modo, que a PNRS deve ser alinhada com esforços para formalizar a atividade de catação e garantir condições de trabalho dignas para os catadores.

Além disso, esses estudos demonstram que a implementação efetiva dessa política requer a integração de medidas que promovam a regularização do

setor, assegurando direitos trabalhistas e sociais, bem como proporcionando um ambiente de trabalho seguro, agregando valor aos produtos comercializados, ao mesmo tempo em que discutem a necessidade de aumentar a renda desses trabalhadores, já que o mercado se beneficia dessa força de trabalho. Por outro lado, os mesmos estudos destacam que a precariedade e a fragilidade dos empreendimentos já constituídos, como cooperativas e associações de catadores e catadoras de materiais recicláveis, são cercados pela falta de recursos financeiros, apoio técnico, infraestrutura adequada e acesso a mercados competitivos, o que limita a capacidade dessas organizações de gerar renda suficiente e oferecer condições de trabalho dignas aos seus membros.

Neste contexto, também se problematiza a ausência de políticas públicas efetivamente aplicadas na prática, exigindo uma articulação entre governo, iniciativa privada e sociedade civil que, ao não serem realizadas, impedem, segundo esses estudos, a consolidação dessas iniciativas como verdadeiras alternativas de desenvolvimento socioeconômico para os catadores e catadoras de materiais recicláveis, em um setor em que a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente recebem cada vez mais atenção, como descrito por Domingues; Guarnieri; Streit (2016). Os autores defendem que, devido à pressão social por ações efetivas, houve um impulso na criação de legislações específicas voltadas para a proteção ambiental. No estudo de Da Silva; Fugii; Santoyo (2023), os autores discutem como o aumento na produção de resíduos sólidos urbanos emergiu como um desafio significativo para a administração das cidades, exigindo a busca por estratégias eficazes tanto para o gerenciamento quanto para a disposição ambientalmente segura desses materiais.

Por essa razão, no contexto brasileiro, após mais de vinte anos de debates e discussões, em 2010, foi criada a PNRS, por meio da Lei nº 12.305/2010, com o objetivo de servir como instrumento para promover avanços no enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos (Brasil, 2010). No que tange às contribuições dessa política pública, a pesquisa de Kuhn; Botelho; Alves (2018) verificou que a maioria dos municípios nos estados brasileiros enfrenta dificuldades para se adaptar ao que é preconizado pela legislação. No estudo de Bitencourt; Hernández (2022), as autoras enfatizaram a necessidade de abordagens integradas, que incluam políticas públicas eficazes, bem como esforços contínuos de educação pública, alocação adequada de recursos financeiros e fortalecimento da capacidade técnica e administrativa em diversos níveis de governo.

A PNRS constitui um marco regulatório significativo para a gestão de resíduos sólidos no Brasil, ao estabelecer diretrizes para o manejo adequado e sustentável desses resíduos. Com a implementação dessa política em âmbito nacional, iniciativas para o fechamento de lixões ganharam maior espaço e urgência nas agendas, impulsionando ações em prol de sua erradicação. Além disso, a PNRS conferiu visibilidade nacional ao trabalho dos catadores e catadoras de materiais recicláveis, destacando a importância de sua atuação na cadeia de reciclagem. Embora a profissão tenha sido regulamentada em 2002, foi com a PNRS que a inclusão desses trabalhadores e trabalhadoras nas discussões e reivindicações por direitos na elaboração de outras políticas públicas se fortaleceu, reconhecendo-os como agentes fundamentais na gestão de resíduos e na necessidade de pagamento pelos serviços que prestam.

Entretanto, após quinze anos da elaboração da PNRS e mesmo diante das recentes modificações, persiste uma disparidade entre as intenções delineadas na legislação e sua aplicação prática. Entre as políticas públicas mais recentes relacionadas aos catadores e catadoras, destaca-se o Programa Diogo Santana Pró-Catadoras e Catadores para a Reciclagem Popular, instituído pelo Decreto nº 11.414/2023, que visa fortalecer a inclusão socioeconômica desses trabalhadores, promovendo a formalização da atividade, oferecendo apoio técnico e financeiro a cooperativas e associações, e integrando-os na cadeia produtiva da reciclagem.

Adicionalmente, o Novo Cataforte e a Lei de Incentivo à Reciclagem, estabelecida pelo Decreto nº 12.106/2024, representam, respectivamente, a busca pelo aprimoramento e a expansão do apoio às redes de cooperativas de catadores, disponibilizando capacitação, infraestrutura e acesso a mercados. O programa Novo Cataforte também procura aumentar a eficiência da coleta seletiva e promover a sustentabilidade econômica das cooperativas. A Lei de Incentivo à Reciclagem proporciona incentivos fiscais e subsídios para empresas e iniciativas que incentivem a reciclagem, visando estimular investimentos no setor e aumentar a demanda por materiais recicláveis. Além disso, busca integrar catadores e catadoras que atuam informalmente, promovendo melhores condições de trabalho e renda para esses trabalhadores (Brasil, 2023).

A partir das reflexões apresentadas, é possível afirmar que, apesar dos avanços obtidos, persistem desafios consideráveis para assegurar que os catadores e catadoras de materiais recicláveis desfrutem de uma vida digna enquanto exercem suas funções. Além da carência de infraestrutura apropriada em várias regiões do país, essa categoria se depara com a falta de remuneração

justa pelos serviços ambientais que prestam, conforme estabelecido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e pelos novos dispositivos legais pertinentes à catação. Quando a renda dos catadores e catadoras está exclusivamente atrelada à venda dos materiais recicláveis, o mercado se torna o fator determinante para o valor do trabalho e a remuneração, o que pode ser extremamente instável e insuficiente. Tal situação é particularmente prejudicial, independentemente de os catadores e catadoras estarem organizados em cooperativas, associações ou atuando de forma individual, uma vez que as oscilações nos preços dos materiais recicláveis impactam diretamente suas condições de vida e trabalho.

A literatura aponta uma dualidade na percepção social do trabalho realizado por catadoras e catadores de materiais recicláveis. Por um lado, há pesquisas que indicam que, apesar das condições precárias e da natureza do que é frequentemente rotulado como "trabalho sujo" (Hugues, 1958), a atuação em associações e cooperativas de reciclagem contribui para a construção de identidades valorizadas e o reconhecimento social desses trabalhadores (Kemp, 2001; Barros; Pinto, 2008; Da Virgem; De Sena; Vargas, 2014). Isso implica que, dentro desses coletivos organizados, catadoras e catadores têm a oportunidade de desenvolver um senso de identidade e dignidade que é reconhecido e respeitado pela sociedade. Ao se organizarem, conquistam maior visibilidade tanto perante a indústria quanto em relação ao poder público (Gonçalves-Dias; Teodósio, 2006; Siqueira; Wolowski, 2023).

Ao analisarmos o trabalho com resíduos, especialmente quando executado por mulheres, observamos uma ligação intrínseca com o constante movimento e a interação entre diversos elementos da vida social e as estratégias individuais das trabalhadoras (Lima, 2018). A literatura já há algum tempo demonstra que existe um processo dinâmico no qual indivíduos e grupos navegam e negociam continuamente entre o que é imposto e o que é vivenciado, entre o objetivo e o subjetivo, bem como entre as determinações sociais e as margens de manobra disponíveis (Soihet, 2009).

Retomando as discussões de Santos (2002), no que tange ao valor de um indivíduo na sociedade, que está intrinsecamente vinculado ao lugar que ocupa no território, constata-se que a posição geográfica de uma pessoa influencia sua capacidade de produzir, consumir e participar como cidadão na sociedade. Consideramos que, enquanto nas cooperativas há um engajamento coletivo na busca pela valorização e profissionalização do trabalho na catação, em depósitos, por exemplo, essa dinâmica se altera. Nesse contexto, estabelece-se uma relação

de dependência, na qual catadoras e catadores carecem do mesmo suporte coletivo para enfrentar os desafios e buscar melhorias em suas condições de trabalho e vida. Ademais, a jornada de trabalho, a remuneração e a falta de instalações básicas, como refeitórios, vestuário e banheiros, prejudicam esse grupo.

Portanto, em função da complexidade das relações sociais e das experiências cotidianas no trabalho de catação de materiais recicláveis, observa-se o que Diniz (2021) denomina como “dobradura do cotidiano”, uma vez que as pessoas estão imersas em um emaranhado de relações sociais e estruturas de poder que moldam suas vidas. A análise dos impactos do fechamento do AMJG, que se intensificaram ao longo do tempo, revela que o ano de 2020, marcado pela pandemia global da Covid-19<sup>2</sup>, afetou ainda mais o trabalho com resíduos e as diferentes formas de atuação em Jardim Gramacho.

A pesquisa realizada por Aramian et al. (2022) traz à tona algumas dessas mudanças. Com o objetivo de identificar os fatores que limitam a autogestão e o crescimento das cooperativas em Jardim Gramacho, a pesquisa, realizada em 2016, mapeou o funcionamento de 18 (dezoito) cooperativas atuantes no território, número que supera significativamente o diagnóstico apresentado pelo IBASE em 2022. Embora o trabalho na catação de materiais recicláveis seja considerado essencial para a gestão dos resíduos sólidos, ainda é frequentemente desvalorizado socialmente, numa tentativa de “esconder ou apagar” os aspectos negativos da existência humana, marginalizando os trabalhadores e trabalhadoras envolvidos na catação de materiais recicláveis, conforme argumenta Lhuillier (2009). A sociedade tende a concentrar-se apenas no aspecto ambiental, rotulando-os como “agentes ambientais não remunerados”, esquecendo-se de que são, acima de tudo, trabalhadores cujos direitos devem ser assegurados.

Dessa forma, entendemos que, no território de Jardim Gramacho, existe uma diversidade de trajetórias de homens e mulheres envolvidos no trabalho com resíduos, que “podem ser consideradas como partes de uma história de vida, um determinado percurso, itinerário ou ciclo que vai ao encontro do interesse do profissional ou pesquisador” (Gonçalves; Lisboa, 2007). Embora os pontos de partida possam ser semelhantes, ao focarmos especificamente na trajetória de mulheres, é evidente que as experiências e percursos de vida são diversos, moldados por uma série de relações objetivas e subjetivas. Tais relações têm o

---

<sup>2</sup> A COVID-19 teve seu primeiro caso divulgado em dezembro do ano de 2019, na cidade de Wuhan, na China. É uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Infelizmente tornou-se uma pandemia mundial e ceifou milhões de vidas.

potencial de influenciar e serem influenciadas pelo contínuo processo de (re)construção de suas identidades e subjetividades.

Compreendemos que a vida de um indivíduo não pode ser simplesmente entendida como uma sucessão linear de eventos. Ao contrário, essa vida deve ser considerada como uma série de posicionamentos e deslocamentos dentro de um espaço social dinâmico e em constante transformação (Born, 2001). Assim, o foco específico em mulheres que atuam como catadoras em Jardim Gramacho visa ampliar a perspectiva, uma vez que essas mulheres possuem trajetórias de vida que não são homogêneas, apresentando suas próprias resistências, enfrentamentos e lutas, que ora apresentam convergências, ora divergências, tornando relevante sua compreensão (Gonçalves; Lisboa, 2007).

Embora estimativas indiquem que entre 70 e 75% das mulheres envolvidas na catação sejam negras (Cherfem, 2016), são escassas as pesquisas que discutem de maneira interseccional o cotidiano de vida e de trabalho dessas mulheres a partir de seu protagonismo, das suas estratégias de resistência e sobrevivência na catação, e dos espaços que ocupam a duras penas. Reconhecer esses espaços, para além da forma marginalizada e precária, é fundamental, uma vez que em contextos de resistência há um esforço político para garantir a sobrevivência econômica (Andrada, 2013).

No âmbito das pesquisas sobre mulheres negras, Gonzalez (2020) destaca a carência de estudos, atribuindo essa lacuna aos estereótipos decorrentes do racismo e sexismo, que resultam em uma opressão ainda mais intensa para essas mulheres. Nesse sentido, a “necessidade de articular o racismo às questões mais amplas das mulheres tem uma fundamentação histórica, pois a variável racial produziu gêneros subalternizados” (Almeida, 2011, p. 61). Compreendemos o racismo como um fator estruturante das relações de gênero, uma vez que a experiência das mulheres não pode ser analisada de forma homogênea, pois a raça influencia diretamente a vivência do gênero.

Historicamente, a categoria "mulher" foi concebida a partir da experiência das mulheres brancas, que tinham seus papéis definidos dentro da estrutura patriarcal como esposas, mães e cuidadoras no ambiente doméstico. As mulheres negras, por sua vez, foram relegadas a trabalhos forçados e precarizados, sendo vistas como "aptas" para funções de serviço, o que rompeu com a ideia de feminilidade construída para as mulheres brancas. Dessa maneira, as mulheres negras foram desumanizadas e animalizadas, impedidas de acessar o ideal de "mulher respeitável" e submetidas a violências sistemáticas (Gonzalez, 2020).

Nesse contexto, consideramos que a(s) colonialidade(s) do poder, do saber, do ser e do gênero influenciam essa carência de estudos (Quijano, 2005; Lugones, 2005; Walsh, 2013; Mignolo, 2017). A(s) colonialidade(s) são intrínsecas à modernidade e continuam a impactar as sociedades contemporâneas, incluindo a academia. Mesmo após o fim formal da colonização, as formas de dominação e hierarquização racial, de gênero, conhecimento e subjetividade permanecem vigentes, moldando as estruturas sociais, culturais, econômicas e políticas globais.

Considerando as devidas especificidades, elegemos Jardim Gramacho como uma “dimensão geográfica do cotidiano” para a realização da pesquisa, tendo em vista que, para Santos et al. (2007), o território é mais do que um espaço onde as pessoas vivem e trabalham; ele também serve como fundamento para a vida cotidiana, funcionando como base para o trabalho, a residência, as trocas materiais (como comércio) e espirituais (como práticas culturais e religiosas), além do exercício da vida em comunidade.

Ao analisarmos o espaço geográfico como uma interseção de formas e conteúdos, compreendemos que as "formas" se referem aos espaços concretos onde se desenrolam as atividades humanas, como produção, distribuição, troca, consumo e circulação. Tais espaços constituem as infraestruturas físicas que sustentam as atividades tanto econômicas quanto sociais. Por outro lado, os "conteúdos" englobam as estruturas, processos e funções que dão vida a essas formas. Em outras palavras, os conteúdos representam as dinâmicas sociais, econômicas e culturais que se desenvolvem dentro dessas configurações espaciais (Santos et al., 2007).

Cada espaço geográfico apresenta uma dinâmica territorial (Santos et al., 2007), a qual diz respeito à maneira como diferentes agentes — como empresas, instituições e indivíduos — utilizam o território. A interação entre esses agentes no uso do espaço gera uma dialética, uma interação entre forças opostas que moldam o espaço de forma contínua, em uma tensão entre o externo e o interno (influências globais e locais), o novo e o antigo (modernização versus tradição), e o Estado e o mercado (regulação pública versus iniciativa privada).

Ao considerarmos o território e o que Santos et al. (2007) designou como "totalidade do lugar", percebemos que o espaço geográfico não serve apenas como um pano de fundo para a vida humana, mas é, na verdade, intrinsecamente conectado ao cotidiano das pessoas. Essa "totalidade do lugar" ilustra como todas as interações e processos — econômicos, sociais, políticos e culturais — se

manifestam no dia a dia, moldando experiências e identidades no espaço geográfico.

Assim, o território apresenta influências significativas para a análise do trabalho das mulheres, uma vez que é mais do que um sistema natural e mais do que sistemas sobrepostos, configurando-se como o espaço onde relações de poder, dominação, controle e pertencimento se manifestam como a expressão da existência humana. A pesquisa de Saquet e Briskievicz (2009), por exemplo, sugere que o território deve ser desmembrado em quatro elementos principais: relações de poder, circulação e comunicação, identidades e a natureza. Nesse sentido, os autores afirmam que não é viável pensar no território e no desenvolvimento sem considerar esses elementos, dado que as relações de poder influenciam diretamente as demais variáveis, atuando como um elemento transversal.

A reflexão é enriquecida pela análise de Haesbaert (2007) sobre o que caracteriza um território. De acordo com o autor, em um sentido mais restrito, o território é o espaço onde se concretizam as relações de poder que o constituem. Para ele, essas relações se manifestam em três dimensões principais: econômica, política e simbólico-cultural. Cada uma dessas dimensões exerce influência e molda o território de maneiras distintas, refletindo a complexa interação entre forças econômicas, dinâmicas políticas e significados culturais que, juntos, definem e transformam o espaço (Haesbaert, 2007).

Dessa maneira, esta tese pretende compreender como as condições locais e as dinâmicas sociais de Jardim Gramacho impõem desafios específicos às mulheres negras e não-negras<sup>3</sup> que atuam na catação de materiais recicláveis, realçando as dificuldades singulares que essas mulheres encontram por viverem e trabalharem nesse território, historicamente conhecido como território do lixo. Em face do exposto, a pesquisa investiga e analisa o trabalho dessas catadoras nesse território, levando em consideração os aspectos ontológicos e históricos que o permeiam, uma vez que a herança colonial e as relações entre capital e trabalho aprofundam as desigualdades sociais, ambientais e econômicas que se refletem na vida das catadoras.

---

<sup>3</sup> Optamos por utilizar as categorias “mulheres negras” e “mulheres não-negras” em lugar da classificação oficial do IBGE, que distingue os indivíduos por cor/raça em branco, preto, pardo, indígena e amarelo, por compreendermos que tais categorias, embora úteis para mensuração demográfica, não dão conta da complexidade das experiências sociais e das relações de poder que atravessam os sujeitos racializados no Brasil.

Diante disso, ao utilizarmos das categorias mulheres negras e não-negras, reconhecemos que a raça, a racialização e o racismo não são dados naturais ou fixos, mas são produzidos historicamente na dinâmica das relações sociais, com implicações políticas, econômicas e culturais. Como aponta a literatura crítica, especialmente no campo dos estudos decoloniais e do pensamento negro brasileiro, a raça não é uma condição biológica, mas uma construção social, psicossocial e cultural, continuamente reiterada nos jogos de dominação, apropriação e exclusão que marcam o cotidiano de mulheres e homens em sociedades racializadas.

Nessa chave, a categoria “mulheres negras” contempla tanto mulheres pretas quanto pardas, reconhecendo os efeitos comuns da racialização que operam sobre esses corpos marcados socialmente como não brancos e que vivenciam, em graus variados, os impactos do racismo estrutural. Já a categoria “mulheres não-negras” é utilizada para distinguir aquelas que, mesmo eventualmente pertencendo a grupos oprimidos por classe ou gênero, não vivenciam a experiência do racismo e da marcação racial em sua trajetória de vida.

Assim, a escolha terminológica não é meramente descritiva, mas se insere em um posicionamento político-epistemológico que busca demonstrar como o racismo estrutura relações sociais e molda trajetórias, especialmente no trabalho precarizado da catação. Trata-se, portanto, de politizar a linguagem, entendendo que nomear é também resistir, visibilizar e disputar sentidos sobre os corpos, territórios e saberes historicamente subalternizados.

Nesse sentido, a pesquisa busca responder à questão central: Como as condições locais e as dinâmicas socioambientais de Jardim Gramacho impõem desafios específicos às mulheres negras e não-negras que atuam na catação de materiais recicláveis, e de que forma essas dificuldades, moldadas pelas relações entre capital e trabalho, impactam suas vidas em um território historicamente caracterizado como território do lixo?

Desse questionamento central, emergem outras questões preliminares que devem ser consideradas, tais como: Quais são as particularidades e especificidades das condições de vida e trabalho das mulheres, negras e não-negras, que atuam como catadoras de materiais recicláveis e residem em Jardim Gramacho? Qual a influência do fator intergeracional para que essas mulheres se dediquem à catação? Como as catadoras conciliam suas múltiplas responsabilidades, tanto no trabalho quanto em casa, e como isso impacta suas condições de vida e trabalho? Qual a influência de Jardim Gramacho nesse processo? Em que medida as desigualdades e as dimensões do racismo marcam

e limitam o acesso aos serviços e equipamentos públicos por mulheres negras, bem como mulheres não-negras que atuam como catadoras? Como se dá a participação social das catadoras em espaços coletivos, como associações, fóruns e outros? Há busca por liderança e protagonismo nesses espaços? A atuação em cooperativas proporciona maior visibilidade e reconhecimento social a mulheres negras e não-negras? Como é percebido o trabalho individual e coletivo na reciclagem, que elementos da divisão social, racial e sexual ele oculta ou reforça?

Essas questões fundamentaram a elaboração do objetivo geral e dos objetivos específicos. Como objetivo geral, propõe-se analisar de que maneira as condições locais e as dinâmicas socioambientais de Jardim Gramacho impõem desafios específicos às mulheres negras e não-negras que atuam na catação de materiais recicláveis, buscando compreender como essas dificuldades, moldadas pelas relações entre capital e trabalho, impactam suas vidas em um território historicamente caracterizado como território do lixo.

Os objetivos específicos delineados são: i) analisar as particularidades e especificidades das condições de vida e trabalho das mulheres negras e não-negras que atuam como catadoras de materiais recicláveis e residem em Jardim Gramacho; ii) investigar a influência do fator intergeracional na atuação das mulheres negras e não-negras na catação de materiais recicláveis em Jardim Gramacho, examinando diferenças e semelhanças nas perspectivas e desafios enfrentados por diferentes gerações; iii) analisar em que medida as desigualdades e as dimensões do racismo enquanto estrutura impactam a vida e o trabalho das catadoras, limitando seu acesso aos serviços e equipamentos públicos em Jardim Gramacho; e iv) identificar como os elementos associados às relações, condições e meios de trabalho produtivo e reprodutivo se estabelecem na vida das catadoras negras e não-negras que moram e/ou atuam em Jardim Gramacho, em especial as chefas de família, considerando as interseções entre trabalho formal e informal, cuidado doméstico e laboral, e as dinâmicas familiares.

Assim, a justificativa pessoal para o desenvolvimento desta tese reside na intenção de contribuir para o avanço das pesquisas sobre o trabalho feminino na catação de materiais recicláveis em Jardim Gramacho. Como brevemente mencionado no prólogo, as teses elaboradas anteriormente por Juncá (2004), Bastos (2008) e Lima (2015) abordaram aspectos relevantes do trabalho de catação, mas não contemplaram as interseccionalidades de gênero, raça, classe e geração de forma integrada. Diante dessa lacuna, a originalidade da pesquisa reside em explorar e demonstrar como essas múltiplas dimensões influenciam e

moldam as experiências e vivências das catadoras de materiais recicláveis em Jardim Gramacho.

Frente a essa análise, e considerando as relações de trabalho na catação, percebemos que, no mundo pós-colonial, as sujeitas subalternas — em especial, as mulheres negras e pardas — se encontram na linha de frente de uma exploração multifacetada, tanto pelo seu papel no trabalho informal quanto pela invisibilidade enfrentada nas esferas sociais e políticas. Para Kilomba (2019), as pessoas negras foram despojadas do "direito de Ser", uma vez que historicamente foram impedidas de se posicionar como sujeitos autônomos e plenos.

Os apontamentos de Kilomba (2019) elucidam como a branquitude ocupa uma posição central, porém não nomeada, sendo percebida como neutra, universal e sinônimo de "humano". Historicamente, os corpos negros foram desumanizados e negados como sujeitos plenos, relegados à condição de "outro", inferior e subalterno em relação ao ideal universal construído a partir da branquitude. Nesse mesmo sentido, Nunes (2021) enfatizou a persistência de estruturas históricas que perpetuam a desigualdade, colocando as mulheres negras e periféricas em uma posição de vulnerabilidade, limitando suas oportunidades de ascensão social e econômica.

A interseccionalidade de raça e gênero, analisadas sob a lente da decolonialidade e da interseccionalidade, possibilitam um diálogo sobre as formas contemporâneas de opressão intrinsecamente ligadas às estruturas de poder colonial e capitalista. Para Akotirene (2019), é por meio da interseccionalidade que alcançamos a criticidade política necessária para compreendermos “a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna” (Akotirene, 2019, p. 24).

Dessa forma, a justificativa acadêmica para a pesquisa proposta reside no fato de que ela se diferencia ao adotar uma abordagem decolonial e interseccional, reconhecendo a complexidade das experiências das catadoras, levando em consideração os efeitos do colonialismo e da colonialidade. Além disso, analisamos simultaneamente as variáveis de gênero, raça, classe, geração e território, fundamentando nossa abordagem em teorias críticas que ressaltam a importância de entendermos as interseções dessas dimensões na análise das dinâmicas de poder e desigualdade, considerando a herança racista, patriarcal e colonial que as influencia e afeta.

Adicionalmente, nos apoiamos na perspectiva de Scott (1995), que argumenta que o gênero é uma forma primária de significar as relações de poder

na sociedade, pois as fronteiras entre o público e o privado contribuem para a manutenção da desigualdade de gênero. No contexto da mulher negra no Brasil, devido à divisão racial do trabalho, observamos a presença da tríplice discriminação (de gênero, raça e classe), que se manifesta de maneira estrutural, relegando essas mulheres às posições mais precarizadas e invisibilizadas no mercado de trabalho e na esfera social (Gonzalez, 2020).

Essas informações podem ser confirmadas no acesso ao Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça (IPEA, 2024)<sup>4</sup>, que apresenta dados relevantes demonstrando que a participação das mulheres no mercado de trabalho remunerado continua a ser uma das mais baixas entre os grupos populacionais. Em um recorte de gênero e raça, apenas 52% das mulheres negras estavam inseridas no mercado de trabalho formal em 2022, em comparação com 54% das mulheres brancas e 75% dos homens negros.

A história de resistência dos negros no Brasil é marcada pela busca por "refúgios", que se configuram como espaços de sobrevivência e resistência contra a opressão. Os refúgios foram, e continuam sendo, fundamentais para a construção de comunidades resilientes que enfrentam as adversidades impostas pela sociedade dominante. Nesse sentido, consideramos a divisão sexual e racial do trabalho, com ênfase na última, em virtude do processo histórico e do legado da escravização e do patriarcado, pois a herança escravocrata continua a influenciar a estrutura de discriminação na sociedade atual, perpetuando a marginalização das mulheres negras (Gonzalez, 2020).

A originalidade da tese reside, portanto, em demonstrar como as catadoras de materiais recicláveis em Jardim Gramacho ressignificam suas identidades e papéis sociais diante de múltiplas camadas de opressão. A pesquisa busca revelar como essas mulheres, frequentemente chefes de família, não apenas enfrentam, mas desafiam e transformam suas condições de trabalho e vida. Nesse aspecto, utilizamos como referência "Quarto de Despejo", escrito por Maria Carolina de Jesus, que ilustra a experiência de sobreviver à margem: pessoas pobres são empurradas para espaços esquecidos, onde o lixo se acumula e os estigmas recaem. Nesse cenário, a presença humana — especialmente a dos desempregados e moradores de favelas — passa a ocupar simbolicamente o lugar dos rejeitos e dos seres considerados indesejáveis, numa cruel sobreposição entre abandono social e marginalização (Jesus, 1960).

---

<sup>4</sup> Informações do IPEA sobre os indicadores do mercado de trabalho disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/mercado-de-trabalho/apresentacao>

A autora expressa uma compreensão profunda sobre a posição marginalizada que ocupava na sociedade enquanto mulher pobre, negra, favelada e catadora, utilizando metáforas potentes, como a comparação da favela e do lixo às margens do rio, para ilustrar essa condição social de exclusão. Embora o termo exclusão seja utilizado, concordamos com Martins (1997), que argumenta que a chamada exclusão não existe como um fenômeno isolado, pois é inseparável da própria dinâmica da sociedade capitalista.

Portanto, a lógica da exclusão está intrinsecamente ligada à lógica da inclusão na sociedade capitalista. Para Martins (1997), a exclusão é uma parte essencial do processo de inclusão, onde a sociedade desenraiza e marginaliza para, em seguida, incluir de acordo com seus próprios interesses e normas. O cerne do problema reside exatamente nessa forma específica de inclusão, que perpetua e reproduz as desigualdades sociais. Assim, na verdade, há uma inclusão marginal, precária, daquilo que sobra.

Os "marginais" da sociedade, como os catadores e catadoras de materiais recicláveis, assim como os desempregados, já eram apontados por Jesus (1960) como pessoas relegadas às periferias, tanto físicas quanto simbolicamente. Em diversos trechos, a autora evidencia que, enquanto sujeitos invisibilizados, ocupavam espaços considerados "impróprios" ou "descartáveis" pela sociedade, lidando com o lixo, que também é marginalizado, mas essencial ao funcionamento da cidade.

Ao afirmar que "os homens desempregados substituíram os corvos", que outrora voavam nas margens do rio, Jesus expõe o impacto da pobreza e da exclusão social, em que os seres humanos acabam por assumir papéis desumanizantes em uma sociedade que os ignora. Entretanto, a escrita de Jesus (1960) também carrega uma crítica profunda e resistência, pois, ao relatar sua própria experiência e dar voz a essa marginalidade, desafia a desumanização a que era submetida, questionando-a.

Hooks (2015) menciona a importância de se questionar a marginalidade, utilizando essa perspectiva para criticar a hegemonia racista, classista e sexista dominante e vislumbrar a criação de uma contra-hegemonia (p. 208). Para Hooks (2020), "estar à margem é ser parte do todo, mas estar fora do principal" (p. xvi). De acordo com Spivak (1996, p. 35), "a única maneira pela qual posso sugerir como o centro em si é marginal é não ficando de fora na margem, apontando o meu dedo acusador para o centro". Para Vergès (2020, p. 127), "a economia de produção de lixo é **inseparável** da produção de seres humanos fabricados como sucata, como lixo" (grifo nosso).

Dessa forma, embora a catação e o trabalho de catadores e catadoras de materiais recicláveis sejam considerados atividades situadas à margem do mercado formal, esses profissionais desempenham um papel essencial tanto para a sustentabilidade urbana quanto para a subsistência dessas mulheres e suas famílias. Ao ocuparem essa posição marginal e, ao mesmo tempo, desafiarem-na por meio de suas práticas e resistências cotidianas, as catadoras se tornam parte integrante e ativa desse contexto urbano. Portanto, ao gerarmos conhecimento sobre essa categoria, contribuimos para a visibilidade e valorização de suas trajetórias.

Como justificativa social, entende-se que, ao adotar uma abordagem decolonial, em conjunto com outros campos da teoria crítica, como a contracolonial, pós-colonial, amefricanidade e interseccionalidade, integrando teorias críticas sobre gênero, raça, classe e geração, esta tese pode avançar na compreensão das dinâmicas de poder e desigualdade que permeiam o trabalho das catadoras de materiais recicláveis. Dessa forma, a partir das experiências vividas por essas mulheres expostas na tese, permite com que a produção acadêmica possa servir para a valorização e o reconhecimento do trabalho que elas realizam. Mesmo diante das dificuldades e adversidades inerentes à catação, esse espaço também se revela um campo de potencialidades, onde a criatividade, a resistência tanto individual quanto coletiva, assim como os enfrentamentos, se manifestam.

Diante do exposto, defende-se que a análise da realidade das catadoras no território de Jardim Gramacho não pode ser desconectada de um legado histórico de opressão. Como será demonstrado ao longo do próximo capítulo, os legados da escravização, patriarcado e colonialismo perpetuam a precarização do trabalho das mulheres negras. Nesse contexto, a divisão racial e sexual do trabalho limita o acesso dessas mulheres a melhores oportunidades de emprego e renda, inserindo-as em uma posição de vulnerabilidade econômica e social. Ademais, como parte da travessia de uma autora branca, reconhece-se, com base em Carneiro (2020), que o compromisso com o antirracismo, especialmente por parte de pessoas brancas, implica tornar visível esse sujeito oculto que opera silenciosamente nas violações diárias dos direitos da população negra.

Assim, como contribuições para o Serviço Social e para a Linha de Pesquisa Questões Socioambientais, Urbanas e Formas de Resistência Social, esta tese poderá preencher lacunas existentes na literatura, oferecendo subsídios para que as discussões sobre políticas públicas, decolonialidade, racismo e injustiça ambiental, interseccionalidade, trabalho com resíduos, e a divisão social,

sexual e racial do trabalho sejam integradas a uma agenda de pesquisas, além de abordar o colonialismo e seus efeitos persistentes.

Ao se debruçar sobre esses temas de maneira teórica e apresentar os resultados da pesquisa de campo, a tese poderá servir como uma fonte de informação sobre o trabalho feminino na catação, especialmente no contexto de Jardim Gramacho, um território da Baixada Fluminense que, como tal, apresenta dinâmicas específicas de vulnerabilidade social e ambiental, historicamente negligenciadas.

Dessa forma, com a intenção de alcançar os objetivos propostos, o estudo foi orientado pela abordagem teórico-metodológica do materialismo histórico-dialético, conforme desenvolvida por Marx e Engels (2007). Essa abordagem, por meio de categorias de análise como mediação, contradição, historicidade e totalidade, nos permite considerar as múltiplas facetas do território e suas interações complexas na vida e no trabalho das catadoras.

O trabalho com resíduos é permeado de estigmas, associados a características profundamente depreciativas. O conceito de estigma, como um mecanismo social pelo qual determinados atributos ou marcas, sejam elas físicas, morais ou identitárias (Goffman, 2004), são utilizados como fundamentos para desqualificar indivíduos, reduzindo-os a uma condição de inferioridade simbólica e social. O estigma, nesse sentido, não reside apenas na marca em si, mas, sobretudo, na leitura social que se faz dela, dentro de uma matriz normativa que define quais corpos, comportamentos e modos de vida são considerados aceitáveis.

Goffman (2004) apresenta três tipos de estigmas em sua obra "Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada", compreendendo-os como: abominações do corpo, associadas a deformidades físicas visíveis ou deficiências corporais; falhas de caráter percebidas, que englobam atributos moralmente depreciados como dependência química, sexualidade não normativa, condição de ex-detento ou transtornos mentais; e estigmas tribais, vinculados à raça, etnia, nacionalidade ou religião, geralmente herdados e compartilhados coletivamente. Esses marcadores funcionam como mecanismos de exclusão, pois reduzem a complexidade do sujeito a uma única característica desvalorizada, deslegitimando sua presença nos espaços sociais e restringindo seu acesso a direitos e oportunidades.

Portanto, a definição de estigma de Goffman (2004) pode ser diretamente relacionada ao contexto de Jardim Gramacho, um local historicamente estigmatizado por ter sido o "território extraordinário do lixo". Em muitas

manchetes jornalísticas e produções acadêmicas, foi objeto de inúmeras discussões envolvendo variáveis sociais, econômicas, ambientais, políticas, de segurança e saúde, entre outras. Em relação às abominações do corpo, adaptando o que foi indicado por Goffman (2004), identificamos que atuar na catação de materiais recicláveis associava-se a um trabalho insalubre, marginal e invisível, de corpos socialmente indesejados, desumanizados pela sociedade que os marginaliza.

No que se refere a culpas de caráter individual como proposto por Goffman (2004), quem vive e trabalha em locais como Jardim Gramacho enfrenta preconceitos e rotulações, pois associam que morar em territórios de conflito armado automaticamente os associam à criminalidade, ao desemprego, à falta de ambição, envolvendo-as, em estereótipos que desumanizam as experiências individuais e coletivas das pessoas que atuam e moram nesse território. Por fim, os estigmas tribais de Goffman (2004), se manifestam por meio de aspectos como a origem social e racial, associadas à pobreza extrema, à cor da pele e à inclusão precária.

A transmissão intergeracional desse estigma é forte, tal que, morar e/ou trabalhar em territórios como Jardim Gramacho, é visto como um marcador social e racial negativo, que se transmite entre gerações. De acordo com Goffman (2004), a categorização que fazemos dos indivíduos são atravessadas pelas relações de poder e do espaço que lhes damos na (re)construção de suas histórias e trajetórias, pois a forma como determinados sujeitos (sobre)vivem fazem parte do que Foucault (2006) chama de antologia de existências.

São as chamadas “Vidas de algumas linhas ou de algumas páginas, desventuras e aventuras sem nome, juntadas em um punhado de palavras. Vidas breves, encontradas por acaso em livros e documentos” (Foucault, 2006, p. 203). Assim, o poder, ao controlar a narrativa histórica e o conhecimento, também determina quais vidas e experiências merecem ser preservadas ou registradas. Nesse contexto, propomos uma abordagem metodológica qualitativa, pois “a pesquisa qualitativa foca na análise de casos concretos, em suas particularidades locais e temporais, a partir das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais” (Flick, 2009, p. 37).

A pesquisa de campo privilegiou o território de Jardim Gramacho e foi desenvolvida no período de três anos e três meses, de 29 de agosto de 2021 a 28 de novembro de 2024. Na fase inicial, buscou-se uma reaproximação com o território, considerando o contexto de pandemia em que ainda estávamos inseridos, sendo necessário compreender a realidade a ser investigada, bem

como o funcionamento do polo de reciclagem e a disposição das pessoas contatadas em participar da pesquisa proposta. Após a etapa de qualificação, realizada em 28 de novembro de 2022, houve então o retorno a Jardim Gramacho para trazer novos olhares que complementassem os apontamentos e considerações feitas pela banca.

Diversas caminhadas e conversas informais foram realizadas com homens e mulheres que atuavam como catadores e catadoras, com o intuito de compreender a realidade do território naquele período, além de obter indicações de contatos que poderiam participar da pesquisa, estabelecendo aproximações que se tornariam portas abertas no momento das entrevistas. Em virtude da espera pela aprovação do comitê de ética, somente pudemos efetivamente realizar as conversas e entrevistas formais após a sua aprovação, em março de 2023.

Com o parecer positivo da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio 23-2023 – Protocolo 15-2023, Proposta: SGOC 458544, iniciamos a busca pelas colaboradoras da pesquisa em 24 de maio de 2023, para dar seguimento aos critérios de inclusão e exclusão das participantes. Levamos em consideração os marcos históricos que compõem o funcionamento do AMJG, ou seja, de 1975 até seu fechamento em 2012.

Dessa forma, almejava-se entrevistar ao menos duas mulheres por década que tenham atuado como catadoras nos períodos mencionados e que sejam filhas, irmãs, mães e/ou avós:

Tabela 1 – Períodos de referência para entrevistas com catadoras

<b>Período</b>
1º de 1975 a 1980
2º de 1981 a 1990
3º de 1991 a 2000
4º de 2001 a 2010
5º de 2011 a 2020
6º de 2021 a dias atuais

Fonte: elaborado pela autora (2022).

Ao selecionar pelo menos duas mulheres que desempenharam a função de catadoras nos períodos mencionados na Tabela 1, partimos do pressuposto de que seria viável identificar um ambiente favorável para a realização de entrevistas dentro de uma mesma família, dependendo da abertura e confiança estabelecidas

entre nossas interlocutoras. Segundo Gonçalves e Pinto (2011), a análise das relações intergeracionais é fundamental para compreendermos como os movimentos sociais e familiares, com suas crises, avanços e superações, influenciam a construção contínua das subjetividades em um determinado campo de ação. Ao investigar essas relações, podemos observar como as identidades e visões das pessoas são moldadas e transformadas ao longo do tempo, um aspecto que será discutido no capítulo de análise e considerações.

Assim, estabelecemos um número mínimo de doze entrevistadas como colaboradoras da pesquisa, reconhecendo que existem limitações inerentes ao campo, que pode se revelar mais ou menos favorável, considerando que “o universo em questão não são os sujeitos em si, mas suas representações, conhecimentos, práticas, comportamentos e atitudes” (Minayo, 2007, p. 48). Para alcançar as catadoras, identificamos a necessidade de aplicar a técnica da bola de neve, uma vez que os contatos iniciais poderiam ser insuficientes para atender aos critérios da pesquisa. Isso ocorreu devido a recusas e adiamentos sucessivos de alguns participantes em relação aos agendamentos realizados. Diante dessa tensão e dos adiamentos iniciais, conseguimos realizar treze entrevistas, respeitando os períodos de atuação e vivência no território previamente estabelecidos como critérios de inclusão das participantes.

É importante ressaltar que o objetivo deste estudo não foi buscar representatividade numérica, mas sim um aprofundamento da temática (Minayo, 2017). O critério de recorte temporal foi igualmente determinante, pois possibilitou o resgate de diversas memórias, considerando que a geração e a idade das catadoras de materiais recicláveis não são apenas aspectos demográficos, mas estão intimamente conectados às experiências de vida acumuladas ao longo do tempo. Nesse contexto, apoiamo-nos nas indicações da pesquisa de Bastos (2008), que descreveu o fato de algumas mulheres terem estabelecido relações de travessia e permanência com a catação, enquanto outras se envolveram nessa atividade em decorrência de uma forte cultura familiar em Jardim Gramacho, onde a catação é transmitida de geração em geração.

Com as catadoras, utilizamos a entrevista narrativa. Segundo Weller e Otte (2014, p. 327), as autoras afirmam que “a entrevista narrativa busca superar a rigidez das entrevistas estruturadas” convencionais, que geralmente seguem um roteiro fixo de perguntas e respostas. A entrevista narrativa, por sua vez, permite que o entrevistado tenha maior liberdade para contar suas histórias e experiências de forma mais espontânea e pessoal. Esse modelo de entrevista nos proporciona uma estrutura na qual as experiências podem ser situadas, apresentadas e

avaliadas, já que as vivências dos entrevistados serão reinterpretadas, considerando que as participantes são o que Flick (2009, p. 165) definiu como “especialistas e teóricas de si mesmas”.

Conforme Coutinho (2006), a narrativa integra vivências, atividades e emoções, sendo vista como uma forma de incentivar as pessoas a falarem sobre suas vidas, facilitando ao pesquisador o acesso às experiências subjetivas e emocionais dos informantes. Desse modo, ao compartilharem suas histórias, articulam suas vivências e podem refletir sobre o significado dessas experiências para elas mesmas (Schutze, 2013).

A entrevista narrativa consiste em uma pergunta inicial, denominada pergunta gerativa, que visa estimular a narrativa principal da pessoa entrevistada. Considerando os objetivos da tese e fundamentando-nos nos pressupostos de Hermanns (1995), a pergunta gerativa referiu-se a: “Como é ser mulher e atuar na catação de materiais recicláveis em Jardim Gramacho? Conte um pouco sobre sua vida, os aspectos mais marcantes que a levaram a trabalhar com resíduos nesse território”.

Todo método está sujeito a riscos e apresenta limitações, conforme exposto por Gil (2025). Destacamos que, apesar da riqueza analítica proporcionada pelas entrevistas narrativas, essa abordagem apresenta algumas restrições que devem ser consideradas; a principal delas diz respeito à subjetividade dos relatos, uma vez que as narrativas são construídas com base nas memórias, percepções e sentidos atribuídos pelas participantes, o que pode resultar em omissões, reconstruções ou lacunas temporais. Ademais, trata-se de um método que não visa à generalização estatística dos achados, mas sim à compreensão aprofundada de experiências singulares, limitando a possibilidade de extrapolação dos resultados para outros contextos.

Gil (2025) enfatizou que a condução das entrevistas depende fortemente da escuta qualificada e da sensibilidade do pesquisador, em virtude da exigência de constante autorreflexão e vigilância epistemológica para mitigar interferências. Por fim, a atenção aos aspectos éticos envolvidos na escuta de narrativas marcadas por violências e desigualdades requer uma postura ética que respeite a exposição e o acolhimento das vulnerabilidades compartilhadas.

Nesse sentido, a maioria das entrevistas com as catadoras foram agendadas e realizadas nos domicílios das colaboradoras, de acordo com sua disponibilidade. Duas entrevistas ocorreram no galpão de uma cooperativa no Polo de Reciclagem, ou seja, no ambiente de trabalho das entrevistadas. Apenas uma entrevista foi realizada na praça em frente ao Colégio Estadual Lara Vilela,

atendendo ao desejo da entrevistada. Para Maffezzolli e Boehs (2008), “a entrevista pode captar histórias e experiências únicas dos indivíduos, que podem facilitar ou propiciar o conhecimento da realidade pesquisada pelo entrevistador” (Maffezzolli; Boehs, 2008, p. 102).

Assim, para cada entrevista foi solicitada autorização para o uso do gravador, algumas fotografias para registro da pesquisa no território e anotações no caderno de campo. Respeitou-se o local escolhido para a realização das entrevistas e algumas negativas em relação ao uso da imagem durante a pesquisa, mas que puderam ser coletadas para registro pessoal. Reiteramos que o uso seria exclusivamente acadêmico, garantindo a privacidade dos dados; antes de iniciar a entrevista, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para ser assinado, conforme a Resolução nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) para cada participante.

Explicamos que as entrevistas seriam devolvidas posteriormente para que elas pudessem revisar suas narrativas e autorizar, ou não, a divulgação dos relatos, e até a elaboração desta versão da tese, todas as participantes não se opuseram quanto às informações coletadas e compartilhadas. Cumprimos com essas etapas, uma vez que a perspectiva na produção desta pesquisa é de que o sujeito e o ambiente investigado são sensíveis, e cabe ao pesquisador protegê-los de qualquer constrangimento (Araújo et al., 2018).

Para compor o corpus analítico, realizamos uma pesquisa exploratória, bibliográfica e documental, utilizando a observação não participativa, apoiando-se em autores como Minayo et al. (2007), Maffezzolli e Boehs (2008), Flick (2009) e Marietto (2018). A pesquisa bibliográfica é essencial para qualquer investigação acadêmica e, neste estudo, proporcionou o suporte teórico necessário para dialogar com autores do Serviço Social e de outras áreas que já discutiram o tema. A pesquisa documental foi útil na etapa de reconstrução histórica do trabalho com catação em Jardim Gramacho, especialmente no acesso aos relatórios produzidos pelo Fórum Comunitário de Jardim Gramacho nos últimos quatro anos, elaborados em parceria com o IBASE, por exemplo.

Dessa forma, ressaltamos que, para que os dados da pesquisa fossem o mais robustos possível, aplicamos perguntas fechadas no início ou no final das entrevistas com as catadoras, permitindo que, por meio das questões propostas, pudessemos obter um perfil das participantes, tendo como referência questões para identificar idade, sexo, raça, escolaridade, número de filhos e outros aspectos apresentados no apêndice disponível ao final da tese.

O uso do diário de campo possibilitou a descrição, análise e interpretação do objeto estudado (depoimentos, afirmações, negações, alianças, divergências, silêncios, resistências e todo o conjunto de ações e modos de proceder das mulheres que colaboraram com a pesquisa) por meio de notas descritivas, reflexivas e metodológicas, que facilitaram a seleção das informações de forma sistemática e estruturada (Marietto, 2018).

Considerando que um dos objetivos específicos consistiu em analisar em que medida as desigualdades estruturais impactam a vida e o trabalho das catadoras, limitando seu acesso aos serviços e equipamentos públicos em Jardim Gramacho, acessamos o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), a Unidade de Saúde da Família (USF) de Jardim Gramacho e o Fórum Comunitário de Jardim Gramacho (FCJG). Essa aproximação foi relevante pela possibilidade de compreender, por meio de entrevistas semiestruturadas, como se dá a utilização desses equipamentos públicos pelas mulheres no território, especialmente pelas catadoras. Assim, dialogamos com as catadoras, trazendo perguntas sobre os serviços e equipamentos públicos localizados no território e seu acesso. Além disso, fizemos anotações informais em nosso diário de campo com duas Assistentes Sociais que atuaram no CRAS durante o período da pesquisa.

No transcurso da pesquisa de campo, mais de uma Assistente Social trabalhou no CRAS e, como não nos foi concedida permissão para gravação, apenas fizemos anotações, decidimos manter esses dados, pois contribuíam para a compreensão dos temas abordados na pesquisa. Na USF, entrevistamos com autorização para gravação e anotamos apontamentos que permitiram entender o acesso e a estrutura dos serviços ofertados a essas mulheres no território.

No FCJG, entrevistamos a ex-presidente e a atual presidente, acessando documentos como o Diagnóstico Social Participativo de Jardim Gramacho, publicado pelo IBASE em 2022, e o Plano de Ação do Fórum Comunitário de Jardim Gramacho, também publicado pelo IBASE em 2023. Fomos convidadas a participar do lançamento do Plano de Ação e do caderno de Indicadores de Cidadania sobre Jardim Gramacho, que ocorreria no dia 10 de agosto de 2024. No entanto, devido às fortes chuvas, o evento foi adiado, sem nova data prevista, e contamos apenas com o acesso à publicação disponível no site do IBASE, na qual, como já mencionado, realizamos análise documental, extraindo informações relevantes para a tese.

Para a análise dos dados, orientamo-nos pela abordagem teórico-metodológica do materialismo histórico-dialético, desenvolvida por Marx e Engels

(2007), e optamos por uma análise de conteúdo, utilizando a definição de análise de conteúdo temática, também chamada de ACT (Bardin, 2016). No tratamento dos dados da pesquisa, a dividimos em três fases: pré-análise, exploração do material para sua verificação, tratamento dos resultados, inferência e sua interpretação, conforme demonstrado no quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Etapas do tratamento dos dados da pesquisa

<b>Fase</b>	<b>Características Principais</b>	<b>Ações desenvolvidas</b>
Pré-Análise	Fase de organização propriamente dita.	Elaboração de categorias de análise a partir do referencial teórico;
		Elaboração da carta de apresentação e do roteiro da entrevista;
		Identificação e seleção dos integrantes a serem entrevistados.
Exploração do Material	Etapa em que se coloca em prática as decisões tomadas na fase anterior.	Realização das entrevistas;
		Elaboração de novas categorias de análise;
		Identificação de Unidades de Registro (UR);
		Criação dos códigos para localização da UR nas entrevistas;
		Elaboração dos quadros e descrição ou apresentação dos dados.
Tratamento dos Resultados	Fase em que se dá significado aos resultados interpretando-os e propondo inferências.	Discussão dos resultados;
		Elaboração das inferências.

Fonte: Adaptado de Bardin (2016, p. 106).

Assim, a primeira fase referiu-se à preparação do material para a elaboração do texto da tese, que, conforme as diretrizes de Bardin (2016), abrange a pré-análise. Este momento envolveu um processo meticuloso, no qual foi necessário selecionar e organizar cada diário de campo, que continha desde relatos escritos até as impressões das conversas realizadas, associadas à observação não-participante. Consideramos os cadernos de campo como um dos pilares essenciais da pesquisa, pois foi a partir deles, após sucessivas leituras e releituras, que conseguimos elaborar um quadro com possíveis classificações a serem adotadas como ponto de partida para nossa escrita. Além disso, foi com base nesse material que alguns ajustes na coleta de dados foram realizados,

permitindo uma interação ainda mais fluida nas entrevistas, o que aumentou consideravelmente o tempo e a profundidade das aproximações feitas.

Para exemplificar o trajeto metodológico adotado, elaboramos a representação contida na figura 1 a seguir, que simboliza o desenvolvimento progressivo de uma semente. Bispo (2023), na obra “A terra quer, a terra dá” nos alerta sobre a importância de semearmos as palavras, pois somos frutos das sementes que plantamos, uma metáfora que utilizamos para representar o desenvolvimento da pesquisa, desde a observação inicial até a redação dos resultados.

Cada etapa foi concebida como parte de um processo orgânico, marcado por retornos analíticos contínuos, amadurecimento das reflexões e aprofundamento das interpretações que apresentaremos na seção de resultados.

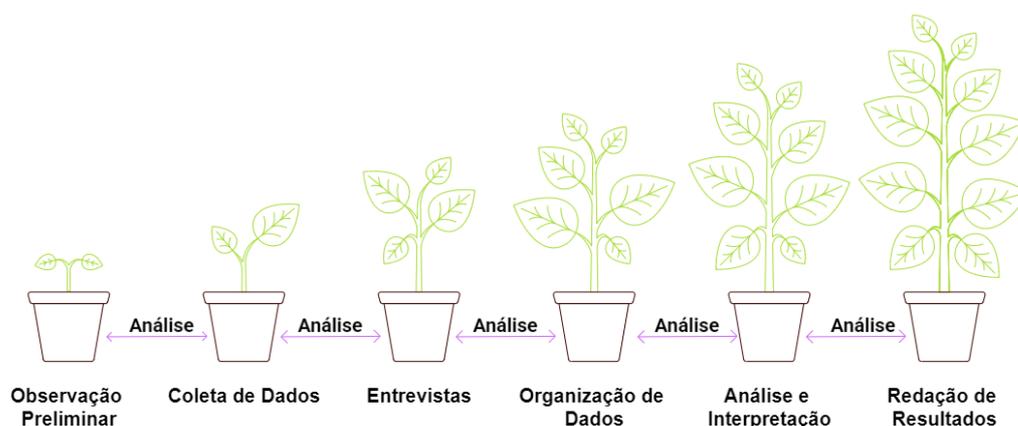


Figura 1 - Percurso metodológico da tese. Fonte: Elaboração própria (2024).

Ainda na fase inicial, após as observações preliminares e o contato com o campo, foi realizada a transcrição completa de cada entrevista, o que possibilitou uma maior imersão no conteúdo narrativo. Ao todo, foram conduzidas treze entrevistas com mulheres catadoras de materiais recicláveis, que nesta tese serão identificadas por meio do uso de nomes de flores, como uma maneira simbólica de preservar suas identidades e reconhecer a força de suas histórias.

A duração média das entrevistas foi de 1h03min, totalizando aproximadamente 13 horas e 45 minutos de gravações. A menor entrevista teve uma duração de 34 minutos e 44 segundos, enquanto a maior durou 60 minutos e 12 segundos. Em relação às entrevistas com os equipamentos públicos, a conversa com a representante da USF teve duração de 153 minutos e 29 segundos, e com as representantes do FCJG, de 96 minutos e 26 segundos. A entrevista realizada no CRAS não foi gravada, mas as conversas e anotações

somaram 64 minutos e 34 segundos. No total, contabilizamos 5 horas, 14 minutos e 29 segundos de entrevistas.

Considerando todas as entrevistas realizadas no campo, tanto com as catadoras quanto com as representantes dos equipamentos públicos (USF, FCJG e CRAS), o tempo total de escuta e diálogo com as participantes da pesquisa alcançou aproximadamente 18 horas, 59 minutos e 29 segundos. Não incluímos aqui a entrevista com as Assistentes Sociais, uma vez que as anotações das conversas não foram gravadas. No entanto, destacamos que mesmo o tempo dedicado sem a gravação permite a compreensão do envolvimento com o campo de pesquisa.

Salientamos, ainda, que durante o período da pesquisa houve aproximação com uma das assistentes e, ao longo da ida ao campo, ocorreu a troca de funcionários no CRAS, o que, de certa forma, inviabilizou mais uma vez essa gravação. Isso se deve ao fato de que esses espaços demandam um reconhecimento das dificuldades enfrentadas pelos profissionais ao falarem sobre atividades inerentes à sua rotina de trabalho, especialmente em um contexto de relações precarizadas em seus contratos.

No que tange à transcrição das entrevistas, estas foram organizadas por data de realização e houve um cruzamento com as impressões do território, uma vez que a maioria das entrevistas ocorreu nas residências das participantes. Ao caminhar pelo sub-bairro, nos deparamos com diversas situações, como doações de cestas básicas, atuação da polícia na retirada de barricadas nas ruas, manifestações por água, disputas territoriais pelo poder paralelo, ações de ONGs com crianças, chuvas e alagamentos de ruas, entre outras. Essas transcrições foram, por vezes, articuladas ao escopo teórico.

É importante ressaltar que, durante as entrevistas, algumas catadoras, ao se referirem ao território, demonstraram receios que, conseqüentemente, limitaram o teor de suas declarações devido à gravação, revelando silenciamentos e trocas de olhares. No entanto, foram as conversas informais, especialmente aquelas realizadas sem o gravador, que nos proporcionaram dados significativos que poderiam ter escapado da pesquisa formal.

Na sequência, ocorreu a segunda etapa, denominada exploração do material, que, conforme Bardin (2016), consiste na transformação dos dados em conteúdos temáticos. Dessa forma, foi realizada a codificação dos dados do texto, que foram transformados em unidades de registro, considerando a magnitude, densidade e frequência apresentadas nas codificações. Em seguida, procedeu-se à estruturação da unidade de contexto, por meio dos aspectos que permitiram

compreender a significação exata da unidade de registro, resultando na produção dos eixos temáticos (Bardin, 2016).

O material das entrevistas foi transcrito no Microsoft Word e, posteriormente, inserido no Atlas.ti 9, visando à organização, gestão e visualização dos dados. Por fim, a terceira e última fase abrangeu, conforme indicado por Bardin (2016), o tratamento e a interpretação dos resultados obtidos, o que nos permitiu identificar as categorias para discussão e alcançar o objetivo proposto na tese.

Em relação às limitações, a literatura aponta que a interpretação dos dados pode variar de maneira subjetiva conforme a perspectiva do pesquisador, o que pode dificultar a replicabilidade dos resultados (Paiva; Oliveira; Hillesheim, 2021). Contudo, é fundamental destacar que essa subjetividade é uma característica inerente à abordagem qualitativa e, em especial, ao método da ACT (Palú; Petry, 2022). Longe de ser uma fragilidade, essa dimensão interpretativa possibilita apreender nuances e significados que não seriam captados por métodos mais rígidos.

No que tange às contribuições metodológicas, Palmeira; Cordeiro; Prado (2020) enfatizam que a ACT possibilita uma captação detalhada de nuances e contextos, apresentando representações mais fiéis das realidades em análise. Por sua vez, Sousa e Santos (2020) salientam que o método favorece a sistematização rigorosa da análise de dados verbais e não verbais, conferindo maior robustez aos processos interpretativos. Assim, a ACT se configura como uma estratégia analítica alinhada aos princípios da pesquisa qualitativa, permitindo um aprofundamento metodológico por intermédio da construção de categorias analíticas que emergem dos dados empíricos (Palú; Petry, 2022).

Dessa maneira, o percurso teórico-reflexivo-investigativo desta tese foi estruturado em seis capítulos, o que não implica que tenha ocorrido nesta sequência. Existe um contínuo movimento entre esses procedimentos que se complementam mutuamente, coerente com o referencial teórico adotado.

Iniciamos com o Capítulo 1, que se refere a **Introdução**, onde apresentamos a motivação do estudo, discutimos de forma sucinta a temática e as problemáticas relacionadas ao objeto investigado, além de expor a questão de pesquisa, os objetivos, a justificativa, a relevância do estudo e os procedimentos metodológicos utilizados para a coleta e análise dos dados.

No capítulo 2, intitulado “**A formação sócio histórica brasileira: origens, implicações e consequências como objeto de tese**”, revisamos as bases teóricas sobre colonialismo, colonialidade e racismo estrutural. No subcapítulo **2.1**

- **“Colonialismo: uma violência que (não) pertence somente ao passado”**, discutimos como o colonialismo estruturou a exploração econômica e subjetiva dos povos colonizados, conectando a dominação territorial à desumanização dos corpos racializados e às bases materiais do capitalismo global. Em **2.2 – “Colonialidade e Modernidade: a centralidade do termo 'raça’”**, abordamos as articulações entre raça, poder e modernidade, analisando como a colonialidade opera como uma lógica persistente nas estruturas contemporâneas, com ênfase na hierarquia racial como eixo organizador da dominação. O subcapítulo **2.3 – “Colonialidade do Poder, Saber e Ser”** aprofunda o debate sobre as implicações da colonialidade nas dimensões subjetivas e estruturais da vida, evidenciando os efeitos do racismo epistêmico e da desumanização dos sujeitos racializados. Por fim, no subcapítulo **2.4 – “Zona do não-ser e a desumanidade fabricada”**, são analisadas as consequências do racismo estrutural na configuração dos espaços sociais e das subjetividades no Brasil, com foco na experiência de mulheres negras e nos processos históricos de exclusão que perpetuam a negação de direitos.

O capítulo 3, denominado **“Racismo, Desumanização e a Objetificação dos Corpos Negros”**, aprofunda a análise acerca da divisão racial, social e sexual do trabalho, refletindo sobre a feminização da pobreza e os percursos trilhados pelos movimentos negros e feministas, em especial aqueles de orientação afro-latino-americana e decolonial. A proposta inicial consiste em criticar a ideologia da democracia racial e a negação do racismo no Brasil, mostrando como tais mecanismos sustentam a exclusão da população negra.

No subcapítulo **3.1 – “Divisão racial, social e sexual do trabalho e a feminização da pobreza”**, examina-se de que maneira a colonialidade do poder estrutura as hierarquias sociais e econômicas, com um foco particular na subalternização das mulheres negras, que são afetadas pela intersecção de opressões relacionadas à raça, gênero e classe. Trata-se da divisão sexual e racial do trabalho, da precariedade laboral, da dupla jornada e dos indicadores que ilustram como a desigualdade persiste no acesso à educação, renda e tempo livre. Já no subcapítulo **3.2 – “O Movimento Negro Brasileiro e a luta por direitos: raízes da resistência”**, apresenta-se um panorama da trajetória do movimento negro no Brasil, com destaque para o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU) e sua atuação no enfrentamento do racismo estrutural e da exclusão histórica. Nesse contexto, enfatiza-se o papel do feminismo negro na reconstrução das identidades das mulheres racializadas e na ampliação do debate sobre justiça social, memória e resistência.

No capítulo 4, apresentamos e problematizamos a respeito de **“Jardim Gramacho: Território Extraordinário do Lixo e o Trabalho com Resíduos”**, dedicando-nos ao território de Jardim Gramacho, sua trajetória histórica, os impactos do fechamento do Aterro Metropolitano, a presença do racismo ambiental e as injustiças socioambientais que o permeiam, situando o trabalho com resíduos como um elemento central das condições de vida local. Trata-se de uma etapa teórico-empírica, na qual articulamos dados secundários, observações de campo e registros institucionais, visando compreender como se manifestam, em Jardim Gramacho, as desigualdades socioambientais, de gênero, raça, classe e geração.

No subcapítulo **4.1 – “Dados Sociodemográficos e Socioeconômicos de Duque de Caxias”**, delinea-se um panorama do município onde Jardim Gramacho está inserido, apresentando indicadores de infraestrutura, economia, acesso a direitos, violência e vulnerabilidade social, com especial atenção aos efeitos da desigualdade racial e de gênero. A análise fundamenta-se em dados do Censo do IBGE (2022), do Ministério do Desenvolvimento Social (2024), do Mapa da Desigualdade (2023) e de outras fontes oficiais, com a finalidade de evidenciar as contradições entre o elevado PIB da cidade e a precariedade vivenciada nos bairros periféricos. Em **4.2 – “O Sub-bairro Jardim Gramacho: Condições atuais e Dinâmicas Territoriais”**, oferece-se um retrato mais específico e atualizado do território que abriga as catadoras entrevistadas, considerando sua história, transformações socioespaciais e as três fases marcantes de sua constituição, com ênfase nas repercussões do encerramento do Aterro Metropolitano. Neste segmento, utilizam-se dados produzidos pelo IBASE (2022, 2023, 2024) em parceria com o Fórum Comunitário de Jardim Gramacho, além de observações de campo realizadas entre 2021 e 2024, com o intuito de mapear a infraestrutura, a precariedade urbana, o acesso desigual a serviços públicos e as formas de resistência local.

O capítulo 5, intitulado **“Ser Catadora, Ser Resistência: Vida e trabalho em Jardim Gramacho”**, aborda as experiências interseccionais permeadas por raça, classe, gênero, geração e território, identificando tanto os desafios impostos pela precariedade quanto as formas de resistência cotidiana que promovem pertencimento, identidade e florescimento político entre essas mulheres. Também são incluídas entrevistas com representantes do CRAS, da USF e do FCJG, permitindo um contraponto entre as narrativas institucionais e as vozes das catadoras. A análise, fundamentada na Análise de Conteúdo Temática (Bardin,

2016), priorizou categorias emergentes com densidade analítica, respeitando a organicidade do material e os significados construídos pelas entrevistadas.

No subcapítulo **5.1 – “No Jardim de Gramacho, florescem catadoras”**, são apresentadas as interlocutoras da pesquisa, cujas trajetórias refletem as distintas formas de inserção no trabalho com resíduos, os efeitos da descontinuidade do AMJG e a sobrecarga interseccional que permeia gênero, raça, classe e geração. As catadoras foram identificadas por nomes fictícios de flores, simbolizando sua resistência cotidiana diante da precariedade, do estigma e da ausência de direitos. O subcapítulo **5.2 – “A gente não é lixo, a gente recicla o lixo!”**, aprofundamos a análise das falas das entrevistadas, articulando os sentidos que atribuem ao seu trabalho, os impactos da divisão racial e sexual do trabalho, os efeitos do racismo estrutural e a presença de estratégias de sobrevivência e reexistência no cotidiano da catação.

No subcapítulo **5.3 – “Os circuitos da Sabedoria Feminina em Jardim Gramacho: Afetos e Resistência Compartilhada”**, a investigação foca nas interações de solidariedade, cuidado e resistência cotidiana estabelecidas entre as catadoras de materiais recicláveis. A partir das narrativas das entrevistadas, confirma-se como os laços afetivos entre mulheres – sejam estes de natureza familiar ou formados pela vivência da catação – funcionam como estratégias de sustentação da vida, mesmo diante da precariedade e da ausência do Estado. Esses vínculos configuram um saber coletivo e ancestral, não institucionalizado, que abrange práticas de cuidado, maternidade ampliada, amizade e espiritualidade, atuando como formas de resistência ao abandono social e à lógica do descarte.

Por sua vez, o subcapítulo **5.4 – “Acesso a Direitos e Relação com os Equipamentos Públicos: Contrapontos entre o Discurso Institucional e as Vozes das Catadoras”**, propõe um diálogo crítico entre os discursos institucionais (CRAS, USF e Fórum Comunitário de Jardim Gramacho) e os relatos das catadoras, com o intuito de problematizar o acesso a direitos em um território caracterizado por desigualdades raciais, de gênero e territoriais. A seção revela a disparidade entre o que é formalmente previsto pelas políticas públicas e a vivência concreta dessas mulheres, que enfrentam estigmas, exclusão e desassistência. Ademais, expõe como a falta de escuta e de reconhecimento das especificidades das catadoras perpetua a invisibilidade institucional. As análises reforçam a urgência de políticas que reconheçam esses sujeitos como protagonistas e que enfrentem as desigualdades de maneira interseccional e comprometida com a reparação histórica.

Por fim, o último capítulo se refere as **Considerações Finais**, etapa em que revisitamos os objetivos propostos à luz dos resultados obtidos, destacando as principais contribuições da tese ao campo do Serviço Social e à linha de pesquisa “Questões socioambientais, urbanas e formas de resistência social”, além de apresentarmos apontamentos sobre as limitações do estudo e possíveis direções para investigações futuras.

## 2

### **A formação sócio histórica brasileira: origens, implicações e consequências como objeto de tese**

*“Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas etc. até a polícia formalmente constituída. Desde a casa-grande e do sobrado até os belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (...). No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende por que o outro lugar natural do negro sejam as prisões” (Gonzalez, 2020, p. 84-85).*

Fanon (2010) caracteriza o mundo colonizado como um espaço severamente fragmentado em dois, onde a divisão entre colonizadores e colonizados vai além do plano físico, atingindo dimensões existenciais e simbólicas. Essa dualidade gera uma estrutura compartimentada que diferencia e hierarquiza os seres humanos, criando duas "espécies" distintas, marcadas por raça e classe de maneira indissociável. Embora não aborde diretamente a situação brasileira, as contribuições de Fanon (2010) ajudam a compreender como essas divisões estão intrinsecamente ligadas à formação sócio-histórica do país, cujas raízes coloniais estabeleceram padrões de exploração, opressão e desigualdade que ainda influenciam a sociedade contemporânea. Assim, o capítulo propõe um diálogo sobre as implicações dessas dinâmicas históricas, examinando suas origens e as consequências que reverberam na configuração da realidade brasileira.

A estrutura econômica e social colonial, fundamentada na violência e na desigualdade racial, reflete a noção de "mundo dividido em dois", onde as formas de vida nas colônias são radicalmente diferentes entre os colonizadores, que são brancos e ricos, e os colonizados, que, como não-brancos e pobres, são

submetidos à miséria e à exploração. Nesse cenário, a raça atua como uma justificativa para a exploração econômica e a dominação política, perpetuando um ciclo em que a riqueza e o poder se associam à branquitude, enquanto a pobreza e a submissão se relacionam aos colonizados racializados. Para Fanon (2010), a infraestrutura econômica no contexto colonial, por meio das relações de produção e da organização da economia, reflete diretamente a divisão racial de nossa sociedade; as instituições políticas, jurídicas e culturais dessa superestrutura servem para reforçar essas divisões. Dessa forma, a riqueza e a posição social não são percebidas apenas como resultados de conquistas individuais, mas como atributos raciais.

Conforme Oyěwùmí (2016), a dominação era inicialmente explicada pela força, mas, com o tempo, emergiu a ideia de que a superioridade racial branca era uma condição "natural" da humanidade, em uma transição ideológica que passou a enaltecer a supremacia branca como algo inerente, proporcionando uma base "naturalizada" para o colonialismo e a dominação racial, envolvendo uma questão de poder militar e força bruta. Assim, o indivíduo é considerado rico por ser branco, e ser branco, dentro dessa lógica colonial, é visto como uma condição natural de privilégio e superioridade. Em outras palavras, o racismo se configura como um elemento estrutural no sistema colonial, sendo mais do que uma consequência das relações econômicas; ele está no centro delas, moldando tanto a percepção dos colonizadores quanto dos colonizados sobre si mesmos e sobre o mundo ao seu redor. Portanto, a opressão colonial não deve ser compreendida apenas em termos econômicos, mas deve ser vista como uma violência total, que atinge tanto o corpo quanto a psique dos colonizados (Fanon, 2010).

Com o objetivo de explorar os efeitos da colonização, reconhece-se que vivenciamos um processo marcado por uma violência brutal, cujas raízes não se limitam ao controle territorial, mas se estendem à exploração sistemática de corpos e recursos. Desde o início da expansão colonial europeia, práticas de dominação e escravização moldaram profundamente as sociedades coloniais, criando hierarquias sociais rigidamente estruturadas. A escravização, sustentada por violência física e simbólica, consolidou as relações de poder que colocaram os colonizadores no ápice de uma pirâmide social baseada na cor da pele e no controle dos meios de produção, enquanto os colonizados eram reduzidos a mão de obra forçada e mercadoria.

Assim, este capítulo busca discutir essas questões, para mostrar como a separação do espaço social e a desigualdade na garantia de direitos, historicamente estruturadas não apenas no Brasil, mas de forma global, ainda

encontram eco na sociedade contemporânea. Como ressaltou Gonzalez (2020), o espaço dos dominadores e dos dominados foi marcado por uma divisão racial, que posicionava os brancos em ambientes saudáveis e protegidos, enquanto os negros eram confinados a áreas de precariedade e sujeição. O passado que vivenciamos ainda não foi superado, pois as áreas precárias continuam a ser predominantemente ocupadas por pessoas negras e pobres, que enfrentam condições de vida degradantes, resultado de um sistema que perpetua as mesmas dinâmicas coloniais de violência.

A segregação espacial reflete a divisão racial do espaço observada desde o período colonial, quando a "casa-grande" dos senhores de escravizados contrastava com as senzalas e outros espaços marginalizados ocupados pelos negros escravizados. O acesso a direitos, como saúde, educação, moradia digna e segurança, continua a ser desigualmente distribuído, reforçando a perpetuação de uma estrutura social racista e classista.

Nesse sentido, problematizaremos os efeitos da colonialidade, visto que as hierarquias raciais e sociais, ao serem naturalizadas pela lógica moderna, impuseram uma visão eurocêntrica do mundo, na qual culturas e corpos não brancos foram desumanizados e inferiorizados. A partir da desumanização de corpos negros, a escravização e a exploração econômica foram justificadas, criando as bases para a marginalização contínua de grupos racializados e oprimidos nas sociedades contemporâneas.

O conceito de colonialidade, conforme desenvolvido por Quijano (1992; 2005), nos auxiliará a explicar como modernidade e colonialidade são faces de uma mesma moeda, originadas de uma complexa combinação de forças, de vozes que foram ouvidas ou silenciadas, de memórias densas ou fragmentadas, de narrativas apresentadas de forma unilateral, que suprimiram outras lembranças, e de histórias que foram e continuam a ser contadas, levando em consideração a dualidade de consciência provocada pela experiência colonial (Mignolo, 2017).

Faremos um giro na exposição de nossos argumentos como uma resposta crítica à colonialidade. O giro decolonial, conforme Maldonado-Torres (2017), é um movimento de resistência que abrange dimensões teóricas, práticas, políticas e epistemológicas contra a lógica da modernidade/colonialidade, buscando construir alternativas ao pensamento eurocêntrico e valorizando saberes e práticas marginalizadas pela colonialidade. Conforme Vergès (2020, p. 27), é ser fiel "(...) às lutas das mulheres do Sul global que nos precederam. É reconhecer seus sacrifícios, honrar suas vidas em toda a sua complexidade, os riscos que assumiram, as hesitações e as desmotivações que conheceram".

Demonstrar-se-á que, para além das opressões, também houve resistências. Recuperando brevemente dados históricos do Movimento Negro Brasileiro a partir das quatro fases de Domingues (2007), articularemos como determinados períodos favoreceram o movimento e as discussões feministas afro-latino-americanas. Discutiremos ainda como as hierarquias raciais se articulam com a opressão de gênero e classe, destacando as diferentes dimensões do racismo e como ele afeta o espaço ocupado, o trabalho realizado e a própria vida.

Por fim, adotamos a perspectiva decolonial, em diálogo com outros campos da teoria crítica à colonialidade, articulada à interseccionalidade, como ferramentas analíticas para compreender de que forma as opressões de raça, gênero e classe se entrelaçam na vida de mulheres negras que enfrentam o racismo estrutural, a subalternização de gênero e a exploração econômica.

## **2.1 Colonialismo: uma violência que (não) pertence somente ao passado**

O colonialismo, em sua forma inicial, desempenhou um papel vital na gênese do capitalismo, funcionando como uma política econômica que precedeu e acompanhou o desenvolvimento deste sistema em suas várias fases (Ferreira, 2014). Ao longo do século XVI, manifestou-se predominantemente por meio do mercantilismo, caracterizado pelo controle estratégico das rotas comerciais e pela exploração intensa de recursos valiosos, como ouro, prata e especiarias (Lênin, 2012).

As colônias não eram apenas fontes de matéria-prima, mas também mercados cativos para os produtos manufaturados das potências europeias. Este sistema se exemplificou de maneira clara no comércio triangular, que interligava Europa, África e Américas em um ciclo econômico brutal, onde a escravização de africanos desempenhou um papel central (Ferdinand, 2022). As práticas mercantilistas de dominação territorial fundamentaram o que Lênin (2012) descreve como "acumulação primitiva de capital", um processo essencial para a emergência do capitalismo como modo de produção.

Com a repartição do mundo entre as potências europeias, especialmente na África, o colonialismo evoluiu de uma política de "livre conquista" para uma era de monopólios e disputas por territórios e recursos. Nesse cenário, possibilitou a concentração de riqueza nas metrópoles, criando as bases econômicas e sociais necessárias para a consolidação do capitalismo em uma escala global (Ferreira, 2014).

A transição do colonialismo mercantilista para o monopolista refletiu o aprofundamento da exploração e da desumanização das populações colonizadas. Para Fanon (2010), o desenvolvimento das metrópoles e a constituição do Estado de Bem-Estar Social só foram viáveis pela superexploração da força de trabalho e dos recursos naturais nas colônias. A "sangria humana", aliada ao desmonte das infraestruturas tradicionais, colocou essas nações em desvantagem estrutural em relação ao capital monopolista.

Fanon (2008) analisa o colonialismo como uma estrutura de dominação com dimensões subjetivas e objetivas. A dimensão subjetiva refere-se ao impacto psicológico e cultural sobre os colonizados, cujas identidades foram moldadas pela imposição de uma visão de mundo desumanizante. Esse processo resulta na internalização de sentimentos de inferioridade e alienação, criando uma forma de dominação que transcende a subjugação física e permeia a cultura e a psique (Fanon, 2008).

A dimensão objetiva abrange sua estrutura material, incluindo aspectos econômicos e extraeconômicos. A exploração intensiva dos recursos naturais e da força de trabalho tornou-se essencial para a expansão do capitalismo global. Essa exploração foi sustentada por mecanismos de controle social, político e cultural, que reforçaram a subordinação das sociedades colonizadas e garantiram a hegemonia das potências coloniais (Fanon, 2008).

Como sugere Fanon (2008), a articulação entre essas dimensões integra-se ao "complexo sócio metabólico do capital", um conceito derivado da análise marxista. O sociometabolismo delineado por Marx (2013) representa um sistema que organiza e controla as esferas sociais, submetendo o trabalho à lógica do capital. Nesse processo, o trabalho humano e os recursos naturais são ajustados para atender às exigências da produção e reprodução do capital (Marx; Engels, 2007).

Dessa forma, o colonialismo extraiu recursos das colônias, ao mesmo tempo em que reconfigurou suas estruturas sociais, políticas e culturais para atender às demandas do capital (Fanon, 2008; Nascimento, 2016). A exploração econômica foi acompanhada pelo controle ideológico, moldando subjetividades e estruturas locais. Atuando simultaneamente em níveis econômico e extraeconômico, o colonialismo sustentou e expandiu as relações capitalistas de dominação (Fanon, 2008; Nascimento, 2016).

Conforme Marx (2011, 2013) e Marx; Engels (2007), o trabalho ocupa um lugar central na relação entre homem e natureza, sendo um processo dialético pelo qual o ser humano transforma a natureza e é por ela transformado. Esse

metabolismo esclarece que o trabalho é um mediador entre corpo e natureza, utilizando forças naturais (braços, pernas, cabeça, mãos) para produzir o que é necessário à vida humana (Marx, 2013).

Tal transformação transcende o plano material: ao modificar a natureza, o ser humano altera sua própria essência e recria suas condições de existência. Nesse processo, com a divisão social do trabalho e a mercantilização dos recursos, o trabalho converte-se em um instrumento de extração de mais-valia. A natureza, os recursos e as relações humanas são objetificados, transformando-se em mercadorias e intensificando a exploração do ser humano pelo ser humano (Marx; Engels, 2007).

O sociometabolismo entre homem e natureza não é um produto do capital, mas anterior a ele. Contudo, o capital apropria-se dessa dinâmica, moldando-a conforme suas necessidades de reprodução e lucro. Assim, estabelece-se uma interdependência entre humanidade e natureza, ambas exploradas como fundamentos do sistema (Marx, 2013).

Sob o capitalismo, o trabalho que antes era uma atividade criativa e transformadora, torna-se regulado pelas exigências do capital. O processo produtivo é controlado, e tanto a natureza quanto os recursos humanos são transformados em instrumentos de valorização, alienando o trabalhador de sua produção e do mundo natural que modifica. O sociometabolismo capitalista, dessa forma, associa-se a uma relação histórica de exploração que submete o homem e a natureza às necessidades do capital, sustentando uma lógica de dominação que permeia toda a vida social.

As relações de poder que se consolidam no capitalismo colonial reorganizam as esferas sociais, subordinando-as ao imperativo da acumulação. O colonialismo não é uma prática isolada, mas parte integrante e funcional do capitalismo, que depende da exploração sistemática dos territórios colonizados para sua manutenção. Fanon (2008) observa que essa estrutura opera nos níveis material e subjetivo, sustentando a ordem econômica global e perpetuando a opressão, mesmo após os processos de independência.

Como aponta Nascimento (2016), o baixo desenvolvimento das forças produtivas, a pobreza extrema, a escassez de capital e a fragilidade das elites recém-emancipadas revelam as contradições herdadas do colonialismo. Algumas nações sucumbiram às pressões neocoloniais; outras, ao tentarem resistir, impuseram sobretrabalho à sua população, provocando descontentamentos que foram explorados por forças coloniais para desestabilizar governos e consolidar novas formas de dominação (Fanon, 2008, 2010; Nascimento, 2016).

Dessa maneira, o colonialismo fundamentou as bases do capitalismo global, perpetuando uma dinâmica de exploração que continuou a influenciar de forma significativa as ex-colônias, mesmo após a conquista da independência. As reflexões de Césaire (1978) e Fanon (2008) indicam como o colonialismo instaurou uma relação de dominação absoluta, na qual o colonizador obstrui qualquer possibilidade de interação humana genuína. Nesse contexto de "coisificação", indivíduos são convertidos em objetos, visando o benefício econômico do colonizador. Em outras palavras, a colonização promove a desumanização do colonizador, à medida que este desumaniza o colonizado (Césaire, 1978; Fanon, 2008). É o que o trecho a seguir ilustra:

Onde quero chegar? A esta ideia; que ninguém coloniza inocentemente, nem ninguém coloniza impunemente, que uma nação que coloniza que uma nação que justifica a colonização – portanto, a força – é já uma civilização doente, uma civilização moralmente ferida que, irresistivelmente, de consequência em consequência, de negação em negação, chama o seu Hitler, isto é, seu castigo. (Césaire, 1978, p. 21).

No contexto da população escravizada, a "política do porão", conforme elucidado por Ferdinand (2022), serve como um sombrio lembrete de que o colonialismo não apenas explorou territórios e recursos, mas também violou profundamente a dignidade humana, deixando um legado de trauma e opressão que se estende até os dias atuais. Os impactos devastadores desse violento processo de colonização, que por séculos condenou populações inteiras à escravização e à subalternidade<sup>5</sup> (Assis, 2014; Nascimento, 2016), transcendem uma única sociedade, integrando uma narrativa global marcada pela exploração, opressão e desumanização (Césaire, 1978; Ferdinand, 2022).

Dessa forma, discutimos o legado do colonialismo como uma ferida compartilhada por diversas nações, onde essas cicatrizes se manifestam de maneira visível nas profundas desigualdades raciais e sociais que persistem (Assis, 2014; Ferdinand, 2022), tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo, configurando uma dupla fratura. Como observa Fanon (2012), "não é possível subjugar homens sem, logicamente, os inferiorizar de um lado a outro", criando um "negócio comercial gigantesco" que, ao estabelecer colônias, resulta em um

---

<sup>5</sup> Segundo Mussi e Goés (2016), o grupo *Subaltern Studies* foi constituído no final da década de 1970 e no início da década de 1980, estando intimamente relacionado aos estudos de Gramsci sobre as noções de hegemonia e subalternidade. Inicialmente, essa abordagem foi compreendida como "(...) um contraste ao emprego comum do conceito de classe na época – visto como um efeito de relações de poder manifestado por uma diversidade de significados – linguísticos, econômicos, sociais e culturais" (p. 300). Com a publicação de Gayatri Spivak, que lançou a influente obra *Can the subaltern speak?* em 1988, a autora indiana aplicou o conceito ao contexto pós-colonial, interrogando se os subalternos — em particular as mulheres colonizadas — seriam capazes de ter uma voz e de se fazer ouvir nas estruturas de poder e conhecimento dominantes.

mundo violentamente "cindido em dois" (Fanon, 2010), onde a linha divisória entre os que dominam e os que são dominados é sustentada por mecanismos de coerção e legitimação (Césaire, 1978). Para tanto, é preciso considerar que:

Entre colonizador e colonizado, só há lugar para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, o imposto, o roubo, a violação, as culturas obrigatórias, o desprezo, a desconfiança, a arrogância, a suficiência, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas. (...) Eu, eu falo de sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões destruídas, de esplêndidas criações artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades humanas suprimidas (Césaire, 1978, p. 25).

Ademais, a tradição da cultura política e jurídica na América Latina reflete o processo histórico de colonialidade, exploração, dependência e exclusão de diversos segmentos sociais (Maia; De Farias, 2022). As estruturas econômicas e sociais impostas pelo colonialismo geraram um sistema de poder que perpetua a desigualdade e a subordinação, sendo esse fenômeno alimentado por três aspectos fundamentais: o eurocentrismo como matriz cultural, o colonialismo como matriz institucional e o capitalismo como matriz econômica (Maria; De Farias, 2022). Tais fatores contribuíram para a dominação das nações do Norte sobre os países do Sul Global, estabelecendo uma dinâmica de dependência que ainda hoje molda as relações internacionais e as estruturas internas das nações latino-americanas (Césaire, 1978; Fanon, 2010; Nascimento, 2020; Ferdinand, 2022).

Na verdade, o processo é esmagador (p. 53). (...) Dos valores inventados outrora pela burguesia e que ela lançou através do Mundo, um é o do homem e do humanismo — e já vimos no que se tornou — o outro é o da nação. É um facto: a nação é um fenómeno burguês... (p. 65). (...) Os índios massacrados, o mundo muçulmano esvaziado de si próprio, o mundo chinês maculado e desnaturalizado durante um bom século; o mundo negro desqualificado; vozes imensas extintas para todo o sempre; lutas desfeitas; todo este estrangulamento, todo este desperdício, a humanidade reduzida ao monólogo (Césaire, 1978, p. 65).

Dessa forma, o colonialismo e o capitalismo surgiram de maneira interligada, com o primeiro atuando como base e facilitador para a expansão e consolidação do segundo (Lênin, 2012). Como consequência, o colonialismo não apenas explorou economicamente os territórios colonizados, mas também desmantelou culturas e sociedades inteiras, promovendo um ciclo incessante de opressão e coisificação dos povos colonizados.

Ao direcionarmos nosso olhar para a realidade brasileira e revisitarmos o período do Brasil Colônia, a pesquisa de Mesgravis (2015) revela que os portugueses, ao colonizarem as novas terras, buscaram implementar um modelo de exploração econômica voltado para a geração rápida e significativa de lucros.

Para alcançar tal objetivo, era imprescindível contar com uma força de trabalho abundante e eficiente, capaz de produzir grandes quantidades de riqueza. Decorrente da avareza e da incessante busca por maximizar os lucros, observamos a exploração intensiva da mão de obra, sobretudo por meio da escravização de africanos e da exploração de povos indígenas, em um modelo econômico estruturado de modo a enriquecer os cofres da Coroa portuguesa, assegurando que a colônia fosse uma fonte contínua e lucrativa de recursos para a metrópole (Mesgravis, 2015).

Entre as contribuições centrais acerca das conexões entre o racismo estrutural, a exploração colonial e a forma como a escravização e ideologias subsequentes, como a democracia racial e a miscigenação, continuaram a perpetuar a marginalização das populações negras e indígenas no Brasil, utilizamos os achados das pesquisas de Carneiro (2003, 2005, 2020), Fanon (2008), Collins (2016), Davis (2016), Nascimento (2016), Kilomba (2019), Gonzalez (2020), Oliveira (2021) e Hartman (2021). Embora algumas discussões não se referissem especificamente ao Brasil, elas nos permitiram demonstrar como essas práticas históricas moldaram as desigualdades contemporâneas, pois a violência contra a população negra não se constituiu em um caso isolado. Assim, especialmente no que tange às questões de raça, gênero e classe, nos apoiamos nessas e em outras produções, que serão abordadas a seguir.

Desde o século XVI até meados do século XIX, o Brasil destacou-se como o maior importador de africanos escravizados nas Américas, tornando-se o principal centro escravista do continente. Mesmo após a independência em 1822, o Brasil continuou a intensificar a importação de escravizados, sustentando um sistema que perdurou até a abolição “oficial da escravização” em 1888. O prolongamento do tráfico e da escravização esteve intrinsecamente relacionado à organização e manutenção do Império Brasileiro, por isso, a escravização se tornou parte essencial da estrutura social e econômica do país (Mesgravis, 2015).

Foi por meio do trabalho de escravizados que as bases da colônia foram edificadas, sustentando assim a riqueza e o poder da aristocracia branca, enquanto perpetuava a subjugação racial (Nascimento, 2016). Contudo, os impactos da colonização, especialmente no que diz respeito à imposição da escravização e servidão, vão muito além do período histórico em que essas práticas ocorreram. Para Neves (2015), existem muitas denominações para o que se refere à colonização e aos efeitos do colonialismo. A partir de seus argumentos, percebemos que as múltiplas facetas do colonialismo são nuances de um todo que se manifestam e devem ser entendidas como expressões particulares de um

mesmo processo de dominação, imposto por estratégias e mecanismos, ora violentos, ora sutis, a todas as partes das Américas e a todos os povos desta região do mundo, de tal modo que:

A colonização tem muitas faces, e muitos nomes, genocídio, extermínio, epistemicídio, violência, agressão, violação, invasão, destruição, escravidão, evangelização, aculturação, assimilação, integração, subordinação, subalternização, discriminação, dizimação, anulação da expressão cultural, desestruturação social, desestruturação política, desestruturação étnica, perda de identidade, perda de integridade, perda de território, sofrimento sem fim, preconceitos sempre renovados. São muitos os nomes da colonização, e, na Amazônia, ou nas Amazônias, assim como em toda a América Latina, todos “estes nomes” estão, ainda hoje, atuantes em toda a sua força e crueldade (Neves, 2015, p. 282).

Ao analisarmos a constituição da sociedade brasileira e mundial, percebemos que os legados coloniais são fundamentados na violência, manifestando-se por meio de práticas contemporâneas e herdadas nas configurações estatais e capitalistas (Alexander; Mohanty, 2013). É a partir do fenômeno da escravização que notamos contínuos resquícios na maneira como nos organizamos enquanto sociedade e indivíduos, pois permanecemos enraizados no racismo estrutural que estabeleceu o branco como norma e o negro como sua negação (Carneiro, 2005).

Nesse contexto, Kilomba (2019) elucidou que o racismo estrutural diz respeito à maneira como instituições e sistemas oficiais, tais como o governo, a educação e o mercado de trabalho, operam de modo a favorecer sistematicamente indivíduos brancos, ao passo que colocam os membros de grupos racializados em situação de desvantagem. Configura-se, assim, um processo que não se restringe a ações ou intenções individuais, mas que está intrinsecamente incorporado nas próprias regras, políticas e práticas dessas instituições.

Dessa forma, podemos considerar as definições de "bom" e "mau", que, segundo Moura (2021), são construções ideológicas oriundas das classes dominantes na sociedade brasileira. O autor argumenta que os conceitos de "bondade" e "ruindade" são delineados pelas elites sociais, baseando-se nos valores que essas elites estabeleceram para preservar a ordem social. O que é visto como "bom" alinha-se aos interesses e normas dessas classes dominantes, enquanto o "mau" representa aquilo que se desvia dessas convenções. Nesse sentido, Memmi (1977, p. 79) ressalta que "(...) o colonizado, seja qual for a função que assumo, seja qual for o zelo que manifeste, nunca seria nada mais do que um ser preguiçoso".

Historicamente, o escravizado considerado "bom" era aquele que se adequava ao sistema de dominação e submissão, sendo idealizado pelas elites. No entanto, quando não se conformava aos padrões e expectativas impostos pela sociedade, era rotulado como "mau". Segundo Collins (2016), a escravização constituiu um modo de produção, uma instituição patriarcal hierarquizada por raça, classe e gênero. Nessa estrutura, os sujeitos colonizados ocupavam posições sociais diferenciadas com base em sua raça e gênero. Diante dessa configuração, o poder central era exercido pelo homem branco proprietário de terras e escravizados, que controlava tanto os corpos dos negros quanto as mulheres brancas.

O que se observa nas argumentações de Carneiro (2005), Collins (2016), Davis (2016) e Gonzalez (2020) é que as ideologias de democracia racial e miscigenação foram posteriormente adotadas para encobrir a violência e a brutalidade da escravização, transformando o passado colonial em uma narrativa de harmonia racial. No entanto, essas ideologias ocultam o legado de exploração racial e sexual, especialmente no que diz respeito às mulheres negras, que foram hipersexualizadas e vistas como "mulheres fáceis", refletindo os estereótipos herdados desse período.

Do ponto de vista dos senhores, as escravizadas eram percebidas, antes de tudo, como uma força de trabalho a ser economicamente explorada, sem consideração por suas identidades de gênero (Davis, 2016). Enquanto as mulheres brancas eram restritas ao espaço doméstico e protegidas pela ideologia patriarcal, as mulheres negras escravizadas não recebiam esse tratamento diferenciado, sendo forçadas a realizar tanto trabalho físico extenuante quanto qualquer homem, sem qualquer consideração pela feminilidade ou por funções sociais atribuídas ao gênero feminino (Carneiro, 2005; Gonzalez, 2020).

Nesse sentido, a escravização e a servidão, ao serem impostas pelo colonialismo, constituíam mais do que práticas isoladas de dominação; foram, na verdade, estrategicamente organizadas para a produção de mercadorias destinadas ao mercado global. Conforme Davis (2016), as mulheres negras não eram reconhecidas como mães no sentido emocional ou social do termo, mas eram vistas apenas como reprodutoras. Ou seja, seu valor estava atrelado à sua capacidade de gerar mais escravizados, ampliando a força de trabalho e, conseqüentemente, o patrimônio dos proprietários.

A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos dos seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram reprodutoras – animais cujo valor monetário

podia ser calculado com precisão a partir da sua capacidade de se multiplicar (Davis, 2016, p. 19).

Assim, a reprodução das mulheres escravizadas constituiu um processo essencialmente econômico, em que o nascimento de uma criança representava um novo "ativo" para o proprietário, com seu valor quantificado em termos monetários. Durante esse período, as mulheres negras foram sistematicamente despojadas de sua condição de sujeitos de direitos, sendo reduzidas a corpos reprodutivos a serviço do sistema escravista. Não gozavam de proteção enquanto mães, visto que suas maternidades eram instrumentalizadas como mecanismos de reprodução da força de trabalho escravizada, desprovidas de qualquer garantia de afeto, vínculos ou integridade familiar. Ademais, a separação forçada de mães e filhos integrava o cotidiano violento e lucrativo das relações escravistas.

Nesse cenário, o patriarcado atuava de maneira racializada, uma vez que o controle sobre os corpos das mulheres negras não tinha como único objetivo sua submissão enquanto gênero, mas também a preservação de uma ordem racial e econômica. Enquanto as mulheres brancas eram exaltadas ao papel de mães a serem protegidas, as mulheres negras eram relegadas ao extremo oposto: aquelas que cuidavam dos filhos das elites, mas não possuíam o direito de cuidar de seus próprios (Davis, 2016).

Portanto, conforme elucida Davis (2016), é imprescindível abordar a brutalidade e a desumanização inerentes à escravização, que manipularam até mesmo a capacidade de ser mãe para gerar lucro. A esse respeito, Hartman (2021) ressalta que o colonialismo, a escravização e o racismo estrutural não impactaram apenas as populações negras, mas a sociedade como um todo, pois consistem em estruturas que moldaram o mundo moderno, influenciando as relações econômicas, sociais e políticas em escala global. Contudo, são as comunidades negras que experimentam de forma mais aguda e direta as repercussões desses processos históricos, dado que:

É uma história que moldou as vidas de todos nós, embora as pessoas negras sem dúvida carreguem o peso dessa história e lidem com marcas duradouras, como ter a humanidade questionada; as condições de pobreza que perduram; a precariedade e a morte prematura; e a vulnerabilidade diante da violência do Estado (Hartman, 2021, p. 12).

Na sua obra, Nascimento (2016) evidenciou que foram os escravizados que, com seus corpos, sustentaram e estabeleceram as bases da colônia, já que foram mãos negras que cultivaram, alimentaram e colheram a riqueza material do país, destinada exclusivamente ao gozo da aristocracia branca. Enquanto os

colonizadores brancos mantinham seu poder e riqueza à custa do trabalho negro, o colonialismo português perpetuava a violência e a exploração racial, escondendo tais realidades sob um manto de benevolência e civilização.

Ao refletirmos sobre o sofrimento das mulheres negras, Davis (2016) ressaltou a total desumanização que viviam ao serem tratadas como “máquinas reprodutivas”, além de enfrentarem a precariedade da escravização, marcada por “oportunidades de vida incertas, acesso limitado à saúde e à educação, morte prematura, encarceramento e pobreza” (Hartman, 2021, p. 14). Essas mulheres eram frequentemente vítimas de violência por parte dos senhores de escravizados, sendo impedidas de constituir famílias estáveis, em decorrência da desproporção de gênero (uma mulher para cada cinco homens) e da exploração sexual que sofriam (Nascimento, 2016).

Conforme observado por Carneiro (2003), a miscigenação no Brasil foi resultado da violência colonial, em particular do estupro sistemático de mulheres negras. Gonzalez (2020) indica que as ideologias de democracia racial e miscigenação ocultam a brutalidade do processo de colonização e da escravização, perpetuando a marginalização e a objetificação da mulher negra. Ao analisarmos os impactos do colonialismo, percebemos que as mulheres escravizadas enfrentaram uma dupla opressão: a exploração racial no sistema escravista e a opressão de gênero, sendo alvo de violência sexual e exploração reprodutiva (Davis, 2016; Nascimento, 2016). A escravização de mulheres africanas impulsionou a economia colonial e reforçou a ideologia que naturalizou sua objetificação e subjugação (Carneiro, 2003; Collins, 2016; Gonzalez, 2020).

O legado da escravização moldou a forma como as mulheres negras são tratadas como mão de obra desvalorizada e expostas a relações de poder desiguais, sustentando uma estrutura de opressão que ainda perdura. Nascimento (2016) descreve que a herança patriarcal portuguesa moldou as relações sociais no Brasil, e esse passado não superado continua a prejudicar as mulheres negras, em virtude da falta de status social, pobreza e desamparo, perpetuando o ciclo de exploração.

Nesse contexto, as mulheres negras eram apagadas e negligenciadas para viabilizar sua exploração como mercadoria (Hartman, 2021), ampliando a opressão que sofriam tanto como mulheres quanto como negras (Davis, 2016; Hartman, 2021). A persistente objetificação das mulheres negras, especialmente no trabalho doméstico, reflete o legado de um sistema patriarcal e racista que, desde a escravização, alocou essas mulheres em papéis subalternos (Nascimento, 2016; Gonzalez, 2020).

Assim, a inclusão precária de corpos historicamente subjugados é exemplo claro da continuidade de estruturas patriarcais-racistas-opressivas, que operam a partir do racismo estrutural, configurando-se como uma forma de mais-valia psicológica, cultural e ideológica, que perpetua a marginalização de descendentes de africanos escravizados e outros grupos, como indígenas, mantendo-os em posição subalterna na sociedade brasileira (Nascimento, 2016; Gonzalez, 2020). Oliveira (2021) nos alerta que, para compreender e combater o racismo estrutural, é necessário ir além das ações individuais e institucionais, focando na maneira como a sociedade foi historicamente estruturada para beneficiar certos grupos em detrimento de outros. O racismo estrutural é sustentado pelas bases materiais da sociedade, pela forma como o poder e a riqueza são distribuídos. Isso se deve ao “caráter estrutural do racismo, isto é, que ele normaliza determinadas tipologias de relações e que estas são aderentes à sociedade de classes” (Oliveira, 2021, p. 63).

Dessa forma, o conceito de colonialidade torna-se fundamental para compreender que a modernidade, longe de representar um progresso universal, foi edificada sobre a exploração e desumanização de milhões de pessoas, especialmente de corpos negros. Por essas razões, podemos entender que, mesmo após o fim formal do colonialismo, o modelo de exploração colonial continua a operar, assumindo novos contornos na relação entre modernidade, colonialismo e capitalismo global. Esse processo sustenta e reforça as desigualdades estruturais, como será discutido a seguir ao tratarmos da centralidade do termo “raça”.

## **2.2 Colonialidade e Modernidade: a centralidade do termo “raça”**

Por se tratar de um percurso teórico significativo, a análise da América Latina e do Caribe requer uma compreensão da categoria “raça” que transcenda as noções contemporâneas de multiculturalismo e das identidades políticas globalizadas (Lugones, 2008). No âmbito dessas regiões, o conceito de “raça” não se restringe à etnicidade ou a diferenças culturais substanciais fundadas na separação de grupos, como frequentemente ocorre em outros contextos. Ao contrário, a ideia de “raça” na América Latina e no Caribe é resultado da racialização que emergiu durante o período colonial e se manifesta de maneiras diversas conforme os distintos contextos nacionais (Quijano, 1992; 2005; Lugones, 2008; Mignolo, 2017).

Em sua tese de doutorado, Almeida (2011, p. 59) caracteriza a raça como um conceito “político que expressa relações de poder e dominação. Trata-se de uma categoria de hierarquização social que opera na produção de desigualdades sociais”. Assim, a raça não é um dado natural ou biológico, mas sim um instrumento de dominação e hierarquização que estrutura a sociedade, influenciando as relações de poder e as desigualdades sociais.

Foi por meio da racialização colonial que se constituiu uma hierarquia de valor entre grupos raciais, categorizando indivíduos conforme a cor da pele e a origem étnica, em um processo que justificou a exploração e a dominação dos povos colonizados. Nesse aspecto, a raça não se limita a uma diferença cultural, mas se revela como uma ferramenta de dominação e controle social, econômico e político (Quijano, 2005; Maldonado-Torres, 2017), uma vez que a raça “é uma construção social que define lugares sociais e o acesso a direitos, configurando-se assim como uma categoria de análise política” (Almeida, 2011, p. 59).

O processo colonizatório se deu de forma violenta e, apesar das alegações de que esse sistema é um passado superado, as estruturas coloniais de dominação continuam a influenciar as relações de poder nas sociedades pós-coloniais, uma vez que se transformaram em um sistema mais insidioso e persistente, conhecido como "colonialidade". O conceito, formulado por Quijano (1992), demonstra como o legado colonial ainda molda as dinâmicas sociais e políticas contemporâneas, manifestando-se em novas formas de exploração no capitalismo atual e nas estruturas do Estado-Nação.

Embora o colonialismo formal tenha chegado ao fim, a colonialidade persiste como um elemento central no padrão de poder hegemônico atual. A classificação racial, instituída durante o período colonial, foi profundamente integrada ao sistema global, sobrevivendo ao próprio colonialismo e se tornando uma característica duradoura do poder mundial contemporâneo (Quijano, 1992; 2005). No contexto do padrão de poder capitalista, existem três eixos principais pelos quais as pessoas são categorizadas: trabalho, sexo (ou gênero) e raça.

Entre os eixos de trabalho, sexo e raça, é a raça que ocupa um papel central na modernidade-colonialidade, constituindo um dos principais fundamentos das desigualdades de poder, das relações econômicas e sociais e da marginalização. A hierarquia racial estabelecida no período colonial ainda influencia as estruturas de poder e a organização do trabalho. Portanto, ao refletir sobre a América Latina e o Caribe, é imprescindível reconhecer que a raça, no contexto da modernidade-colonialidade, é uma categoria construída e essencial para compreendermos as desigualdades e injustiças persistentes.

Com o objetivo de discutir as implicações da colonialidade, surge o termo “pós-colonial”, historicamente associado à descolonização e aos estudos culturais desenvolvidos nos Estados Unidos e na Inglaterra, conforme indicado por Ballestrin (2013). Nesse campo, intelectuais como Frantz Fanon, Aimé Césaire e Albert Memmi desempenharam papéis significativos ao estabelecerem as bases para o que hoje são conhecidas como teorias pós-coloniais.

O pensamento decolonial emergiu como uma resposta crítica à estrutura de modernidade/colonialidade, tendo suas raízes nas Américas, por meio da resistência dos povos indígenas e do pensamento afro-caribenho. Em outros contextos, como na Ásia e na África, manifestou-se de maneira distinta, opondo-se ao imperialismo britânico e ao colonialismo francês. Na América Latina, o pensamento decolonial foi radicalizado pelo grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), que se distingue dos estudos culturais tradicionais ao enfatizar a necessidade de uma descolonização epistemológica, ou seja, uma renovação crítica do saber que questiona as bases eurocêntricas do conhecimento.

Assim, articulamos as contribuições pós-coloniais e decoloniais, uma vez que há uma longa e significativa tradição de resistência das populações negras e indígenas que deve ser considerada como parte desse debate. Diante disso, apresentaremos brevemente o surgimento do grupo M/C para contextualizar o leitor sobre os intelectuais latino-americanos e de outras regiões periféricas que o compõem. Contudo, enfatizamos que, ao longo de nossa argumentação, utilizaremos autores do grupo M/C e ideias, intervenções, contribuições e elaborações também presentes na tradição do pensamento negro pós-colonial e nas diversas contribuições do feminismo negro.

O grupo M/C é descrito por Escobar (2003, p. 53) como um "programa de investigação", cuja linha de pensamento consiste em um movimento intelectual que agrega diversas influências e correntes teóricas, abrangendo desde as teorias críticas europeias e norte-americanas sobre a modernidade, até abordagens do grupo sul-asiático de estudos subalternos, a teoria feminista chicana, a teoria pós-colonial e a filosofia africana. No grupo M/C, as perspectivas não se restringem a um único campo do conhecimento, mas são construídas a partir de múltiplas vertentes que analisam a opressão e a exploração a partir de diferentes contextos e epistemologias.

A figura 2, a seguir, ilustra graficamente essas relações conceituais, considerando que a colonialidade para o grupo M/C atua em um tripé nas esferas do poder, saber e ser, estruturando as relações sociais e legitimando discursos

hegemônicos que reduzem desigualdades e diferenças a meros eventos históricos “naturais”.

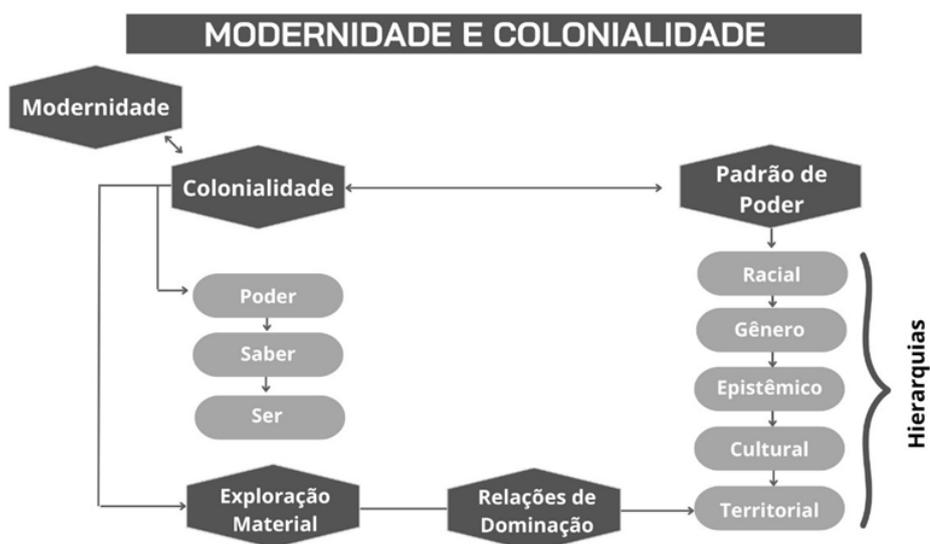


Figura 2 – Modernidade e Colonialidade como efeitos de um tripé. Fonte: Baseado em Quijano (2005), Lander (2005), Castro-Gómez (2005) e Mignolo (2005, 2017).

Salienta-se que muitos membros do grupo M/C adotam uma perspectiva modificada do sistema-mundo, abordagem preconizada por Wallerstein (1974), que examina o mundo como um sistema interconectado, no qual a divisão global de poder, riqueza e conhecimento reflete dinâmicas coloniais instauradas pela modernidade. Nessa perspectiva, o colonialismo é compreendido como evento histórico, mas também como um processo contínuo que molda as relações globais, perpetuando desigualdades estruturais. Para Wallerstein (1974), a natureza interconectada do sistema-mundo revela economias e culturas moldadas por relações de poder e exploração enraizadas no colonialismo e no desenvolvimento do capitalismo global. Assim, o sistema é movido por conflitos contínuos, nos quais diferentes grupos e nações tentam moldar as estruturas em benefício próprio, embora dentro de limites estruturais que não controlam totalmente.

Seguindo essa linha, Dussel (2000) aprofunda a crítica à modernidade ao denunciá-la como projeto que se autodefine como superior, sustentando uma visão eurocêntrica que legitima a obrigação moral de civilizar os considerados bárbaros, impondo o modelo europeu como único caminho legítimo. Essa falácia, segundo o autor, ignora as particularidades dos povos dominados e justifica a violência como necessária para superar resistências, legitimando a “guerra justa” colonial. As vítimas em sua maioria indígenas, africanos escravizados, mulheres

e a natureza, são tratadas como “sacrifícios” inevitáveis, reinterpretados como parte do processo civilizatório.

Desse modo, a modernidade ignora sua própria violência e se apresenta como força emancipadora, atribuindo aos dominados a culpa por resistirem à civilização. O sofrimento imposto torna-se custo inevitável, legitimando a exploração de povos considerados atrasados em nome do progresso (Wallerstein, 1974; Dussel, 2000). Sendo assim, a crítica do grupo M/C, vai além da economia e da política. Quijano (1992) introduz a noção de colonialidade do poder, ampliando o escopo das críticas ao mostrar que estruturas de dominação persistem mesmo após o fim das administrações coloniais. O autor visa, por um lado, denunciar a continuidade das formas coloniais de dominação nas sociedades contemporâneas e, por outro, explicar como essas formas operam de maneira ativa (Grosfoguel, 2008).

Na proposta do grupo, a colonialidade do poder estrutura a articulação entre os países periféricos e a divisão internacional do trabalho, conectando essas regiões à hierarquia étnico-racial global. Povos não europeus e migrantes do Terceiro Mundo permanecem sujeitos a essa hierarquia nas grandes cidades globais, e os Estados-nação periféricos continuam sob regime de colonialidade. O grupo busca reconhecer os saberes e experiências historicamente silenciados pela hegemonia eurocêntrica.

A raça, central nesse modelo, foi criada no período colonial para legitimar a dominação, consolidando uma hierarquização que subordina as populações racializadas à lógica do capital (Quijano, 2005). A racialidade naturaliza as desigualdades, sustentando a dominação global e a exploração sob a racionalidade eurocêntrica. Para Carneiro (2005), a racialidade é também um dispositivo ontológico, epistemológico e de poder que conforma modos de subjetivação e legitima a supremacia racial. Nesse contexto, "sistema-mundo moderno/colonial" ou, "sistema-mundo europeu/euro-norte-americano moderno/capitalista/colonial/patriarcal" (Grosfoguel, 2008, p. 113), surge como reconfiguração da proposta de Wallerstein (1974), incorporando a dimensão colonial antes negligenciada (Mignolo, 2003). Antes do século XVI, a diferença era imperial, mas com a colonização das Américas surge a “diferença colonial”, estruturando as relações globais e fazendo da América a primeira periferia do sistema-mundo (Castro-Gómez, 2005).

Para Quijano (2005), a globalização contemporânea é um desdobramento de um processo que teve início com a colonização das Américas e o avanço do capitalismo fundamentado no eurocentrismo. Mignolo (2017) sugere que a

modernidade deve ser compreendida à luz da colonização do tempo e do espaço, pilares da civilização ocidental. O tempo foi reconfigurado durante o Renascimento com a criação do conceito de "Idade Média", enquanto o espaço americano foi inventado e apropriado sob a lógica colonial, legitimando, assim, a dominação.

Embora frequentemente ligada à emancipação, a modernidade oculta sua violência, marginalizando as vivências coloniais. A exploração de territórios e corpos, bem como o controle do conhecimento por meio do fenômeno do epistemicídio (Mignolo, 2017), mostra-nos que a modernidade não pode ser dissociada da colonialidade. Assim, Mignolo (2017), categoriza a modernidade em três fases cumulativas — ibérica e católica (1500–1750), europeia continental (1750–1945) e americana (1945–2000) — todas caracterizadas pela dominação colonial.

Dessa forma, a colonialidade molda os saberes, modos de vida e relações de poder, abrangendo também os espaços simbólicos e culturais (Quijano, 2005). O eurocentrismo estabeleceu uma narrativa única sobre a civilização, culminando na ideia da Europa como o ápice da história. A raça, enquanto construção mental, configura-se como um eixo central na classificação social global, legitimando a exploração e perpetuando hierarquias (Quijano, 2005). Além da raça, o controle sobre o trabalho e os recursos constitui igualmente uma base do padrão de poder moderno (Quijano, 2005; Lugones, 2008; Fanon, 2008; Mignolo, 2005; Maldonado-Torres, 2017).

Lugones (2008) observa que o trabalho assalariado era, na sua maioria, reservado aos brancos europeus, revelando uma divisão racial e geograficamente heterogênea. A exploração da mão de obra indígena e africana foi articulada às demandas do capital, integrando-se ao mercado mundial emergente. Assim, raça e controle econômico são os dois eixos que sustentam uma estrutura social e cultural global, hierarquizando seres humanos e regulando a produção e a distribuição de recursos.

Assim, a América foi o primeiro espaço-tempo dessa modernidade, onde tais práticas foram sistematizadas. No tópico a seguir, analisaremos como essa estrutura se expandiu para outras esferas da vida, moldando também a subjetividade dos povos colonizados.

### **2.3 Colonialidade do Poder, Saber, Ser**

Na perspectiva de Mignolo (2017), a colonialidade representa uma das lógicas mais enraizadas e obscuras da modernidade, atuando como o eixo

fundamental que mantém a dominação e a exploração. Quijano (1992) argumenta que a colonialidade tem sido o principal referencial da dominação social nos últimos 500 anos, e qualquer análise das dinâmicas de poder contemporâneas deve, necessariamente, levar em conta as heranças do colonialismo. Lugones (2014, p. 946) caracteriza a colonialidade como uma degradação “que nos proporciona duas interpretações da vida e um ser interpretado por elas”.

A proposição central da autora é que o ser, ou a subjetividade daqueles que vivem sob a influência da colonialidade, reside em uma "fratura", uma ferida, onde sentidos contraditórios coexistem. “A única possibilidade de tal ser jaz em seu habitar plenamente esta fratura, esta ferida, onde o sentido é contraditório e, a partir desta contradição, um novo sentido se renova” (Lugones, 2014, p. 946), em um espaço onde identidades, valores e experiências são constantemente reinterpretados e revitalizados, apesar da opressão e da violência histórica que buscam homogeneizar e subordinar essas subjetividades.

A transição do colonialismo para a colonialidade, conforme argumenta Quijano (2010), não se deu de forma abrupta, mas foi marcada por uma continuidade. Isso indica que o colonialismo deixou legados complexos que ainda permeiam as relações sociais e econômicas contemporâneas. Embora a descolonização tenha acontecido formalmente em várias regiões do mundo, seus efeitos foram desiguais em diferentes componentes do campo social, resultando na perpetuação das estruturas de poder colonial em novas configurações.

A raça instaurou uma dicotomia entre superioridade e inferioridade, que serviu para legitimar a exploração e o controle das populações colonizadas, afetando todas as esferas da vida, desde o trabalho até as formas de intersubjetividade, ou seja, as maneiras como indivíduos e grupos se relacionam e se percebem. Nesse contexto, a colonização é, segundo Quijano (2005), um controle da subjetividade das pessoas colonizadas.

As três dimensões da colonialidade: poder, saber e ser, juntamente com a subjetividade, são fundamentais tanto na teoria de Fanon (2008) quanto nos estudos relacionados à colonialidade. À luz das contribuições do pensamento fanoniano para o debate sobre a subjetividade, autores como Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2018) demonstraram, por meio de um diagrama, como a colonização teve um impacto profundo sobre a psique dos povos colonizados. Adaptamos a exposição realizada pelos autores e apresentamos na figura 3 como o sujeito é formado e moldado por suas interações com o mundo ao seu redor, englobando sua posição dentro dessa estrutura.

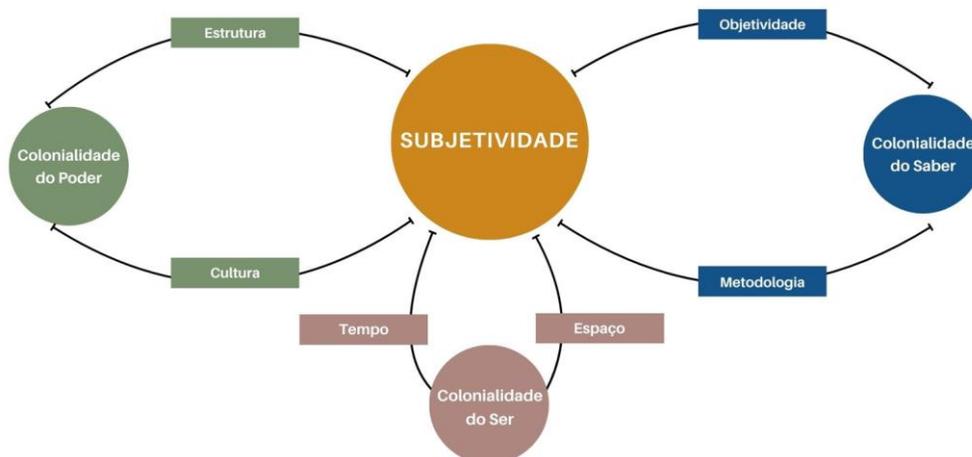


Figura 3 – Dimensões básicas da colonialidade. Fonte: Adaptado do diagrama de Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel (2018, p. 43).

Os colonizadores impuseram suas próprias formas de sentir, pensar e interpretar o mundo, incluindo a criação de novas identidades que emergiram em torno do poder colonial, do capitalismo e do eurocentrismo. As identidades foram homogêneas para fortalecer o sistema de dominação, estabelecendo instituições como o Estado-nação, a família burguesa e o capitalismo. Dessa maneira, o colonialismo explorou as populações colonizadas, alterando suas relações sociais e culturais, assim como suas concepções de tempo e história.

Conforme afirmam Fanon (2008) e Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel (2018), um sujeito é definido por sua localização no tempo e no espaço (referente à dimensão do ser), sua posição na estrutura de poder (relacionada ao poder) e como ele se situa em relação à produção de conhecimento (saber). Assim, a subjetividade de um indivíduo está em contínuo diálogo com o mundo ao seu redor, sendo moldada e influenciada por essas forças. Conforme ilustrado na figura 3, adaptada do diagrama de Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel (2018), as três dimensões fundamentais da colonialidade — poder, saber e ser — operam como mecanismos essenciais para a manutenção e reprodução das lógicas coloniais. Seus principais objetivos e efeitos visam a: exploração, dominação, expropriação, extermínio e a naturalização da morte, tortura e estupro.

Cada um desses elementos expressa as formas de subordinação impostas às populações marginalizadas, indicando que, para assegurar a continuidade da supremacia das elites que se beneficiam dessas dinâmicas, é imprescindível a existência de sujeitos condenados (Fanon, 2008). Bernardino-Costa; Maldonado-

Torres; Grosfoguel (2018) descrevem esses indivíduos como aqueles que são posicionados fora dos marcos do tempo e do espaço considerados humanos. Eles são percebidos como descobertos, junto com suas terras, e não como descobridores; não são reconhecidos como geradores de conhecimento e têm sua objetividade constantemente negada.

A esses sujeitos é atribuída uma representação que os leva à autonegação, sendo mantidos estruturalmente abaixo das dinâmicas de acumulação e exploração. Assim, lhes resta apenas a tentativa de ascender por meio de processos de assimilação que, embora prometidos, nunca se concretizam de forma plena. Para os autores, a colonialidade do poder, do ser e do saber atua para manter os condenados em posições fixas de subalternidade, associadas a uma condição quase infernal, sobre a qual o ideal de civilização, concebido como o céu e salvação, se sustenta.

Portanto, esses sujeitos são mantidos em posições fixas de opressão e desumanização, garantindo que as hierarquias coloniais permaneçam enraizadas nas estruturas globais de poder. Na compreensão de Fanon (2008), o sujeito é, simultaneamente, um produto das estruturas sociais e culturais e um gerador dessas mesmas estruturas. Isso significa que a subjetividade de uma pessoa é formada pela sociedade e pela cultura em que vive, mas o sujeito também contribui para a formação e manutenção dessas estruturas. Esse é um ponto relevante para a compreensão dos efeitos na subjetividade, pois enfatiza a reciprocidade entre o indivíduo e a sociedade, já que o sujeito é o elo entre as três dimensões (ser, poder, saber), e longe de ser uma entidade passiva, ele constitui um campo de luta onde essas forças (ser, poder e saber) estão em constante disputa.

A colonialidade do ser promove a desumanização, inferiorização e subalternização de pessoas racializadas, relegando-as à "não existência" em função de sua cor e ancestralidade, afastando-as da modernidade e do pleno acesso à cidadania. Segundo Fanon, a dominação colonial resultou na internalização da inferioridade racial e na alienação dos colonizados, que passaram a se ver através do olhar do colonizador. Assim, o olhar do colonizador os fixou em um "não-lugar", fazendo com que não se percebam como seres; "o negro não é um homem" (Fanon, 2008, p. 26). Portanto, "Que quer o homem? Que quer o homem negro?", eis sua resposta: "O negro quer ser branco" (Fanon, 2008, p. 27), desejando ascender à condição do ser.

Assim, além de exercer dominação econômica, a colonialidade impôs uma forma de dominação psicológica, que moldou de maneira duradoura a

subjetividade dos colonizados. Du Bois (2021, p. 21), ao analisar a experiência dos negros como seres socialmente apartados e diferentes, questionou: 'Como é a sensação de ser um problema?' (Du Bois, 2021, p. 21). Para explorar os contornos dessas relações, o autor utiliza dois conceitos fundamentais: o véu e a dupla consciência, que abrangem tanto as dimensões objetivas quanto as subjetivas das experiências de negros e brancos. Com esses conceitos, Du Bois (2021) responde à sua própria indagação ao enfatizar que 'o problema do século XX é o problema da linha de cor' (Du Bois, 2021, p. 35), referindo-se à discriminação racial nos Estados Unidos, que pode ser transposta a outros contextos, pois simboliza a barreira racial que separa negros e brancos, estruturando tanto as desigualdades materiais quanto as tensões psicológicas vividas pelos negros em uma sociedade racialmente hierarquizada.

A "colonialidade do ser" afetou profundamente a essência e a identidade dos povos colonizados, ao ponto de negar sua existência e humanidade, referindo-se à desumanização que ocorre através das estruturas coloniais, impactando a subjetividade e a existência das pessoas colonizadas em um processo que envolve a negação sistemática do "outro". Por essa razão, os colonizados são desumanizados e considerados como seres inferiores, cuja cultura, história e subjetividade são constantemente apagadas ou desvalorizadas.

A negação do "ser" implica que os colonizados são constantemente reduzidos a categorias inferiores impostas pelos colonizadores, que controlam suas identidades e modos de ser. É a sobredeterminação da essência que se refere, portanto, a como os colonizadores impõem definições fixas e rígidas sobre quem os colonizados são, moldando sua existência com base em estereótipos e preconceitos. Por isso, a "essência" criada pelo colonizador é vista como imutável e inerente aos colonizados, mesmo que seja uma construção social. Fanon (2008) argumenta que tanto a inferiorização dos colonizados quanto o sentimento de superioridade dos colonizadores são construções socioculturais, forjadas pelo processo de colonização. Esses sentimentos não são parte da natureza humana, mas resultados das estruturas coloniais que estabeleceram hierarquias rígidas de poder e valor.

Contribuem para a compreensão desse processo psicológico e social no qual o sujeito negro é reduzido à condição de "Outro/a" as observações de Kilomba (2019). A autora elucida que a representação do "Outro/a" se configura a partir de duas dimensões fundamentais: o "Outro/a" como diferente e a "outridade" enquanto projeção. O sujeito negro se torna o "Outro/a" distinto ao ser percebido como o oposto do que é considerado normal ou ideal na perspectiva da

branquitude. Dessa maneira, a identidade da pessoa branca é construída em contraste com a do negro, funcionando como uma medida de superioridade e normalidade. Adicionalmente, a negritude é empregada como um critério que determina o que não se deve ser. Nesse cenário, o negro é percebido como inferior e distinto, reforçando a identidade branca como “padrão”, “correta” ou “ideal”.

Além de ser visto como diferente, o sujeito negro é projetado como a encarnação de aspectos indesejados e reprimidos da identidade branca. Em outras palavras, aquilo que a pessoa branca rejeita ou reprime em si mesma é depositado no corpo negro. A negritude, portanto, se torna o “espaço” simbólico onde tudo que é repudiado no “eu” branco é alocado. Isso implica que o sujeito negro não é apenas o “Outro”, mas a própria representação do que o sujeito branco busca evitar, constituindo, assim, uma “outridade” projetada. É importante ressaltar que a negritude é construída como um elemento central para definir a branquitude, servindo de base sobre a qual a identidade branca se sustenta (Kilomba, 2019). Presume-se, portanto, que a branquitude se mantém enquanto ideal na medida em que pode negar e se diferenciar da negritude, que é vista como algo a ser evitado. Esse processo representa uma forma de negação absoluta, onde o “Outro” carece de uma identidade autônoma, sendo moldado inteiramente pela necessidade do sujeito branco de se afirmar como superior e “normal”.

O que se observa até o momento é que a “zona do ser” e a “zona do não-ser” constituem uma lente através da qual podemos conceitualmente perceber os efeitos da colonialidade do ser, uma vez que há uma divisão radical imposta pelo colonialismo às sociedades. Essa divisão é maniqueísta, separando o mundo de maneira absoluta em duas esferas opostas: de um lado, aqueles considerados plenamente humanos, que têm acesso à dignidade, direitos e reconhecimento na “zona do ser”; e, de outro lado, aqueles que são desumanizados, desprovidos de valor e tratados como inferiores na “zona do não-ser” (Fanon, 2008).

Em síntese, na zona do ser localizam-se os colonizadores ou aqueles que se beneficiam das estruturas de poder coloniais. Eles são reconhecidos como seres humanos completos, detentores de direitos e dignidade, pertencendo a um espaço social privilegiado. Em contrapartida, a zona do não-ser abriga os colonizados, que são rebaixados a uma existência marcada pela opressão e pela violência, onde sua humanidade é negada. Sob a ótica colonizadora, busca-se homogeneizar essas zonas, tratando todos os indivíduos dentro de cada uma

delas como iguais, ou seja, todos na zona do ser seriam plenamente humanos, enquanto todos na zona do não-ser seriam igualmente desumanizados.

Contudo, Fanon (2008) destaca que nenhuma dessas zonas é homogênea. Mesmo entre aqueles que estão na zona do ser, existem diferenças de poder e hierarquias internas. De maneira ainda mais significativa, na zona do não-ser, também há uma divisão interna, caracterizada por ele em uma distinção entre sub-humanos e não-humanos. Os sub-humanos são aqueles que, apesar de inferiorizados, ainda são vistos como possuindo uma certa humanidade, mesmo que de forma limitada ou distorcida (Fanon, 2008). Os não-humanos, por sua vez, são completamente desumanizados, tratados como objetos ou animais, sem qualquer reconhecimento de sua humanidade. Assim, a desumanização extrema é utilizada para justificar formas mais brutais de violência e exploração.

Trouxemos essa distinção para apontar como o colonialismo não se limita a estabelecer uma divisão radical entre colonizadores e colonizados, mas também hierarquiza e fragmenta os próprios colonizados, criando diferentes graus de desumanização. Este é um processo que transcende a mera opressão, visando instituir um sistema de controle total sobre a vida e a morte das populações subjugadas, exercendo um poder soberano irrestrito. Mbembe (2011) denomina essa forma de soberania como "necropolítica", ressaltando que, no contexto colonial, o poder de decidir quem pode viver e quem deve morrer não era apenas uma prerrogativa estatal, mas uma característica estrutural da dominação, e ao transpor essa análise para o contexto contemporâneo, percebemos que essa prática ainda persiste.

Nesse sentido, a soberania colonial, ao invés de se restringir ao controle dos corpos dos colonizados, estendia-se até sua existência mais vital, impondo uma lógica de desumanização que justificava a eliminação física e simbólica dos colonizados. O conceito de "raça" foi o principal elemento utilizado para sustentar essa lógica, operando como a "sombra" que permeava o pensamento e as práticas políticas ocidentais (Mbembe, 2011), servindo como um marcador para determinar quem era digno de viver e quem estava destinado à morte ou à marginalização total.

A necropolítica, portanto, diz respeito à maneira como a soberania colonial não apenas governava os territórios e corpos, mas também controlava o direito à vida, criando zonas de "não-ser", onde os colonizados existiam em uma condição liminar entre a vida e a morte (Fanon, 2010; Mbembe, 2011). O poder de vida e morte, nesse contexto, se manifestava em práticas de extermínio, confinamento e exploração extremas. O colonialismo explorava os recursos materiais dos

territórios colonizados, transformando as populações em objetos descartáveis, cuja existência era tolerada apenas na medida em que servisse aos interesses do colonizador.

O poder de morte se desdobra em um regime de violência constante, seja física, simbólica ou estrutural, que visa desumanizar e silenciar os colonizados, eliminando sua capacidade de resistência e subjugando sua subjetividade. O conceito de necropolítica, conforme articulado por Mbembe (2011), continua a moldar as dinâmicas de poder e desigualdade no mundo contemporâneo, especialmente nas periferias do sistema global. Em conjunto com o conceito de zona do ser e do não-ser, expõe as camadas de opressão e a complexidade das dinâmicas de poder que o colonialismo impõe, tanto no nível da existência individual quanto nas estruturas sociais, pois a colonialidade do ser aborda o impacto psicológico e existencial da colonização, manifestando-se nas formas de opressão e desvalorização da alteridade (o "outro"), como será explorado a seguir:

O mundo colonial é um mundo dividido em compartimentos. (...) A linha divisória, a fronteira, é indicada pelos quartéis e delegacias de polícia. Nas colônias, o interlocutor legal e institucional do colonizado, o porta-voz do colono e do regime de opressão é o gendarme ou o soldado (...) vê-se que o intermediário do poder utiliza uma linguagem de pura violência (...) O intermediário leva a violência à casa e ao cérebro do colonizado (...) não basta ao colono afirmar que os valores desertaram, ou melhor, jamais habitaram o mundo colonizado. (...) Por vezes este maniqueísmo vai até o fim de sua lógica e desumaniza o colonizado. A rigor, animaliza-o (Fanon, 2010, p. 28-31).

Para Fanon (2010), os "condenados da terra", como os denomina, são designados a desempenhar papéis sociais específicos e restritos a determinados espaços, em função de uma perspectiva colonial que impõe uma divisão rígida e binária entre opressor e oprimido, superior e inferior, moldando assim as sociedades coloniais. Nesse cenário, o colonizado é considerado parte de uma zona de "não-ser", uma concepção de invisibilidade e desumanização, na qual sua humanidade é negada ou diminuída pelo colonizador. Quando o colonizado busca ultrapassar os limites impostos pela sociedade colonial, seja ao ocupar espaços que lhe são vedados ou ao desafiar os papéis que lhe foram atribuídos, o olhar do colonizador, ou o "olhar imperial", procura restaurar a ordem por meio da violência, seja essa física ou simbólica.

A violência simbólica se manifesta em atitudes, palavras, gestos e olhares que reafirmam a inferioridade e a subjugação do colonizado, lembrando-o incessantemente de seu "lugar" social. De forma análoga, frequentemente a pessoa negra é recordada de sua condição racial, muitas vezes de maneira sutil, por meio de microagressões, comentários aparentemente inofensivos,

estereótipos e outras formas de violência simbólica que reiteram sua subordinação e o mantêm preso à identidade racial inferiorizada que a estrutura colonial lhe atribuiu. As lembranças atuam como estratégias para mantê-lo na "zona do não-ser", um espaço em que o negro não é reconhecido plenamente como sujeito, mas sim como objeto da dominação colonial (Fanon, 2010).

A desqualificação é igualmente alimentada pela colonialidade do saber, que desmerece e invalida outros saberes que não os europeus, permeando as epistemologias acadêmicas e disciplinares, estabelecendo uma hierarquia do conhecimento que exclui visões e saberes não ocidentais (Walsh, 2013). Em estudos sobre o tema, Césaire (1978), Lander (2005), Castro-Gomez (2005) e Fanon (2008) demonstraram que o controle do conhecimento e a imposição de um saber hegemônico ocidental que deslegitima e marginaliza outras formas de conhecimento, especialmente as de povos colonizados, é uma maneira de utilizar o conhecimento como ferramenta de dominação, conhecida também como exclusão epistemológica. Conforme exposto por Césaire (1978, p. 58), pressupõe-se que apenas o "Ocidente inventou a ciência. Que só o Ocidente sabe pensar", pois é "o Ocidente que faz a etnografia dos outros, não os outros que fazem a etnografia do Ocidente" (Césaire, 1978, p. 61).

Segundo Walsh (2013), a colonialidade do saber traz implicações na cosmovisão e na vida, podendo ser considerada uma quarta categoria, uma vez que, por meio de uma visão binária entre natureza e sociedade, são descartados sistemas milenares e integrados de vida, espiritualidade e relação com a natureza, buscando eliminar modos de vida indígenas e afrodescendentes, ao mesmo tempo em que há uma apropriação dos recursos naturais em benefício da hegemonia euro-americana e cristã. Nesse processo, a colonialidade tem moldado o pensamento e as estruturas sociais contemporâneas, deixando como legado a ideia de diferenciação e hierarquização social.

A colonialidade fundamenta-se em uma hegemonia eurocêntrica, estruturada em um projeto de poder e exploração que subalterniza povos considerados "inferiores", constituindo um modelo de civilização que, ao ser aplicado em contextos rotulados como subdesenvolvidos, desvaloriza e invisibiliza modos de ser e pensar distintos, impondo uma visão única de mundo. Na perspectiva de Quijano (1992, 2005, 2010), a colonialidade não deve ser compreendida como um sistema rígido e imutável, mas sim como um processo dinâmico que se adapta e se transforma para continuar exercendo controle sobre a economia, a autoridade, a subjetividade e o conhecimento.

Nesse sentido, embora as esferas que compõem a colonialidade possam aparentar ser autônomas, elas estão intrinsecamente conectadas por um eixo de controle e exploração, conforme destacado por Quijano (1992) e ampliado por Mignolo (2017). A matriz da colonialidade, segundo Mignolo (2017), é uma estrutura complexa, cujos níveis interligados não se restringem ao poder político ou militar, mas abrangem diversas esferas da vida social, todas dominadas por hierarquias estabelecidas no período colonial. Lugones (2011), ao reconhecer as contribuições da colonialidade do poder propostas por Quijano (2005), complementa essa abordagem ao introduzir a colonialidade de gênero, reiterando que a situação de apagamento das mulheres colonizadas está presente no discurso capitalista eurocêntrico.

Dessa forma, a autora abre novas frentes de debate, que serão mais bem contextualizadas em tópicos posteriores, quando estabeleceremos uma conexão entre a necessidade de descolonizar não apenas o conhecimento, mas também as formas de subjetivação impostas pelo colonialismo, especialmente aquelas que hierarquizam e desumanizam mulheres (Lugones, 2014). Avançamos nossa discussão teórica dialogando sobre o sistema de não-lugares e como as questões raciais marginalizam as populações negras para ocupá-los.

## **2.4 Zona do Não-Ser e a Desumanidade Fabricada**

Recuperando as discussões anteriormente realizadas, abordamos como o colonialismo moldou, e continua moldando, as dinâmicas sociais e econômicas no Brasil, impactando profundamente os modos de vida da população negra. Esse processo produz o que podemos denominar de sujeito-mercadoria, alocado na “zona do não-ser”, conceito que traduz a condição imposta aos corpos racializados que vivem à margem da noção hegemônica de humanidade.

Inspirando-se nas inquietações de Dutra (2022), somos convidados a refletir: afinal, quem é esse outro? É aquele que não sou eu — ou, mais precisamente, aquele cuja existência não reconheço como parte de mim. É diante da alteridade que emergem as questões fundamentais sobre o que nos constitui: quais marcas me definem? O que em mim se projeta ou se distancia daquilo que percebo no outro? Encarar a diferença implica também encarar os limites da própria humanidade. Será que esse outro sente como eu? Ama, sofre, sonha, deseja? Sua presença no mundo é tão legítima quanto a minha?

Para o autor, negar a humanidade de povos inteiros, especialmente indígenas e africanos escravizados, instaurou uma cisão ontológica no projeto

moderno ocidental (Dutra, 2024). Ao impedir o reconhecimento mútuo, o colonialismo instituiu a opressão e desestruturou o princípio relacional da identidade: o outro foi silenciado, rebaixado, desfeito como sujeito. Nesse cenário, a colonialidade estabeleceu uma existência assimétrica, na qual apenas alguns são plenamente reconhecidos como humanos, enquanto outros são relegados à sub-humanidade, sendo alvos de domínio, exploração e invisibilidade.

Assim, partimos da análise dessas estruturas coloniais que deram origem às desigualdades contemporâneas para discutir como o racismo persiste nas formas atuais de inclusão precária, especialmente na interseção com gênero e classe, em que há a condição de não pertencimento (Hartman, 2021).

Autores como Marc Augé, Audre Lorde e Patricia Hill Collins ao tratarem sobre um não-pertencer associando-o à vivência daquelas e daqueles que são constantemente identificados como “estranhos”, “estrangeiros”, “forasteiros” ou “outsiders”, nos auxiliaram na compreensão de como esses termos remetem à experiência de não ser plenamente reconhecido como parte de um espaço ou de uma sociedade. Ainda que com nuances distintas, essas palavras compartilham o sentido de exclusão, marcando a posição daqueles que são percebidos como estando fora da norma ou da legitimidade do pertencimento.

Lorde (2012) e Collins (1990) trataram sobre como mulheres negras são frequentemente vistas como *outsiders* nos espaços de poder, na academia e na sociedade em geral. Já Augé (2017) discutiu a existência de espaços onde os indivíduos não criam vínculos de pertencimento. Todas essas palavras remetem a uma condição de quem não pertence, mas têm nuances diferentes, pois estranho sugere algo incomum, fora da norma, enquanto que estrangeiro remete a alguém de fora, de outro país ou cultura. Já forasteiro indica alguém que chega a um lugar onde não é reconhecido ou bem-vindo.

Um não-lugar (Augé, 2017), refere-se a espaços de transitoriedade e anonimato, geralmente estão associados a espaços como aeroportos, shoppings, rodovias e estações de trem, pois não promovem pertencimento ou identidade, sendo marcados pela efemeridade e pela ausência de enraizamento simbólico. Embora útil para pensar certas dimensões da supermodernidade, esse conceito, quando relido sob a perspectiva de Fanon (2008, 2010), pode ser radicalmente tensionado.

Para Fanon (2008), o espaço na sociedade colonial não é neutro, tampouco anônimo. Ele é organizado a partir de uma geografia racializada e hierarquizada, que separa os sujeitos colonizados dos colonizadores, os humanos dos “menos que humanos”, os centros do mundo das suas periferias. Nesse

sentido, os "não-lugares" das periferias urbanas, como favelas, lixões ou territórios estigmatizados, não são destituídos de identidade ou história, mas sim negados enquanto lugares legítimos de existência e cidadania.

Adaptando o conceito de Augé à leitura fanoniana, pode-se dizer que os "não-lugares" da colonialidade não são espaços de anonimato e circulação fluida, mas sim zonas de descarte, onde corpos racializados e empobrecidos são localizados, vigiados e mantidos à margem do projeto de humanidade universal. São espaços produzidos pelo colonialismo interno, onde a presença dos sujeitos é permitida apenas como exceção, precariedade ou resistência.

Desse modo, a desumanização fabricada no Brasil contemporâneo não pode ser compreendida senão como parte de uma continuidade histórica que tem origem na lógica colonial que estruturou o mundo moderno. Como Fanon (2008) nos ensina, os sujeitos racializados foram relegados àquilo que ele denomina de "zona do não-ser" — um espaço simbólico e material onde a humanidade é negada, e onde se projetam os efeitos mais perversos da colonialidade: a alienação ontológica, a negação da subjetividade e a inferiorização da existência negra.

Essa zona, mais do que uma metáfora, é uma condição socialmente imposta, marcada por uma experiência de mundo em que o reconhecimento pleno do ser é sistematicamente recusado. A segregação urbana, a precarização do trabalho e a criminalização da população negra são expressões contemporâneas desse sistema que, longe de ter sido superado com o fim do colonialismo formal, persiste como estrutura fundante da modernidade. Trata-se de um padrão de poder que atravessa o tempo, moldando os corpos, a consciência e a vida material daqueles que foram historicamente racializados como inferiores.

Para Quijano (2010), a colonialidade do poder se manifesta por meio de dois eixos fundamentais: o controle da produção material e o controle da reprodução social. No primeiro eixo, os sujeitos racializados foram submetidos a regimes de trabalho forçado e superexploração; no segundo, suas sexualidades, linhagens e afetividades foram rigidamente controladas e reguladas, assegurando a perpetuação da lógica patriarcal e da acumulação capitalista.

Nesse contexto, a raça deve ser entendida não como uma categoria biológica, mas como uma construção social e epistemológica que organiza o mundo em hierarquias de valor. A invenção da raça foi utilizada para justificar a escravização de africanos, o estupro de mulheres negras, a servidão indígena e a supremacia europeia. Mesmo após o colapso do colonialismo direto, essa estrutura de dominação foi atualizada e naturalizada nas dinâmicas do capitalismo

moderno (Quijano, 2005), reafirmando a persistência da zona do não-ser como espaço de exclusão, mas também de resistência.

A colonialidade universalizou o sujeito epistêmico. Assim, a concepção de um sujeito neutro e universal, frequentemente simbolizado pelo homem europeu, branco e heterossexual, foi estabelecida como a única referência válida do que significa ser humano. A partir dessa premissa, um modelo de produção do conhecimento foi instaurado, marginalizando outros tipos de saberes ao impor o paradigma epistemológico ocidental como único e superior (Mignolo, 2017). Dessa forma, o pensamento eurocêntrico instituiu um "racismo/sexismo epistêmico" (Grosfoguel, 2018), ao diferenciar o conhecimento hegemônico ocidental e classificar quais saberes são considerados inferiores em relação ao conhecimento "racional" e "universal" produzido por homens do Ocidente.

Durante o período colonial, essa figura representava a racionalidade moderna, sustentando o patriarcado e o capitalismo como fundamentos do sistema-mundo moderno. A "colonialidade" tornou-se, portanto, mais do que uma marca do passado colonial; tornou-se uma lógica que orienta as dinâmicas globais de poder, respaldada pelo Estado-nação, pela família burguesa e pela ciência moderna, que atuam como legitimadoras da dominação (Quijano, 2012).

Diante disso, fundamentamos nossas reflexões na perspectiva do feminismo decolonial, a fim de, de maneira crítica, examinar como o Ocidente consolidou sua posição hegemônica ao ignorar e subalternizar a diversidade cultural e os saberes de outros povos, além de marginalizar ainda mais as mulheres de cor<sup>6</sup>. Demonstramos que a modernidade e seu projeto de universalidade estão profundamente entrelaçados a essas dinâmicas de dominação. Nosso objetivo principal é questionar e analisar as relações de poder que moldaram a modernidade e a maneira como o conhecimento é gerado e disseminado ao longo do tempo (Segato, 2012).

A partir da perspectiva decolonial, almejamos, em nossa produção escrita e nos diálogos teóricos, fomentar a desarticulação das estruturas que a colonialidade mantém ativas, nas modalidades de conhecimento, nas maneiras de existir e nas práticas sociais contemporâneas, com especial ênfase na academia. Para que possamos alcançar a decolonialidade, Mignolo (2017) sugere o giro

---

<sup>6</sup> Mulheres de cor, segundo Lugones (2020), é um termo usado nos Estados Unidos por mulheres vítimas da dominação racial, servindo como um termo de coalizão contra múltiplas opressões, já que é adotado por mulheres subalternas (indígenas, mestiças, mulatas, negras, cheroquis, porto-riquenhas, siouxies, chicanas, mexicanas, Pueblo), vítimas de diferentes dominações no país. Essa articulação é para que sejam vistas não enquanto vítimas, mas como protagonistas de um feminismo decolonial.

decolonial, um movimento que implica uma ruptura significativa em três dimensões fundamentais: epistêmica, ontológica e prática.

A ruptura epistêmica diz respeito ao afastamento dos modos de conhecimento impostos pela epistemologia eurocêntrica, que, ao longo da história, marginalizou e desmereceu os saberes de outros povos e culturas. O pensamento decolonial busca, portanto, resgatar sistemas de conhecimento que foram subalternizados, trazendo à luz perspectivas que haviam sido silenciadas pela colonialidade, em uma ruptura ontológica que questiona e desafia as categorias de ser impostas pela lógica colonial.

Durante os períodos de colonização, a humanidade foi estratificada de forma hierárquica, na qual os colonizadores eram considerados plenamente humanos, enquanto os colonizados eram percebidos como "menos humanos" ou até mesmo como "não humanos". O giro decolonial, nesse contexto, procura ressignificar tais distinções, por meio de uma ruptura prática que se refere à transformação concreta das práticas sociais, políticas e culturais que perpetuam a colonialidade. É importante destacar que o giro decolonial não se restringe ao âmbito teórico, mas propõe ações que visem à reconstrução de sociedades mais equitativas, onde a diversidade de saberes e modos de vida sejam reconhecidos e valorizados.

Assim, trata-se de um movimento que desafia a lógica de subordinação e exploração, buscando alternativas que abracem a pluralidade de experiências e saberes. É imprescindível reconhecer que a noção de raça não é neutra ou natural, mas sim um conceito que se alicerça no racismo e impacta de maneiras diversas, conforme as interseccionalidades (como raça, gênero e classe) dos sujeitos envolvidos. A partir da ideia de "raça", o racismo atua como um mecanismo que perpetua a desigualdade, moldando a forma como diferentes grupos sociais são tratados e posicionados na sociedade, pois:

Quando se fala do negro brasileiro costuma-se dizer que ele foi ótimo escravo e, atualmente, é péssimo cidadão. Este julgamento, que se repete como passado em julgado e se transformou em clichê reproduzido sem mais análise, deve ser focado ao nível de interpretação sociológica a fim de que se possa descobrir a sua função numa sociedade competitiva. Em outras palavras: precisamos tentar descobrir as causas sociais, econômicas e culturais que criaram este estereótipo, estereótipo que se repete não apenas em algumas áreas — conforme veremos oportunamente — mas se configura em julgamento quase geral em todas as regiões nas quais o negro entrou como escravo e, no momento, disputa com o branco e/ou outras etnias o mercado de trabalho em nossa sociedade (Moura, 2021, p. 17).

Dessa forma, ao abordar as questões raciais no Brasil, fundamentamo-nos nas contribuições de autoras como Carneiro (2019), Gonzalez (2020) e Moura

(2021), para iniciarmos nossas reflexões sobre como os estereótipos negativos frequentemente atribuídos à população negra — que vive em condições socioeconômicas adversas, especialmente em áreas vulneráveis e periféricas — impactam a forma depreciativa como esses indivíduos são percebidos, associando-os a ocupações precárias e à marginalidade. Embora tenham sido formalmente libertas após a abolição, as pessoas negras não foram plenamente integradas à sociedade, mas de maneira insatisfatória, visto que continuam a ser marginalizadas em esferas sociais, ambientais, físicas e morais.

Apesar da abolição da escravização no Brasil ter sido oficialmente decretada em 1888, essa mudança legal não foi acompanhada por um plano efetivo de inclusão social e reparação para a população negra. Como consequência, muitos indivíduos negros foram deixados em situações de abandono, sem acesso à terra, trabalho e renda digna, saúde, educação e outros direitos fundamentais. A falta de políticas de inclusão após a abolição perpetuou desigualdades raciais profundas e duradouras. De acordo com Moura (2021), existe um estereótipo profundamente arraigado na sociedade brasileira que retrata o negro como um "ótimo escravizado" no passado e um "péssimo cidadão" no presente. A sociedade brasileira, em vez de reconhecer e enfrentar essas injustiças, tende a "naturalizá-las", considerando a opressão como uma condição inevitável, e não como um resultado das estruturas de poder historicamente estabelecidas (Moura, 2021).

Desde a independência do Brasil até os dias atuais, a elite política e econômica tem implementado o que Gonzalez (2020) denomina "projeto de nação brasileira", que intencionalmente marginalizou a população negra para preservar o controle sobre os recursos e o poder. Assim, o que é referido como excelência e competência associado ao branco "passa a ser percebido como atributos naturais do grupo racialmente dominante, o que naturaliza sua hegemonia em posições de comando e poder" (Carneiro, 2019, p. 280).

Esse projeto se manifesta, entre outras maneiras, na divisão racial do espaço urbano, especialmente na região sudeste, onde as periferias urbanas se tornaram sinônimos de pobreza, violência e exclusão social, que, como já mencionado, chamaremos nesta tese de inclusão precária, conforme Martins (1997). A segregação espacial não é um fenômeno acidental, mas sim uma estratégia que acentua e perpetua as desigualdades raciais em nossa sociedade.

Nesse contexto, enfatizamos que a divisão racial do espaço é fundamental para a manutenção de um modelo de acumulação capitalista dependente ou periférico, no qual a exploração e a degradação das condições de vida da

população negra não são desvios, mas sim características centrais. Esse modelo, que prioriza o lucro e a acumulação de riqueza nas mãos de poucos, depende da precarização do trabalho e da vida das populações negras, que são sistematicamente relegadas aos "não-lugares" da sociedade.

Na lógica colonial, a história das áreas colonizadas só teria valor na medida em que se aproximasse do modelo europeu. A ideia de modernização, portanto, consistia em tornar essas áreas "civilizadas" à imagem da Europa, o que, paradoxalmente, reforçava a concepção de que os colonizados eram o "outro", uma categoria inferior que deveria ser superada. Para Gonzalez (2020), ao considerarmos o lugar ocupado pela mulher negra na sociedade brasileira, este se caracteriza a partir de três perspectivas: a de mulata, doméstica e mãe preta, tal que:

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular (Gonzalez, 2020, p. 76).

Ao restringir a plena participação das pessoas negras na sociedade, o Brasil perpetua uma nação que, em sua essência, se apresenta como racialmente hierarquizada e intrinsecamente desigual (Gonzalez, 2020). A cidadania integral é negada àqueles que são racializados como inferiores, e tal negação é legitimada por meio de narrativas que responsabilizam as vítimas por suas próprias condições de marginalização. No que se refere à desigualdade social, é crucial retomar o conceito proposto por Theodoro (2022). Segundo o autor, uma sociedade desigual é aquela em que as desigualdades raciais são sistêmicas, profundamente enraizadas e naturalizadas, integrando-se ao próprio projeto de poder do país.

Dessa forma, a igualdade não assume um papel central, e mesmo diante do crescimento econômico e social, essas desigualdades se mantêm, não se traduzindo em maior equidade. Theodoro (2022) elenca quatro características principais das sociedades desiguais, mostrando o impacto do racismo nas condições de vida dos indivíduos. Em primeiro lugar, observa-se a continuidade da desigualdade racial, onde grupos discriminados, como a população negra, permanecem no epicentro das desigualdades extremas, sem que o Estado implemente medidas efetivas para alterar essa realidade. Em segundo lugar, as desigualdades se manifestam em áreas cruciais como educação, saúde, moradia e trabalho, onde as assimetrias se acumulam e agravam as condições de vida dos marginalizados. Em terceiro lugar, destaca-se como as forças repressivas,

incluindo a polícia e o sistema judiciário, são utilizadas para preservar a ordem social desigual, controlando e reprimindo as populações marginalizadas. Por fim, aborda-se o enfraquecimento dos movimentos sociais que lutam por igualdade, com a sociedade desigual buscando criminalizar suas pautas e suprimir suas ações para assegurar a manutenção do *status quo*.

Com base nas reflexões de Campos (2017), identificamos os efeitos das disparidades sociais, uma vez que a posição de diferentes grupos na sociedade é moldada por uma combinação de fatores históricos, políticos e econômicos, além de desigualdades vinculadas à classe social, gênero e raça. O conceito de “raça”, em particular, é destacado pelos autores como uma construção histórica utilizada para justificar hierarquias sociais, com a finalidade de promover a ideia de supremacia racial ou a noção de uma raça pura.

Por essas razões, a compreensão dessas dinâmicas requer uma revisão crítica das bases epistemológicas que fundamentam os estudos sobre colonialismo e racismo. Moore (2007), em **Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para compreensão do Racismo na História**, nos convida a repensar a maneira como abordamos esses temas. O autor demonstra que o racismo, ao desumanizar o Outro, prejudica a capacidade dos seres humanos de perceber o sofrimento alheio, o que resulta na trivialização e banalização desse sofrimento. No contexto latino-americano, essa insensibilidade se manifesta na ideologia da "democracia racial", que nega a existência do racismo enquanto perpetua a desigualdade.

A escravização de africanos sequestrados para serem explorados durante o período colonial não se restringiu à exploração física dos indivíduos, mas envolveu uma transformação mais profunda: a coisificação (Césaire, 1978; Fanon, 2008; 2015; Nascimento, 2020). É nesse contexto que, ao reduzir seres humanos a mercadorias, corpos negros foram tratados como "coisas" destinadas à produção de outras mercadorias. Destacamos que a transformação não era qualquer tipo de objetificação, mas uma específica e orientada para atender às necessidades da acumulação capitalista e à reprodução do capital que se concentrava nas metrópoles europeias. Segundo Marx (2013), os africanos escravizados eram submetidos a uma condição de mercadoria, adquirindo um duplo caráter, conforme descrito pelo autor em sua teoria da mercadoria: possuíam tanto valor de uso quanto valor de troca.

Como valor de uso, os escravizados eram aproveitados por sua força de trabalho, mas não para suprir suas próprias necessidades. Suas condições de vida eram deliberadamente mantidas no mínimo necessário para garantir sua

sobrevivência como força produtiva, sempre voltadas para os interesses econômicos da classe dominante, dos senhores de escravos e da Coroa. Assim, os escravizados não tinham suas necessidades pessoais atendidas, sendo apenas sustentados até o ponto em que ainda poderiam gerar mais valor para seus proprietários. Já como valor de troca, os escravizados não eram apenas utilizados como força de trabalho, mas também vendidos, alugados e trocados como mercadorias. Dessa forma, além de gerar valor por meio do trabalho que produziam, os escravizados possuíam valor de mercado, sendo comercializados como qualquer outro bem. Eram utilizados como garantias para hipotecas, trocados por propriedades e, em muitos casos, alugados para outros proprietários.

Observamos, a partir das considerações de Marx (2013) e dos argumentos de Césaire (1978), Fanon (2008), Moura (2017), Mbembe (2018) e Nascimento (2020), que o processo de coisificação dos escravizados estava intimamente ligado ao fetichismo da mercadoria. No caso das mercadorias comuns, a relação social entre os produtores é mascarada pela "forma fantasmagórica" da mercadoria, que aparenta ter um valor intrínseco separado do trabalho humano (Marx, 2013). Com os escravizados, essa lógica se radicalizava, sendo transformados diretamente em mercadorias, despojados de sua humanidade (Mbembe, 2018) e reduzidos a meros objetos de troca (Fanon, 2008; Moura, 2021; Nascimento, 2020). Assim, as relações sociais entre indivíduos foram substituídas por relações entre coisas, eliminando qualquer reconhecimento da subjetividade dos indivíduos escravizados (Césaire, 2018).

A construção do sujeito racial no colonialismo visava a redução da pessoa negra à condição de objeto. O corpo negro, ao ser desumanizado e tratado como simples ferramenta de trabalho, sem qualquer traço de humanidade, servia como justificativa para a exploração sem limites. O conceito de raça, portanto, estabelece uma diferença intransponível, sustentada pelo altericídio, pois a branquitude percebe o negro "não como semelhante a si mesmo, mas como objeto propriamente ameaçador, do qual é preciso se proteger, desfazer, ou ao qual caberia simplesmente destruir, na impossibilidade de assegurar seu controle total" (Mbembe, 2018, p. 27).

Assim, a objetificação da vida dos indivíduos escravizados constituiu um pilar fundamental para a acumulação capitalista e a expansão colonial, pois, ao converter corpos negros escravizados em mercadorias, possibilitou o crescimento econômico das metrópoles europeias, ao mesmo tempo em que perpetuava uma lógica de desumanização e exploração profundamente arraigada nas sociedades coloniais. Para entender a relação entre capital e trabalho na sociedade brasileira,

foi necessário retroceder e examinar os fundamentos históricos que sustentam essa relação, uma vez que "a clivagem criada permanece" (Mbembe, 2018, p. 22) e se manifesta em diversas dimensões.

Na literatura marxista, a relação entre capital e trabalho é frequentemente abordada como uma abstração, referindo-se à estrutura da exploração capitalista. No entanto, com base nas contribuições de Da Costa e Mendes (2022), sustentamos que, para compreender plenamente o funcionamento do capitalismo em escala global, é imprescindível articular essa relação com outras formas concretas de dominação, como a racialização e a colonialidade. A colonialidade, ainda vigente, opera por meio de uma lógica de poder que estrutura as sociedades contemporâneas, especialmente no que tange à divisão racial do trabalho.

A hierarquização racial, estabelecida durante o período colonial, foi crucial para a exploração econômica dos povos colonizados. Ao criar uma infraestrutura global de desigualdade, que persiste no capitalismo neoliberal, a força de trabalho foi e continua sendo organizada de maneira racializada, definindo quem tem acesso a recursos, direitos e oportunidades. Nesse contexto, a branquitude se solidifica como o padrão universal, uma vez que "ser branco constitui o elemento não marcado, o neutro da humanidade" (Nogueira, 2017, p. 123). As desigualdades no mundo do trabalho, que afetam desproporcionalmente negros, indígenas e outras populações marginalizadas, não são meros acasos históricos, mas sim o reflexo de uma continuidade da lógica colonial de exploração.

Com base nessas reflexões, no próximo tópico, aprofundaremos como o racismo se configura como uma consequência do capitalismo e como parte integrante e estruturante desse sistema. Longe de ser um desvio ou uma falha moral isolada, o racismo é uma engrenagem central no funcionamento do sistema capitalista, estando intrinsecamente associado à exploração econômica. Racismo e exploração coexistem e se reforçam mutuamente ao longo da história, consolidando as desigualdades que mantêm o sistema operando de maneira desumanizadora.

### 3

## Racismo, Desumanização e a Objetificação dos Corpos Negros

*Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas.... Nem parece preto (Gonzalez, 2020, p. 78).*

Iniciamos a exposição do presente tópico a partir da ironia de Gonzalez (2020) ao falar a respeito do racismo no Brasil. Segundo a autora, o racismo brasileiro se oculta sob discursos que negam a discriminação, ao mesmo tempo em que reforçam estereótipos racistas. Em sua crítica à naturalização do racismo no Brasil, ela enfatiza como o preconceito racial é socialmente aceito e reproduzido de maneira encoberta sob o disfarce da "normalidade". Principalmente, ao evidenciar a hipocrisia de se negar a existência do racismo no Brasil, frequentemente atribuído apenas a países como os Estados Unidos (Gonzalez, 2020). Embora exista a crença de que "todos são tratados igualmente", a realidade se revela bastante diferente.

A noção de que "preto aqui é bem tratado" é contestada ao se examinar como as oportunidades para pessoas negras são limitadas e condicionadas a expectativas racistas. Isso se deve ao fato de que os estereótipos associados às pessoas negras representam uma visão distorcida, na qual a miséria é considerada justificável por características supostamente "inerentes" a elas, como irresponsabilidade, incapacidade intelectual e malandragem. Esses estereótipos são internalizados e aceitos como explicações "naturais" para a marginalização das populações negras, criando uma estrutura de desumanização que legitima a violência policial, o encarceramento em massa e a exclusão econômica. O exemplo final de sua argumentação, em que alguém afirma conhecer uma pessoa negra que "nem parece preto", ressalta a ideia de que a ascensão social de pessoas negras é aceita apenas quando elas se distanciam das características racializadas associadas à sua negritude.

Como afirma Brah (2006), o racismo não é um fenômeno uniforme; ele possui suas próprias histórias e particularidades, moldadas por circunstâncias econômicas, políticas e culturais específicas. Desse modo, os contextos históricos e sociais determinam como o racismo é criado, mantido e reproduzido ao longo

do tempo, utilizando mecanismos como legislações, práticas sociais, estereótipos culturais e inclusão econômica precária. Assim, ao articular o racismo com o sexismo, Gonzalez (2020) destaca que o impacto sobre a mulher negra é particularmente violento, pois existe uma intersecção entre racismo e capitalismo no Brasil.

A marginalização da população negra não é apenas uma questão de preconceito, mas uma estratégia de controle social e econômico que perpetua as desigualdades. Para a autora, a exclusão da população negra do "projeto de nação" brasileiro não é apenas uma herança do passado colonial, mas uma prática contínua que molda as relações sociais e econômicas atuais. Por essa razão, para compreendermos melhor as estruturas de poder e opressão, é fundamental abordar as dimensões do racismo, uma vez que este não é um fenômeno simples ou unidimensional; opera de maneira multifacetada e se manifesta em diversas esferas da vida, sejam elas social, política, ambiental, econômica e outras.

Segundo Kilomba (2019), o racismo nega às pessoas negras o status de sujeito pleno, uma vez que elas não são reconhecidas nas esferas política, social e individual. Assim, o racismo opera, conforme argumenta Campos (2017), em três dimensões: doutrina, prática e estrutura. Primeiramente, Campos (2017) demonstra que o racismo, enquanto doutrina ou ideologia, refere-se a um sistema de crenças que sustenta a noção de superioridade de uma raça sobre outra, justificando a discriminação e a segregação. Essa dimensão ideológica, frequentemente elaborada e articulada de maneira consciente, fundamenta os discursos que naturalizam a hierarquia racial e justificam a opressão. Historicamente, essa ideologia foi crucial para legitimar a colonização, a escravização e a exclusão social, por meio de uma inclusão precária, sendo perpetuada até os dias atuais através de narrativas que associam características raciais a capacidades ou direitos diferenciados.

Em segundo lugar, o racismo se manifesta como um conjunto de atitudes e práticas cotidianas, que são frequentemente reproduzidas de maneira automática ou irrefletida. Essas práticas, que vão desde microagressões até a violência aberta, contribuem para a normalização da desigualdade racial e reforçam estereótipos negativos sobre grupos racializados. Trata-se de uma forma de racismo que se infiltra nas interações sociais cotidianas, tornando a discriminação parte da experiência diária das populações marginalizadas (Campos, 2017).

Por fim, o racismo se estabelece como uma propriedade das estruturas sociais e das instituições. Considerando uma dimensão estrutural e institucional, não depende apenas de atitudes individuais ou de crenças conscientes para operar. Entretanto, o racismo estrutural está embutido nas políticas públicas, no sistema jurídico, no mercado de trabalho, no acesso à educação e saúde, e em todas as esferas da vida social, manifestando-se por meio de desigualdades sistêmicas que perpetuam a inclusão precária e a marginalização de grupos racializados, muitas vezes de maneira invisível, mas extremamente eficaz (Campos, 2017).

Para Kilomba (2019), o status de sujeito é alcançado quando o indivíduo é plenamente reconhecido e validado política, social e individualmente, em um processo contínuo de reconhecimento mútuo. A autora defende que a pessoa se torna sujeito quando, em seu contexto social, é reconhecida politicamente, tem suas necessidades sociais atendidas e é capaz de afirmar sua individualidade. No entanto, o racismo interrompe esse processo de reconhecimento, pois impõe estereótipos e desumaniza, negando à pessoa negra o direito de definir e expressar sua própria identidade.

A negação de reconhecimento, segundo Kilomba (2019), constitui uma forma de violência que impacta diretamente a subjetividade das pessoas negras. Ao serem tratadas como o “Outro”, ou seja, o oposto da norma branca, essas pessoas veem sua humanidade reduzida e seus direitos de participação e validação negados. O sujeito negro, nesse contexto, não é apenas o “Outro” por ser diferente, mas também a projeção de tudo aquilo que o sujeito branco rejeita e reprime em si mesmo. Assim, a construção da branquitude depende diretamente da exclusão e da negação do sujeito negro, tornando-se essencial para sustentar as hierarquias raciais.

Dessa forma, podemos compreender que essas dinâmicas não operam de maneira isolada. Pelo contrário, elas estão interligadas e fazem parte de engrenagens maiores que sustentam o racismo no capitalismo global e na colonialidade, fenômeno que Kilomba (2019) caracteriza como racismo cotidiano, infiltrando-se nas relações diárias e manifestando-se em práticas repetidas e institucionalizadas, perpetuando desigualdades e marginalizações.

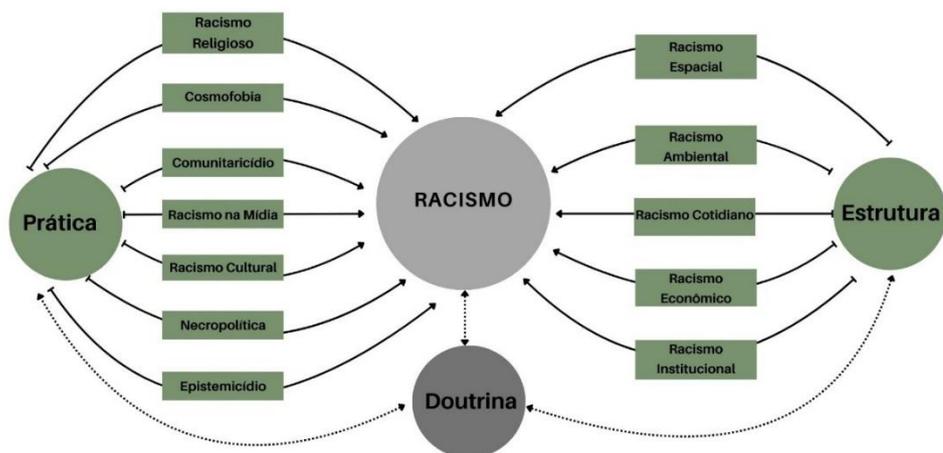


Figura 4 – Dimensões do Racismo. Fonte: Elaboração própria (2024), com base no referencial teórico sobre a temática.

Para Campos (2017), a conciliação das três dimensões do racismo apresenta desafios, uma vez que cada uma delas aborda aspectos distintos. Aqueles que adotam uma perspectiva ideológica, por exemplo, podem criticar outras abordagens por subestimarem a relevância das crenças e discursos explícitos que fomentam a discriminação. Em contrapartida, os defensores do racismo estrutural podem reprovar as outras duas vertentes por se concentrarem excessivamente nas ações individuais, negligenciando as desigualdades sistêmicas.

Ainda segundo Campos (2017), a divergência nas abordagens resulta em tensões na compreensão dos efeitos do racismo. No entanto, o autor argumenta que cada dimensão contribui para a análise de como o racismo se manifesta na sociedade, especialmente quando consideramos suas repercussões em esferas culturais, religiosas, espaciais e ambientais, por exemplo.

Em relação ao racismo religioso, este se revela nas brutalidades e atos de terror que os povos de terreiro e suas comunidades, patrimônios e saberes enfrentam constantemente (Rufino; De Miranda, 2019). Por sua vez, o racismo cultural diz respeito à imposição das normas, valores e expectativas da cultura dominante sobre grupos minoritários, desvalorizando suas culturas e identidades (Collins, 2019; Gonzalez, 2020). Ao analisarmos a destruição dos terreiros, percebemos que, além de atos de vandalismo e intolerância, trata-se de uma herança colonial que submete essas comunidades e perpetua um complexo de violências interligadas, constituindo também um racismo cultural, uma vez que o preconceito se estende a danças, vestimentas, culinária e religiosidade. Esse fenômeno se manifesta, portanto, na desvalorização, marginalização e

apropriação das expressões culturais de grupos minoritários, especialmente das populações negras e indígenas.

Ao refletirmos sobre o que foi imposto como “padrão” ou “tradicional”, as práticas culturais desses grupos são frequentemente ridicularizadas, estigmatizadas ou tratadas como inferiores em comparação aos padrões da cultura dominante. Bispo (2023) se refere a essa situação como cosmofofia, o medo do outro, do que é diferente do padrão estabelecido pela branquitude. Kilomba (2019) descreve essa inferiorização a partir do que denominou racismo cotidiano. Segundo a autora, o racismo cotidiano é um processo em que a pessoa negra se torna uma tela para projeções dos medos, tabus e fantasias reprimidas da sociedade branca, envolvendo aspectos como agressão e sexualidade, que são reprimidos pelo sujeito branco e transferidos para o sujeito negro.

Para Kilomba (2019), essa dinâmica possibilita ao sujeito branco se construir como "civilizado" e "decente", enquanto o sujeito negro é percebido como o "Outro", aquele que representa o oposto desses valores. No contexto dessas projeções, diversas formas de desumanização se manifestam, incluindo a infantilização, onde a pessoa negra é vista como dependente e incapaz de sobreviver sem o controle branco; a primitivização, que a associa a uma figura "selvagem" e "básica", distante da civilização; a incivilização, que a retrata como violenta e perigosa, sempre vinculada ao crime; a animalização, onde é comparada a animais, desumanizada e considerada uma forma inferior de humanidade; e a erotização, na qual a pessoa negra é hipersexualizada, percebida como possuindo um apetite sexual violento e descontrolado.

Além dessas projeções, o racismo cotidiano se manifesta em palavras, gestos, olhares e ações que constantemente posicionam a pessoa negra como "Outra", alguém que não pertence e que está fora da norma branca. Situações cotidianas, como ser observado com desconfiança em espaços públicos ou ser tratado como "diferente" em interações sociais, exemplificam esse processo. Kilomba (2019) enfatiza que essas experiências não são eventos isolados ou únicos, mas parte de uma "constelação de experiências" que se repetem ao longo da vida de uma pessoa negra, estabelecendo um padrão contínuo de exclusão e violência.

Portanto, o racismo cotidiano não se resume a atitudes explícitas de discriminação, mas é um fenômeno constante, presente em múltiplos aspectos da vida diária, criando um ambiente de vigilância, abuso e segregação que molda a forma como a pessoa negra é percebida e tratada na sociedade. Assim, como um desdobramento do racismo cotidiano, surgem o racismo religioso e cultural, que

se manifestam na tentativa de erradicar ou silenciar essas diferenças, seja por meio de violência física ou simbólica, que visa deslegitimar e apagar o que é visto como uma ameaça à homogeneidade cultural imposta pelo colonizador. É suficiente observar como práticas como o samba e o maracatu, vestimentas tradicionais, culinárias típicas e práticas religiosas de origem africana e indígena são frequentemente deslegitimadas, vistas como "exóticas" ou associadas a estereótipos negativos.

Nesse processo, essas expressões são, frequentemente, apropriadas pela cultura dominante de forma superficial, esvaziadas de seu significado cultural original e incorporadas de maneira descontextualizada. Grosfoguel (2018) denomina esse fenômeno de comunitaricídio, pois ao serem apropriadas e descontextualizadas pela cultura dominante, essas expressões sofrem um processo de destruição simbólica de suas raízes e significados, resultando na aniquilação da identidade coletiva dos grupos que as originaram. No caso da religiosidade, considerando a umbanda e o candomblé como exemplos, observamos a prática do racismo religioso, cultural e espacial como faces do racismo cotidiano, pois por meio da demonização dessas crenças, são alvo de preconceito, desrespeito e ataques, enquanto religiões de origem europeia, como o cristianismo, são consideradas normativas e "civilizadas". À medida que analisamos essas violências, identificamos a lógica colonial de desvalorização dos saberes e práticas culturais dos povos colonizados.

O racismo espacial diz respeito à segregação territorial e à inclusão precária de determinados grupos raciais, sem que estes tenham acesso a recursos, além de se referir também à expulsão dos territórios em que residem. Manifesta-se quando comunidades racializadas são relegadas a áreas com infraestrutura precária, serviços públicos deficientes, maior exposição à violência e falta de acesso a espaços de lazer e oportunidades econômicas. Trata-se de uma dinâmica frequentemente invisibilizada, que cria um ciclo de marginalização, afetando diretamente as condições de vida dessas populações.

Carneiro (2005) descreve esse fenômeno como epistemicídio, um tipo de racismo mais velado, pois, em vez de reconhecer a estrutura discriminatória, a sociedade frequentemente responsabiliza os próprios indivíduos racializados pela posição que ocupam em seus contextos. O epistemicídio não apenas aniquila as possibilidades materiais de ascensão, mas também desmantela as bases de saberes e formas de organização dessas comunidades, deslegitimando seus modos de vida e conhecimentos. Por essa razão, também é considerado uma forma de comunitaricídio (Grosfoguel, 2018).

Segundo Kilomba (2019), é por meio do processo político da pele que o corpo negro se torna o alvo de uma subjugação racial, inserido em um imaginário que o transforma em objeto de fetichização e violência. Um exemplo claro disso pode ser observado nas operações policiais em comunidades e favelas, onde a presença de pessoas negras as torna alvos preferenciais da violência estatal. Isso é o que Mbembe (2018) denominou necropolítica, um conceito que aborda o poder de decidir quem vive e quem morre, exercido de forma sistemática pelo Estado sobre populações marginalizadas. A necropolítica se revela quando o Estado, através de ações como operações policiais excessivamente violentas, determina que determinadas vidas, especialmente as vidas negras e periféricas, são descartáveis e podem ser submetidas à morte ou à exposição contínua à violência.

A necropolítica transcende o controle espacial, pois envolve a imposição de uma política de morte sobre corpos racializados e empobrecidos, que são intencionalmente mantidos em condições de vulnerabilidade extrema, seja pela violência direta, como as execuções em operações policiais, ou pela privação de direitos fundamentais, como saúde, educação e saneamento básico. Assim, o racismo espacial e a necropolítica definem os territórios onde a vida é sistematicamente desvalorizada e o direito à existência é constantemente ameaçado (Mbembe, 2018).

Simultaneamente, essas mesmas comunidades são desprovidas de serviços básicos essenciais à sobrevivência digna, como saúde, educação e saneamento, o que agrava ainda mais a segregação. O racismo espacial não se restringe à separação física dessas populações em áreas periféricas e vulneráveis, mas está intrinsecamente ligado à desvalorização de suas vidas, à invisibilização de suas necessidades e à reprodução de uma lógica colonial que perpetua a desigualdade racial. Por essa razão, enfatizamos que a segregação imposta pelo racismo espacial mantém as desigualdades raciais e sociais, reforçando a ideia de que certos grupos pertencem a espaços marginalizados, enquanto outros têm acesso pleno à cidade e seus recursos.

Ao naturalizar essa separação, perpetuam-se estruturas de poder que favorecem a cultura dominante e condenam comunidades racializadas a um ciclo de pobreza, violência e marginalização. Kilomba (2019) demonstra que o racismo espacial segrega pessoas negras por meio de uma lógica de "primitivismo moderno", confinando-as em áreas marginalizadas e economicamente exploradas. A circulação de negros em espaços brancos é percebida como uma transgressão, refletindo o desejo de conter e controlar a negritude. Em termos de precariedade, o racismo espacial e o racismo ambiental caminham juntos, pois

condenam desproporcionalmente comunidades racializadas a injustiças ambientais, uma vez que frequentemente estão mais expostas a práticas ambientais prejudiciais, como poluição, desastres ambientais e à ausência de saneamento básico.

Nesse sentido, observa-se que esse fenômeno se tornou ainda mais evidente durante a pandemia de Covid-19, quando comunidades periféricas e racializadas sofreram desproporcionalmente os impactos do vírus. As condições de vida precárias, a falta de acesso adequado à água e ao saneamento, além da escassez de trabalho e renda, intensificaram a vulnerabilidade dessas populações, destacando como a injustiça estrutural opera nesses territórios (Guedes; Sugahara; Ferreira, 2019). No que diz respeito ao racismo econômico, este se manifesta nas desigualdades salariais e na inclusão precária de grupos racializados, impedindo que ocupem posições de poder e oportunidades econômicas.

No Brasil pós-abolição, as elites formularam a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial para integrar o país ao capitalismo internacional (Gonzalez, 2020; Moura, 2021). A suposta "competição democrática" sugeria que todos tinham igualdade de oportunidades, ignorando as raízes históricas da escravização que deixaram a população negra em uma posição de vulnerabilidade econômica. Entretanto, o racismo estrutural obstrui o pleno acesso de pessoas negras a direitos e oportunidades, como o emprego, a educação de qualidade e a participação política. Por sua vez, essa falta de acesso resulta em uma desigualdade que se reproduz e perpetua ao longo do tempo, mantendo os grupos racializados "fora das estruturas dominantes", ou seja, marginalizados social e economicamente.

Conforme exposto por Memmi (1977), como estrutura, o racismo está embutido em instituições e sistemas sociais, moldando o funcionamento das sociedades. Vejamos:

Cada gesto de sua vida cotidiana o põe em relação com o colonizado, e a cada gesto ele se beneficia da reconhecida vantagem. Ele se vê em dificuldades com as leis? A polícia e até mesmo a justiça serão mais clementes em relação a ele. Precisa dos serviços da administração? Ela o atormentará menos, abreviando-lhe as formalidades, reservando-lhe um guichê em que os postulantes serão em menor número e a espera menos longa. Procura emprego? Precisa prestar concurso? Vagas e postos lhe serão antecipadamente reservados; os exames serão realizados em sua língua, proporcionando dificuldades eliminatórias para o colonizado. (...) ainda que não peça nada, que não precise de nada, basta que apareça para que se fixe a sua pessoa o preconceito favorável de todos aqueles que contam na colônia; até mesmo daqueles que não contam, pois ele se beneficia do preconceito favorável, do respeito do próprio colonizado, que concede a ele mais do que aos melhores dos seus; que, por exemplo, confia mais na palavra dele no que na dos seus (Memmi, 1977, p. 45-46).

Dessa forma, percebemos que a desigualdade racial se torna uma realidade naturalizada quando práticas racistas, através de políticas e ações excludentes, garantem que as populações racializadas permaneçam em situação de desvantagem, independentemente das intenções individuais. À luz do que foi apresentado, o racismo institucional emerge como um desdobramento do racismo estrutural e diz respeito ao funcionamento de instituições como escolas, empresas, hospitais e o sistema de justiça, favorecendo desproporcionalmente indivíduos brancos em detrimento de grupos racializados. Assim, indivíduos brancos possuem maior acesso a oportunidades e recursos, como educação, saúde, emprego e justiça, enquanto grupos racializados enfrentam barreiras e desigualdades sistêmicas, sendo constantemente colocados em desvantagem.

Baseando-se nas reflexões de Carneiro (2005) e Collins (2019), destacamos que, historicamente, trabalhadores e trabalhadoras negras recebem salários inferiores em comparação aos seus colegas brancos em funções equivalentes, além de contarem com menores oportunidades de ascensão a cargos de liderança. A estrutura econômica pós-escravização perpetuou as hierarquias raciais, relegando os negros a posições mais vulneráveis e menos valorizadas no mercado de trabalho. A ideologia meritocrática, que surgiu com o capitalismo liberal, obscureceu as determinações de classe, raça e gênero ao argumentar que as diferenças socioeconômicas resultavam da capacidade individual, ignorando as consequências históricas do racismo estrutural (Nascimento, 2016; Kilomba, 2019; Gonzalez, 2020).

A "democracia racial" funcionou como um mecanismo de desmobilização, desarticulando a identidade coletiva da população negra e responsabilizando-a individualmente por seu insucesso econômico, sem reconhecer as barreiras históricas e estruturais impostas pelo racismo. Dessa maneira, o racismo não se configura apenas como um resquício do passado, mas como uma condição fundamental para a exploração capitalista, consolidada pela escravização e pelo trabalho forçado que sustentaram a Revolução Industrial e as economias europeias. Como afirma Kilomba (2019, p. 162), "a dificuldade de identificar o racismo não é apenas funcional para o racismo, mas também uma parte importante do próprio racismo".

Diante do exposto, observamos que o racismo, enquanto prática, abrange manifestações cotidianas, expressas em comportamentos e atitudes que reproduzem a discriminação racial, tanto de forma direta quanto indireta. E, como doutrina, representa a base ideológica que justifica e sustenta as demais

dimensões, referindo-se a crenças que afirmam a superioridade racial, legitimando práticas discriminatórias e estruturas desiguais, pois, enquanto ideologia, permeia todas as formas de racismo.

Essa lógica de dominação não se restringe à distribuição desigual de direitos e oportunidades, mas se infiltra na própria organização do trabalho e da vida social. Assim, para além da divisão social do trabalho, é necessário analisar a divisão racial, social e sexual do trabalho como expressão histórica das hierarquias impostas pelo colonialismo e perpetuadas pelo capitalismo. É a partir desse entrecruzamento de opressões que se aprofunda a feminização da pobreza, especialmente entre mulheres negras, como veremos a seguir.

### **3.1 Divisão Racial, Social e Sexual do Trabalho e a Feminização da Pobreza**

Os progressos das mulheres brancas no mercado de trabalho, em diversas esferas ocupacionais, têm sido amplamente abordados e analisados na literatura. Contudo, persiste uma lacuna na reflexão sobre o espaço destinado à mulher negra e as subocupações que, frequentemente, elas ocupam. Nos estudos de gênero, por exemplo, a ênfase recai sobre as representações de masculinidade e feminilidade nas ações políticas e na organização social, a qual é influenciada pelas concepções e distribuição de poder. Para contribuir com os avanços nas discussões acerca desse tema e da profunda relação que essa divisão possui para acentuar a feminização da pobreza entre mulheres, especialmente aquelas racializadas, apresentaremos uma breve reflexão a respeito.

Partindo dos apontamentos de Scott (1995), que considera o gênero como uma forma primária de significar as relações de poder na sociedade, conclui-se que as normas, papéis e expectativas associadas a homens e mulheres não se reduzem a meros reflexos de diferenças biológicas, mas constituem construções sociais que funcionam como instrumentos para manter e reproduzir estruturas de poder. É por meio do gênero que as pessoas são influenciadas na forma como “experenciam o mundo, interagem com outros e quais oportunidades ou privilégios são abertos ou fechados para elas” (Silva, 2010, p. 5). Nesse sentido, Biroli (2016) enfatiza que as fronteiras entre o público e o privado colaboram para a perpetuação de desigualdades de gênero, pois, mesmo quando princípios formais de igualdade são estabelecidos, persistem obstáculos à plena participação e autonomia das mulheres em diferentes aspectos da vida social, econômica e política.

O conceito de gênero é abordado de várias maneiras nas diferentes correntes teóricas dos estudos feministas; no entanto, Oyěwùmí (2004, p. 3) adverte que “gênero não pode ser abstraído do contexto social e de outros sistemas de hierarquia”. Assim, o gênero não é apenas uma construção social, mas também histórica (Oyěwùmí, 2004). Assumindo que há a perpetuação de padrões históricos de desigualdade, marginalização e estigmatização que têm raízes na exploração racial e econômica estabelecida durante o período colonial, e considerando as reflexões sobre a divisão do trabalho, é pertinente analisar a divisão sexual do trabalho, sem desconsiderar o racismo como uma expressão da questão social.

Por essa razão, nos estudos de Barthes; Delphy (1984), Castro (1992), Hirata (1995), Hirata; Kergoat (2007) e Hirata (2010), as discussões sobre a divisão tradicional de papéis de gênero no mundo do trabalho como resultado de uma complexa interação de fatores que impactam tanto os indivíduos quanto as estruturas organizacionais, se mostraram essenciais para observarmos a feminização de certas ocupações, sejam elas remuneradas ou não.

Para Delphy (2013), a divisão sexual do trabalho é uma estrutura de dominação na qual o trabalho realizado por homens e mulheres é separado e hierarquizado, com o trabalho feminino frequentemente sendo desvalorizado e não remunerado. Segundo a autora, essa divisão é central para a opressão das mulheres, pois perpetua a desigualdade de poder entre os gêneros. Por outro lado, Hirata (2010) argumenta que o trabalho precário é predominantemente feminino, destacando a necessidade de compreendermos a relação entre as desigualdades de gênero no mercado de trabalho e as desigualdades na esfera doméstica e familiar. Para a autora, essas desigualdades abrangem relações de trabalho, poder, conhecimento e dominação.

Dessa forma, é possível verificar, a partir de Hirata; Kergoat (2007), que a divisão sexual do trabalho é uma construção social que separa e hierarquiza o trabalho realizado por homens e mulheres. Para as autoras, compreender plenamente a precariedade do trabalho feminino requer analisar como as mulheres enfrentam desigualdades tanto no ambiente de trabalho quanto em suas vidas domésticas, pois, nesses espaços, são frequentemente sobrecarregadas com responsabilidades não remuneradas e têm menor poder de decisão.

Nessas discussões, homens e mulheres são socializados para acreditar que certos tipos de trabalho são mais apropriados para seu gênero. As autoras argumentam que essa socialização ocorre por meio de pressões sociais, expectativas familiares e modelos culturais de comportamento. Como

consequência, seguir esses papéis de gênero pode parecer natural, mas, na realidade, trata-se de estruturas de trabalho tradicionais fundamentadas na divisão de trabalho entre homens e mulheres que, historicamente, ao estarem associadas a um determinado gênero, se baseiam em estereótipos de gênero (Barthes; Delphy, 1984; Castro, 1992; Hirata, 1995; Hirata; Kergoat, 2007; Hirata, 2010).

Entretanto, embora essas pesquisas contribuam para a compreensão das discussões sobre como a estratégia de inferiorização econômica desempenha um papel crucial na sustentação da divisão de papéis de gênero, elas referem-se, em primeira instância, apenas à maneira como as estruturas econômicas e sociais moldam as relações de gênero para mulheres brancas, uma vez que o debate sobre o lugar da mulher negra foi pontualmente abordado. Trata-se de um discurso que não traz para a discussão a conexão que a divisão racial e de classe possui, impactando a vida de mulheres racializadas, posto que:

O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira (Carneiro, 2003, p. 2).

Ao "enegrecer o feminismo" e destacar a singularidade da experiência histórica das mulheres negras, marcada por formas específicas de discriminação e opressão que frequentemente são desconsideradas nos discursos feministas dominantes, Carneiro (2003) evidenciou que focar apenas na opressão de gênero ignora as narrativas de colonização, violência e "democracia racial", que têm sido utilizadas para simplificar as lutas das mulheres racializadas. Essa abordagem unidimensional revela armadilhas inerentes. Adichie (2019) enfatizou que é "impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder" (p. 12). Além disso, destacou que "(...) O poder é a capacidade não apenas de narrar a história de outrem, mas de transformar essa narrativa na sua história definitiva" (p. 12). A consequência de uma história única é, portanto, a perda da dignidade das pessoas (Adichie, 2019, p. 14).

Nesse mesmo contexto, a pesquisa realizada por Biroli e Miguel (2015) demonstrou que uma análise das relações de gênero que não considere as desigualdades de classe e raça é inadequada e incompleta. Desconsiderar como essas desigualdades moldam o gênero e posicionam as mulheres negras e não-negras de maneiras distintas nas relações de poder resulta em uma compreensão

restrita. Para Lugones (2014, p. 42), “o sistema de gênero, que é hierárquico, mas racialmente diferenciado, nega humanidade e, conseqüentemente, gênero às colonizadas”. A partir dessa perspectiva, elaboramos o fluxo representado na Figura 5, visando sintetizar a hierarquia e as interseções entre gênero, raça e classe na constituição da divisão racial e sexual do trabalho, fundamental para compreendermos a forma como o racismo estrutura o mundo do trabalho assalariado (Alves, 2022).



Figura 5 - Fluxo das Desigualdades Interseccionais no Mundo de Trabalho. Fonte: Elaboração própria, com base no referencial teórico.

A figura 5 tem o objetivo de ilustrar como o feminismo branco e universalizante gera uma lacuna analítica em relação às experiências de mulheres negras. A partir da opressão de gênero, se desenrolam processos históricos de desvalorização e precarização do trabalho feminino. Assim, a luta das mulheres negras se configura como um enfrentamento ao patriarcado, ao racismo estrutural e à exploração capitalista, revelando as desigualdades que permeiam tanto o trabalho remunerado quanto o não remunerado.

Conforme a literatura aponta, o racismo estrutura de maneira profunda as desigualdades nas sociedades latino-americanas, afetando tanto as relações de trabalho quanto as dinâmicas de gênero. É possível observar como o racismo

influencia diretamente a forma como as opressões de gênero são analisadas historicamente. Para Collins (1990), mulheres negras enfrentam um tipo específico de opressão e discriminação no trabalho que não é completamente abordado pela teoria feminista tradicional, uma vez que as estruturas de opressão operam em múltiplos níveis, inclusive dentro do feminismo.

Por essa razão, Hooks (2020, p. 46) indicou que “o sexismo dos homens negros tem minado a luta pela erradicação do racismo, da mesma forma que o racismo das mulheres brancas tem minado a luta feminista”. Portanto, uma análise que não considere as dimensões de raça, classe e gênero em suas intersecções está destinada a reproduzir lacunas e incompletudes na compreensão das desigualdades estruturais. A luta das mulheres negras vai além da oposição ao patriarcado, exigindo também o enfrentamento do racismo e da exploração econômica, que as coloca em situações de extrema vulnerabilidade.

Nas reflexões de Biroli (2016), a interseção entre capitalismo e patriarcado é destacada como uma estrutura que impõe diversas sobrecargas às mulheres, dependendo de sua classe e raça. Segundo Collins e Bilge (2021), a concentração de determinadas mulheres em ocupações precarizadas torna visíveis as formas interseccionais de desvantagem. Isso acontece porque a produção de gênero na divisão do trabalho não ocorre de maneira isolada, mas está intrinsecamente relacionada a fatores de classe e raça.

De acordo com Oyěwùmí (2016), a noção de que a superioridade racial branca é inerente à condição humana foi apresentada como “explicação para a dominação dos europeus sobre outros grupos, substituindo a crença anterior de que o controle dos grupos subordinados se dava pela força” (Oyěwùmí, 2016, p. 3, tradução nossa). Para Evaristo (2009), as experiências das mulheres negras se assemelham mais às vivências de mulheres indígenas, devido às perversidades que cada grupo enfrenta em termos de opressão e discriminação. Hooks (2019) demonstrou que as diferenças de papéis atribuídos aos diversos grupos da sociedade têm o fator racial como elemento central na perpetuação dessas disparidades, pois, em uma sociedade composta por diferentes grupos étnicos, o critério racial atua como um mecanismo de seleção.

Nesse contexto, Lugones (2014) discutiu o funcionamento do sistema colonial de gênero a partir de dicotomias e hierarquias. Através de divisões binárias, atribuem-se valores distintos a cada polo, colocando um em posição de superioridade sobre o outro. Essas dicotomias são observáveis em categorias como raça, gênero e sexualidade, organizadas em termos de opressão e subordinação, sendo tratadas em estudos feministas pela lógica categorial

dicotômica: o homem branco é superior à mulher negra, o masculino é superior ao feminino, configurando-se como uma ferramenta central do pensamento colonial e capitalista moderno.

Integram essas discussões as contribuições de Miñoso (2019, 2020). Para a autora, o feminismo hegemônico do Norte é racista e reducionista, pois aborda a opressão de gênero de forma isolada das outras dimensões de opressão, como raça e sexualidade. Ao fazê-lo, ignora que essas opressões estão interligadas e afetam as mulheres de maneiras distintas, dependendo de sua posição social, racial, cultural e geográfica. Nas discussões sobre o feminismo hegemônico, Federici (2023) demonstrou que:

Ainda que estudos comprovem o empobrecimento das mulheres pelo mundo, poucas feministas admitem que a globalização não só provocou uma “feminização da pobreza” como contribuiu para o surgimento de uma nova ordem colonial, criando novas divisões entre as mulheres (Federici, 2023, p. 137).

Dessa maneira, a dimensão racial acentua essa desigualdade: mulheres negras, desde a era colonial, foram destinadas a atividades de cuidado, tanto em seus lares quanto em ocupações precarizadas, como o serviço doméstico remunerado em residências de famílias brancas. Assim, a divisão racial e sexual do trabalho, amplamente observada nas sociedades contemporâneas, possui suas raízes na lógica colonial, que estabeleceu hierarquias entre corpos racializados e de diferentes gêneros. Sob essa lógica, corpos negros e indígenas foram desumanizados e relegados a funções subalternas, enquanto corpos brancos eram associados à superioridade e ao controle dos meios de produção.

A esse respeito, Alves (2022) enfatiza a importância do racismo estrutural no mercado de trabalho assalariado como um elemento central na constituição da divisão racial do trabalho. De acordo com o autor, essa dinâmica se manifesta na exclusão da população negra dos postos de trabalho formais, nas elevadas taxas de desemprego e desocupação, além da inserção em ocupações precarizadas e subalternas. Quando conseguem acesso ao mercado de trabalho assalariado, essas pessoas são, em sua maioria, alocadas em atividades de subsistência, caracterizadas por baixa remuneração ou pela completa ausência de direitos e garantias.

Ao analisarmos a realidade brasileira, desde 1970, o IBGE tem produzido relatórios sociais que apontam as persistentes desigualdades em diversos aspectos da vida da população. Ao examinarmos as estatísticas de gênero, o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, assim como os indicadores relacionados ao mercado de trabalho, constatamos desigualdades significativas

entre homens e mulheres. Isso se deve ao maior envolvimento em atividades não remuneradas, como, por exemplo, nos afazeres domésticos, o que resulta em uma menor participação das mulheres no mercado de trabalho.

Entretanto, devido à divisão racial e sexual do trabalho, identificamos que as mulheres negras enfrentam desvantagens estruturais, sendo impactadas tanto por desigualdades no trabalho remunerado quanto no não remunerado. Mesmo para aquelas que estão inseridas no mercado de trabalho assalariado, a divisão racial e sexual do trabalho molda de maneira profunda a experiência da dupla jornada.

É o que Nogueira e Passos (2020) denominam de divisão sociossexual e racial do trabalho, uma vez que há uma lógica estrutural que organiza de maneira desigual as esferas da produção e da reprodução social. Essa organização não é natural, mas sim historicamente construída e funcional à manutenção das desigualdades, uma vez que subalterniza as mulheres, especialmente as mulheres negras, ao longo do próprio desenvolvimento do capitalismo. Essas estruturas, social e culturalmente forjadas, operam na reprodução da vida cotidiana como dispositivos que mantêm as mulheres em posições de subordinação e sobrecarga, especialmente no que se refere ao cuidado e ao trabalho invisível.

Na obra de Vergès (2020), a autora inicia com a indagação central "quem limpa o mundo?" e, por meio de uma análise que articula gênero, raça e classe, com ênfase no marcador de classe, destaca como mulheres negras e racializadas desempenham, diariamente, um papel indispensável para o funcionamento das cidades, embora permaneçam amplamente invisibilizadas pela sociedade. São essas mulheres racializadas que assumem a responsabilidade por "abrir" a cidade, realizando trabalhos como a limpeza de espaços públicos e privados, tarefas frequentemente consideradas pouco qualificadas, perigosas e mal remuneradas. Muitas delas manipulam produtos químicos tóxicos, transportam cargas excessivas e enfrentam condições prejudiciais à saúde, além de despenderem horas em longos deslocamentos, seja pela manhã cedo ou à noite, em busca de sustento.

Ademais, um número significativo de mulheres racializadas trabalha em residências de famílias de classe média, cuidando de crianças e idosos, além de realizar serviços domésticos, permitindo que outras mulheres tenham tempo livre para trabalhar, praticar exercícios ou se dedicar a atividades de lazer. Enquanto essas mulheres são essenciais para garantir o conforto e a funcionalidade da vida urbana, seus esforços são frequentemente ignorados ou considerados naturais.

Por outro lado, as classes médias e altas, que dependem diretamente do trabalho dessas mulheres, desfrutam de espaços limpos e organizados para realizar atividades voltadas ao autocuidado, como exercícios físicos e alimentação saudável. Assim, observamos que o peso do trabalho mais extenuante recai, historicamente, sobre os corpos de mulheres negras e racializadas, que, ao final do dia, retornam aos transportes públicos com sinais visíveis de exaustão raramente reconhecida por aqueles que se beneficiam do que elas constroem cotidianamente.

Para aprofundar a compreensão sobre as desigualdades de gênero no Brasil, e como o gênero também é influenciado por marcadores de raça e classe, apresentamos a seguir alguns dos principais indicadores sociais nacionais.

### 3.1.1 Indicadores Sociais da Desigualdade de Gênero no Brasil

De acordo com os dados do IBGE (2022), apresentados no estudo "Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil"<sup>7</sup>, e do IPEA (2024), no "Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça"<sup>8</sup>, evidencia-se uma divisão desigual do trabalho doméstico e de cuidados entre mulheres e homens. Em 2022, as mulheres dedicaram, em média, 21h36min semanais a essas atividades, enquanto os homens dedicaram 11h48min, refletindo uma diferença de cerca de 10 horas semanais, como exposto a seguir na tabela 2:

Tabela 2: Desigualdade no trabalho doméstico e de cuidado não remunerado no Brasil

Aspecto	Mulheres	Homens	Análise
<b>Média semanal geral (horas)</b>	21h36min	11h48min	Mulheres dedicam cerca de 10 horas a mais que os homens.
<b>Renda até ¼ do salário mínimo</b>	Mulheres negras: 25,7 horas Mulheres brancas: 25,4 horas	Homens (geral): 13 horas	Desigualdade acentuada nas famílias mais pobres, com maior sobrecarga feminina.
<b>Renda de 8 salários mínimos ou +</b>	Mulheres negras: 15,5 horas Mulheres brancas: 13,8 horas	Homens (geral): 9 horas	Mesmo entre os mais ricos, as mulheres fazem mais trabalho

<sup>7</sup> Para acessar os demais indicadores do IBGE, acesse: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>

<sup>8</sup> Para acessar os demais indicadores do IPEA, acesse: <https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/tabelas-completas>

			doméstico que os homens.
<b>Diferença por classe, gênero e raça</b>	Mulheres negras pobres trabalham 10 horas a mais do que as negras ricas.	Pouca variação entre ricos e pobres.	Reflete maior sobrecarga de cuidado para mulheres de baixa renda, especialmente negras.

Fonte: Adaptado de IBGE (2022) e IPEA (2024).

O recorte por cor ou raça nos permite visualizar que as mulheres negras permanecem mais envolvidas nas atividades de cuidado e nas tarefas domésticas, registrando uma carga de 25,7 horas semanais em 2022, em comparação às 25,4 horas dedicadas por mulheres brancas. As mulheres negras de baixa renda, especialmente aquelas que residem em domicílios onde a renda per capita é de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo, enfrentam uma carga ainda mais significativa de trabalho doméstico não remunerado. Entretanto, mesmo entre as mulheres que habitam lares com rendas mais elevadas (8 salários mínimos ou mais por pessoa), a disparidade se mantém, embora com menor intensidade. Por outro lado, entre os homens, as diferenças são menos acentuadas, independentemente da faixa de renda ou etária, o que sustenta sua reduzida participação nas atividades de cuidado e nas tarefas do lar.

Esses indicadores, em conjunto com a fundamentação teórica, permitem uma compreensão mais aprofundada de como essas desigualdades são historicamente construídas e perpetuadas, refletindo o que Delphy (2013) caracteriza como uma estrutura de dominação na divisão do trabalho, na qual o trabalho feminino é desvalorizado, invisibilizado e frequentemente não remunerado. Segundo Biroli (2018, p. 44-45), “quem realiza trabalho doméstico enfrenta restrições no acesso a recursos políticos fundamentais, entre os quais se destacam: tempo livre, remuneração e redes de contato.” Ademais, a autora enfatiza que, embora o trabalho doméstico demandem competências e habilidades significativas, ele é amplamente desconsiderado e carece de reconhecimento na esfera pública, o que acentua a invisibilidade dessas atividades e de seus executores.

Tabela 3: Proporção (%) da população de 16 anos ou mais de idade que realiza trabalho não remunerado em afazeres domésticos e de cuidados, por raça/cor, sexo

Faixa etária (anos)	Homens Brancos (%)	Mulheres Brancas (%)	Homens Negros (%)	Mulheres Negras (%)
---------------------	--------------------	----------------------	-------------------	---------------------

<b>16 a 18</b>	82,1	91,5	80,7	93,2
<b>19 a 29</b>	77,6	89,9	77,4	89,9
<b>30 a 44</b>	85,7	95,7	85,3	96,7
<b>45 a 59</b>	85,7	95,7	85,5	96,1
<b>60 ou mais</b>	77,9	85,0	76,8	85,8

Fonte: Adaptado de IPEA (2024), referente ao item 5.1 referente ao período de 2016 a 2022.

Os dados apresentados na Tabela 3 evidenciam uma clara desigualdade de gênero e raça na realização do trabalho doméstico e de cuidados, em todas as faixas etárias analisadas. Importa destacar que os percentuais indicam a proporção da população de 16 anos ou mais que declarou ter desempenhado, ao menos uma vez na semana de referência da pesquisa, atividades não remuneradas relacionadas aos afazeres domésticos ou cuidados de pessoas. Trata-se, portanto, de uma medida de incidência dessas atividades no cotidiano dos grupos analisados, e não de uma quantificação do tempo efetivamente dedicado a elas.

Contudo, identificam-se diferenças significativas que refletem as hierarquias estruturais que atribuem às mulheres, especialmente às mulheres negras, a maior parte dessas responsabilidades. Na faixa etária de 16 a 18 anos, 82,1% dos homens brancos e 80,7% dos homens negros relataram realizar afazeres domésticos e de cuidados, enquanto os percentuais entre mulheres brancas e negras foram ainda mais elevados: 91,5% e 93,2%, respectivamente. Essa faixa etária já indica uma sobrecarga precoce para as mulheres, acentuada entre as mulheres negras.

Entre os 19 e 29 anos, a proporção de homens brancos e negros envolvidos nessas tarefas é de 77,6% e 77,4%, respectivamente, ao passo que 89,9% das mulheres, brancas e negras, continuam a desempenhá-las. Trata-se de uma etapa da vida marcada por transições importantes, como entrada no mercado de trabalho e constituição de famílias, e nela já se verifica a persistência da divisão desigual das responsabilidades domésticas.

Na faixa de 30 a 44 anos, considerado o período de maior concentração de atividades econômicas e familiares, a desigualdade se intensifica. 85,7% dos homens brancos e 85,3% dos homens negros realizam essas tarefas, frente a 95,7% das mulheres brancas e 96,7% das mulheres negras. Este momento da vida, em que se sobrepõem demandas profissionais e familiares, revela a elevada

carga que recai particularmente sobre as mulheres negras, mais vulnerabilizadas social e economicamente.

Na faixa dos 45 aos 59 anos, os dados seguem o mesmo padrão. Enquanto 85,7% dos homens brancos e 85,5% dos homens negros realizam afazeres domésticos e de cuidados, entre as mulheres os índices permanecem elevados: 95,7% (brancas) e 96,1% (negras). Nota-se que o avanço da idade não alivia significativamente a sobrecarga feminina.

Entre os 60 anos ou mais, observa-se uma leve diminuição na participação de ambos os sexos. Ainda assim, 77,9% dos homens brancos e 76,8% dos homens negros seguem realizando essas atividades, ao passo que 85,0% das mulheres brancas e 85,8% das mulheres negras continuam envolvidas com o trabalho doméstico e de cuidados. Apesar da redução, a diferença entre os gêneros persiste, demonstrando que, mesmo na velhice, o peso das desigualdades estruturais não é aliviado.

Com base nas informações apresentadas, é possível notar, conforme enfatiza Biroli (2018, p. 34), que “os interesses capitalistas e as formas habituais de exploração do trabalho impactam a vida doméstica, a convivência conjugal, a divisão diária das tarefas e a capacidade de desfrutar do tempo por parte de mulheres e homens”. Assim, quanto maior o envolvimento em atividades de trabalho não remunerado, como as tarefas domésticas e de cuidado, menores se tornam as oportunidades de participação em outras esferas da vida, como o trabalho remunerado e o acesso formal à educação. Segundo Hirata (2010), o trabalho doméstico e de cuidados está profundamente relacionado à precariedade que as mulheres enfrentam no mercado de trabalho, especialmente quando essas desigualdades permeiam tanto as esferas doméstica quanto a laboral.

Os papéis atribuídos às mulheres, historicamente associados à dedicação à vida doméstica e familiar, foram moldados de forma a parecerem naturais e intrínsecos ao feminino. Com o passar do tempo, a responsabilidade pelo lar e a priorização da família passaram a ser percebidas não apenas como características, mas como valores que orientam o comportamento esperado. Dentro dessa lógica, qualquer atitude que se desviasse desse padrão era rapidamente identificada como um desvio, algo fora da norma (Miguel; Biroli, 2014).

Para Arruza; Bhattacharya; Fraser (2019), há uma necessidade premente de reavaliação e ampliação dos conceitos de "trabalho" e "trabalhador" dentro da lógica capitalista. Isso se deve ao fato de que, tradicionalmente, o trabalho das mulheres, especialmente aquele realizado no espaço doméstico e de cuidados, é

sistematicamente subestimado ou até mesmo invisibilizado, abrangendo tanto o trabalho não remunerado, como as tarefas domésticas e os cuidados familiares, quanto o remunerado, que frequentemente é precarizado e mal remunerado. De Melo; Morandi (2021) indicam que as atividades relacionadas a essas funções consomem uma quantidade considerável de tempo, colocando as mulheres em uma posição de desvantagem em relação aos homens no mercado de trabalho formal e remunerado.

Trata-se, segundo Vergès (2020), de uma economia que explora o desgaste dos corpos racializados, associando a limpeza à prática do cuidado, ao mesmo tempo em que reforça a separação entre o que é considerado limpo e sujo no contexto da gentrificação e da militarização urbana. Nesse sistema, o capital e o Estado classificam certos corpos como descartáveis, passíveis de exploração até o esgotamento físico e emocional, tornando-os mais suscetíveis a doenças, debilidades e deficiências. Em virtude da sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados, o tempo e a energia são consumidos, quando poderiam ser direcionados à educação e ao desenvolvimento profissional. Nesse cenário, as desigualdades de gênero e raça persistem em todos os níveis de escolaridade, conforme ilustrado na tabela 4 a seguir:

Tabela 4: Nível Educacional por Gênero e Raça/Cor

<b>Nível Educacional</b>	<b>Mulheres Negras (%)</b>	<b>Homens Negros (%)</b>	<b>Mulheres Brancas (%)</b>	<b>Homens Brancos (%)</b>
<b>Sem Ensino Fundamental</b>	31	32	19	17
<b>Ensino Fundamental Completo</b>	30	29	20	21
<b>Ensino Médio Completo</b>	29	26	22	21
<b>Ensino Superior Completo</b>	21	15	35	27

Fonte: IPEA (2024).

Os dados apresentados sobre o nível educacional no Brasil, tendo como referência o ano de 2022, evidenciam as diversas desigualdades significativas entre os diferentes grupos, especialmente ao considerarmos gênero e raça/cor. Destaca-se como fatores estruturais influenciam tanto o acesso à educação quanto os resultados educacionais. Observamos que, entre aqueles que não completaram o ensino fundamental, as mulheres negras (31%) e os homens negros (32%) apresentam as maiores proporções, enquanto mulheres brancas

(19%) e homens brancos (17%) têm os menores índices. Tal situação revela uma maior vulnerabilidade educacional para a população negra, refletindo desigualdades históricas no acesso à educação básica.

No grupo que possui ensino fundamental completo, as proporções de homens negros (29%) e mulheres negras (30%) permanecem elevadas em comparação com mulheres brancas (20%) e homens brancos (21%). Essa diferença reforça as barreiras que a população negra enfrenta ao tentar avançar além da educação básica, uma vez que frequentemente há a necessidade de interromper os estudos para auxiliar nas tarefas domésticas ou complementar a renda familiar.

A disparidade se mantém em relação ao ensino médio completo. Enquanto 29% das mulheres negras e 26% dos homens negros atingem essa etapa, as mulheres brancas (22%) e homens brancos (21%) continuam apresentando percentuais inferiores, nos mostrando que, para esses grupos, a transição para níveis mais elevados ocorre em menor proporção. No que diz respeito ao ensino superior completo, as desigualdades se tornam ainda mais marcantes. Apenas 21% das mulheres negras e 15% dos homens negros alcançam essa formação, enquanto as mulheres brancas apresentam um percentual significativamente maior, de 35%, seguidas pelos homens brancos com 27%. Esses dados corroboram a forma como o racismo e o sexismo estruturais limitam o acesso da população negra, em especial dos homens negros, às oportunidades de ensino superior.

Ao analisarmos os dados gerais por faixa etária, observamos números ainda mais alarmantes. Considerando todos os adultos com 25 anos ou mais, as mulheres negras (29%) e os homens negros (27%) continuam em desvantagem em relação às mulheres brancas (24%) e homens brancos (21%). Esses números refletem a persistência de desigualdades educacionais e as barreiras enfrentadas pela população negra ao longo da vida. Essa realidade se torna ainda mais crítica quando consideramos os espaços ocupacionais, pois o acesso desigual à educação gera impactos diretos nas oportunidades de trabalho, perpetuando a marginalização da população negra em setores de baixa remuneração e escassa valorização, ao mesmo tempo que limita sua inserção em cargos de maior prestígio e poder.

A feminização da pobreza, conforme destaca a literatura existente, está intimamente relacionada a um perfil vulnerável, predominantemente composto por mulheres chefes de família. Esse conceito foi introduzido pela socióloga norte-americana Diane Pearce em 1978, ao discutir a respeito da tendência das

mulheres a enfrentarem situações de extrema pobreza nos Estados Unidos durante a década de 1970 (Lopes; Prates, 2021, p. 73). É relevante ressaltar que o fenômeno da "feminização da pobreza" não é recente, tampouco surgiu na década de 1970. Trata-se de uma questão histórica, influenciada por fatores como a lógica patriarcal, que ao longo do tempo privilegiou a masculinidade.

A ideia de que a pobreza entre as mulheres se agravou ao longo do tempo não é unânime entre os estudiosos do tema. Alguns pesquisadores argumentam que o aumento da visibilidade da pobreza feminina está mais relacionado ao reconhecimento das desigualdades de gênero e à ampliação dos estudos sobre a questão do que a um agravamento efetivo. Em contrapartida, há quem defenda que fatores como a precarização do trabalho, a persistência das desigualdades salariais, a sobrecarga de trabalho doméstico não remunerado e o aumento das responsabilidades familiares das mulheres, especialmente em contextos de crises econômicas, têm intensificado sua vulnerabilidade socioeconômica. Pesquisas anteriores, como a de Castro (2001), ressaltam que:

Analisar a feminização da pobreza é abordar a complexidade do sistema: o reconhecimento da maior vulnerabilidade social das mulheres é também o reconhecimento de que sistemas de subordinações se cruzam, como os de classe, de raça e de gênero, o que me leva a insistir que políticas de ações afirmativas se fazem necessárias mais no sentido de minimizar discriminações por conta de identidades político-culturais, como o ser mulher, ser negra, ser jovem ou ser mais velha (Castro, 2001, p. 90).

Na pesquisa de De Souza et al., (2020), as autoras demonstraram que a feminização da pobreza permanece evidente nos dias atuais, especialmente entre mulheres negras e pardas. Elas abordam que, embora o fenômeno afete mulheres de todas as etnias, a disparidade percentual entre os gêneros é mais acentuada nos grupos raciais negro e pardo. Assim, as desigualdades de gênero e raça se entrelaçam, ocasionando uma vulnerabilidade socioeconômica exacerbada para as mulheres negras e pardas.

Conforme Barroso e Gama (2020), as mulheres figuram entre os principais alvos das políticas neoliberais de austeridade, que englobam a flexibilização das condições laborais e o desmantelamento das políticas sociais. Em decorrência, elas se encontram em uma situação de maior exposição ao trabalho informal, precarizado e ao desemprego. Analisando os dados relacionados à pobreza, constata-se que a situação é particularmente alarmante para famílias chefiadas por mulheres negras e pardas, que enfrentam barreiras adicionais no mercado de trabalho, como a discriminação racial, a remuneração inferior e uma maior vulnerabilidade à informalidade e ao desemprego.

O enfrentamento do patriarcado requer, de maneira imprescindível, a superação do paradigma da divisão sexual, racial e social do trabalho, bem como da sua hierarquização, que perpetua desigualdades estruturais e sustenta a exploração das mulheres, em especial das mulheres negras e em condição de pobreza. A desvalorização e a invisibilização do trabalho doméstico e de cuidados, historicamente atribuídos às mulheres, transcendem a mera reflexão sobre a divisão sexual do trabalho, envolvendo também a intersecção com as divisões racial e de classe, nas quais as mulheres negras frequentemente são relegadas a ocupações precárias e subalternizadas.

Esse processo se manifesta tanto no mercado de trabalho formal, onde as mulheres negras enfrentam barreiras significativas à ascensão e níveis salariais inferiores, quanto no âmbito da informalidade. Nesse sentido, a reunião dos indicadores presentes na figura 6, que será apresentada a seguir, confirma como as condições estruturais agravam a precariedade econômica, especialmente em relação à renda, evidenciando que, embora a pobreza não afete exclusivamente as mulheres, ela exerce um impacto mais profundo sobre as negras e pardas, em virtude do racismo e do patriarcado que persistem em influenciar as relações sociais e econômicas.

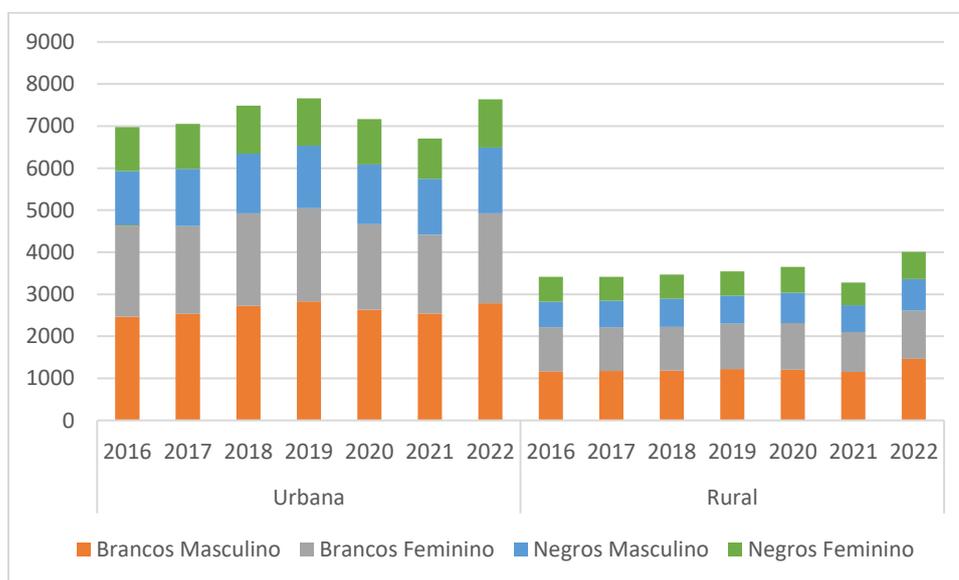


Figura 6 - Rendimento Domiciliar Médio por Raça/Cor, Sexo e Localização. Fonte: Adaptado do IPEA (2024).

No que diz respeito aos rendimentos, os dados corroboram as profundas desigualdades econômicas estruturais no Brasil, que se manifestam por meio de raça, gênero e localização geográfica. Nas áreas urbanas, os homens brancos continuam a apresentar os rendimentos mais elevados, que variaram de R\$

2.467,20 em 2016 para R\$ 2.788,70 em 2022, consolidando sua posição no topo da hierarquia econômica. As mulheres brancas, embora possuam rendimentos inferiores aos de seus pares masculinos, também apresentam valores consideráveis, que foram de R\$ 2.086,10 em 2017 para R\$ 2.139,20 em 2022. Por outro lado, a população negra urbana enfrenta uma desvantagem notável: os homens negros tiveram rendimentos que oscilaram entre R\$ 1.294,80 em 2016 e R\$ 1.565,20 em 2022, enquanto as mulheres negras, no extremo inferior, variaram de R\$ 1.053,30 em 2017 para R\$ 1.142,00 em 2022.

Nas áreas rurais, essas desigualdades se acentuam ainda mais. Os homens brancos mantêm a liderança em termos de rendimento, com valores que foram de R\$ 1.168,10 em 2016 para R\$ 1.460,90 em 2022. As mulheres brancas, embora ainda apresentem rendimentos superiores aos de homens e mulheres negras, tiveram valores que oscilaram entre R\$ 1.038,90 em 2017 e R\$ 1.151,10 em 2022. No que tange à população negra rural, os homens negros obtiveram rendimentos que variaram de R\$ 604,40 em 2016 a R\$ 754,60 em 2022, enquanto as mulheres negras, no grupo mais vulnerável, apresentaram rendimentos que foram de R\$ 538,80 em 2021 para R\$ 642,10 em 2022.

Para Osório (2021), a desigualdade racial se manifesta de maneira clara por meio da distribuição de renda, a qual está intimamente ligada a praticamente todos os indicadores de bem-estar, refletindo diretamente o poder de compra das pessoas e de suas famílias. Embora o nível de renda não defina os estilos de vida, opiniões ou ações individuais, ele atua como uma barreira para os mais empobrecidos, restringindo suas opções, ao mesmo tempo que proporciona maior liberdade e oportunidades para os mais favorecidos.

Os dados do IPEA (2024) indicam que a renda per capita é significativamente afetada por estruturas de desigualdade que se cruzam entre raça, gênero e localização. Homens brancos, tanto em áreas urbanas quanto rurais, continuam a desfrutar dos rendimentos mais elevados, enquanto as mulheres negras, especialmente nas áreas rurais, enfrentam os piores cenários econômicos. Nesse sentido, a vida de mulheres negras não pode ser analisada de forma isolada, mas sim como um emaranhado de experiências marcadas por múltiplas opressões. A pobreza no Brasil tem uma cor, e essa cor é negra (Rosa, 2009). O feminismo branco, de classe média e heteronormativo, ao centrar-se exclusivamente nas experiências de uma parcela específica de mulheres, desconsiderou, ao longo do tempo, a realidade de mulheres negras (Carneiro, 2003).

Ao contrário das mulheres brancas, as mulheres negras enfrentam uma realidade em que o racismo, a exploração de classe e o patriarcado criam um cenário em que as desigualdades são interseccionadas e ampliadas. Essa perspectiva, defendida por pensadoras como Collins (2017), desafia a homogeneidade das categorias, como o conceito universal de "mulher", que historicamente invisibilizou a pluralidade de experiências e desigualdades enfrentadas por mulheres racializadas.

Dessa forma, os desafios impostos pela divisão racial, social e sexual do trabalho, assim como pela feminização da pobreza, estão diretamente conectados às lutas históricas do Movimento Negro Unificado, que utiliza esses dados para pressionar a agenda pública e política em prol de políticas sociais que mitiguem o racismo estrutural. Desde sua fundação, o MNU tem se empenhado no enfrentamento das desigualdades estruturais que mantêm as mulheres negras em situações de vulnerabilidade, articulando estratégias que vão desde a reivindicação de políticas públicas até ações emergenciais em contextos de crise, como o da COVID-19.

Na esteira das observações de Netto (2012), que delineia um cenário de crise estrutural do capitalismo, caracterizado por sua dinâmica contraditória e cíclica, os movimentos de resistência se configuram como espaços de enfrentamento às opressões impostas pela lógica capitalista e patriarcal. Como o autor ressalta, as crises são inerentes ao capitalismo e não conduzem automaticamente ao seu colapso, pois, na ausência da ação coletiva de milhões de trabalhadores organizados, o sistema se reconfigura e gera ainda mais capitalismo. Contudo, Netto (2012) distingue entre crises cíclicas e crises sistêmicas, que envolvem a totalidade da estrutura da ordem do capital, como ocorreu em momentos históricos específicos.

Dessa forma, compreendemos que os movimentos de resistência discutidos no próximo tópico emergem como respostas à constante reestruturação do capitalismo e às suas crises. Nesse processo, os sujeitos historicamente marginalizados constroem estratégias políticas de enfrentamento à exploração, ao racismo e ao patriarcado, inaugurando formas próprias de luta por reconhecimento, redistribuição e reparação. É nesse contexto que se insere o Movimento Negro Brasileiro, cuja atuação histórica tensiona a estrutura racializada do Estado e denuncia as múltiplas formas de opressão que ceifam a vida da população negra no país.

### **3.2 O Movimento Negro Brasileiro e a Luta por Direitos: Raízes da Resistência**

Embora não tenhamos a intenção de elaborar uma cronologia minuciosa das ações do Movimento Negro Brasileiro, dedicamos esta seção da discussão para destacar as contribuições essenciais que culminaram na formação e organização do movimento, garantindo a visibilidade e a preservação da população negra na história, culminando na fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978. O MNU é um movimento de abrangência nacional, que permanece articulado e atuante, mesmo após quarenta e seis anos de sua criação. E, apesar da marginalização imposta, a população negra tem resistido e ressignificado diversos espaços, seja por meio de movimentos culturais, políticos e acadêmicos, desafiando a lógica do 'não-lugar' e reivindicando a cidade, a arte e o direito à plena existência.

Recorremos à obra de Santos (2007), pois em sua tese de doutorado, ele destacou a escassez de pesquisas que abordam a relevância e a atuação dos Movimentos Sociais Negros, especialmente aquelas realizadas por pesquisadores brancos. Segundo o autor, ao analisarem as relações raciais no Brasil, estudiosos brancos tendem a deslegitimar os movimentos negros como atores sociais relevantes na esfera pública. Dessa forma, ao ignorar ou minimizar as contribuições e demandas desses movimentos, como suas lutas por igualdade racial e contra o racismo, reforçam-se estruturas de privilégio racial, tanto na sociedade quanto na academia. Trata-se, portanto, de um silenciamento epistêmico que continua a negar as capacidades intelectuais e políticas dos movimentos sociais organizados por negros e negras.

Para evitar a repetição de uma dupla violência, tanto sobre vidas negras quanto sobre os registros históricos que documentam suas raízes de resistência, buscamos resgatar, a partir das contribuições de Domingues (2007), Almeida (2011), Gomes (2018), Gonzalez (2020) e Da Silva (2022), um breve panorama histórico e econômico do Brasil que serviu de base para o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU). Ao longo dos anos, a ausência de registros sobre as resistências promovidas pelo MNU nas pesquisas relacionadas à violência, memória, resistências e ativismo negro resultou em suas contribuições sendo sistematicamente secundarizadas ou até mesmo invisibilizadas pelo pensamento social brasileiro.

Conforme a autora, dois eventos concretos foram relevantes e fundamentais para a criação do então Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), que posteriormente passou a ser conhecido

apenas como Movimento Negro Unificado (MNU). O primeiro está relacionado à violência policial, tortura e assassinato do operário negro Robson Silveira da Luz, que, em seu leito de morte, repetia sofrer de privação de sua dignidade. Ele faleceu nas mãos de policiais do 44º Distrito Policial em Guaianazes, na noite de 28 de abril de 1978. O segundo evento foi a exclusão de quatro adolescentes negros do time de vôlei do Clube Tietê, sediado em São Paulo, que os excluiu devido à cor da pele, conforme noticiado pela imprensa no dia 17 de maio de 1978.

A partir da revolta e indignação de um atleta negro que contatou membros de organizações negras locais, ocorreram mobilizações e reuniões para discutir estratégias visando combater esses atos cruéis de racismo. Assim, o MNUCDR foi criado em 16 de junho de 1978, na sede do Centro de Cultura e Arte Negra - CECAN (Gonzalez, 2020). Segundo a autora, desde meados da década de 1960, dois estágios do desenvolvimento capitalista brasileiro se destacavam: o capitalismo competitivo e o capitalismo monopolista. A transição entre esses estágios impactou a estrutura do mercado de trabalho, criando dois mercados distintos que reforçavam as desigualdades raciais.

Nesse sentido, Gonzalez (2020) demonstra que a industrialização e urbanização no Brasil, especialmente após 1968, resultaram em uma significativa exclusão da população negra do mercado formal de trabalho, particularmente devido à "desnacionalização" das pequenas empresas, que eram uma importante fonte de emprego para negros. Com a ascensão do capitalismo monopolista e a entrada massiva de capital estrangeiro, muitas dessas empresas foram eliminadas, aumentando o desemprego e acentuando a desigualdade. Simultaneamente, o setor agrícola se capitalizou, resultando no desaparecimento das pequenas propriedades e no crescimento dos latifúndios, o que contribuiu para o êxodo rural e o influxo de trabalhadores para os centros urbanos, predominantemente negros.

Dessa forma, o processo de urbanização gerou uma mão de obra barata e disponível para a indústria da construção civil, que se tornou uma importante fonte de emprego para os negros. A autora menciona, por exemplo, a construção da ponte Rio-Niterói, uma obra significativa do período do "milagre econômico" brasileiro, que empregou uma grande quantidade de trabalhadores negros. No entanto, esse "milagre" não beneficiou a população negra de maneira considerável, reforçando a ideia de que a abolição da escravização em 1888 não representou uma verdadeira emancipação para os negros no Brasil (Gonzalez, 2020).

Domingues (2007), ao traçar a trajetória do movimento negro durante o período republicano, identifica quatro fases distintas que refletem as diferentes estratégias e desafios enfrentados pelos ativistas negros ao longo da história do Brasil. Na primeira fase (1889 a 1937), que abrange da Primeira República ao Estado Novo, é um período marcado pelo pós-abolição em que o movimento negro buscava se organizar, em um contexto em que a "abolição formal" não resultava em igualdade concreta, com os negros enfrentando a exclusão do mercado de trabalho e da cidadania plena.

Foi nessa fase que importantes entidades surgiram com o propósito de integrar a população negra à sociedade. Conforme Domingues (2007), em 1931, nasce a Frente Negra Brasileira (FNB), que "na primeira metade do século XX, foi a mais importante entidade negra do país" (Domingues, 2007, p. 106), pois mantinha "escola, grupo musical e teatral, time de futebol, departamento jurídico" (p. 104) e oferecia "serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios, além de publicar um jornal, o A Voz da Raça" (Domingues, 2007, p. 105-106). Contudo, "com a instauração da ditadura do 'Estado Novo', em 1937, a Frente Negra Brasileira, assim como todas as demais organizações políticas, foi extinta" (Domingues, 2007, p. 107). Nesse período, também foram criados "o Clube Negro de Cultura Social (1932) e a Frente Negra Socialista (1932), em São Paulo; a Sociedade Flor do Abacate, no Rio de Janeiro; a Legião Negra (1934), em Uberlândia/MG; e a Sociedade Henrique Dias (1937), em Salvador" (Domingues, 2007, p. 107).

Na segunda fase (1945 a 1964), que abrange entre a Segunda República e a Ditadura Militar, o movimento negro continuou sua luta, agora em um cenário de industrialização e urbanização, mas ainda sob a forte opressão de uma sociedade racista. Durante esse período, o "movimento negro, entretanto, não teria o mesmo poder de aglutinação do anterior" (Domingues, 2007, p. 108), e o golpe militar de 1964 no país representou uma derrota significativa para a luta política dos negros, uma vez que desmantelou uma coalizão de forças que estava sendo mobilizada contra o racismo e o "preconceito de cor" no Brasil. Com a repressão militar, o Movimento Negro organizado entrou em um período de retração. Militantes negros passaram a ser estigmatizados, acusados de "inventar" o problema do racismo, que o regime militar negava existir no Brasil (Domingues, 2007; Gonzalez, 2020).

Como marco desse período, destaca-se a fundação, em janeiro de 1943, por João Cabral Alves, em Porto Alegre, da União dos Homens de Cor (UHC) e, no Rio de Janeiro, em 1944, do Teatro Experimental do Negro (TEN), com Abdias

do Nascimento como sua principal liderança (Domingues, 2007, p. 108-109). Foi a partir do TEN que “operários, empregados domésticos, favelados sem profissão definida, modestos funcionários públicos” foram alfabetizados (Gomes, 2018).

Ainda no Rio de Janeiro, em 1944, surgiu “o Comitê Democrático Afro-Brasileiro – que defendeu a convocação da Assembleia Constituinte, a Anistia e o fim do preconceito racial –, entre dezenas de outros grupos dispersos pelo Brasil” (Domingues, 2007, p. 110). Em relação às articulações de mulheres negras, Domingues (2007) demonstra que, nesse período, “a UHC ou o TEN não eram os únicos grupos que empreendiam a luta antirracista, mas foram aqueles cujas ações adquiriram mais visibilidade. Além deles, articulou-se o Conselho Nacional das Mulheres Negras, em 1950” (Domingues, 2007, p. 110).

A partir da década de 1970, os movimentos de cultura negra no Brasil começaram a ganhar maior destaque e adesão, influenciados tanto pelas lutas por direitos civis nos Estados Unidos quanto pela libertação de países africanos. Esse período marca a terceira fase do movimento negro brasileiro (1978 a 2000), que se estende desde o início do processo de redemocratização até a República Nova, culminando em 1978, com a criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), posteriormente conhecido apenas como MNU.

É relevante ressaltar que, a partir da terceira fase, ocorreu uma “africanização” do movimento negro, caracterizada pela incorporação de elementos culturais africanos no discurso e nas práticas da militância, incluindo o resgate da estética, vestuário e culinária africana. Além disso, a negritude — um conceito que valoriza a identidade e a cultura negra — tornou-se parte central do discurso, reforçando a importância de reconhecer e honrar as heranças culturais e históricas africanas. Mais do que uma estratégia política, essa foi uma das formas encontradas para fortalecer o orgulho racial, enquanto se combatia as imposições de padrões eurocêtricos de beleza e cultura (Domingues, 2007; Gonzalez, 2020).

Enquanto isso, nos Estados Unidos, o feminismo negro emergia como uma resposta ao feminismo liberal, que negligenciava as demandas das mulheres negras cujas experiências eram impactadas por múltiplas opressões, como raça, gênero e classe. Angela Davis, Bell Hooks, Sojourner Truth<sup>9</sup> e Patricia Hill Collins

---

<sup>9</sup> Sojourner Truth foi uma das figuras mais marcantes da luta por direitos civis nos Estados Unidos no século XIX. Nascida escravizada em 1797, no estado de Nova York, com o nome de Isabella Baumfree, se libertou em 1826 e, anos depois, adotou o nome Sojourner Truth, que significa “Peregrina da Verdade”, como parte de sua missão espiritual e ativista. Sua fala mais famosa, “Ain’t I a Woman?” (“E eu não sou uma mulher?”), proferida em 1851 na Convenção pelos Direitos das

foram pioneiras, e a partir da visibilidade que despontou na década de 1980, pesquisas que introduziram o feminismo negro como uma perspectiva teórica e prática desafiadora tanto do racismo quanto do sexismo (Collins, 2012), nos permitiram avançar na compreensão do que significa ser mulher, a partir da mulheridade, visto que:

Desde o feminismo negro la identidad de la mujer es simultaneamente reclamada e reconstruida. Frente a los ejercicios (constructivistas) do feminismo blanco, el feminismo negro parte de una no-categoría (no-mujer). La única estrategia posible desde la negación es un ejercicio de de-construcción. Destruir la negación desde donde se há excluido de la categoría de mujeres a las mujeres negras, para avanzar, repesarse y reconstruirse desde otras categorías (Collins, 2012, p. 31).

Observa-se, portanto, que o feminismo negro, conforme indicado por Collins (2012), surgiu com o intuito de desafiar as limitações do feminismo branco. Além disso, propõe um processo de reconstrução identitária a partir de uma posição historicamente marginalizada e negada. Assim, foi por meio do ativismo dessas mulheres que houve uma reconfiguração do debate feminista, especialmente ao se verificar que as experiências das mulheres negras não poderiam ser englobadas sob a categoria genérica de "mulheres", visto que, na prática, ao se referir a mulheres sem especificar mulheres negras, estava-se, na verdade, aludindo predominantemente às mulheres brancas e de classe média. Com a contribuição de Kimberlé Crenshaw, em 1989, o conceito de interseccionalidade foi incorporado ao debate do feminismo negro, funcionando como uma ferramenta analítica que identifica o sistema de opressão com base na interação, e não em uma mera sobreposição de raça, gênero e classe (Crenshaw, 1989).

O movimento teórico e ativista nos Estados Unidos ecoou no Brasil na década seguinte, originando um feminismo negro que se desenvolveu dentro do movimento negro e se consolidou a partir da metade dos anos 1970 e início de 1980. Intelectuais como Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo e Sueli Carneiro trouxeram para o centro da discussão a especificidade das experiências das mulheres negras brasileiras, destacando como raça, gênero e classe se entrelaçam para moldar sua posição social. Em resposta às limitações do feminismo hegemônico, que ignorava essas intersecções, o feminismo negro brasileiro denunciou as exclusões geradas por uma categoria de "nós, mulheres"

---

Mulheres em Akron, Ohio, denunciava as contradições entre o ideal de mulher defendido pelos brancos e a realidade vivida pelas mulheres negras. Nesse discurso, Truth confrontava o racismo e o sexismo simultaneamente, antecipando de forma pioneira o que hoje chamamos de interseccionalidade — a sobreposição entre opressões de gênero, raça e classe.

que, embora aparentasse homogeneidade, na verdade, refletia apenas a vivência das mulheres brancas.

Nesse cenário, o feminismo negro brasileiro apresentou uma crítica essencial à ideia de um sujeito coletivo de luta indiferenciado, que invisibilizava as particularidades das mulheres negras e trabalhadoras. Como afirmam Biroli e Miguel (2015), a introdução da interseccionalidade entre raça, gênero e classe, inicialmente proposta por feministas negras estadunidenses, reorganizou as lutas políticas e lançou novos paradigmas para a produção do conhecimento sobre a posição das mulheres no contexto social. Assim, a origem popular de muitas dessas feministas, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, contribuiu para a formulação de agendas e perspectivas que desafiaram as visões hegemônicas e universalistas do feminismo tradicional, que não consideravam as diversas camadas de opressão enfrentadas por essas mulheres.

Nos Estados Unidos, o debate acerca da "tripla opressão" (raça, gênero e classe) das trabalhadoras negras, conforme observado por Jones (2011), marcou um ponto crucial nas reflexões sobre as interseções dessas opressões. Apesar de ter havido um hiato nas discussões entre as décadas de 1930 e 1950 e o renascimento dessas investigações nos anos 1970, foram essas reflexões que demonstraram o quanto a temática da opressão das mulheres negras continuava historicamente marginalizada no debate político e acadêmico, mesmo nos Estados Unidos.

No Brasil, esse debate se consolidou dentro do movimento negro, onde coletivos de mulheres negras começaram a afirmar sua particularidade, construindo uma agenda de luta que reconhecia a intersecção entre raça, classe e gênero. A presença de mulheres negras de classes populares, muitas das quais alcançaram a formação universitária (Ratts; Rios, 2010), possibilitou que essas intelectuais articulassem novas propostas para o debate, desafiando os modelos unilaterais que predominavam no feminismo hegemônico. Assim, o feminismo negro brasileiro trouxe à tona as opressões cruzadas que moldam as experiências das mulheres negras, uma vez que o controle sobre o trabalho reprodutivo e produtivo das mulheres negras, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo, faz parte de uma longa história de opressão racial e de gênero, diretamente ligada ao desenvolvimento do capitalismo racializado que beneficia as elites.

Desde o período da escravização, as mulheres negras foram posicionadas como trabalhadoras subordinadas em uma hierarquia racial, onde suas funções (muitas vezes vinculadas ao cuidado, à maternidade, ao trabalho doméstico e à reprodução) eram vistas como instrumentos de controle e exploração (Biroli;

Miguel, 2015). Cabe ressaltar que esse controle se estendeu além da escravização formal, perpetuando-se nas formas de trabalho precário e informal que ainda predominam entre as mulheres negras até os dias atuais. O controle sobre o trabalho reprodutivo e produtivo das mulheres negras persiste na contemporaneidade, refletindo as dinâmicas estruturais que combinam racismo, sexismo e desigualdade de classe.

No contexto capitalista e colonial, essa lógica serve para consolidar a superioridade de determinados grupos, como homens brancos heterossexuais, enquanto marginaliza e subjuga populações racializadas, mulheres e indivíduos que não se enquadram nas normas de sexualidade estabelecidas. Essa organização hierárquica é central para a manutenção do sistema capitalista, pois justifica as desigualdades e opressões que surgem dessas divisões, naturalizando-as como parte da "ordem" social. Considerando a intersecção entre raça e gênero, Carneiro (2004) denominou de "subalternização do gênero segundo a raça" a desvalorização estética, social e cultural das mulheres negras, em contrapartida à supervalorização das mulheres brancas. Da mesma forma, homens negros são inferiorizados em relação a homens brancos, resultando em uma hierarquia social onde as mulheres negras ocupam a posição mais baixa.

No que diz respeito às mulheres negras, sua constante mobilidade entre os espaços públicos e privados é frequentemente associada a estereótipos e imagens que as vinculam a figuras como a "mulata", a "empregada doméstica" e a "babá" (Gonzalez, 2020), são representações que consistem em formas modernas de recriar antigas figuras de escravizadas, mucamas, amas-de-leite e mães-pretas (Gonzalez, 2020). Assim, há uma continuidade simbólica que impõe barreiras e limites à mobilidade e à construção da subjetividade dessas mulheres. A mulher negra, especialmente nas sociedades da diáspora africana, como no Brasil, frequentemente ocupa uma posição de inferioridade, que é reforçada por interpretações estigmatizadas de sua sexualidade e pelo papel que lhe é atribuído nas dinâmicas sociais.

Tanto o feminismo negro americano quanto o brasileiro emergiram como respostas às exclusões e silenciamentos dentro dos movimentos feministas tradicionais. Ambos os movimentos trouxeram contribuições fundamentais para o campo teórico e prático, ao reconhecerem as múltiplas formas de opressão que afetam as mulheres negras, mas também ao reorganizar as próprias lutas feministas, integrando gênero, raça e classe como elementos inseparáveis na análise e na ação política.

A partir da segunda metade dos anos 1990, o MNU trouxe uma nova abordagem para o racismo no Brasil, compreendendo-o como parte estrutural das desigualdades que marcam a sociedade capitalista. Assim, ao articular raça e classe, buscou ressignificar a identidade étnico-racial como um instrumento de resistência e emancipação (Gomes, 2018). A autora demonstra que “a raça ganhou outra centralidade na sociedade brasileira e nas políticas de Estado” (Gomes, 2018, p. 33). Desse modo, houve uma releitura e ressignificação emancipatória construída pelo Movimento Negro, que passou a extrapolar “os fóruns da militância política e o conjunto de pesquisadores interessados no tema” (Gomes, 2018, p. 33).

É neste contexto que o debate sobre a raça passou a ser abordado de maneira mais ampla e profunda, influenciando políticas públicas, práticas sociais e a produção de conhecimento sobre as expressões da questão social. Assim, além de lutar contra a opressão racial, o MNU estabeleceu uma agenda que articulava questões de classe, ressaltando a necessidade de transformar as estruturas sociais que perpetuavam as desigualdades. Conforme exposto por Domingues (2007), a seguir:

O nascimento do MNU significou um marco na história do protesto negro do país, porque, entre outros motivos, desenvolveu-se a proposta de unificar a luta de todos os grupos e organizações antirracistas em escala nacional. O objetivo era fortalecer o poder político do movimento negro. Nesta nova fase, a tônica era contestar a ordem social vigente e, simultaneamente, desferir a denúncia pública do problema do racismo. Pela primeira vez na história, o movimento negro apregoava como uma de suas palavras de ordem a consigna: “negro no poder!” (Domingues, 2007, p. 115).

Além disso, Almeida (2011) evidenciou como o MNU alcançou avanços significativos nos âmbitos político e social, expandindo a luta antirracista e robustecendo suas reivindicações. Até a década de 1990, a vivência da comunidade negra no Brasil ainda se restringia aos limites da diáspora e à atuação isolada de ativistas ou de algumas instituições do movimento negro. Um dos reflexos desse panorama era a escassa presença de negros e negras nas universidades brasileiras, que representavam menos de 2% do total de estudantes.

Ao apresentar os dados do Censo de 2000, Almeida (2011) abordou o aumento na autodeclaração da população negra, com 47% das pessoas se identificando como pretas ou pardas. A partir de 1996, houve um crescimento notável na produção e circulação de textos e pesquisas sobre raça e racismo, impulsionado pelo fortalecimento das mobilizações negras e por um contexto favorável às suas lutas (Almeida, 2011).

Destacamos que, nesse período, conforme Da Silva (2022), foram cinco as principais frentes de luta: i) o combate à ditadura civil-militar, com o engajamento na luta pela redemocratização do Brasil, enfrentando o regime militar que restringia direitos políticos e reprimia a organização de movimentos sociais; ii) a denúncia da violência de Estado contra a população negra, dada a crescente repressão policial e a criminalização da juventude negra, que já eram preocupações centrais, com o movimento denunciando essa violência como uma continuidade do racismo estrutural; iii) a exigência de uma legislação específica contra o racismo, com a intensificação das lutas para que o Estado reconhecesse o racismo como crime e criasse leis para coibi-lo (o que se concretizaria anos depois na Lei Caó, de 1989); iv) a memória coletiva como ferramenta da luta antirracista, na medida em que a construção de uma identidade negra fortalecida passa pela valorização da história e da memória coletiva, rompendo com a narrativa hegemônica que invisibiliza a participação dos negros na formação do Brasil; e, por fim, v) a organização das mulheres negras e a formação de um feminismo negro brasileiro, em que as mulheres negras se mobilizam contra o racismo dentro do movimento feminista hegemônico, majoritariamente branco e que ignorava suas especificidades.

Identificamos, portanto, um processo de enfrentamentos, pois havia sexismo dentro do próprio movimento negro, e a conquista de espaço e reconhecimento na luta antirracista se mostrava essencial. A partir desses processos de luta e resistência, consolida-se um feminismo negro brasileiro, articulado com o debate transnacional sobre gênero, raça e classe (Da Silva, 2022).

A respeito da luta contra o sexismo dentro do MNU, Bairros (2000) destacou o papel de Lélia Gonzalez na reflexão aprofundada acerca das desigualdades de gênero que impactavam diretamente as mulheres negras. Lélia desafiava tanto o machismo presente no movimento negro quanto o racismo no feminismo branco. Sua atuação possibilitou que as mulheres negras reivindicassem seu espaço nos debates políticos, trazendo suas experiências e demandas para o centro das discussões, conforme se observa no trecho a seguir:

Quando a maioria das militantes do MNU ainda não tinha uma elaboração mais aprofundada sobre a mulher negra, era Lélia que servia como nossa porta-voz contra o sexismo que ameaçava subordinar a participação de mulheres no interior do MNU e o racismo que impedia nossa inserção plena no movimento de mulheres (Bairros, 2000, p. 348).

A partir dos anos 2000, na denominada quarta fase do movimento negro (Domingues, 2007), observa-se um fortalecimento ainda mais acentuado desse

movimento, que alcança conquistas significativas, como a implementação de políticas de ação afirmativa e cotas raciais, apesar de o racismo estrutural continuar a representar um desafio duradouro. Domingues (2007) analisa que, em cada uma dessas fases, o movimento negro buscou adaptar suas estratégias em resposta às dinâmicas políticas e sociais do Brasil, mantendo, contudo, a luta pela igualdade racial como um elemento constante. Assim, a trajetória do movimento negro no Brasil é caracterizada por avanços e retrocessos, sempre guiada pela incessante busca por justiça racial. Nesse contexto, Gomes (2018) ressalta a relevância do Movimento Negro Unificado (MNU) na ressignificação da raça e na luta contra o racismo estrutural e institucionalizado, comprovando que essa luta transcende a questão da cor, envolvendo a transformação das estruturas sociais em sua totalidade, desde suas origens.

Conforme Gomes (2018), a noção de raça, a partir do MNU, foi reconfigurada para atuar como um recurso positivo na construção de identidades étnico-raciais, rejeitando assim sua instrumentalização como um mecanismo conservador que perpetua hierarquias raciais. Em vez de um fator de controle ou inferiorização, a raça foi reinterpretada como uma força de emancipação e resistência, como demonstrado pela proposta de mudança da data das celebrações da abolição da escravidão, que passou do 13 de maio (data da abolição formal em 1888) para o 20 de novembro, em homenagem a Zumbi dos Palmares, reconhecendo que a abolição legal não representou a verdadeira libertação dos negros no Brasil.

Dessa forma, emerge uma memória política do movimento negro, refletindo uma continuidade histórica de resistência que se adapta a cada novo contexto social (Da Silva, 2022). A luta do final da década de 1970 e do início da década de 1980 não surgiu de forma isolada, mas se articulou com a trajetória de resistência negra anterior, composta por intelectuais e associações negras, reverberando nos anos subsequentes.

Além de buscar a emancipação social, política, econômica e cultural da população negra, o MNU também denunciou as diversas formas de opressão e exploração que impactam toda a sociedade brasileira. O movimento almejava articular os problemas específicos da população negra com as questões mais amplas enfrentadas pelo povo brasileiro, sugerindo que as questões de raça e classe são indissociáveis e devem ser abordadas de maneira conjunta. Por essas razões, entendemos que as fases do MNU constituem um processo histórico dinâmico, marcado por momentos de avanços significativos, assim como por

recuos e períodos de estagnação, em decorrência de uma série de fatores políticos, sociais e econômicos.

No que tange à América Latina, foi a partir dos anos 2000 que se acentuaram as produções que problematizam o feminismo hegemônico, destacando-se as contribuições de autores como Lugones (2005, 2008, 2014, 2020), Mohanty (2008), Segato (2012, 2014, 2021), Miñoso (2017, 2020) e Gago (2020, 2021). Na esfera africana, as obras de Oyěwùmí (2004, 2016, 2021) tornaram-se proeminentes. Dessa forma, o feminismo afro-latino-americano se alinha a outras correntes críticas, como o feminismo decolonial, pós-colonial e contracolonial, congregando diferentes perspectivas que se conectam, como será exposto a seguir.

### **3.3 Feminismos Afro-Latino-Americano, Decolonial e Interseccional: uma Aposta Epistêmica na Construção de Saberes Contra-hegemônicos**

Considerando que a pesquisa se fundamenta em uma perspectiva teórica que integra diversas abordagens na análise das opressões estruturais que afetam mulheres negras e não-negras, é imprescindível situar nossos leitores sobre o entrelaçamento teórico desenvolvido até aqui. Embora o feminismo decolonial se apresente como uma das principais chaves interpretativas, não é a única abordagem considerada. Reconhecemos tanto a potência quanto os limites de cada corrente e, por essa razão, optamos por articular conhecimentos oriundos de diferentes tradições críticas, como o feminismo afro-latino-americano, o feminismo contracolonial e o feminismo pós-colonial, além de incorporar as contribuições de pensadores que, apesar de não estarem diretamente inseridos nos estudos feministas, enriqueceram nossa discussão.

Ao articular essas perspectivas, entendemos que a crítica à colonialidade do poder e do saber, conforme formulada por autores do Grupo Modernidade/Colonialidade, apresentada no capítulo 2, é essencial para a compreensão da continuidade das hierarquias raciais, epistêmicas e de gênero nas Américas. A colonialidade de gênero, como sugerido por Maria Lugones (2014), amplia essa análise ao debater de que modo o patriarcado moderno-colonial instaurou uma opressão de gênero racializada e capitalista, que demanda, necessariamente, uma práxis feminista transformadora.

Simultaneamente, revisitamos o pensamento de autoras como Lélia Gonzalez (2020), que se identificava como uma pensadora afro-latino-americana e denunciava as marcas do racismo e do sexismo nos corpos e culturas das

mulheres negras brasileiras. O feminismo pós-colonial, por sua vez, enriquece o debate ao enfatizar as experiências de mulheres afetadas pela colonialidade em diferentes contextos do sul global, ampliando o escopo de análise para as múltiplas formas de exclusão, deslocamento, marginalização e resistência. Trata-se, portanto, de uma aposta epistêmica e política que valoriza os saberes insurgentes produzidos nas margens, pelas margens e para as margens.

Desse modo, na proposta de um feminismo decolonial e interseccional, há ideias centrais que giram em torno de uma crítica ao feminismo hegemônico, visto que a lente tradicional frequentemente invisibiliza as experiências das mulheres negras, indígenas e racializadas, ao mesmo tempo que se alinha ao capitalismo e à colonialidade. Demonstraremos como o patriarcado, o racismo e a exploração capitalista são entrelaçados, e à medida que há um pensamento hegemônico, é necessário um feminismo que leve em consideração as múltiplas dimensões de opressão, a partir de um olhar do Sul.

Sobre o feminismo decolonial, este surge no início do século XXI como uma extensão dos estudos do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), conforme já mencionado. Entretanto, sua concepção é fortemente moldada pelas correntes do feminismo latino-americano e pelo pensamento pós-colonial, constituindo-se como uma abordagem em que há a continuidade das lógicas coloniais na produção do conhecimento, na organização social e nas vivências das mulheres racializadas (Ballestrin, 2020).

Segundo a autora, o feminismo pós-colonial ampliou o campo de investigação multidisciplinar acerca da violência, além de temas como migrações, trabalho, sexualidade, representação política e identidades, ressaltando suas diversas manifestações e integrando essas questões à agenda de discussão (Ballestrin, 2021). Enquanto as teorias feministas pós-coloniais abordam as experiências das mulheres colonizadas e empregam as questões de gênero para criticar a colonialidade (Ballestrin, 2021), o feminismo decolonial concentra-se nas opressões que afetam, de maneira particular, mulheres racializadas na América Latina, sublinhando os efeitos persistentes da colonialidade e do capitalismo, que reafirmam formas globais de exploração e marginalização (Segato, 2014).

Lugones (2014, p. 940) caracteriza o feminino decolonial como uma práxis, afirmando que: “Descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social”. As experiências de mulheres frequentemente são tornadas invisíveis pelo feminismo hegemônico. Assim, ela denomina a análise da opressão de gênero racializada capitalista como

colonialidade do gênero. Acredita que, para superá-la, é imprescindível um feminismo decolonial (Lugones, 2014).

Para Miñoso (2017), embora as teorias feministas tenham começado a integrar aspectos das vivências das mulheres subalternas, tal incorporação ocorre sem o devido reconhecimento das próprias protagonistas que geram esse conhecimento. Mulheres racializadas, de diversas classes e sexualidades, são frequentemente citadas nas pesquisas de gênero de maneira superficial, sem que suas contribuições intelectuais sejam devidamente valorizadas. Muitas vezes, suas ideias são apropriadas sem que lhes seja concedido o espaço necessário nos âmbitos acadêmicos e intelectuais.

Diante desse contexto, Miñoso (2020) caracteriza o feminismo decolonial como um movimento em ascensão e amadurecimento, que desafia as bases teóricas do feminismo tradicional, em uma busca por revisar criticamente as narrativas feministas predominantes, denunciando seu viés ocidental, branco e burguês, e propondo novas perspectivas que contemplem de forma genuína as experiências das mulheres racializadas e marginalizadas. Ao criticar as limitações da teoria de colonialidade de Aníbal Quijano (2005) em relação ao gênero, Lugones (2014) sugeriu que:

Proponho o sistema moderno colonial de gênero como uma lente através da qual aprofundar a teorização da lógica opressiva da modernidade colonial, seu uso de dicotomias hierárquicas e de lógica categorial. Quero enfatizar que a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade (Lugones, 2014, p. 935).

No contexto colonial, o humano ideal era concebido como branco, europeu, heterossexual e burguês, enquanto as pessoas racializadas, indígenas e africanas eram tratadas como "não humanas", resultando em desumanização e violência sistemática. Segundo Alexander e Mohanty (2013), existem limitações no discurso pós-modernista ao abordar questões relacionadas à raça, classe, gênero e sexualidade. As autoras argumentam que tal discurso busca superar o essencialismo, como se essas categorias possuíssem características fixas e imutáveis. Para isso, há uma tentativa de pluralizar e desestabilizar essas categorias, o que compromete "qualquer recuperação válida dessas categorias ou das relações sociais através das quais elas são formadas". Assim, afirmam que: "Se dissolvermos a categoria de raça, por exemplo, torna-se difícil reivindicar a experiência do racismo" (Alexander; Mohanty, 2013, p. xvii).

Kilomba (2019) corrobora com a visão de que raça e gênero são inseparáveis, pois:

“Raça” não pode ser separada do gênero nem o gênero pode ser separado da “raça”. A experiência envolve ambos porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção de “raça” e na experiência do racismo (Kilomba, 2019, p. 94).

As análises de Lugones (2005; 2014) demonstraram como, a partir da colonialidade, surgiram novas identidades geoculturais (América e Europa) e sociais (europeu, índio, africano), ressaltando que, em decorrência da expansão do colonialismo europeu, essa categorização foi imposta à população global. Destaca-se que a colonização não apenas racializou, mas também estabeleceu uma nova hierarquia de gênero, desmantelando as formas de organização de gênero presentes nas sociedades indígenas e africanas, além de instituir um sistema patriarcal e heteronormativo (Lugones, 2014, 2020). Segundo Alexander e Mohanty (2013), os realinhamentos globais e a fluidez do capital acentuaram as relações capitalistas de dominação e exploração, em "processos de recolonização". As autoras argumentam que, embora as formas de identidades racializadas possam ser mais complexas atualmente, as relações hierárquicas entre diferentes grupos raciais e geográficos persistem.

Conforme enfatizado por Lugones (2014), a normatização das existências coloniais envolveu a imposição de padrões de gênero que não estavam presentes nas sociedades colonizadas, além de uma hierarquização que associava diretamente gênero e raça. Assim, para Lugones, o gênero é uma construção colonial indissociável da racialização, atuando como uma ferramenta de controle imposta pela modernidade colonial. Paralelamente, “a colonialidade do gênero ainda nos acompanha; é o que subsiste na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista global” (Lugones, 2014, p. 939).

Esses apontamentos convergem com o que é apresentado por Vergès (2020, p. 33-34), que enfatiza a importância dos feminismos decoloniais, como lentes que possibilitam a análise do “modo como o complexo racismo/sexismo/etnicismo permeia todas as relações de dominação, mesmo que os regimes associados a esse fenômeno tenham desaparecido”. Além disso, propõe “uma análise multidimensional da opressão e se recusa a limitar raça, sexualidade e classe a categorias que se excluem mutuamente” (Vergès, 2020, p. 38), caracterizando essa abordagem como um feminismo multidimensional, que se expressa da seguinte forma:

Essa noção ecoa no “feminismo da totalidade”, uma análise que se propõe a levar em conta a totalidade das relações sociais. Eu partilho da importância atribuída ao Estado e sou adepta de um feminismo que pensa conjuntamente patriarcado, Estado e capital, justiça reprodutiva, justiça ambiental e crítica da indústria

farmacêutica, direito dos/as migrantes, dos/as refugiados/as e fim do feminicídio, luta contra o Antropoceno-Capitaloceno racial e luta contra a criminalização da solidariedade (Vergès, 2020, p. 38-39).

De acordo com Oyěwùmí (2004), a difusão dos conceitos ocidentais de gênero implica que a noção de gênero, tal como compreendida no feminismo ocidental, se constitui como uma construção colonial. Isso se deve ao fato de que "os três conceitos fundamentais que sustentam o feminismo, mulher, gênero e sororidade, são apenas compreensíveis mediante uma análise cuidadosa da família nuclear da qual surgiram" (Oyěwùmí, 2004, p. 3).

Por meio das epistemologias africanas, a autora questiona a premissa de que o gênero deve ser visto como uma categoria natural ou universal, argumentando que diversas sociedades africanas, como a Iorubá (Yorubá), não fundamentavam suas estruturas familiares e sociais em conceitos de gênero ou na família nuclear, ao contrário do que se observa nas sociedades euro-americanas. Nesse sentido, Oyěwùmí destaca que o feminismo hegemônico, ao se alicerçar na experiência da família nuclear ocidental, não consegue reconhecer que muitas sociedades organizam suas relações sociais segundo categorias distintas (Oyěwùmí, 2004). Para a autora:

Teoricamente, a questão de saber se uma prática ou instituição específica é generificada pode ser compreendida em dois níveis: primeiro, o gênero é rotineiramente invocado quando o fenômeno em estudo é visto superficialmente como ligado a corpos masculinos e femininos de maneira diferente, e de forma binária. O segundo nível de generificação é mais fundamental, pois se refere à divisão de atributos sociais e morais de gênero que estão embutidos no ethos, sendo então expressos nas práticas sociais em geral (Oyěwùmí, 2016, p. 15, tradução nossa).

Assim, Oyěwùmí (2016) conceitua o primeiro nível como uma marca das sociedades ocidentais coloniais que naturalizam as diferenças de gênero. No segundo nível, a generificação se aprofunda e está associada à atribuição de papéis sociais e morais, algo que Lugones (2014) também reconhece como fundamental para a colonialidade do poder. Segato (2012) admite que o patriarcado ocidental tenha exacerbado a opressão de gênero. No entanto, apresenta uma perspectiva alternativa às argumentações tanto de Lugones quanto de Oyěwùmí, discordando das autoras.

Para Segato (2012), existia uma "organização patriarcal" prévia, caracterizada como de "baixa intensidade"; ou seja, menos intensa e distinta daquela imposta pela modernidade colonial, em comparação às práticas do "patriarcado de alta intensidade", que a autora vê como menos violentas. O patriarcado de "baixa intensidade" foi delineado por ela como aquele que:

Indica, por um lado, que o gênero existe, mas de uma forma diferente da que assume na modernidade. E, por outro, que quando essa colonial/modernidade intrude o gênero da aldeia, modifica-o perigosamente. Intervém na estrutura de relações da aldeia, apreende-as e as reorganiza a partir de dentro, mantendo a aparência de continuidade, mas transformando os sentidos, ao introduzir uma ordem agora regida por normas diferentes (Segato, 2012, p. 118).

Embora haja divergência entre as autoras quanto à natureza do gênero como uma construção exclusivamente resultante da intrusão colonial, existe um consenso entre elas sobre o fato de que a violência patriarcal que os povos afro-americanos enfrentam atualmente é profundamente marcada pela brutalidade do colonialismo. Entretanto, isso não impede que as notáveis semelhanças nos resultados da empreitada epistêmica sejam articuladas, pois, à sua maneira e com as devidas ressalvas, concordam que o gênero, tal como é vivenciado hoje, está indissociavelmente relacionado à colonialidade, atuando como uma ferramenta de controle e dominação imposta durante o processo colonial.

Nesse contexto, Vergès (2020) propõe uma análise multidimensional das opressões, sustentando que o feminismo deve considerar a totalidade das relações sociais, incluindo a luta contra o feminicídio, a justiça ambiental e os direitos de migrantes e refugiados. A autora argumenta que raça, opressões de gênero e patriarcado, embora tenham se manifestado com diferentes intensidades e formas nas sociedades pré-coloniais, foram radicalmente transformados e intensificados pela estrutura colonial, perpetuando até os dias atuais as desigualdades e violências que afetam de maneira particular as mulheres racializadas (Oyěwùmí, 2004; Segato, 2012; Lugones, 2014; Kilomba, 2019; Vergès, 2020).

Embora Spivak (2010) seja reconhecida como uma teórica pós-colonial, seus argumentos complementam as ideias das autoras previamente mencionadas, ao afirmar que o sujeito subalterno carece de voz e história no contexto colonial, sendo que a mulher subalterna é ainda mais silenciada (Spivak, 2010). Nesse aspecto, Kilomba (2019) caracteriza a mulher subalterna como aquela que enfrenta um duplo silenciamento, sofrendo simultaneamente as opressões de raça e de gênero. Em comparação com homens subalternos que são marginalizados racial e economicamente, Segato (2012) argumenta que as mulheres subalternas vivenciam a sobreposição dessas opressões com as estruturas patriarcais, o que agrava sua invisibilidade.

Dessa forma, as principais convergências entre as autoras residem na urgência de entendermos as experiências das mulheres racializadas e a maneira como as opressões se entrelaçam, uma vez que o racismo afeta de forma distinta

mulheres e homens, e o sexismo se manifesta de maneira diversa para pessoas de diferentes etnias. Assim, as opressões de gênero e raça não são independentes, mas estão intrinsecamente interligadas, moldando as experiências das pessoas de maneira única e específica. Portanto, ao invés de analisarmos essas opressões a partir de perspectivas teóricas isoladas, podemos identificar como as teorias se articulam, reconhecendo simetrias e assimetrias, semelhanças e divergências.

Alexander e Mohanty (2013) ressaltam essa preocupação, pois ao dissociarmos a categoria de raça de nossa análise, corremos o risco de silenciar os impactos do racismo. Kilomba (2019), Vergès (2020) e Lugones (2020) reconhecem que a categoria "mulher" foi historicamente construída a partir das vivências de mulheres brancas, burguesas e heterossexuais, excluindo as experiências das mulheres racializadas e marginalizadas. Por conseguinte, buscamos integrar as perspectivas decoloniais, afro-latino-americanas e interseccionais, na tentativa de articular essas diferentes abordagens. Juntas, elas constituem uma proposta epistêmica que nos permite discutir as questões que afetam as vidas das mulheres racializadas.

Segundo Crenshaw (1989), autora que formaliza inicialmente o conceito no contexto das leis antidiscriminação, a interseccionalidade é uma abordagem que revela como racismo, patriarcado e opressão de classe se entrelaçam e se reforçam mutuamente, criando uma teia de opressões que não pode ser desmembrada em componentes isolados, pois é na convergência desses sistemas que emergem as formas mais insidiosas de subordinação, conforme ilustrado na figura 7, a seguir:



Figura 7 - Eixos da Interseccionalidade. Fonte: Elaborado por Negrão *et al.* (2013, p. 316).

No cenário brasileiro, Gonzalez (2020), ao longo de sua trajetória militante, denunciava como a nossa sociedade, desde o período colonial, objetificava corpos não brancos, perpetrando estupros contra mulheres negras e indígenas. Com base na noção de amefricanidade, buscou articular uma identidade coletiva que reconhecesse as particularidades das vivências de mulheres negras e indígenas, além de combater as opressões que incidem sobre esses corpos racializados. Tanto a amefricanidade proposta por Gonzalez (2020) quanto a interseccionalidade defendida por Crenshaw (1989) em seus respectivos contextos, sustentam que raça e gênero são inseparáveis, e que as lutas por equidade devem considerar as intersecções complexas que permeiam a vida de indivíduos marginalizados.

No que concerne à interseccionalidade, Collins e Bilge (2021) a apresentam como uma ferramenta de análise e práxis crítica, definindo-a como um recurso analítico que possibilita a identificação de problemas sociais complexos, na busca por soluções para as injustiças sociais que emergem das relações de poder. Ademais, as autoras ressaltam a relevância de examinar como as categorias de poder — raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, etnia, capacidade, faixa etária, status de cidadania e religião — se entrelaçam de maneira conectada, impactando a vida dos indivíduos de formas diversas e específicas.

Dessa forma, sustentam que o contexto social e as relações de poder interseccionais são elementos centrais para a compreensão de como essas categorias se manifestam e perpetuam injustiças. Collins e Bilge (2021) também enfatizam a importância da relacionalidade, da justiça social e da necessidade de uma análise que leve em consideração a complexidade dessas estruturas de opressão. Para Crenshaw (2002), a interseccionalidade é capaz de captar as consequências tanto estruturais quanto dinâmicas da interação entre múltiplos eixos de subordinação, a partir de uma leitura crítica das políticas e constituições que sustentam tais opressões.

Kilomba (2019) observa que, historicamente, os debates sobre racismo foram centrados no homem negro, os debates sobre gênero se concentraram na mulher branca, e as discussões sobre classe deixaram de lado a dimensão racial, em virtude do "racismo genderizado". Ao analisarmos o contexto brasileiro, Carneiro (2003) demonstra que a perspectiva de gênero é uma variável teórica que não pode ser dissociada de outros eixos de opressão, dado que o racismo influencia a própria hierarquia de gênero.

Ser negro sem ser somente negro, ser mulher sem ser somente mulher, ser mulher negra sem ser somente mulher negra. Alcançar a igualdade de direitos é converter-se em um ser humano pleno e cheio de possibilidades e oportunidades para além de sua condição de raça e de gênero. Esse é o sentido final dessa luta (2003, p. 5).

No âmbito do capitalismo colonial-moderno, a interseccionalidade nos auxilia a refletir sobre as relações sociais que foram construídas socialmente, levando em consideração as dimensões materiais da subordinação. Isso se comprova na afirmação de que “a negação sobre a interseccionalidade entre as desigualdades sociais brasileiras e as relações sociais discriminatórias é uma das estratégias centrais do dispositivo da racialidade” (Constanzi; Mesquita, 2021, p. 125). É pertinente destacar que, no que diz respeito à interseccionalidade, Collins; Bilge (2021) a definem como uma ferramenta que, ao ser aplicada a questões como a sobrecarga de trabalho, a violência estrutural e a inclusão econômica precária, possibilita compreender como essas dimensões se entrelaçam de forma complexa, afetando em particular grupos marginalizados, como mulheres negras, indígenas, latinas e asiáticas-americanas.

Em relação à sobrecarga de trabalho, a interseccionalidade revela como as mulheres racializadas, especialmente, suportam uma carga desproporcional devido à intersecção entre raça, classe e gênero, sendo frequentemente direcionadas a setores de trabalho informal ou precário, onde enfrentam baixos salários, longas jornadas e ausência de proteção social. Esta realidade é exacerbada pela expectativa de que também assumam as responsabilidades relacionadas ao trabalho doméstico e ao cuidado familiar, atividades historicamente invisibilizadas e desvalorizadas, em decorrência do patriarcado (Segato, 2012).

No que se refere à violência estrutural, a interseccionalidade ilustra como a violência sistêmica impacta de maneira diferenciada as pessoas, levando em conta sua raça, gênero e classe social. Mulheres negras e indígenas, por exemplo, costumam estar mais expostas à violência física e simbólica, seja no ambiente doméstico, no trabalho ou em interações com o Estado (Gonzalez, 2020). A brutalidade policial, o encarceramento em massa e a violência doméstica são manifestações de como as estruturas de poder operam para manter esses grupos em situações de vulnerabilidade.

A inclusão econômica precária representa outra questão significativa analisada pela interseccionalidade. Grupos historicamente marginalizados enfrentam barreiras ao acesso ao emprego formal, à educação e a oportunidades econômicas, resultantes de uma combinação de discriminação racial, de gênero

e de classe, que perpetua ciclos de pobreza. Nesse contexto, a interseccionalidade permite desvelar as camadas de opressão que dificultam a ascensão social e econômica desses grupos.

As múltiplas narrativas da interseccionalidade — feminismo negro, feminismo latino (chicanas), feminismos indígenas e feminismo asiático-americano — oferecem uma rica diversidade de perspectivas que, aliadas às visões decoloniais, aprofundam a compreensão dessas dinâmicas de poder (Collins; Bilge, 2021). Embora cada uma dessas vertentes surja a partir das experiências concretas de mulheres racializadas em seus contextos específicos, ao analisarmos a partir da interseccionalidade e da decolonialidade, desafiamos as abordagens hegemônicas do feminismo e das políticas públicas que não reconhecem as particularidades das opressões que ocorrem de forma interligada.

A partir da interseccionalidade, compreendemos que as formas de controle do trabalho não são neutras, pois são moldadas pela racialização e pela influência do racismo nas estruturas sociais e econômicas. Assim, reconhecemos que as formas de opressão variam conforme os contextos culturais dos países hegemônicos (geralmente mais ricos) e dos países periféricos (geralmente mais pobres), especialmente nas periferias. Particularmente na América Latina, as mulheres subalternizadas, por ocuparem posições de inferioridade social impostas a elas, enfrentam opressões amplificadas pela intersecção entre raça e gênero. As mulheres racializadas, em especial as mulheres negras, são ainda mais afetadas por essas opressões estruturais.

A abordagem das categorias de opressão de forma isolada limita a compreensão das discriminações em jogo. A interseccionalidade nos permite entender que essas categorias não atuam de maneira independente, enquanto a decolonialidade propicia uma discussão que confronta o feminismo hegemônico. Nesse contexto, a crítica à colonialidade proposta por Lugones (2014) avança nas críticas à racionalidade androcêntrica, considerando que a hierarquização dos saberes é uma das dimensões do racismo intelectual apontada por Gonzalez (2020), que observa:

A primeira coisa que a gente percebe nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por quê? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice etc. e tal. Daí é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha é malandro, e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha, pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta ler o jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados (Gonzalez, 2020, p. 78).

Através de uma análise interseccional e decolonial das opressões, conseguimos identificar como as mulheres negras são relegadas às margens do mercado de trabalho formal, sendo forçadas a ocupar posições precarizadas, mal remuneradas e desprovidas de proteção social, como é o caso do trabalho doméstico. Kilomba (2019, p. 72) enfatiza a importância das contribuições do feminismo negro nesse contexto, afirmando que: “O movimento e a teoria de mulheres negras têm exercido, nesse sentido, um papel central no desenvolvimento de uma crítica pós-moderna, proporcionando uma nova perspectiva aos debates contemporâneos sobre gênero e pós-colonialismo”. Além disso:

Assim como nos estudos de outros grupos até então desconsiderados, estudos de e com mulheres negras são capazes de gerar materiais que tenham implicações tanto para as maneiras pelas quais “raça” e gênero têm sido teorizados até agora quanto para a teoria social em geral (Kilomba, 2019, p. 72).

A análise decolonial e interseccional revela que as formas de exploração não são acidentais, mas resultam de uma longa história de subordinação racial e de gênero, que se entrelaçam para excluir as mulheres racializadas dos direitos trabalhistas e sociais plenos. Nesse sentido, Carneiro (2003) ressalta que:

A diversificação das concepções e práticas políticas que a ótica das mulheres dos grupos subalternizados introduz no feminismo é resultado de um processo dialético que, se, de um lado, promove a afirmação das mulheres em geral como novos sujeitos políticos, de outro exige o reconhecimento da diversidade e desigualdades existentes entre essas mesmas mulheres (Carneiro, 2003, p. 119).

Nesse sentido, Lugones (2003, 2014) destaca a importância de ressignificar essas histórias de resistência, mostrando que há formas de lutar contra as relações de poder que foram e ainda são mantidas pelo sistema colonial. Curiel (2007) enfatiza que desde 1970, por meio de muita luta e resistências, mulheres afrodescendentes e indígenas construíram teorias feministas que ampliaram a perspectiva teórica e política que atualmente utilizamos como ferramenta analítica:

Desde que aparece el feminismo, las mujeres afrodescendientes e indígenas, entre muchas otras, han aportado significativamente la ampliación de esta perspectiva teórica y política. No obstante, han sido las más subalternizadas no sólo en las sociedades y en las ciencias sociales, sino también en el mismo feminismo, debido al carácter universalista y al sesgo racista que le ha transpassado. Son ellas (nosotras) las que no han respondido al paradigma de la modernidade universal: hombre-blanco-heterosexual; pero son también las que desde su subalternidade, desde su experiencia situada, han impulsado un nuevo discurso y una práctica política crítica y transformadora (Curiel, 2007, p. 94).

Walsh (2013) ao falar de pedagogias decoloniais, destacou a insurgência dos movimentos indígenas e afrodescendentes em Abya Yala (Continente

Americano) como uma transformação paradigmática nas lutas sociais. Para a autora:

La insurgencia política, epistémica y existencial de los movimientos indígenas, junto con las organizaciones afrodescendientes, cambiaría el rumbo del proyecto de la revolución en América Latina; de aquí y en adelante la lucha no es simple ni predominantemente una lucha de clases sino una lucha por la descolonización liderada, organizada y visionada en mayor parte por los pueblos y las comunidades racializadas que han venido sufriendo, resistiendo y sobreviviendo la colonialidad y la dominación (Walsh, 2013, p. 23).

Na obra de Lisboa (2014), intitulada “De América a Abya Yala – Semiótica da descolonização”, o autor argumenta que foi no final do século XVIII, com o fortalecimento da identidade crioula e a resistência à dominação imperial anglo-ibérica, que o termo América começou a ser amplamente adotado. A partir da necessidade de se diferenciar do inimigo europeu, as primeiras gerações de crioulos que ascenderam ao poder passaram a se identificar como americanos.

Lisboa (2014) estabelece um diálogo com as discussões previamente abordadas, alertando que durante a época colonial, tanto as regiões meridionais quanto as setentrionais do continente eram referidas como América, uma vez que estavam sujeitas a um mesmo sistema de dominação colonial e eram percebidas como territórios periféricos e subalternos. Contudo, até meados do século XIX, outras denominações eram frequentemente utilizadas para designar a parte sul do continente, como Hispano-América, Ibero-América, América do Sul, América Meridional, Columbia e Grã-Colômbia. Somente posteriormente, o conceito de América Latina seria elaborado e integrado ao discurso político e identitário (Lisboa, 2014).

Assim, o dispositivo da racialidade foi utilizada como uma ferramenta para fomentar um senso de identidade comum entre os países do sul do continente, estabelecendo uma distinção em relação à influência dos países anglo-saxões do norte, como os Estados Unidos.

Assim, adjetivar a raça como latina serviu de amálgama para unificar os americanos do Sul contra a ameaça da América saxônica que então amputava mais da metade do território mexicano e saqueava a América Central. A América Latina, enquanto representação geopolítica, nasce embalada neste berço de antagonismos raciais e imperiais (Lisboa, 2014, p. 509).

Assim, a adoção do termo "América" configurou-se em uma tentativa de apropriação simbólica do território, enquanto a fragmentação das nomenclaturas no século XIX revela a pluralidade de interesses políticos presentes na região. O conceito de América Latina, por sua vez, representa um esforço para a construção de uma identidade regional, mas também é permeado pelas marcas do colonialismo e da hegemonia cultural europeia (Lisboa, 2014).

No contexto da colonização brasileira, por exemplo, Gonzalez (2020) destacou a relevância dos quilombos como formas de resistência à escravização e à opressão colonial, além de servirem como espaços de insurgência contra o poder colonial. Nesse sentido, Vergès (2020) enfatizou a noção de quilombagem como fonte de inspiração para o feminismo decolonial, uma vez que as resistências nos quilombos possibilitaram uma ruptura radical com a naturalização das opressões e a afirmação de territórios de liberdade mesmo em meio a sistemas opressivos:

A quilombagem afirmava a possibilidade de um futuro mesmo quando ele era negado pela lei, pela Igreja, pelo Estado e pela cultura, os quais proclamavam que não havia alternativa à escravidão – considerada tão natural quanto o dia e a noite – e afirmavam que a exclusão dos/as negros/as da humanidade era algo natural. Os/As quilombolas tornaram visível o aspecto fictício dessa naturalização e, ao quebrarem os códigos, elas/eles operaram uma ruptura radical que rasgou o véu da mentira. Elas/eles desenharam territórios soberanos no próprio coração do sistema escravocrata e proclamaram a liberdade. Seus sonhos, suas esperanças, suas utopias, e mesmo os motivos de suas derrotas, permanecem espaços de onde se pode tirar um pensamento de ação (Vergès, 2020, p. 41).

O conceito de quilombagem já havia sido abordado anteriormente por Moura (1989, 2001), sendo caracterizado como um movimento radical de emancipação da população negra, que se distingue e antecede o movimento liberal abolicionista. Isso se deve ao fato de que a quilombagem não buscava a conciliação ou a negociação com os senhores de escravizados, mas, por outro lado, propunha uma ruptura completa com o sistema escravista. Assim, os quilombos se tornaram espaços de resistência política, social e militar, conforme será expresso a seguir:

O fenômeno da quilombagem, achamos nós, tem como epicentro o quilombo, mas nele podem ser englobadas todas as manifestações de resistência da parte do escravo. [...] Por esses motivos é um movimento abrangente e radical. Nele se incluem não apenas negros fugitivos, mas também índios perseguidos, mulatos, curibocas, pessoas perseguidas pela polícia em geral, bandoleiros, devedores do fisco, fugitivos do serviço militar, mulheres sem profissão, brancos pobres e prostitutas (Moura, 1989, p. 25).

A quilombagem constituiu um movimento de resistência e autossuficiência, que não aguardou por concessões advindas do movimento abolicionista liberal, desafiando de forma incisiva a estrutura escravista, uma vez que:

(...) a quilombagem aliava-se aos elementos marginalizados e criminalizados pelo regime escravista. Isto aconteceu não apenas em São Paulo, mas em todas as áreas de protesto escravo. O quilombola nunca foi um isolado, mas um elemento que se compunha e se articulava socialmente com os demais grupos ou segmentos oprimidos (Moura, 2001, p. 277).

Neste contexto, podemos observar uma relação intrínseca entre os corpos negros e o território, onde o corpo se torna um símbolo de resistência e emancipação, de modo análogo aos quilombos, que representavam espaços de liberdade tanto física quanto simbólica. Para Lugones (2014), não é viável resistir à colonialidade de gênero de forma isolada, uma vez que a luta contra essa imposição colonial emerge da resistência coletiva, na "forma de compreender o mundo e de viver nele que é compartilhada. (...) Comunidades, mais que indivíduos, tornam possível o fazer; alguém faz com mais alguém, não em isolamento individualista" (p. 949).

Nesse sentido, a relação entre corpos racializados e território transcende a mera reivindicação de espaço físico. Conforme observado na concepção de quilombagem, o corpo se transforma em um território de luta e resistência. Contudo, em uma sociedade na qual o racismo se configura como uma estrutura central, a circulação dos corpos negros enfrenta barreiras e efeitos distintos daqueles experimentados por corpos brancos. A colonialidade estabeleceu territórios de exploração, moldando a forma como os corpos são percebidos e tratados (De Souza; Mariano; Ferreira, 2021).

Gago (2020) argumenta que, assim como as colônias eram percebidas como recursos disponíveis para a exploração de seus recursos naturais e da força de trabalho, os corpos femininos, em especial os das mulheres marginalizadas, também são tratados como "recursos gratuitos" pelo sistema capitalista.

## 4

### **Jardim Gramacho: Território Extraordinário do Lixo e o Trabalho com Resíduos**

*O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (Santos et al., 2007, p. 14).*

Antes de nos aprofundarmos na narrativa de Jardim Gramacho, é imprescindível entender o contexto mais amplo em que esse bairro se insere: a cidade de Duque de Caxias. A compreensão da dinâmica dessa cidade nos permite identificar as forças sociais, políticas e econômicas que moldam o território e afetam diretamente as condições de vida da população local. Conforme Koga (2003), a cidade é um espaço plural, onde as relações de poder, as práticas sociais e os interesses variados se entrelaçam, tornando necessário um olhar que respeite e compreenda essa complexidade. Entretanto, essa pluralidade não implica, necessariamente, em equidade.

A urbanização, como salientado por Vêras (2010), no contexto do capitalismo global, opera por meio de processos excludentes, favorecendo a lógica da acumulação de capital e aprofundando as desigualdades socioespaciais. Nesse cenário, determinados territórios e populações são sistematicamente marginalizados, e é nesse contexto que se insere Jardim Gramacho, cuja trajetória exemplifica as contradições e injustiças da dinâmica urbana excludente.

Observa-se uma dualidade em que as contradições se manifestam e caracterizam as cidades contemporâneas, especialmente no contexto brasileiro. Na chamada "cidade legal", encontramos uma parte da cidade que está em conformidade com as normas e leis urbanísticas, desfrutando dos benefícios urbanos, como infraestrutura, segurança e serviços básicos. Por outro lado, na "cidade real", segmentos da população e do espaço habitam à margem dessas regulamentações, em condições de precariedade e irregularidade, muitas vezes em ocupações ilegais, com acesso insuficiente ou inexistente aos direitos urbanos (Vêras, 2010).

A cidade de Duque de Caxias, conforme preconizado por Vêras (2010), revela-se como uma cidade-mercadoria, uma vez que é moldada prioritariamente pela lógica econômica, onde o lucro, a circulação de mercadorias e a força de trabalho são priorizados em detrimento do bem-estar dos cidadãos, como será

discutido ao longo deste capítulo. Ademais, Jardim Gramacho, conforme exposto no Diagnóstico Participativo (IBASE, 2022), apresenta três fases que marcaram sua trajetória e moldaram sua dinâmica socioambiental.

A primeira fase diz respeito ao período anterior à instalação do Aterro Metropolitano, quando o bairro já enfrentava condições precárias, mas ainda não havia sido diretamente afetado pela presença do lixão. A segunda fase corresponde ao período em que o Aterro Metropolitano estava em funcionamento, transformando Jardim Gramacho em um ponto central para o descarte de resíduos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, impactando profundamente o território, tanto social quanto ambientalmente. Por fim, a terceira fase se inicia após o encerramento das atividades do Aterro Metropolitano, trazendo novos desafios e transformações, com efeitos duradouros sobre a população local e as disputas pelo território. Ao longo do capítulo, discutiremos essas mudanças e contradições.

Diante desse panorama de desigualdades e contradições urbanas, é fundamental compreender o perfil sociodemográfico e socioeconômico de Duque de Caxias para aprofundarmos a análise sobre como essas dinâmicas impactam o território e sua população. A estrutura econômica do município, caracterizada por um PIB elevado e pela presença de grandes indústrias, contrasta com as condições precárias vividas por uma significativa parcela de seus habitantes, especialmente nos bairros periféricos, como Jardim Gramacho. Assim, na próxima seção, apresentaremos um panorama dos principais indicadores da cidade, destacando os elementos que moldam suas desigualdades internas e suas relações com a lógica excludente da urbanização capitalista.

#### **4.1 Dados Sociodemográficos e Socioeconômicos de Duque de Caxias**

O município de Duque de Caxias foi instituído oficialmente em 31 de dezembro de 1943, através do Decreto-lei nº 1.055, que conferiu a ele a condição de município, separando-o de Nova Iguaçu (Câmara Municipal de Duque de Caxias, 2022). Do ponto de vista administrativo, o município é segmentado em quatro distritos: Duque de Caxias (1º Distrito), Campos Elíseos (2º Distrito), Imbariê (3º Distrito) e Xerém (4º Distrito), conforme ilustrado na Figura 7, a seguir:

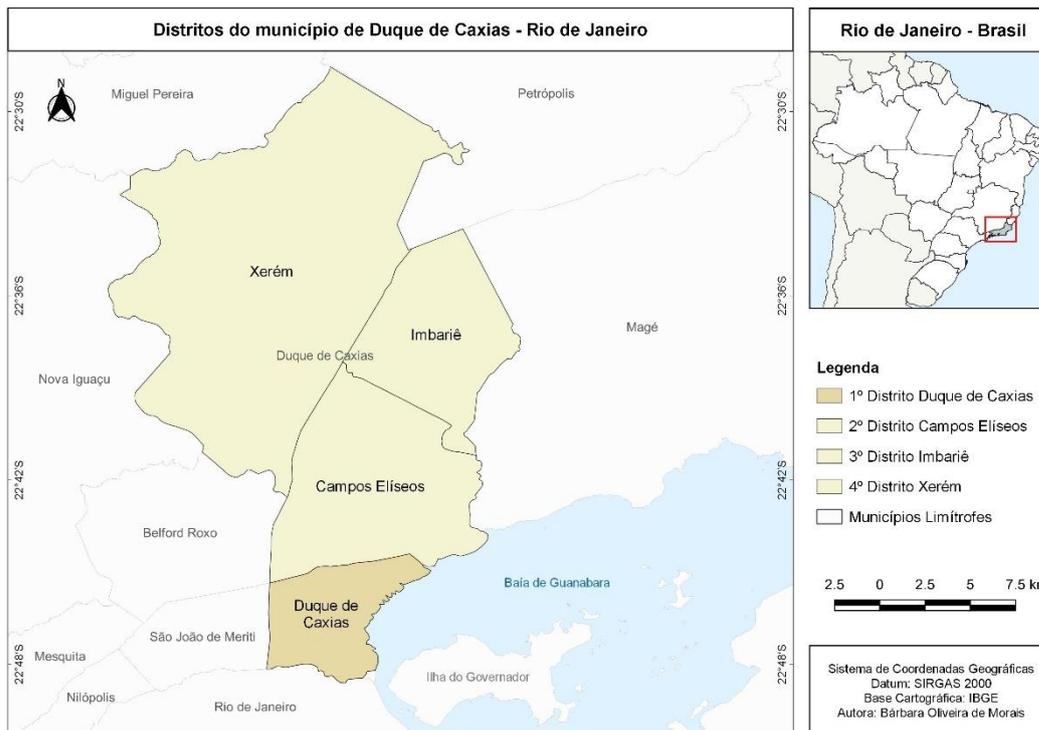


Figura 8 – Divisão Territorial de Duque de Caxias. Fonte: Dados da Pesquisa. Elaboração própria (2024).

Com o quarto maior Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Rio de Janeiro e o vigésimo do Brasil<sup>10</sup> (IBGE, 2021), Duque de Caxias se destaca pela presença da refinaria Reduc, uma das mais significativas do país, sob a responsabilidade da Petrobras. Ademais, conforme apontam as pesquisas de Da Silveira e Ribeiro (2017), o Polo Moveleiro da cidade desempenha um papel de relevância. Atualmente, ocupa cerca de 50 mil m<sup>2</sup> no município e sua trajetória remonta a 1994, quando diversas fábricas e lojas de móveis e decoração começaram a se instalar ao longo da BR-040, especialmente na extensão que liga os bairros Jardim Gramacho e Vila São Luiz. Assim, está situado em uma área estratégica, próxima a uma das principais rodovias do Brasil. Dessa forma, o polo se consolidou como um centro importante de produção e comércio, estabelecendo conexões entre o município e outras regiões, além de impulsionar a economia local (Da Silveira; Ribeiro, 2017).

A produção de vestuário também se sobressai na economia de Duque de Caxias. Vários bairros do 1º Distrito abrigam confecções voltadas para grandes polos atacadistas e varejistas, movimentando mercados tanto regionais quanto

<sup>10</sup> Os dados do PIB estão atualizados até o ano de 2021 e podem ser conferidos no link <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de-caxias/pesquisa/38/47001?tipo=ranking>

nacionais. Também às margens da BR-040, realizam-se grandes feirões de moda, onde lojas comercializam roupas, calçados e bolsas, tanto no atacado quanto no varejo. A predominância de pequenas unidades industriais, com menos de vinte funcionários, reflete um modelo produtivo dinâmico, adaptado às demandas do mercado e característico de micro e pequenas empresas. Tal padrão é observado tanto no setor de vestuário quanto no moveleiro, reforçando a importância dessas atividades para a geração de empregos e a movimentação da economia local (Da Silveira; Ribeiro, 2017).

A constituição do município desempenhou um papel fundamental na reconfiguração territorial da Baixada Fluminense e, ao longo do tempo, diversas divisões territoriais foram estabelecidas, resultando na subdivisão do município em 41 (quarenta e um) bairros e 4 (quatro) distritos. O bairro de maior extensão é Gramacho, localizado no primeiro distrito. Este distrito é composto pelos bairros de Jardim 25 de Agosto, Parque Duque, Periquitos, Vila São Luiz, Gramacho, Sarapuy, Centenário, Centro, Dr. Laureano, Olavo Bilac, Bar dos Cavaleiros e Jardim Gramacho (Câmara Municipal de Duque de Caxias, 2022). Assim, trata-se de um município que possui significativa representatividade no estado do Rio de Janeiro, com uma área territorial de 467,319 km<sup>2</sup> e uma população de 808.161 indivíduos, destacando-se por sua localização estratégica e robusta infraestrutura viária e industrial (IBGE, 2022). A figura 8 apresenta a divisão territorial do município de Duque de Caxias, em que as demarcações com municípios adjacentes, como Belford Roxo, Magé e Petrópolis, foram descritas, demonstrando também sua proximidade com a cidade do Rio de Janeiro e a Baía de Guanabara.

A cidade é atendida por duas rodovias federais e seis rodovias estaduais, que asseguram a conectividade viária. Dentre as rodovias federais, a BR-040 (Washington Luís) estabelece a ligação entre o centro de Duque de Caxias e o restante do território municipal, além de servir como um acesso que interconecta a cidade a Belo Horizonte e Brasília, por exemplo. Por sua vez, a BR-116-493 (Rio-Magé) é crucial para o escoamento da produção entre as regiões Sudeste, Norte e Nordeste, atravessando a área de Imbariê e conectando o município a outras rodovias de grande relevância (IBGE, 2022). As rodovias estaduais, como a RJ-071 (Linha Vermelha), a RJ-101 (Avenida Governador Leonel Brizola) e a RJ-107 (Imbariê-Petrópolis), são essenciais para a movimentação interna de Duque de Caxias, sendo por meio dessas vias que se realiza o tráfego urbano e o acesso aos municípios vizinhos.

O município conta com o ramal ferroviário Saracuruna, que liga a cidade à Estação Central do Brasil e a outras regiões. Verificamos que o ramal possui seis estações em seu território, a saber: Saracuruna, Jardim Primavera, Campos Elíseos, Gramacho, Corte Oito e Duque de Caxias. Ademais, a linha se estende por mais 13 estações a partir da estação de Duque de Caxias, conectando o município aos bairros de Vigário Geral, Parada de Lucas, Cordovil, Brás de Pina, Penha Circular, Penha, Olaria, Ramos, Bonsucesso, Manguinhos, Triagem, Mangueira/Jamelão, Maracanã, São Cristóvão e, finalmente, à Central do Brasil, localizada no centro do Rio de Janeiro (Supervia, 2024).

Duque de Caxias abriga importantes rios, como o Rio Meriti, o Rio Iguaçu, o Rio Sarapuí e o Rio Saracuruna, que exercem funções fundamentais na demarcação do território e na drenagem urbana (IBGE, 2022). Os dados demográficos e socioeconômicos da população revelam uma leve predominância de mulheres, que representam 52,46% do total (423.987), enquanto os homens correspondem a 47,54% (384.174). A idade mediana dos habitantes é de 35 anos, indicando uma população relativamente jovem (IBGE, 2022).

Segundo os dados do último censo, entre 2010 e 2022, houve uma diminuição na população, com uma taxa de crescimento populacional negativa de -5,49%. Em 2010, a população era de 855.088 habitantes, enquanto em 2022 caiu para 808.152 (IBGE, 2022). Essa queda pode estar associada a diversos fatores, incluindo questões de saúde e violência, por exemplo. Ao consultarmos o portal do Ministério da Saúde, no período de 27 de março de 2020 até 31 de julho de 2024, foram registrados 1.980 óbitos relacionados à Covid-19, com uma taxa de mortalidade acumulada de 215,31 óbitos por 100 mil habitantes, representando o sexto maior número no Estado do Rio de Janeiro, atrás da Capital, que contabilizou 38.661 óbitos, São Gonçalo com 4.247, Niterói com 3.119, Campos dos Goytacazes com 2.474 e Nova Iguaçu com 2.310 (Brasil, 2024).

Além dos falecimentos associados à Covid-19, é importante ressaltar que, conforme dados do IPEA (2022), a cidade de Duque de Caxias registrou, em 2022, um total estimado de 321 homicídios, o que representa 0,7% do total de homicídios contabilizados no Brasil. A taxa de homicídios em Duque de Caxias foi de 39,7 por 100 mil habitantes, posicionando-a entre os municípios com maior incidência de homicídios no estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, Duque de Caxias ocupa a 15ª posição entre as cidades com maior número de homicídios estimados no país (IPEA, 2022).

No que se refere à demografia por cor ou raça, a maioria da população de Duque de Caxias é composta por indivíduos negros. Considerando a soma de

pardos e pretos, temos 68,81% da população, que totaliza 556.139 habitantes, sendo 49,74% de pessoas que se declararam pardas (401.986 habitantes) e 19,07% de pretos (154.153 habitantes). A população branca representa 31%, equivalente a 250.538 indivíduos, enquanto outros grupos menores incluem a população indígena (0,08% ou 668 pessoas) e a população amarela (0,1% ou 803 pessoas).

A taxa de alfabetização, de acordo com os dados do IBGE, para a população com 15 anos ou mais, indicou um nível de alfabetização de 96,23%, o que corresponde a 622.884 pessoas alfabetizadas. Entretanto, esses indicadores podem não refletir a realidade, uma vez que o conceito utilizado pelo IBGE (1991, p. 42) considera alfabetizada a “pessoa capaz de ler e escrever ao menos um bilhete simples no idioma que conhece”. Para Ferraro (2002), as práticas e concepções em torno do analfabetismo estão carregadas de preconceitos, levando à estigmatização das pessoas não alfabetizadas, pois as visões discriminatórias as consideram inferiores ou incapazes.

Sperrhake e Traversini (2012) discutiram a classificação das pessoas como alfabetizadas ou não, enfatizando que essa categorização é um processo complexo que envolve a interação entre pessoas, instituições, especialistas e saberes. Assim, ao apresentar uma classificação com um número tão significativo, acima de 96%, e considerando as desigualdades presentes no município, percebemos que o processo que gera esses indicadores não é isento de influências, suscitando reflexões sobre o mesmo (Ferraro, 2002; Sperrhake; Traversini, 2012).

Além dos dados do Censo do IBGE referentes ao ano de 2022, dispomos de indicadores do Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome, atualizados em agosto de 2024, que oferecem um panorama sobre o Programa Bolsa Família (PBF) e o Cadastro Único (CadÚnico), políticas sociais de grande relevância ao se discutir as desigualdades que impactam os corpos-territórios em Duque de Caxias. O PBF foi instituído pela lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, com o intuito de assegurar uma renda básica para famílias em situação de pobreza, buscando a integração de políticas públicas voltadas ao resgate da dignidade e da cidadania dessas famílias, com a meta de capacitá-las a acessar direitos fundamentais como saúde, educação e assistência social (Brasil, 2023).

No que tange aos dados consultados para o período de 1 a 31 de agosto de 2024, 112.750 famílias foram atendidas pelo Programa Bolsa Família em Duque de Caxias, totalizando 268.951 pessoas beneficiadas, um número

expressivo que representa uma parcela significativa da população local e a prevalência da vulnerabilidade social na região. Ainda em agosto de 2024, o investimento total no programa atingiu R\$ 76.128.241,00, com um benefício médio de R\$ 675,77 por família. Em julho de 2024, 63.250 beneficiários entre 4 e 18 anos de idade tiveram acompanhamento das condicionalidades educacionais, representando 61,4% de cobertura. O monitoramento da frequência escolar é um indicativo relevante da relação entre o programa social e a educação, essencial para romper o ciclo de pobreza (Brasil, 2024).

No que diz respeito ao Cadastro Único, trata-se de uma ferramenta significativa, utilizada pelo Governo Federal para identificar e caracterizar famílias de baixa renda, ou seja, aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. O valor vigente do salário mínimo em 2024 é de R\$ 1.412,00. Com base nos dados do CadÚnico, os cadastrados têm direito à concessão de benefícios sociais, como a Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF). Além disso, por meio desse cadastro, é possível realizar o mapeamento em níveis local, regional e nacional, permitindo assim a identificação de vulnerabilidades e o planejamento de políticas públicas em três esferas. Até 31 de agosto de 2024, Duque de Caxias contava com 211.514 famílias inseridas no CadÚnico, das quais 171.918 estavam com o cadastro atualizado nos últimos dois anos. Entre essas famílias, 158.495 possuem renda mensal de até meio salário mínimo, ou seja, R\$ 706,00. Dentre o total, 137.835 mantém essa condição de baixa renda com o cadastro atualizado (Brasil, 2024).

Para demonstrar que as dinâmicas do município são diversificadas, utilizamos como referência a 4ª edição do Mapa da Desigualdade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, elaborado pela Casa Fluminense, referente ao ano de 2023. Optamos pela exposição dessas informações, devido ao apagão de dados nos últimos governos desde o golpe<sup>11</sup> da Presidente Dilma no ano de 2016. Reconhecemos a retirada de Dilma do poder como um momento de deslegitimação e desconstrução do governo, onde questões de sexismo, machismo e misoginia desempenharam papéis relevantes. O disfarce do golpe como *impeachment* foi, na verdade, o que Gomes (2018, p. 151) descreveu como a “(...) retomada do lugar do capital e do mercado como eixos orientadores da política econômica e, com eles, todo um processo de diminuição de direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores, com aumento dos privilégios dos capitalistas”.

---

<sup>11</sup> O que para uns é Impeachment, reconhecemos como golpe, apoiadas em Singer et al., (2016); Bastos (2017); Araújo (2018); Gomes (2018), Zanellato; Magnus (2023).

Nesse sentido, o golpe teve repercussões que reverberaram no cenário político brasileiro nos anos seguintes, deixando um legado de instabilidade e desconfiança institucional.

No governo ilegítimo de Temer, ocorreu um avanço significativo da direita, culminando na eleição de Jair Bolsonaro. Esse período é marcado pelo desmantelamento de políticas públicas e pela ascensão da extrema-direita em diversas esferas sociais. Com a propagação da Covid-19 pelo mundo, o Brasil enfrentou uma dupla pandemia: a do (des)governo Bolsonaro, que, aliado a um discurso negacionista (Pinheiro; Guimarães, 2021; De Macedo Júnior et al., 2023), infelizmente contribuiu para a morte de mais de 700 mil pessoas e, como legado de sua incompetência, promoveu a destruição de grande parte da Administração Pública, resultando em um apagão de informações, incluindo o Censo Demográfico, que foi adiado em duas ocasiões durante seu (des)governo.

Segundo a pesquisa de Da Costa; Grin; De Oliveira Júnior (2020), o período da pandemia suscitou questionamentos e discussões acerca da responsabilidade das instituições públicas em relação a suas ações, examinando como essas instituições eram monitoradas e como os mecanismos de prestação de contas funcionavam em um contexto tão excepcional como o de uma pandemia. Assim, a reflexão dos autores enfatizou a importância de avaliarmos a efetividade das estruturas governamentais em tempos de crise e a maneira como esses períodos críticos podem impactar as práticas de governança e a responsabilidade pública.

Assim, complementamos os indicadores apresentados com dados organizados pela Casa Fluminense<sup>12</sup>, que elucidam de maneira sucinta as informações pertinentes ao município de Duque de Caxias, estruturadas em quatro eixos: Justiça Econômica, Justiça Racial, Justiça de Gênero e Justiça Climática. Essa organização fundamenta-se nos princípios da intersectorialidade, interseccionalidade e interdisciplinaridade, que servem como referência na elaboração dos mapas. Ademais, ao utilizar este documento, dispomos de dados referentes ao período pandêmico, os quais são fundamentais para promover um diálogo produtivo entre as discussões teóricas e as questões relacionadas ao campo de estudo.

Dessa forma, iniciamos a apresentação pelo Eixo 1, que trata da Justiça Econômica, cuja análise se encontra a seguir:

---

<sup>12</sup> Criada em 2013, é uma Organização da Sociedade Civil (OSC), entidade privada e sem fins lucrativos, com atividades visando atender aos interesses públicos, atua como ponte entre lideranças locais, atores políticos, coletivos e movimentos populares para a construção de políticas públicas no Rio de Janeiro, com foco no desenvolvimento justo, democrático e sustentável.

Tabela 5 – Eixo 1: Justiça Econômica, considerando Duque de Caxias

<b>Categoria</b>	<b>Descrição</b>	<b>Indicadores</b>
Moradias Populares	Número de moradias populares entregues pelo programa Casa Verde e Amarela com contratos assinados em 2021 e 2022.	1062 moradias
População que não consegue pagar suas dívidas	Percentual da população adulta que não consegue pagar suas dívidas.	57,7% = 402.741 inadimplentes
Peso da tarifa do transporte público	Percentual de renda média comprometido com a compra de 44 passagens de ônibus municipais por mês.	31% da renda comprometido com 2 tarifas por dia útil
Tirroteios e chacinas	Número de tirroteios e chacinas registrados na Região Metropolitana do Rio (2022).	288 tirroteios e 3 chacinas
Coleta e tratamento de esgoto	Percentual de habitantes cujo esgoto é coletado e tratado.	1,6% = 13.224 beneficiados com coleta e tratamento de esgoto plenamente
Cobertura da atenção básica	Percentual da população que é coberta pelos serviços de Atenção Básica do SUS.	22,1% = 205.745 habitantes cobertos pela Atenção Básica plenamente
Abandono escolar	Percentual de alunos que abandonaram a escola no ensino médio da rede pública.	7,8%
CPF da Cultura	Municípios que possuem Conselho, Plano e Fundo Municipais de Cultura.	Possui
Famílias atendidas por CRAS	Média de famílias no Cadastro Único atendidas pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)	+ de 200 mil famílias cadastradas atendidas por um do 11 CRAS
Obras públicas paralisadas	Percentual de obras financiadas com recursos federais por meio do Orçamento Geral da União que estão paralisadas.	7,7% = 1 obra parada

Fonte: Baseado nas informações do Mapa das Desigualdades (Casa Fluminense, 2023).

Com base nas informações contidas na Tabela 5, constatamos que, no município de Duque de Caxias, foram disponibilizadas 1.062 moradias populares por meio do programa Casa Verde Amarela, com contratos formalizados nos anos de 2021 e 2022. Em uma perspectiva nacional, o Mapa das Desigualdades revelou que, entre 2019 e 2022, não houve a criação de habitações populares voltadas para famílias com renda bruta mensal de até R\$ 2,6 mil (Faixa 1). Na Região

Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), apenas 34% das moradias populares foram alocadas a famílias com renda de até R\$ 4,4 mil (Faixa 2), sendo a maior parte das unidades direcionada a famílias com renda de até R\$ 8 mil, que corresponde à faixa 3 do programa (Casa Fluminense, 2023).

De acordo com os dados da Serasa (2022 e 2023), a Casa Fluminense compilou as informações e identificou que mais da metade da população do estado do Rio de Janeiro encontra-se em situação de inadimplência. Em Duque de Caxias, 57,7% da população adulta, ou seja, 402.741 indivíduos, estão inadimplentes (Casa Fluminense, 2023).

Em 2020, a tarifa do transporte municipal era, em média, R\$ 4,25, enquanto em 2023 houve um aumento, passando a ser R\$ 5,30. Considerando a renda média no município, que é de R\$ 754,57 (Censo IBGE 2010, ajustado pelo IPCA de 06/2023), o percentual da renda destinado a duas tarifas diárias em dias úteis corresponde a 31% (Casa Fluminense, 2023). Esses dados expressam o impacto significativo dos custos de transporte sobre a renda média da população, além das variações nas tarifas de ônibus ao longo dos anos.

Utilizando os dados do Fogo Cruzado (2022), o Mapa das Desigualdades documentou os incidentes em Duque de Caxias, que incluem 288 tiroteios e 3 chacinas, definidas como eventos que resultam em três ou mais vítimas fatais por disparos. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, somente em 2022, foram registrados 3.584 tiroteios e 51 chacinas, sendo que 41 destas ocorreram durante operações policiais (Casa Fluminense, 2023).

No que diz respeito à coleta e ao tratamento de esgoto, em Duque de Caxias, apenas 13.224 pessoas (o que representa 1,6% da população), têm acesso a esses serviços essenciais. Ou seja, há uma grave disparidade no acesso ao saneamento básico no município (Casa Fluminense, 2023).

No que tange ao Eixo referente à Justiça Racial, a tabela 6 sintetiza as principais informações a seguir:

**Tabela 6 – Eixo 2: Justiça Racial, considerando Duque de Caxias**

<b>Categoria</b>	<b>Descrição</b>	<b>Indicadores</b>
População Negra em domicílios que não são destinados à habitação	Percentual da população negra em domicílios particulares improvisados em relação ao total da população em domicílios particulares improvisados.	75,3%

Diferença Salarial entre brancos e negros	Diferença de remuneração salarial média entre brancos e negros no emprego formal em 2021.	R\$ 861,00 ou 44,9% considerando o valor do salário mínimo
Morte de pessoas negras no transporte	Percentual de pretos e pardos entre vitimados em mortes no transporte, por local de ocorrência.	61,5%
Pessoas Negras assassinadas pelo Estado	Percentual de homicídios de pessoas negras decorrentes de intervenção policial, em relação ao total em 2022.	88%
Pessoas Negras internadas por doenças de veiculação hídrica	Percentual de negros internados por doenças de veiculação hídrica em relação ao total de internados	31,2%
Raça e idade média ao morrer	Diferença de idade média ao morrer entre brancos e negros	7 anos de diferença
Pessoas negras escritas no ENEM sem internet em casa	Percentual de negros inscritos no Enem sem acesso à internet em casa em relação ao total sem acesso à internet por município de aplicação de prova.	73,5%
Populações indígenas e quilombolas	Número absoluto de indígenas e quilombolas nos municípios.	834 indígenas e 0 quilombolas
População Negra em situação de rua	Percentual da população negra em situação de rua em relação ao total da população em situação de rua	82,7%
Planos Diretores	Atualização dos Planos Diretores (2021).	2006 foi a última atualização de Duque de Caxias

Fonte: Baseado nas informações do Mapa das Desigualdades (Casa Fluminense, 2023).

Com base nas informações contidas na Tabela 6, os dados apresentados evidenciam as desigualdades raciais no acesso à moradia digna, com ênfase na população negra que reside em domicílios improvisados. Ao analisarmos por município, torna-se patente que as desigualdades se acentuam em determinadas localidades, sendo que Rio Bonito apresenta o maior percentual, com 81,1% da população negra vivendo em condições inadequadas, seguido por Duque de Caxias, com 75,3%, e Guapimirim, com 73,6%. Esses números contrastam com os de municípios como Maricá (53,2%) e Petrópolis (55,9%), que, embora apresentem índices inferiores, ainda revelam uma considerável concentração de negros em moradias precárias.

No que tange à diferença salarial média entre brancos e negros no emprego formal em 2021, a percepção dos efeitos das desigualdades estruturais no mercado de trabalho no estado do Rio de Janeiro se torna novamente evidente. Em 21 dos 22 municípios analisados, os brancos recebem salários substancialmente maiores do que os negros, demonstrando como o racismo estrutural influencia as dinâmicas econômicas. No Brasil, a diferença salarial média é de R\$ 1.175,00 a favor dos brancos, enquanto no estado do Rio de Janeiro esse valor se eleva para R\$ 1.331,00 (Casa Fluminense, 2023).

A situação de Duque de Caxias em relação à diferença salarial entre brancos e negros é alarmante, refletindo uma tendência que se repete em outros municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Em Caxias, a diferença salarial média é de R\$ 861,00, posicionando o município entre aqueles que apresentam uma disparidade significativa. Isso indica que, apesar de negros e brancos compartilharem o mesmo espaço urbano, as oportunidades e o acesso a melhores condições no mercado de trabalho permanecem desiguais.

Ao compararmos com a capital, Rio de Janeiro, Caxias apresenta um valor inferior, mas que não deixa de ser preocupante. A capital, ao concentrar uma maior diversidade de setores econômicos e cargos de alta remuneração, amplia a distância entre brancos e negros devido ao acesso desigual a esses postos de trabalho mais qualificados e bem remunerados. Em contraste, Caxias, embora também tenha uma estrutura econômica relevante, com polos industriais e comércio ativo, mantém uma desigualdade marcante em profissões de menor remuneração, onde a população negra se concentra mais.

O total de pessoas negras entre as vítimas fatais em ocorrências de transporte na cidade de Caxias é de 61,5%, alinhando-se à média estadual (61,5%) e abaixo da média da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (66,3%). Embora esteja fora do grupo dos municípios com índices mais elevados, esse dado ainda reflete uma significativa desigualdade racial, especialmente se considerarmos o contexto de vulnerabilidade e inclusão precária que afeta uma parcela considerável da população negra na cidade. Apesar de o transporte ser um direito essencial, torna-se um espaço de risco desproporcional para as populações negras, que já enfrentam desafios relacionados à precariedade dos serviços, à exclusão social e à violência urbana. Assim, a realidade é agravada pela falta de políticas públicas que promovam a igualdade racial e garantam segurança nos deslocamentos, especialmente em áreas mais vulneráveis.

No que diz respeito ao percentual de homicídios de indivíduos negros decorrentes de intervenções policiais, o município alcançou 88% em 2022, um dos

índices mais altos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Esse dado, embora alarmante, reflete um padrão presente em grande parte da região, onde a violência policial atinge desproporcionalmente a população negra. Com uma significativa quantidade de negros vivendo em áreas periféricas e de alta vulnerabilidade social, as comunidades frequentemente enfrentam uma maior exposição a operações policiais violentas, marcadas por discriminação racial e pela falta de estratégias efetivas de prevenção à violência. Ao comparar com outros municípios, como a capital, Rio de Janeiro, que registrou 78%, ou Nova Iguaçu, com 71%, o índice de Duque de Caxias é consideravelmente mais elevado, sinalizando uma situação crítica.

Em relação ao percentual de pessoas negras internadas por doenças de veiculação hídrica em 2022, a cidade teve 31,2%, bem abaixo da média da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), com 83,7%, e da média estadual (71,3%). Embora o município se posicione de maneira relativamente mais favorável em comparação a outros da região, as condições de infraestrutura e acesso a saneamento básico no município permanecem precárias. Ademais, a precariedade das condições de vida em comunidades periféricas, somada à falta de políticas públicas eficazes para ampliar o saneamento e promover ações de saúde preventiva, expõe uma parcela significativa dos moradores a riscos evitáveis.

Dessa forma, mesmo com um percentual aparentemente inferior, essa informação reforça a urgência de medidas que garantam a universalização do saneamento básico e o fortalecimento de programas voltados à promoção da saúde, especialmente nas áreas onde a população negra é majoritária e mais vulnerável, como em Duque de Caxias. Ao analisarmos a diferença na idade média ao falecer entre brancos e negros, constatamos uma disparidade de 7 anos, colocando o município dentro da faixa mais recorrente. Quando comparado com a capital, onde a diferença é de 10 anos, Caxias apresenta um cenário relativamente menos crítico. Contudo, é crucial salientar que a menor diferença não implica necessariamente em melhores condições de vida para a população negra, mas pode estar atrelada a padrões específicos de mortalidade e distribuição populacional.

No que se refere aos negros inscritos no ENEM em 2022, 73,5% não possuíam acesso à internet em casa, um número que supera a média estadual (69,2%) e está ligeiramente acima da média da RMRJ (70,2%). Ao compararmos com outros municípios da RMRJ, Caxias apresenta uma das taxas mais elevadas, similar a cidades como Nilópolis (73,5%) e Itaboraí (73,2%). Entretanto, está

abaixo de localidades como Japeri (79,9%), Mesquita (78,2%) e Queimados (75,4%), que enfrentam desafios ainda mais severos de inclusão digital. Ou seja, Caxias carece de políticas públicas que priorizem a inclusão digital, ampliando o acesso à internet de qualidade, especialmente em comunidades mais vulneráveis.

No que diz respeito à população indígena e quilombola, o número de indígenas em Caxias é expressivo em comparação a outros municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Por exemplo, Nova Iguaçu registra 563 indígenas, enquanto cidades como Itaboraí têm 252 e Maricá, 357. No entanto, esse número é inferior ao de municípios como Magé, que possui 2.209 indígenas, e a capital, Rio de Janeiro, com 6.939, o maior número da região (Casa Fluminense, 2023). Por outro lado, a ausência de comunidades quilombolas formais em Duque de Caxias contrasta com Magé (2.209 quilombolas) e a capital, Rio de Janeiro (2.866 quilombolas), sugerindo uma possível invisibilidade dessas populações no município ou a falta de reconhecimento oficial dessas comunidades.

Duque de Caxias, embora seja economicamente relevante e estratégico na região metropolitana, enfrenta desafios significativos no que se refere à inclusão social e à implementação de políticas públicas eficazes para reduzir a vulnerabilidade da população negra. Dados do CadÚnico revelam que 82,7% das pessoas em situação de rua no município são negras, um percentual elevado que supera a média da capital - Rio de Janeiro (78,6%), evidenciando a gravidade das desigualdades sociais e raciais em Caxias. Embora o índice seja próximo ao de municípios como Belford Roxo (81,8%) e Magé (81,5%), esse cenário demonstra a lacuna das políticas públicas e sociais no atendimento à população negra em situação de rua no município.

Por fim, ao analisarmos a atualização do Plano Diretor, observa-se que Duque de Caxias apresenta sua última versão datada de 2006. A falta de revisão no Plano Diretor perpetua a segregação espacial, dificultando o acesso a serviços básicos, como transporte público, saneamento, saúde e educação, principalmente para as populações racialmente marginalizadas. Ademais, as mulheres, especialmente as negras e chefes de família, são desproporcionalmente impactadas pela ausência de um planejamento urbano inclusivo. A carência de equipamentos públicos, como creches, postos de saúde e espaços seguros para circulação, aumenta a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados, além de expô-las a maiores riscos de violência.

A desatualização do Plano Diretor agrava os impactos das mudanças climáticas, que exigem atenção crescente. A falta de estratégias para mitigar as

emissões de carbono e adaptar a infraestrutura urbana intensifica os desafios enfrentados pelas populações mais pobres. Um Plano Diretor atualizado poderia viabilizar políticas que incentivem a geração de empregos em áreas carentes e a promoção da inclusão de trabalhadores informais no mercado formal. Em relação ao Eixo referente a Justiça de Gênero, a tabela 7, sintetiza as principais informações a seguir:

**Tabela 7 – Eixo 3: Justiça de Gênero, considerando Duque de Caxias**

<b>Categoria</b>	<b>Descrição</b>	<b>Indicadores</b>
Mulheres Negras em domicílios que não são destinados à habitação	Percentual de mulheres negras em domicílios particulares improvisados em relação ao total de mulheres em domicílios improvisados.	74,1%
Diferença Salarial entre homens e mulheres	Diferença de remuneração salarial média entre mulheres e homens no emprego formal.	R\$ 551,00 ou % considerando o valor do salário mínimo
Violência Sexual no transporte público	Percentual de mulheres negras vítimas de violência sexual no transporte público em relação ao total de mulheres vítimas.	50%
Violência de Gênero	Casos registrados de violências contra a mulher a cada mil mulheres.	12,1%
Abastecimento de água	Percentual de habitantes atendidos por rede de água.	88,7%
Pré-natal insuficiente	Percentual de nascidos vivos cujas mães fizeram menos de 7 consultas pré-natal (%).	39,5%
Matrículas em creche	Percentual de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches em relação ao total de crianças de 0 a 3 anos.	8,8%
Mulheres Negras em pobreza e extrema pobreza	Percentual de mulheres negras em pobreza ou extrema pobreza em relação ao total de mulheres em pobreza ou extrema pobreza.	75,3%

Fonte: Baseado nas informações do Mapa das Desigualdades (Casa Fluminense, 2023).

Em Duque de Caxias, 74% das mulheres residentes em domicílios improvisados são negras, uma proporção que supera a média estadual (70%) e a da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (71%). Essa realidade se configura em um padrão de vulnerabilidade habitacional que afeta desproporcionalmente as

mulheres negras no município, além de acentuar as desigualdades estruturais de raça, gênero e classe. Ademais, o índice de Caxias figura entre os mais elevados da região, aproximando-se de cidades como Nova Iguaçu (75%) e Belford Roxo (75,1%), que apresentam características socioeconômicas semelhantes, marcadas por altas taxas de informalidade e precariedade urbana. Em contrapartida, municípios como Niterói (62,2%) e Petrópolis (54,1%) registram percentuais inferiores, possivelmente em razão de uma oferta mais ampla de moradias formais e de políticas públicas mais bem estruturadas.

A capital, Rio de Janeiro (67,8%), apresenta um índice inferior ao de Caxias, embora ainda elevado. Isso sugere que, mesmo em um município com maior investimento em infraestrutura, as mulheres negras continuam a constituir a maioria nas ocupações irregulares, refletindo um processo de segregação socioespacial que se perpetua em toda a metrópole. A elevada proporção de mulheres negras vivendo em moradias improvisadas no município ilustra um quadro de múltiplas desigualdades.

Além de impactar a qualidade de vida, essa situação dificulta o acesso a serviços essenciais, como saneamento básico, transporte e assistência social. A falta de um Plano Diretor atualizado também contribui para a ausência de planejamento urbano, obstaculizando a implementação de políticas eficazes de moradia popular e regularização fundiária. A realidade expõe as consequências do racismo estrutural e das desigualdades de gênero no que tange ao acesso à moradia digna, considerando que muitas dessas mulheres são responsáveis pela manutenção da família, enfrentando barreiras no mercado de trabalho e dificuldades para assegurar condições mínimas de segurança e estabilidade para seus lares.

No que diz respeito à diferença salarial entre homens e mulheres no emprego formal, esta chega a R\$ 551,00, caracterizando um dos maiores gaps salariais da região metropolitana. Esse valor ultrapassa a média nacional (R\$ 394,00) e a média da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (R\$ 433,00), evidenciando uma desigualdade significativa no mercado de trabalho do município. A disparidade na remuneração entre homens e mulheres impacta diretamente a autonomia econômica feminina e amplifica vulnerabilidades sociais, especialmente para as mulheres negras, que já enfrentam múltiplas barreiras no ambiente laboral.

Com salários menores, as mulheres encontram maiores dificuldades para acessar habitação digna, investir em educação e garantir segurança financeira para suas famílias, muitas das quais são chefiadas por elas. Dessa forma, a

desigualdade salarial intensifica a precarização do trabalho feminino, limitando oportunidades de ascensão profissional e reforçando a concentração de mulheres em empregos menos valorizados e com menores benefícios.

Ao analisarmos o impacto da violência sexual no transporte público, observamos que as mulheres negras são as principais vítimas dessa forma de violência na metrópole. Os dados da cidade revelam um cenário alarmante: 50% das mulheres vítimas de violência sexual no transporte público são negras, um percentual significativo que demonstra a interseção entre desigualdades de gênero e raça na mobilidade urbana. Embora o município esteja abaixo da média da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (55,8%), a situação ainda aponta para a vulnerabilidade das mulheres negras em seus deslocamentos diários. Uma vez que muitas dessas mulheres dependem do transporte público para acessar trabalho e educação, essa violência impõe uma barreira adicional a seus direitos de circulação e autonomia.

Quanto à taxa de violência de gênero, esta se estabelece em 12,1 casos para cada mil mulheres, um número que permanece acima da média da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (11,5), mas ligeiramente abaixo da média estadual (12,28). Esse índice indica que a violência contra a mulher no município se mantém como um problema significativo, refletindo a vulnerabilidade enfrentada por muitas mulheres em seu cotidiano. A persistência da violência de gênero na localidade está relacionada a fatores estruturais, como a falta de proteção e suporte adequados às vítimas, a impunidade dos agressores e as desigualdades socioeconômicas que dificultam a autonomia feminina.

A precarização dos serviços públicos, como delegacias especializadas, abrigos e centros de acolhimento para mulheres vítimas de violência, agrava o problema, tornando mais difícil a denúncia e a proteção das vítimas. Por essa razão, é importante ressaltar que os números podem não refletir a totalidade dos casos, uma vez que muitas mulheres optam por não denunciar as agressões devido ao medo de represálias, à dependência financeira ou à desconfiança no sistema de justiça, um fator que pode ser ainda mais acentuado entre mulheres negras e periféricas, que frequentemente enfrentam maiores barreiras para acessar proteção e apoio.

No que se refere ao saneamento, 88,7% dos habitantes possuem acesso à rede de abastecimento de água, um percentual relativamente elevado em comparação a outros municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Entretanto, esse dado não assegura a qualidade e a regularidade do fornecimento, problemas recorrentes na cidade, especialmente nas áreas periféricas. Em

comparação com outros municípios, o índice de Caxias é próximo à média da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (91,8%) e do estado (90,7%), mas ainda inferior a cidades como Rio de Janeiro, Niterói, Nilópolis e Belford Roxo, que registram 100% de cobertura. Isso indica que, embora uma parte considerável da população tenha acesso à rede, a precariedade na infraestrutura pode comprometer o fornecimento contínuo de água.

Apesar do percentual de abastecimento parecer elevado, a realidade cotidiana dos moradores da cidade aponta para intermitência no fornecimento, baixa qualidade da água e dificuldades de acesso em comunidades mais distantes. Durante a pandemia, diversas favelas e bairros periféricos relataram falta d'água constante, afetando a higiene básica e aumentando a vulnerabilidade sanitária. Com a privatização da distribuição de água no estado do Rio de Janeiro, surgiram debates sobre a efetividade da universalização do serviço, uma vez que algumas regiões continuam enfrentando desabastecimento crônico e tarifas elevadas.

A precarização do abastecimento impacta diretamente as mulheres, que historicamente são responsáveis pelos cuidados do lar e da família. A falta de água compromete a realização de tarefas domésticas e o cuidado com crianças e idosos, aumentando a sobrecarga feminina. Além disso, mulheres negras e moradoras de favelas são as mais afetadas, pois já enfrentam múltiplas barreiras de acesso a serviços básicos. A ausência de abastecimento adequado também agrava as desigualdades sanitárias e ambientais, expondo comunidades a doenças de veiculação hídrica, como diarreia e leptospirose, por exemplo.

No que se refere ao cuidado pré-natal, 39,5% das gestantes não realizaram o número mínimo de consultas pré-natais recomendadas pelo Ministério da Saúde, um índice alarmante que supera a média da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (25,3%) e do estado (24,9%). Ao se analisar os dados, o percentual indica que quase quatro em cada dez mulheres grávidas na cidade não receberam o acompanhamento adequado durante a gestação, comprometendo a saúde materna e fetal.

Assim, a alta taxa de gestantes sem assistência adequada reflete problemas estruturais na rede pública de saúde, incluindo a falta de médicos especializados, a escassez de unidades de atendimento em áreas periféricas e as dificuldades de acesso a exames e consultas. Muitas mulheres, especialmente aquelas que residem em comunidades mais distantes, enfrentam longas filas de espera, unidades superlotadas e até mesmo a ausência de transporte público adequado para chegar aos serviços de saúde.

Ao se considerar os fatores socioeconômicos, estes desempenham um papel determinante, pois a informalidade no trabalho e a dificuldade de conciliar consultas com a rotina profissional fazem com que muitas mulheres adiem ou deixem de buscar atendimento. A isso se soma o peso das tarefas domésticas e do cuidado com outros filhos, que também interfere na frequência das consultas, especialmente entre mulheres negras e periféricas, que são historicamente mais impactadas pela precarização dos serviços públicos e, em sua maioria, não contam com uma rede de apoio.

Do ponto de vista racial, as mulheres negras são as mais afetadas pela falta de assistência, em razão das desigualdades históricas no acesso à saúde. Estudos de Tempesta e Eneile (2022) indicam a persistência do racismo obstétrico, fenômeno que leva mulheres negras no Brasil a terem maior probabilidade de receber atendimento inadequado durante a gestação e o parto. Além disso, elas enfrentam violências obstétricas e barreiras no acesso a serviços especializados, como demonstram pesquisas de Assis (2018) e Santana et al. (2024). Esses fatores contribuem para um cenário de maior risco materno-infantil e perpetuam desigualdades no cuidado à saúde reprodutiva.

A taxa de matrículas em creches em Duque de Caxias apresenta um índice alarmante de 8,8%, muito inferior à média estadual (24,4%) e à média da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (23,3%), ilustrando a escassez de vagas e a dificuldade de acesso à educação infantil no município. Essa realidade é especialmente preocupante para mulheres que dependem dessas instituições para conciliar trabalho e cuidado com os filhos. A baixa cobertura de creches impacta diretamente as mulheres negras e periféricas, que já enfrentam uma sobrecarga de trabalho doméstico e barreiras estruturais para a inserção no mercado formal.

Comparado a outros municípios da região, Duque de Caxias apresenta uma das piores coberturas, ficando atrás de localidades como Rio de Janeiro (33,7%), Maricá (36,3%) e Petrópolis (32,1%). Além disso, sua situação é ainda mais preocupante do que a de municípios com menor infraestrutura, como Rio Bonito (28,8%) e Itaguaí (23,7%). A ausência de creches compromete o desenvolvimento infantil e perpetua desigualdades de gênero e renda, dificultando a mobilidade social das famílias que dependem desse serviço.

Destacamos que 75,3% das mulheres em situação de pobreza ou extrema pobreza em Caxias são negras, um índice alarmante que comprova a interconexão entre raça, gênero e desigualdade econômica. O município está entre os mais afetados da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com números

próximos aos de Magé (75,5%), Belford Roxo (75,2%) e Nova Iguaçu (73,9%). Quando comparado à capital, onde 69,5% das mulheres em situação de pobreza são negras, o cenário local revela uma vulnerabilidade ainda maior, superando a média estadual (68,8%) e a da região metropolitana (71%).

A significativa representação de mulheres negras em situação de pobreza extrema revela dificuldades estruturais, tais como a restrição no acesso a empregos formais, a carga excessiva de trabalho doméstico e o fato de muitas delas serem responsáveis pela manutenção da família. Uma considerável parcela dessas mulheres arca sozinha com as despesas do lar, lidando com desafios que variam desde a informalidade até a precarização de serviços públicos fundamentais, como educação infantil e assistência social.

Na ausência de políticas que incentivem a criação de oportunidades de trabalho, a ampliação de creches e a implementação de programas de transferência de renda direcionados a essa realidade, a desigualdade tende a se perpetuar, limitando o acesso a condições dignas de vida. No que diz respeito ao Eixo relacionado à Justiça Climática, a tabela 8 resume as principais informações a seguir:

Tabela 8 – Eixo 4: Justiça Climática, considerando Duque de Caxias

<b>Categoria</b>	<b>Descrição</b>	<b>Indicadores</b>
Moradias afetadas pelas chuvas	Casas danificadas ou destruídas devido a eventos climáticos relacionados às fortes chuvas (2021/2022).	Sem informações disponíveis
Empregos verdes	Estoque de empregos com potencial de contribuição à preservação e restauração da qualidade do meio ambiente e à redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE).	2.082
Veículos na rua	Quantidade de veículos existentes por 1.000 habitantes.	358,35
Crimes ambientais	Denúncias de crimes ambientais relativos ao uso do solo.	68
Qualidade de rios, baías e lagoas	Percentual de coletas ruins e muito ruins em relação ao total de coletas realizadas (2021/2022).	100%
Área verde por habitante	Total de metros quadrados de área verde por habitante.	229,99

Falta de infraestrutura nas escolas	Percentual de escolas públicas sem acesso à água, energia elétrica, esgotamento sanitário e/ou alimentação (2022).	2,2%
Unidades de conservação	Distribuição de Unidades de Conservação (UC).	7
Pessoas afetadas pela chuva	Número de pessoas afetadas por eventos climáticos relacionados às fortes chuvas (2021-2022).	24
Custos das chuvas para a infraestrutura pública	Estimativa de valor de danos e destruições de infraestruturas públicas devido a eventos climáticos relacionados às fortes chuvas (2021/2022).	Sem informações disponíveis

Fonte: Baseado nas informações do Mapa das Desigualdades (Casa Fluminense, 2023).

Considerando os dados compilados pela Casa Fluminense (2023), há uma notável ausência de informações sobre as moradias impactadas por chuvas em Duque de Caxias, o que configura um obstáculo considerável para a elaboração de políticas públicas eficazes e para a mitigação dos efeitos de eventos climáticos extremos. Sem dados concretos, torna-se mais desafiador avaliar a real vulnerabilidade da população, dificultando a implementação de ações preventivas e emergenciais. Assim, a falta de registros pode indicar não apenas uma falha na coleta e sistematização dos dados, mas também invisibilizar comunidades inteiras que enfrentam enchentes, deslizamentos e outros desastres, deixando-as sem as ações necessárias que atendam aos riscos a que estão expostas. Um apagamento estatístico compromete a alocação de recursos voltados à recuperação de moradias, infraestrutura urbana e assistência social às famílias afetadas. Além disso, tal situação perpetua desigualdades, visto que as áreas mais impactadas por eventos climáticos extremos geralmente são habitadas por populações periféricas, que já lidam com a precariedade no acesso a serviços básicos.

Dessa forma, destacamos que a falta de informações pode encobrir a gravidade da situação e comprometer a implementação de medidas preventivas. Sem o reconhecimento oficial dos impactos, a população se torna ainda mais vulnerável, dependendo de respostas tardias e emergenciais, em vez de políticas estruturais que possam assegurar segurança e resiliência diante das mudanças climáticas.

Quanto aos empregos verdes, a Casa Fluminense (2023) os categorizou, considerando atividades como: conservação de florestas nativas; gestão de água,

esgoto, resíduos e descontaminação; produção de biocombustíveis; fabricação de veículos ferroviários; confecção de bicicletas e triciclos não motorizados; construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e obras correlatas; edificação de barragens e represas para geração de energia elétrica; além de transporte ferroviário e metroviário.

Assim, a distribuição na Região Metropolitana do Rio de Janeiro demonstra uma concentração expressiva na capital, com mais de 45 mil postos de trabalho, enquanto municípios como Duque de Caxias apresentam um número muito inferior, totalizando apenas 2.082 vagas. Reconhecemos que a escassa oferta de empregos verdes em cidades periféricas prejudica a transição para uma economia mais sustentável, limitando oportunidades para populações que já enfrentam precarização no mercado de trabalho. Ademais, essa distribuição desigual reforça um modelo em que o desenvolvimento sustentável é tratado como um privilégio de grandes centros urbanos, em vez de uma política abrangente e estruturante para toda a região.

A exclusão dos catadores e catadoras na categorização dos chamados empregos verdes revela uma falha estrutural na definição do que se refere essa atividade. A reciclagem e o manejo de resíduos são cruciais na economia circular e na mitigação de impactos ambientais, reduzindo a necessidade de extração de matérias-primas e promovendo a reutilização de materiais. No entanto, a falta de reconhecimento formal nesses dados mantém os trabalhadores da reciclagem invisibilizados e sem acesso a direitos trabalhistas e benefícios que poderiam melhorar suas condições de vida.

A omissão dessa categoria reforça uma lógica de desvalorização do trabalho essencial que esses profissionais desempenham. Sem esse reconhecimento, as políticas públicas continuam a negligenciar uma parcela da população que atua diretamente na construção de um modelo econômico mais sustentável. A visibilidade desses trabalhadores na economia verde possibilitaria um debate mais aprofundado sobre as exigências por melhores condições de trabalho, além de um avanço significativo na justiça ambiental e social, assegurando que a sustentabilidade não seja apenas um conceito, mas uma prática que inclua aqueles que já estão na linha de frente da preservação ambiental.

Em relação à presença de veículos em circulação, observamos que esse indicador reflete diretamente questões relacionadas à mobilidade urbana, à poluição do ar e à qualidade de vida da população. Em Duque de Caxias, a taxa de motorização é de 358,35 veículos para cada 1.000 habitantes, um valor

próximo à média da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (430,94) e do estado (439,28). Embora esse número não esteja entre os mais elevados, como no Rio de Janeiro (472,60) ou Niterói (565,47), ainda representa um desafio significativo para o trânsito, a emissão de poluentes e a infraestrutura viária.

O aumento da frota impacta diretamente a mobilidade da população, que já enfrenta problemas como engarrafamentos e transporte público insuficiente. Além disso, o estado do Rio de Janeiro não atualiza seu inventário de emissões de gases de efeito estufa há oito anos, o que dificulta o planejamento de políticas ambientais e de mobilidade mais eficientes. Esse cenário também agrava desigualdades sociais e ambientais, pois o aumento da circulação de veículos tende a prejudicar mais as populações periféricas, onde a exposição à poluição é maior e as condições de transporte público são mais precárias.

Ademais, a dependência de automóveis individuais em detrimento de investimentos em transporte coletivo e alternativas sustentáveis revela um modelo de urbanização que privilegia determinadas parcelas da população enquanto sobrecarrega regiões com menor infraestrutura. A elevada emissão de poluentes, a falta de um plano atualizado de controle ambiental e a escassez de incentivos a meios de transporte menos poluentes contribuem para um cenário de maior vulnerabilidade socioambiental, afetando principalmente comunidades mais pobres, que têm menor acesso a medidas mitigadoras e suporte para lidar com as consequências da poluição do ar.

No que tange à disponibilidade de áreas verdes, esta influencia diretamente a qualidade de vida, o equilíbrio climático e o bem-estar da população. Em Duque de Caxias, a média de área verde por habitante é de 229,99 m<sup>2</sup>, um valor que se encontra abaixo da média da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (227,89 m<sup>2</sup>/hab) e muito inferior à média estadual (825,51 m<sup>2</sup>/hab) e nacional (25.043,44 m<sup>2</sup>/hab). Embora ultrapasse municípios como Belford Roxo (5,36 m<sup>2</sup>/hab) e São João de Meriti (0,00 m<sup>2</sup>/hab), a cidade ainda apresenta um déficit significativo quando comparada a regiões com maior preservação ambiental, como Cachoeiras de Macacu (9.970,67 m<sup>2</sup>/hab) e Guapimirim (3.248,41 m<sup>2</sup>/hab).

A escassez de áreas verdes impacta diretamente a formação de ilhas de calor, elevando a temperatura em regiões urbanizadas e densamente povoadas. A ausência de vegetação também reduz a permeabilidade do solo, aumentando os riscos de enchentes e dificultando a absorção de água da chuva. Além disso, a falta de espaços naturais limita o acesso da população a ambientes de lazer, a práticas esportivas ao ar livre e aos benefícios psicológicos proporcionados pelo contato com a natureza.

Ressaltamos que a precariedade na distribuição de áreas verdes em municípios da Baixada Fluminense reflete desigualdades históricas na ocupação do território e no planejamento urbano. A priorização de empreendimentos industriais e a urbanização acelerada, desconsiderando a preservação ambiental, comprometem a sustentabilidade e intensificam problemas socioambientais.

No que diz respeito à precariedade da infraestrutura escolar, em Duque de Caxias, 2,2% das escolas públicas não possuem acesso a pelo menos um serviço essencial, como água, energia elétrica, esgotamento sanitário ou alimentação. Embora esse percentual esteja próximo à média da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (1,9%) e do estado (2%), a ausência dessas condições mínimas compromete o aprendizado e expõe desigualdades estruturais no direito à educação.

Os problemas mencionados se intensificam a partir da falta de infraestrutura adequada nas escolas, que não é apenas uma questão educacional, mas também um reflexo das desigualdades socioeconômicas e do racismo ambiental, uma vez que escolas e creches em regiões periféricas e de maior vulnerabilidade, onde predominam estudantes negros e de baixa renda, são as mais afetadas por essa carência. Ao compararmos com municípios como Nilópolis, que apresenta um índice alarmante de 14,3% das escolas públicas sem infraestrutura básica, percebemos que o problema não é isolado, mas parte de um cenário mais amplo de negligência estrutural.

Em relação à presença de unidades de conservação (UCs), identificamos que a existência de UCs em um município reflete diretamente o compromisso com a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável. Em Duque de Caxias, há apenas sete unidades de conservação, número relativamente inferior se comparado à capital, que conta com 56 UCs, e Nova Iguaçu, que possui 15 UCs. Apesar de ser um dos municípios mais industrializados da Região Metropolitana, Caxias não apresenta um volume significativo de áreas protegidas que compense os impactos ambientais decorrentes das atividades econômicas e da urbanização acelerada.

A ausência de um número maior de unidades de conservação implica uma menor oferta de áreas verdes, reduzindo a qualidade ambiental para a população e contribuindo para problemas como ilhas de calor, enchentes e degradação da biodiversidade. Outro ponto relevante refere-se ao número de pessoas afetadas pela chuva no município, onde, segundo levantamento da Casa Fluminense (2023), registrou-se apenas 24 pessoas impactadas por eventos climáticos em Duque de Caxias.

Pelas notícias publicadas nos portais de notícias como o Jornal Extra<sup>13</sup>, O Dia<sup>14</sup> e Portal G1<sup>15</sup> nos anos de 2021 e 2022, identificamos que os dados apresentados são insuficientes e não refletem a verdadeira situação do município. Caxias, ao longo de sua história, enfrenta problemas recorrentes de enchentes, deslizamentos e alagamentos, especialmente nas áreas periféricas e ribeirinhas. Observamos que a falta de dados compromete a elaboração de políticas públicas eficazes, uma vez que, sem registros adequados, a real extensão do problema permanece oculta. Ademais, a carência de informações dificulta o acesso da população a recursos emergenciais, como auxílios destinados a desabrigados e iniciativas de prevenção de desastres. Um impacto significativo dessa subnotificação é o enfraquecimento do debate sobre justiça climática, considerando que as comunidades vulneráveis, majoritariamente compostas por pessoas negras e residentes de periferias, são as mais afetadas por eventos extremos. Sem dados concretos, essas comunidades têm suas demandas desconsideradas, perpetuando ciclos de negligência e abandono por parte do poder público.

Nesse sentido, a falta de dados acerca dos custos das chuvas para a infraestrutura pública em Duque de Caxias confirma a existência de um apagão informacional que prejudica a formulação e a implementação de políticas públicas eficazes. Enquanto municípios como Magé (R\$ 155 milhões), Belford Roxo (R\$ 12,33 milhões) e Nova Iguaçu (R\$ 4,4 milhões) relataram danos significativos, Caxias não apresenta informações oficiais, apesar de seu histórico de enchentes, alagamentos e deslizamentos.

A ausência de informações precisas sobre os prejuízos decorrentes de eventos climáticos gera riscos de subfinanciamento para obras emergenciais, manutenção inadequada da infraestrutura e agravação das vulnerabilidades da população, especialmente nas áreas periféricas e mais suscetíveis a inundações. Por essa razão, as lacunas estatísticas perpetuam a desigualdade na gestão pública, favorecendo regiões que conseguem apresentar dados concretos e dificultando o acesso de Caxias, por exemplo, a investimentos e ações governamentais voltadas à resiliência climática.

---

<sup>13</sup><https://extra.globo.com/noticias/rio/apos-chuva-em-duque-de-caxias-ruas-ficam-alagadas-moradores-perdem-moveis-rv1-1-24832721.html> ;

<sup>14</sup><https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2021/01/6062544-ruas-alagadas-e-moradores-ilhados-cenarios-recorrentes-em-caxias.html> ; <https://odia.ig.com.br/duque-de-caxias/2022/02/6334663-prefeitura-assiste-moradores-atingidos-pelas-chuvas-em-duque-de-caxias.html>

<sup>15</sup><https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/02/07/rio-entra-em-estagio-de-mobilizacao-apos-previsao-de-temporais.ghtml>

Conforme mostrado pela análise dos dados mais recentes disponibilizados pelo Mapa das Desigualdades, em Duque de Caxias existem desigualdades estruturais que afetam a população mais vulnerável, em particular mulheres negras, trabalhadores informais e moradores de territórios periféricos. A invisibilidade de determinados problemas, tais como os impactos ambientais e a precarização do trabalho, reflete um padrão que se perpetua há décadas e se manifesta de forma ainda mais intensa em bairros historicamente negligenciados. A falta de dados em diversas áreas, como os prejuízos causados pelas chuvas e os investimentos em infraestrutura, salienta a invisibilidade dos territórios periféricos e a dificuldade em mensurar e enfrentar os problemas que a população enfrenta cotidianamente.

Nesse contexto, Jardim Gramacho se destaca como um caso emblemático. Por ter abrigado, durante mais de três décadas, o maior lixão da América Latina, o sub-bairro carrega profundas marcas de um território onde as questões de justiça de gênero, racial, econômica e climática se entrelaçam e se manifestam de forma intensificada. A sobreposição de injustiças representa uma das expressões mais perversas da marginalização socioeconômica e da precariedade da inclusão social e racial no país. Quando atuam de forma articulada, as desigualdades impactam ainda mais intensamente a população negra e periférica que, como em Jardim Gramacho, depende da catação de materiais recicláveis para garantir sua subsistência.

Diante do exposto, apresentamos a seguir uma síntese da realidade contemporânea de Jardim Gramacho, fundamentada nas observações realizadas durante o trabalho de campo.

## **4.2 O Sub-bairro Jardim Gramacho: Condições atuais e Dinâmicas Territoriais**

O sub-bairro de Jardim Gramacho compõe-se de diversas áreas, cada uma apresentando condições de infraestrutura distintas. Para elaborar um panorama atualizado da região, recorreremos a relatórios produzidos pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) em colaboração com o Fórum Comunitário de Jardim Gramacho, os quais foram publicados nos anos de 2022, 2023 e 2024. De acordo com esses documentos, estima-se que entre 25 mil e 40 mil indivíduos residam atualmente em Jardim Gramacho.

A partir da análise dos dados do Censo IBGE de 2022<sup>16</sup>, constatamos, com base nos indicadores disponíveis, que a população de Jardim Gramacho é composta por 32.385 pessoas. Para aprimorar a precisão da análise, a pesquisa foi segmentada por setores censitários, delimitando a área correspondente ao território em questão. Este recorte tornou-se necessário porque, ao considerar os dados por bairro, há uma sobreposição de informações entre Jardim Gramacho e Gramacho<sup>17</sup>. As informações referentes a Gramacho no Censo não distinguem os respectivos territórios e incluem na soma a extensão identificada como Vila Leopoldina.

O levantamento sobre Jardim Gramacho identificou 13.865 domicílios, dos quais 10.469 são casas, 545 são apartamentos, 761 são residências em vilas ou condomínios, 176 são cortiços e 7 são estruturas degradadas ou inacabadas. Para uma compreensão mais aprofundada da composição do território, a análise foi ampliada para incluir o indicador Favelas e Comunidades Urbanas, possibilitando o mapeamento das localidades incluídas no estudo. Os dados revelam que a comunidade de Chatuba abriga 2.080 pessoas, Maruin conta com 1.557, Remanso possui 612, Rua Francisco Portela tem 135 e Rua Rui Barbosa, 337, totalizando 5.441 moradores. A Figura 9, que será apresentada a seguir, ilustra a delimitação das comunidades oficialmente reconhecidas pelo IBGE (2022).

---

<sup>16</sup> Para verificar mais informações sobre os indicadores: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html>

<sup>17</sup> De acordo com o sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, os bairros que compõem o 1º DISTRITO são: Jardim 25 de Agosto, Parque Duque, Periquitos, Vila São Luiz, Gramacho, Sarapuy, Centenário, Centro, Dr. Laureano, Olavo Bilac, Bar dos Cavaleiros, Jardim Gramacho. Para mais informações consultar: [https://www.cmdc.rj.gov.br/?page\\_id=1155](https://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1155)

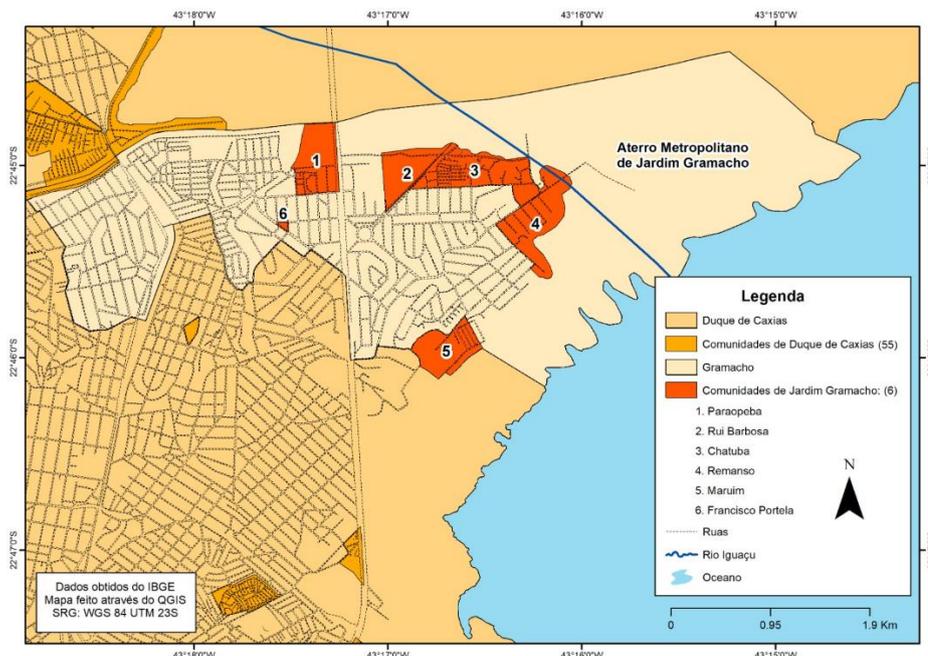


Figura 9 – Comunidades oficialmente mapeadas pelo IBGE em Jardim Gramacho. Fonte: Elaborado a partir do Censo Demográfico (IBGE, 2022).

Em relação ao abastecimento de água, Chatuba apresenta 770 domicílios, dos quais 57,62% são atendidos pela rede geral; Maruim contabiliza 821 domicílios, com 52,82% conectados à rede geral de distribuição de água; Remanso registra 220 domicílios, sendo 87,86% abastecidos pela rede geral; Rua Francisco Portela possui 63 domicílios, todos com acesso à rede geral de abastecimento; e Rua Rui Barbosa conta com 115 domicílios, com 63,06% conectados ao sistema de água. Esses dados ressaltam que, embora algumas áreas gozem de uma cobertura parcial da rede pública, outras ainda enfrentam sérias dificuldades de acesso regular à água, revelando desigualdades latentes dentro do próprio território.

Entretanto, ao confrontar essas informações com observações diretas no território, torna-se evidente que a realidade é ainda mais complexa. A quantidade de moradias tende a ser superior àquela registrada oficialmente, especialmente ao considerar construções improvisadas feitas com restos de madeira e outros materiais, que se encontram em diversas áreas do sub-bairro e não estão contabilizadas pelo Censo.

Ademais, algumas regiões foram excluídas do levantamento devido à presença de grupos de poder paralelo, o que impediu que muitos moradores fossem alcançados. Diante dessas limitações, a estimativa do Ibase (2022), que aponta para cerca de 40 mil moradores, reflete de maneira mais fidedigna a realidade do território. O Censo de 2022 registrou 37.826 habitantes ao somar os

indicadores de população e favelas e comunidades urbanas, número que se aproxima das estimativas anteriormente citadas.

Para oferecer uma ilustração mais precisa dos indicadores do território, utilizamos os dados mais recentes dos Indicadores de Cidadania em Jardim Gramacho, referentes aos anos de 2022 e 2023, publicados em 2024. O levantamento foi realizado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), com o apoio do International Development Research Centre (IDRC) e da organização Pão Para o Mundo (PPM), em colaboração com o Fórum Comunitário de Jardim Gramacho.

Acerca do relatório publicado em abril de 2024, este compila indicadores que delineiam o perfil da população residente no território e suas percepções sobre a efetividade dos direitos básicos, abrangendo acesso à saúde, educação, lazer e outros aspectos essenciais à qualidade de vida. Dessa forma, apresentamos dados atualizados e relevantes que nos permitem compreender as condições de vida da população local, abordando aspectos como infraestrutura, acesso a serviços básicos, trabalho e participação social, fornecendo um panorama atualizado das desigualdades e desafios enfrentados pela comunidade. Assim, utilizaremos os dados secundários produzidos pelo Ibase (2022, 2023, 2024) para apresentar um retrato mais detalhado das condições de vida, desafios e dinâmicas sociais que caracterizam o território.

Salientamos ainda que, ao longo da pesquisa e das visitas ao campo entre os anos de 2021 e 2024, algumas mudanças pontuais foram implementadas e puderam ser percebidas, especialmente nos períodos que antecederam os pleitos eleitorais de 2021-2022 e 2023-2024. No entanto, ainda que tenham ocorrido avanços em determinadas áreas, a desigualdade na infraestrutura do sub-bairro continua a ser marcante. Observamos que o Conjunto Habitacional (COHAB), Morro do Cruzeiro, Triângulo e Morro da Placa receberam mais obras de saneamento básico, energia elétrica, abastecimento de água encanada, praças e ruas pavimentadas, proporcionando condições relativamente melhores para os moradores.

Em contrapartida, comunidades como partes da Avenida Rui Barbosa, Beco do Saci, Beco da Bosta, Cidade de Deus, Chatuba, Favela do Esqueleto, Favelinha/Rampinha, Parque Planetário, Parque Fluminense, Quatro Rodas e Remanso enfrentam um cenário de extrema precariedade, onde a infraestrutura básica ainda é escassa. Apesar de algumas melhorias, como a construção da Praça do Planetário em homenagem ao ex-catador José Carlos Lopes (Zumbi), a Praça do Maruin em homenagem ao ex-vereador Ricardo José de Souza

(Ricardinho) e o recapeamento da Avenida Monte Castelo, essas intervenções não atendem plenamente às necessidades da população. O acesso a serviços essenciais continua a ser um desafio diário para muitas famílias, refletindo um processo de urbanização que não acompanhou o crescimento da comunidade.

Assim, apesar da existência de algumas vias pavimentadas, muitas ruas secundárias em Jardim Gramacho ainda carecem de asfalto e infraestrutura adequada, perpetuando desafios históricos relacionados à urbanização e ao acesso a direitos básicos, como moradia digna e saneamento ambiental. Em virtude da presença do poder paralelo na região, as imagens disponíveis sobre o bairro foram, em grande parte, obtidas a partir do acompanhamento de algum morador.

No que tange aos equipamentos públicos nas comunidades mais afetadas, como Maruin e Parque Planetário, destacamos que as imagens não refletem a situação atual das praças, por exemplo, pois, sem a devida manutenção por parte do poder público no que diz respeito ao recolhimento de resíduos e à conservação da quadra, bem como dos brinquedos, aparelhos de exercícios, mesas e canteiros, esses espaços atualmente se encontram em estado de abandono. Por isso, optamos por utilizar imagens que compõem o acervo da pesquisa captadas em algumas visitas ao campo, bem como dos registros nos dias de inauguração, além de imagens disponibilizadas no sítio eletrônico da Prefeitura<sup>18</sup>.

Além disso, trouxemos uma fotografia registrada durante a distribuição de cestas básicas em uma ação da Defesa Civil de Duque de Caxias, momento oportuno em que ao estar em campo permitiu algumas fotos. A ação no território se desdobrou em cadastramento para acesso a serviços de emissão de documentos e certidões, além da distribuição de alimentos não-perecíveis enviados pelo Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome em março de 2024. Elegemos as imagens apresentadas a seguir para demonstrar as dinâmicas de implementação de políticas públicas e a forma como o poder público gerencia (ou negligencia) a infraestrutura urbana ao longo do tempo, além da persistência de vulnerabilidades no território.

---

<sup>18</sup> Divulgação no sítio eletrônico a respeito da inauguração da Praça Parque Planetário com foto do alto, dando melhor dimensão do espaço: <https://duquedecaxias.rj.gov.br/noticia/moradores-do-jardim-gramacho,-em-duque-de-caxias,-vao-ganhar-nova-area-de-lazer/4406>

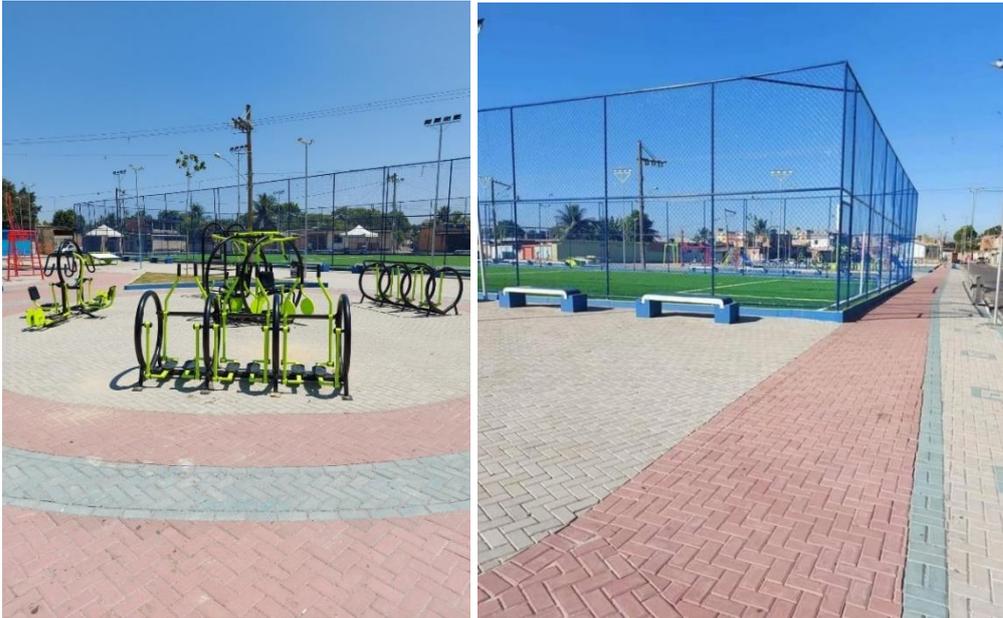


Figura 10 – Praça do Maruin na inauguração em 02/03/2022. Fonte: Dados da Pesquisa de Campo. Acervo da Autora (2022).



Figura 11 – Praça do Planetário no período de obras em janeiro de 2023. Fonte: Prefeitura de Duque de Caxias (2023).



Figura 12 - Praça do Planetário no período de obras em 16/03/2023. Fonte: Dados da Pesquisa de Campo. Acervo da Autora (2023).



Figura 13 - Praça do Planetário na inauguração em 24/07/2023. Fonte: Dados da Pesquisa de Campo. Acervo da Autora (2023).



Figura 14 – Praça do Planetário em ação da Defesa Civil em 19/03/2024. Fonte: Dados da Pesquisa de Campo. Acervo da Autora (2024).

Os registros visuais revelam um padrão persistente: em períodos eleitorais, o poder público consegue penetrar no bairro e implementar melhorias específicas, como a construção de praças, a pavimentação de ruas e ações emergenciais de assistência social. Contudo, esses investimentos, frequentemente divulgados como avanços significativos, carecem de sustentabilidade a longo prazo, uma vez que a falta de manutenção e políticas contínuas resulta no abandono dos espaços públicos e na degradação da infraestrutura recentemente implantada.

As imagens capturadas durante as inaugurações e em ações pontuais do governo municipal e estadual contrastam com as condições atuais das praças e espaços coletivos, onde a ausência de manutenção, acúmulo de resíduos e deterioração dos equipamentos de lazer e esporte sugerem a fragilidade das intervenções realizadas até o momento.

No que diz respeito aos indicadores utilizados pelo Ibase (2024), os dados são oriundos de entrevistas realizadas com 2.966 pessoas distribuídas entre diversas áreas de Jardim Gramacho, incluindo Chatuba (681), COHAB (503), Maruin (431), Remanso (367) e outras áreas não especificadas (984). Essas informações reúnem a composição etária da população local (Ibase, 2024). O último levantamento foi realizado em 2005, e os dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE serviram como base para estimar a população com 15 anos ou mais

nos setores censitários selecionados. Segundo o relatório do Ibase (2024), como as idades informadas anteriormente não correspondem mais à realidade atual, foi realizada uma atualização simples para corrigir essa defasagem. A equipe responsável pelas entrevistas foi composta por 20 entrevistadoras, todas residentes de Jardim Gramacho.

Em relação ao perfil da amostra, a pesquisa do Ibase (2024) buscou mapear idade, sexo, raça-cor, escolaridade, religião, renda, número de filhos e estado civil dos participantes. Constatou-se que 30,0% dos moradores são jovens, considerando as faixas etárias de 15 a 17 anos (5,8%), 18 a 24 anos (14,0%) e 25 a 29 anos (10,2%). A maior parte da população, 50,0%, é composta por adultos entre 30 e 59 anos, enquanto 20,1% são idosos, com 60 anos ou mais. Isso indica uma predominância de pessoas em idade produtiva, mas também uma presença significativa de jovens e idosos na região. Ademais, 51% da população de Jardim Gramacho é composta por mulheres, enquanto 49% são homens, sendo que 76,9% da população se identifica como negra; 22,6% como branca e 0,5% como indígena.

No que tange à escolaridade, os dados indicam que a maioria da população de Jardim Gramacho possui ensino médio completo (32,1%), seguida por aqueles com ensino fundamental incompleto (29,7%) e ensino médio incompleto (17,5%). Além disso, 12,6% concluíram o ensino fundamental, enquanto 3,4% nunca tiveram acesso à educação formal. O ensino superior apresenta percentuais menores: 2,6% iniciaram uma graduação, mas não a concluíram, 2,0% possuem ensino superior completo e apenas 0,2% alcançaram a pós-graduação (Ibase, 2024).

Quanto ao perfil religioso da população de Jardim Gramacho, a maioria (46,3%) se identifica como evangélica. Um grupo significativo (27,2%) declara não ter religião, embora afirme acreditar em Deus. Os católicos representam 19,0% da população, enquanto 2,5% seguem a umbanda, 1,8% pertencem a outras religiões, 1,4% são espíritas e 1,2% praticam o candomblé. Por sua vez, 0,6% se declaram sem religião e afirmam não acreditar em Deus (Ibase, 2024). O alcance das igrejas transcende o campo religioso, estendendo-se ao social, ao oferecer suporte em momentos de vulnerabilidade e criar redes de acolhimento.

Assim sendo, o envolvimento dos moradores com as igrejas evangélicas ao longo dos anos pode impactar a adesão ao evangelismo, visto que a presença ativa dessas instituições facilita a aproximação das pessoas à religião e às práticas de culto. Os dados referentes à participação das pessoas na construção coletiva do Diagnóstico Participativo no Território de Jardim Gramacho em 2022 reforçam

a influência das igrejas evangélicas na dinâmica social da região. Oito membros religiosos, entre pastores e líderes de igrejas evangélicas, estiveram presentes no processo, além da participação de dois espaços ou grupos religiosos: Ide Missões e Cinco Pães e Dois Peixinhos.

Tal proximidade com as demandas locais e a oferta de suporte material e espiritual podem influenciar a adesão à fé evangélica, especialmente em um contexto de vulnerabilidade, onde a rede de apoio proporcionada pelas igrejas se torna um diferencial no cotidiano das famílias, ampliando o contato da comunidade com esses espaços de fé.

Conforme Antonio e Lahuerta (2014), nas últimas décadas, o Brasil tem vivenciado o avanço significativo do projeto neopentecostal, marcado pela expansão das igrejas evangélicas — sobretudo as de vertente neopentecostal — e por sua crescente influência nas esferas política, econômica e cultural. Esse avanço articula-se a um discurso moralizante, centrado na meritocracia espiritual, na salvação individual e na responsabilização pessoal pela superação das adversidades — elementos que dialogam diretamente com a lógica neoliberal, ainda que operem pela via da fé.

Nesse contexto, instituições religiosas, especialmente igrejas neopentecostais, vêm ocupando o espaço deixado pelo Estado nas políticas sociais. Em territórios marcados pela vulnerabilidade, pela ausência de serviços públicos e pelo enfraquecimento das redes de proteção, a assistência prestada por essas igrejas torna-se, muitas vezes, a principal — ou única — forma de suporte material, emocional e espiritual à população.

O neopentecostalismo, ao oferecer acolhimento e esperança, reforça também um projeto conservador de sociedade. Surge como alternativa ao abandono estatal, mas promove uma subjetivação alinhada ao neoliberalismo, culpabilizando os indivíduos por sua condição e consolidando uma ordem baseada na obediência, no moralismo e na mercantilização da fé.

Por exemplo, na comunidade Quatro Rodas, há um ponto de distribuição de água para os moradores, resultado da iniciativa da igreja Irís:



Figura 15 – Participação de Igrejas Evangélicas no Território. Fonte: Dados da Pesquisa de Campo. Acervo da Autora (2024).

No que tange à renda, os dados revelam que 43,7% das(os) residentes de Jardim Gramacho possuem uma renda pessoal de até 1 salário mínimo (SM), atualmente fixado em R\$ 1.518,00, enquanto 31,8% não dispõem de renda própria. Esse cenário indica que 75,5% da população vive com, no máximo, 1 SM por mês, inserindo-se em um contexto de considerável vulnerabilidade socioeconômica. Outros 18,8% recebem entre 1 e 2 SM, 4,1% entre 2 e 3 SM,

1,3% entre 3 e 5 SM, e apenas 0,3% apresentam uma renda superior a 5 SM, apontando que uma fração diminuta da população alcança níveis mais elevados de rendimento (Ibase, 2024).

No que se refere à maternidade e paternidade, os dados evidenciam que 30,6% das(os) residentes têm três filhos ou mais, enquanto 29,1% não têm filhos. Ademais, 23,5% possuem dois filhos e 16,8% têm apenas um. Em relação ao estado civil, a maior parte da população de Jardim Gramacho (46,6%) se declara solteira(o). Já 41,2% estão casadas(os), vivem em união estável ou coabitam com seus parceiros(as). Além disso, 6,5% são viúvas(os) e 5,6% estão separadas(os) ou divorciadas(os) (Ibase, 2024).

Referente aos indicadores que visavam ilustrar o direito à informação, por meio do acesso à internet, 75,3% das(os) residentes entrevistados afirmaram que têm acesso à internet. Destes, 46,7% possuem conexão via rede/wi-fi própria em suas residências; 45,3% acessam através de conexão móvel via chip 3G/4G; 3,3% utilizam rede wi-fi compartilhada; 2,9% se conectam através de rede wi-fi de estabelecimentos comerciais (lan houses, etc.); e 1,8% por meio de rede wi-fi pública (Ibase, 2024).

Para entender a percepção das(os) residentes acerca da adequação dos equipamentos de cultura, esporte e lazer disponíveis no território às suas necessidades e das(os) demais habitantes, 50,2% dos entrevistados afirmaram que tais equipamentos não existem, enquanto 37,7% consideraram que os existentes são insuficientes para atender às demandas da comunidade. Esse dado corrobora a carência de espaços de cultura e lazer em Jardim Gramacho, impactando o acesso da população a atividades culturais e recreativas (Ibase, 2024). A escassez de espaços adequados para prática esportiva e lazer também se configura como uma realidade em Jardim Gramacho. 42,4% das(os) residentes relatam que os equipamentos esportivos disponíveis são insuficientes, enquanto 35,3% afirmam que não há nenhuma estrutura esportiva acessível (Ibase, 2024).

O mesmo se aplica às áreas de lazer: 42,9% consideraram que os espaços disponíveis não atendem às necessidades da comunidade, e 33,6% afirmam que esses espaços simplesmente não existem (Ibase, 2024). Assim, observa-se a carência do território em termos de espaços de convivência, dificultando o acesso da população a práticas esportivas e a atividades recreativas que promovam o bem-estar e a integração social. As imagens das praças recém-inauguradas nos últimos dois anos, contrastando com seu atual estado de abandono, refletem essa percepção de maneira contundente.

Ainda conforme a pesquisa realizada pelo Ibase (2024), a percepção da população entrevistada sobre a qualidade dos espaços públicos em Jardim Gramacho revela um cenário de descaso em relação à infraestrutura urbana e ambiental. 85,0% das(os) residentes consideram que as ruas, becos e vielas estão em estado de sujeira, demonstrando a ausência de políticas eficazes de limpeza e manutenção do território. Ao percorrer o sub-bairro, diversos pontos reforçam a percepção dos entrevistados, conforme ilustrado nas imagens a seguir:





Figura 16 – Condições dos espaços públicos em Jardim Gramacho. Fonte: Dados da Pesquisa de Campo. Acervo da Autora (2023, 2024).

A situação das áreas de preservação ambiental ilustra os desafios consideráveis. Um percentual alarmante de 78,2% da população ignora a existência de qualquer área protegida em seu território. Entre os 21,8% que reconhecem tais áreas, 84,2% sustentam que elas não são adequadamente conservadas, o que indica uma degradação ambiental significativa e a carência de medidas efetivas de proteção. O sub-bairro, situado às margens da Baía de Guanabara, abriga um ecossistema de importância crucial, mas que, ao longo do tempo, tem sido submetido a impactos severos. Ao investigar a percepção dos

entrevistados sobre esse tema, constatamos que, embora o manguezal devesse ser considerado uma área protegida, existem lacunas na educação ambiental, bem como desafios na preservação do território, além da falta de engajamento da população em relação à conservação ambiental. Ao percorrer as residências localizadas nas imediações do manguezal, pôde-se observar o seguinte panorama:





Figura 17 – Manguezal com moradias próximas. Fonte: Dados da Pesquisa de Campo. Acervo da Autora (2023, 2024).

Além da considerável quantidade de resíduos que compromete a integridade do manguezal, uma denúncia veiculada pelo portal G1<sup>19</sup>, em 17 de junho de 2022 revelou que a área vem sendo utilizada como um lixão clandestino. O espaço apresenta múltiplos focos de fumaça e materiais sendo incinerados a céu aberto, o que agrava a contaminação do solo e intensifica os impactos ambientais na região.

A deficiência da infraestrutura também se reflete nas condições do saneamento básico em Jardim Gramacho. De acordo com dados, 22,2% da população carece de acesso à rede pública de esgoto, sendo forçada a adotar soluções improvisadas e insalubres. Desse total, 10,4% descartam seus dejetos em fossas rudimentares, 7,8% fazem uso de fossas sépticas, 3,4% lançam o esgoto em valas a céu aberto, e 0,6% direcionam seus dejetos para rios ou lagos (Ibase, 2024).

A Figura 18 ilustra uma dessas realidades, retratando um banheiro construído com materiais reaproveitados, como sobras de madeira e baldes reutilizados para armazenar água.

---

<sup>19</sup> Para conferir a notícia, acessar: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/06/17/imagens-aereas-mostram-manguezal-sendo-tomado-por-lixao-clandestino-em-jardim-gramacho.ghtml>

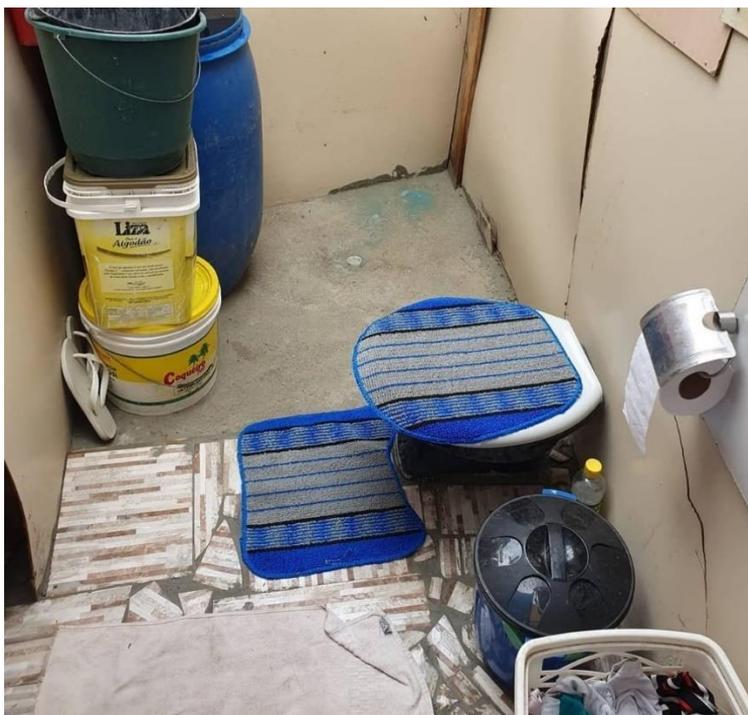


Figura 18 – Falta de Saneamento Básico e Água encanada. Fonte: Dados da Pesquisa de Campo. Acervo da Autora (2024).

O estado das superfícies e das paredes improvisadas nos permite vislumbrar algumas das dificuldades enfrentadas pelos residentes, uma vez que estes se veem obrigados a adaptar seus ambientes com os recursos disponíveis. A carência de infraestrutura adequada compromete a saúde, a dignidade e o bem-estar das famílias, expondo-as a riscos constantes de contaminação e a doenças associadas à falta de saneamento seguro. A inexistência de descargas e a irregularidade no abastecimento de água tornam o uso do banheiro um desafio cotidiano. Para atender a essa necessidade, muitas famílias armazenam água em baldes e tambores, assegurando o mínimo necessário para a higiene e limpeza. A precariedade dessas estruturas evidencia a desigualdade no acesso a direitos fundamentais, como saneamento e moradia digna.

A insegurança alimentar e a precariedade no acesso a serviços essenciais permanecem como desafios alarmantes em Jardim Gramacho. Quando indagados sobre a presença de indivíduos passando fome no bairro, 76,4% dos moradores responderam afirmativamente, indicando que a fome é uma realidade palpável no cotidiano da comunidade e que a dificuldade no acesso a alimentos foi uma experiência recorrente, especialmente durante a pandemia da Covid-19 (Ibase, 2024).

Conforme a pesquisa realizada pelo Ibase (2024), 14,1% dos moradores do grupo pesquisado relataram ter enfrentado dificuldades para adquirir alimentos

ao longo do último ano, enquanto 9,5% vivenciaram essa situação em determinados momentos do mesmo período. Ademais, 7,9% enfrentaram dificuldades em certos períodos nos últimos dois anos, e 6,5% lidaram com essa realidade de forma contínua ao longo desse tempo. No total, 37,9% da população experimentou algum grau de insegurança alimentar nos últimos dois anos, revelando a fragilidade econômica e social do território (Ibase, 2024).

Nos últimos anos, iniciativas como o projeto Haja<sup>20</sup>, estabelecido na comunidade do Quatro Rodas, têm através de uma cozinha solidária, servido diariamente cerca de 220 refeições, garantindo assim alimentação para quem mais precisa. Ademais, o espaço proporciona duas refeições diárias aos alunos do programa de Educação Integral e um lanche à tarde para as mulheres que participam da Reunião das Mulheres, realizada às terças-feiras. As crianças que frequentam o reforço escolar, de segunda a sexta-feira, também recebem lanches para complementar sua nutrição.

Dessa forma, cada indivíduo traz seu próprio recipiente e, organizados em fila, aguardam pela refeição que, em muitos casos, representa a única do dia. Mais do que um suporte alimentar, essa iniciativa se consolidou como um espaço de acolhimento e fortalecimento dos laços comunitários, garantindo dignidade àqueles que enfrentam a insegurança alimentar diariamente.

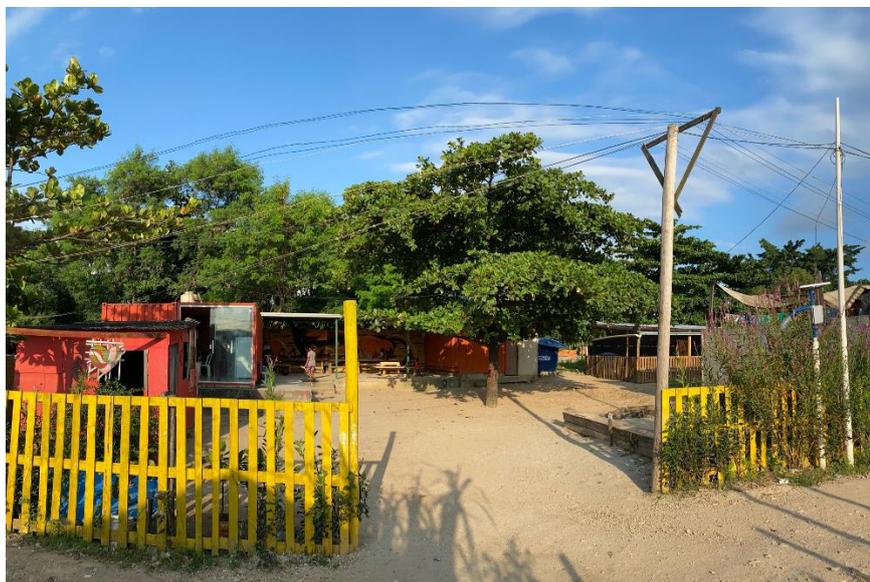


Figura 19 – Cozinha Solidária na comunidade Quatro Rodas. Fonte: Acervo do Haja, divulgação autorizada (2024).

Destacamos que diversas organizações não governamentais operam na região, tanto de maneira fixa quanto itinerante, implementando iniciativas

---

<sup>20</sup> Mais informação sobre o Projeto: <https://www.haja.org.br/cozinhasolid%C3%A1ria>

direcionadas à segurança alimentar, à promoção da saúde, ao acesso ao lazer e à educação, entre outras áreas de atuação. Na dissertação de Santos (2021)<sup>21</sup>, a autora demonstrou a diferença e o impacto das ONGs e instituições filantrópicas que atuam em Jardim Gramacho, com destaque para aquelas que têm como foco principal a promoção do desenvolvimento e a reinserção social de crianças, adolescentes e suas famílias, residentes nas comunidades localizadas no entorno do antigo Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (AMJG).

Apesar da desativação oficial do aterro, a persistência de resíduos em locais clandestinos delinea uma paisagem repleta de lixo, impactando de maneira direta a rotina dos moradores. Conforme apresentado na pesquisa de Santos (2021), essa realidade se configura como um espaço propício para a atuação de assistentes sociais, que implementam intervenções junto às famílias, com o objetivo de atenuar os efeitos das desigualdades e ampliar o acesso a direitos fundamentais.

A crise hídrica também exerce um impacto significativo na vida das(os) residentes. Aproximadamente 43,0% da população depende de poços ou nascentes para garantir o abastecimento de água, enquanto 8,5% utilizam caminhões-pipa e 1,8% fazem uso da captação de água da chuva. Dessa forma, 53,9% da população não têm acesso à rede pública de abastecimento, atualmente sob a gestão da concessionária Águas do Rio, e são forçados a buscar alternativas que, muitas vezes, se revelam precárias. Ademais, 62,3% das(os) moradores(as) relatam que a escassez de água impacta diretamente suas vidas, revelando um problema estrutural que compromete a dignidade e o bem-estar da comunidade (Ibase, 2024).



---

<sup>21</sup> Para maiores detalhes a respeito das discussões feitas na dissertação, acesso em: [http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1912210\\_2021\\_completo.pdf](http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1912210_2021_completo.pdf)



Figura 20 – Crise hídrica em Jardim Gramacho. Fonte: Dados da pesquisa de campo. Acervo da Autora (2024).

Durante uma das visitas realizadas ao sub-bairro, em maio de 2024, observamos uma manifestação na Avenida Washington Luiz, uma das artérias principais do município. Residentes locais se uniram para protestar contra a escassez de água, um problema crônico que, conforme relatos, se intensificou nos últimos dois anos. A situação vivenciada pela comunidade corrobora o que já havia sido destacado no Plano de Ação do Fórum Comunitário de Jardim Gramacho (2023), elaborado pelo Ibase. O documento ressalta que a falta de abastecimento regular compromete direitos fundamentais, impactando diretamente a dignidade e a qualidade de vida das famílias, conforme o trecho a seguir:

Os moradores e as moradoras do território de Jardim Gramacho vêm, ao longo dos anos, denunciando a violação do direito ao abastecimento de água. A ausência de água potável no dia a dia das famílias viola os direitos fundamentais e diz respeito à manutenção de uma vida com dignidade (Ibase, 2023, p. 14).

De acordo com o Ibase (2023), os índices mais elevados foram observados na Chatuba (78,7%) e no Maruim (78,4%), onde a escassez de água afeta uma significativa parcela das residências. Em seguida, destacam-se a Cohab (70,4%), o Remanso (62,4%) e outras regiões de Jardim Gramacho (58,3%), evidenciando que a falta de abastecimento de água permeia diversas áreas do território e compromete as condições mínimas de vida na comunidade.

Conforme os dados apresentados pelo Ibase (2024), 80,9% da população percebe que não recebe um atendimento médico adequado quando necessita

desse serviço, enquanto 76,7% relatam que os equipamentos de atenção básica do bairro não conseguem atender à demanda existente. Segundo o Ibase (2022), o sub-bairro conta com uma Unidade de Atenção Básica que possui cinco Equipes de Saúde da Família (ESF), cada uma responsável por uma determinada área do território.

A Equipe de Saúde da Família 1 abrange parte da região onde anteriormente funcionava o aterro sanitário, assim como a comunidade do Beco do Saci. A Equipe 3 oferece assistência em uma porção da área central, enquanto a Equipe 5 cobre a região em expansão e outra área do centro. A Equipe 2 atua em parceria com a Unidade Básica de Saúde Edna Siqueira Sales. Por fim, a Equipe 4 atende os residentes do Morro de São Jorge, situado do outro lado da Rodovia Washington Luís (Ibase, 2022).



Figura 21 – USF e CRAS de Jardim Gramacho. Fonte: Dados da pesquisa de campo. Acervo da Autora (2024).

Conforme ilustrado na figura 21, observa-se que o CRAS está situado ao lado da USF, desempenhando como principais funções a realização de atendimentos voltados à proteção social básica, com ênfase na prevenção de situações de vulnerabilidade, além de proporcionar acesso e inscrições em programas sociais, como o Programa Bolsa Família, por exemplo. Devido à sua proximidade, idealmente, deveriam assegurar a articulação entre os serviços e facilitar o acesso da população.

Os dados coletados durante a pesquisa de campo corroboram os apontamentos de Santos (2021), ao comprovar que, apesar da presença de equipamentos públicos no território, como a USF e o CRAS, seu funcionamento apresenta limitações consideráveis. Entre as principais dificuldades relatadas pelos moradores, destacam-se a dificuldade de acesso ao atendimento médico e à disponibilidade regular de medicamentos, a morosidade nas respostas do CRAS diante da elevada demanda por benefícios socioassistenciais, como o Programa Bolsa Família, e a escassez de vagas na educação infantil, agravada pelo fato de o sub-bairro contar apenas com uma creche pública. Esses obstáculos, somados à alta demanda populacional, geram uma sensação generalizada de desamparo em relação aos serviços públicos disponíveis na região.

Nesse contexto, no que tange à educação, 70,9% dos moradores entrevistados afirmam que o ensino disponível não atende às suas necessidades nem às da comunidade, indicando uma lacuna significativa na qualidade e no acesso à educação (Ibase, 2024). Os equipamentos públicos de educação municipal e estadual que atendem ao território incluem: Escola Municipal Jardim Gramacho, Escola Municipal José Medeiros Cabral, Escola Municipal Mauro de Castro, Creche e Pré-Escola Municipal Ubaldina Alves da Silva, a qual se localiza nas proximidades da USF e do CRAS, além das Creches e do Centro de Atendimento à Infância Caxiense (CCAIC) em Jardim Gramacho, Centro Integrado de Educação Pública (CIEP) 218 Ministro Hermes Lima Brasil-Turquia, Colégio Estadual Lara Villela, Colégio Estadual Álvaro Negromonte e a Fundação de Apoio à Escola Técnica, Ciência, Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura e Políticas Sociais (FUNDEC) Jardim Gramacho, que oferece, em sua maioria, cursos profissionalizantes de formação inicial e continuada.

No que se refere aos equipamentos municipais de ensino, tanto a Creche e Pré-Escola Municipal Ubaldina Alves da Silva quanto o CCAIC, situados em Jardim Gramacho, operam de segunda a sexta-feira, das 7h às 17h. As unidades

oferecem atendimento nas modalidades de Creche, para crianças de 2 a 3 anos, e Pré-escola, a partir dos 4 anos de idade.



Figura 22 - Creche e Pré-Escola Municipal Ubaldina Alves da Silva. Fonte: Dados da pesquisa de campo. Acervo da Autora (2024).

A Escola Municipal Jardim Gramacho e a Escola Municipal Mauro de Castro disponibilizam atendimento educacional especializado (AEE). A primeira instituição atua nas seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil – Pré-escola (5 anos) e Ensino Fundamental – do 1º ao 5º ano, funcionando de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h. Por sua vez, a segunda escola oferece Educação Infantil – Pré-escola (5 anos) e Ensino Fundamental – do 1º ao 9º ano, com horário de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 7h às 17h.

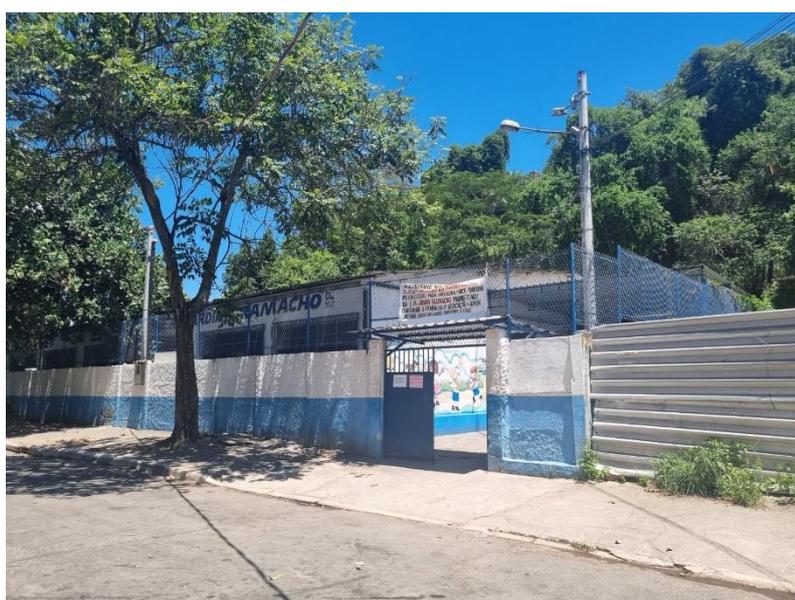


Figura 23 - Escola Municipal Jardim Gramacho. Fonte: Dados da pesquisa de campo. Acervo da Autora (2024).

A Escola Municipal José Medeiros Cabral disponibiliza serviços educacionais na Pré-escola (destinada a crianças de 4 e 5 anos) e no Ensino Fundamental, abrangendo do 1º ao 5º ano. Esta instituição opera de segunda a sexta-feira, das 7h às 22h.



Figura 24 - Escola Municipal José Medeiros Cabral. Fonte: Dados da pesquisa de campo. Acervo da Autora (2024).

Na FUNDEC Jardim Gramacho, estão disponíveis uma variedade de cursos profissionalizantes e de formação complementar, com o intuito de promover a qualificação da população local. Dentre os cursos oferecidos, conforme os editais, destacam-se: Assentamento de Piso Cerâmico (Ladrilheiro), Atendente de Farmácia, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Departamento Pessoal e Recursos Humanos, Auxiliar de Logística, Auxiliar de Veterinário, Barbeiro (Assistente), Design de Sobrancelhas e Extensão de Cílios, Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão com NR10, Encanador Instalador Predial (Bombeiro Hidráulico), Espanhol, Espanhol para crianças (Español Niños), Excel Avançado, Informática Bits, Informática Essencial, Inglês, Inglês para crianças (Inglês Kids), Limpeza Facial, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), Manicure e Pedicure, Maquiagem e Design de Sobrancelhas, Pedreiro, Pintura e Textura, além do curso Pré-ENEM, que visa à preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio e vestibulares.



Figura 25 – FUNDEC Unidade Jardim Gramacho. Fonte: Dados da pesquisa de campo. Acervo da Autora (2024).

No que diz respeito aos equipamentos estaduais de educação, o Colégio Estadual Álvaro Negromonte proporciona ensino presencial no período diurno, direcionado ao Ensino Fundamental – Anos Finais e ao Ensino Médio. Por sua vez, o Colégio Estadual Lara Villela oferece também ensino presencial, abrangendo tanto o turno diurno quanto o noturno, com ênfase nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio por meio da Educação para Jovens e Adultos (EJA), na modalidade Supletivo.



Figura 26 – Colégio Estadual Lara Villela. Fonte: Dados da pesquisa de campo. Acervo da Autora (2024).

Por último, o CIEP 218 Ministro Hermes Lima Brasil-Turquia se estabelece como uma instituição de ensino integral que opera no período diurno,

apresentando um projeto pedagógico centrado no ensino de Física e Informática. Ademais, visa promover a proficiência dos alunos tanto em Inglês quanto na Língua Turca.

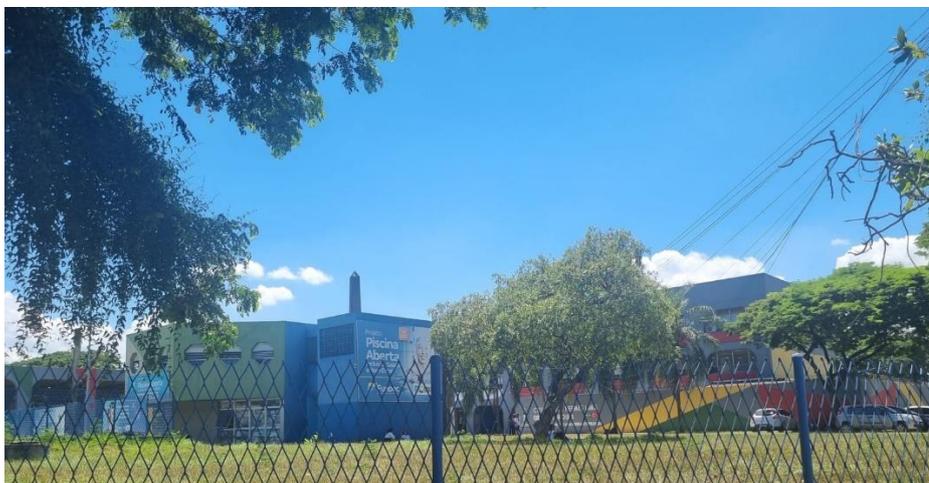


Figura 27 – CIEP 218 Ministro Hermes Lima Brasil-Turquia. Fonte: Dados da pesquisa de campo. Acervo da Autora (2024).

O CIEP 218 resulta de uma colaboração entre a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC) e o Centro Cultural Brasil-Turquia (CCBT), sendo reconhecido como uma unidade intercultural por proporcionar o aprendizado da língua turca, além de facilitar o acesso à cultura e à gastronomia desse país, com a participação de docentes nativos.

Nesse contexto, foi inaugurada, em julho de 2023, uma área de lazer associada ao projeto Piscina Aberta – Inclusão, Saúde e Bem-Estar, implementado em cooperação com a FUNDEC. A piscina destina-se à comunidade e tem como objetivo oferecer atividades gratuitas de natação e hidroginástica para crianças, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência.



Figura 28 – Piscina Aberta. Fonte: Dados da pesquisa de campo. Acervo da Autora (2023).

O desemprego afeta 43,4% da população entrevistada, comprometendo a capacidade das famílias de suprir suas necessidades básicas. O impacto da pandemia da Covid-19 foi severo: 50,5% dos moradores ficaram sem emprego durante o período da crise sanitária, sendo que 21,2% perderam suas ocupações nos seis meses anteriores à pesquisa e 25,9% nunca tiveram um emprego formal (Ibase, 2024).

Ademais, a longa permanência no desemprego agrava ainda mais a situação. 41,5% dos desempregados não estavam à procura de trabalho no momento da pesquisa, seja por desalento ou pela ausência de oportunidades. Entre aqueles que ainda buscavam uma vaga, 25,5% estavam à procura há menos de um ano, 10% entre 13 e 24 meses, e 12,5% há mais de dois anos. Outro dado alarmante é que 10,5% da população desistiu completamente de procurar trabalho, o que indica o desalento e a falta de perspectivas no mercado formal (Ibase, 2024).

O mercado de trabalho em Jardim Gramacho é predominantemente informal e autônomo, refletindo a escassez de oportunidades no emprego formal e a necessidade de alternativas para a geração de renda. 51,2% dos trabalhadores afirmaram atuar de forma autônoma, seja como empreendedores, prestadores de serviços ou profissionais sem vínculo empregatício, o que resultou em um número significativo de respostas sem a especificação do tipo de atuação realizada (Ibase, 2024).

Apenas 25,9% possuem carteira assinada, enquanto 12,5% são assalariados sem registro formal. Outras formas de ocupação incluem trabalho no cuidado da casa e da família (4,9%), cooperativas (3,7%), funcionalismo público (1,2%), estágio ou jovem aprendiz (0,6%) e economia solidária (0,1%) (Ibase, 2024). É pertinente destacar que, no âmbito da chamada economia solidária, catadores e catadoras de materiais recicláveis que não atuam em cooperativas de reciclagem se identificam como trabalhadores autônomos, em sua maioria (Ibase, 2024).

A maioria da população ativa trabalha dentro da própria comunidade ou em localidades próximas: 54,8% exercem suas atividades em Jardim Gramacho ou nas imediações, 20,3% trabalham em casa, 14,4% atuam em outra região de Duque de Caxias e 9,1% se deslocam até a cidade do Rio de Janeiro. Além disso, 1,2% não têm um local fixo de trabalho, portanto, uma parcela da população depende de atividades itinerantes (Ibase, 2024). Durante observações realizadas em uma caminhada pelo sub-bairro, foram encontrados pequenos comércios,

como salões de cabeleireiro, espaços para cuidados com as unhas, bares, pensões que servem almoços e lanches, borracharias, sorveterias, bem como depósitos de materiais recicláveis.

No que tange à ocupação habitacional, 81,5% da população reside em casas com no máximo dois dormitórios, sendo 49,5% em residências com dois quartos e 32,0% em moradias de apenas um quarto. Apenas 12,2% habitam casas com três dormitórios, enquanto 6,4% possuem quatro ou mais cômodos, evidenciando que o espaço reduzido é a realidade de vida para grandes famílias.

A composição dos domicílios, de acordo com o Ibase (2024), reforça essa realidade: 38,2% dos moradores vivem com quatro pessoas ou mais, enquanto 28,2% compartilham a casa com três moradores, 22,5% vivem em dupla e apenas 11,1% residem sozinhos. O elevado índice de pessoas por residência, aliado à limitação do espaço, aponta para condições habitacionais frequentemente inadequadas, com impactos diretos na qualidade de vida e na privacidade das famílias.

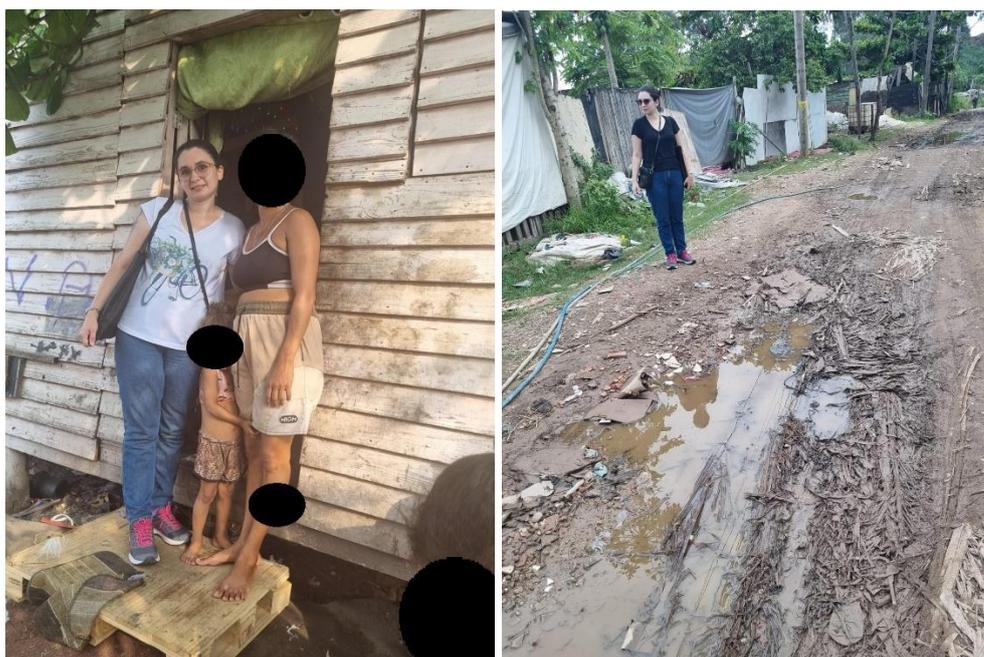


Figura 29 – Moradias Construídas Precariamente. Fonte: Dados da pesquisa de campo. Acervo da Autora (2023).

No que tange à participação social, a pesquisa indica que a maioria da população não se encontra engajada em grupos ou coletivos comunitários: apenas 15,4% das moradoras e moradores participam de alguma organização no território. Dentre aqueles que fazem parte de algum espaço coletivo, 79,4% estão vinculados a grupos religiosos, 8,8% a ONGs ou associações de interesse público,

5,3% a grupos comunitários e 2,3% a iniciativas destinadas à geração de renda (Ibase, 2024).

A discriminação e a violência estrutural emergem como questões preponderantes na localidade. Um percentual de 44,0% das moradoras e moradores relatam ter sofrido ou conhecer alguém que foi alvo de discriminação em razão da pobreza. A desigualdade de gênero está presente, com 32,8% mencionando experiências de violência ou discriminação contra mulheres. O estigma territorial também exerce impacto: 43,6% dos entrevistados já foram vítimas ou conhecem alguém que sofreu violência ou discriminação em função do local de residência (Ibase, 2024).

É importante destacar que, desde fevereiro de 2006, o Fórum Comunitário de Jardim Gramacho (FCJG) vem intensificando seus esforços de articulação no território, utilizando, inclusive, ferramentas digitais como as redes sociais, destacando-se o Instagram, que se configura como um canal digital para convocar a comunidade à participação. Além da mobilização nas redes, o FCJG tem atuado em parceria com o IBASE na elaboração de documentos estratégicos que registram aspectos centrais da realidade local. Esses materiais englobam diagnósticos sociais participativos, planos de ação e indicadores de cidadania, fornecendo subsídios essenciais para compreender as demandas do território, orientar ações comunitárias e estabelecer diálogo com o poder público.

A organização do Fórum foi inicialmente estruturada com o apoio do IBASE, visando articular diferentes atores locais, como representantes de associações, igrejas, organizações, grupos comunitários e o poder público, distribuindo-se em quatro grupos de trabalho (GTs), segmentados por área de interesse: GT Educação, GT Saúde, GT Condições de Vida no sub-bairro e GT Geração de Trabalho e Renda. Atualmente, os GTs estão organizados da seguinte maneira: Educação, Esporte e Lazer, Desenvolvimento Local, Trabalho e Renda, Questão Racial e Espaços ou Grupos Religiosos.



Figura 30 – Documentos produzidos pelo IBASE em conjunto com o FCJG. Fonte: IBASE e FCJG (2022, 2023 e 2024).

Uma das questões que se destaca nas demandas do FCJG diz respeito ao transporte público em Jardim Gramacho, um problema crônico amplamente reconhecido pela comunidade local. O sub-bairro é atendido de forma exclusiva pela Auto Viação Reginas, que opera unicamente três linhas de ônibus: a Linha 16, que cobre o trajeto entre o Hospital Duque de Caxias e Jardim Gramacho, passando pela Pistóia; a Linha 18, que conecta a Rua Tulipa, 955, Olavo Bilac à Cohab (via Fórum Justiça); e a 422C, que realiza o percurso de Jardim Gramacho ao Central do Brasil, no centro do município do Rio de Janeiro.

Ao analisarmos os itinerários, fica evidente que as opções de deslocamento para a população são restritas. As queixas manifestadas incluem intervalos prolongados entre os veículos, a falta de circulação durante a madrugada e tarifas consideradas elevadas. Esses problemas já haviam sido apontados no Diagnóstico Social Participativo de 2005 e, desde então, persistem sem uma solução estrutural adequada.



Figura 31 – Transporte Público em Jardim Gramacho. Fonte: Dados da Pesquisa de campo. Acervo da Autora (2024).

Em face da precariedade dos serviços, o FCJG regularmente promove um abaixo-assinado e contata a Secretaria Municipal de Transporte de Duque de Caxias, assim como a empresa responsável, resultando em melhorias pontuais e temporárias. No presente momento, além do descumprimento dos itinerários, os intervalos entre as composições permanecem irregulares, acentuando a insatisfação da população e obstruindo o acesso ao direito à mobilidade no território.

Embora o FCJG represente uma importante iniciativa de mobilização popular na região, sua atuação ainda enfrenta desafios significativos no que diz respeito à ampliação do engajamento comunitário e à construção de parcerias mais efetivas com órgãos públicos e organizações da sociedade civil, conforme apresentado por Santos (2021). Na referida pesquisa, a autora demonstra que a limitação na divulgação das ações do Fórum tende a se restringir majoritariamente a representantes de grupos já integrados na dinâmica do coletivo, contribuindo, assim, para uma visibilidade restrita entre a maioria dos moradores.



Figura 32 – Ação do FCJG. Fonte: Divulgação nas Redes Sociais do FCJG (2023).

Santos (2021) demonstrou que a baixa capilaridade dificulta o reconhecimento da importância da participação nesses espaços, além do fortalecimento da luta comunitária por transformações estruturais. Ademais, nota-se um certo tensionamento na relação do FCJG com algumas ONGs, especialmente aquelas que se caracterizam como "volantes", uma vez que ignoram a complexidade histórica e social que estrutura o território, atuando

muitas vezes de maneira pontual e desarticulada em relação às demandas locais mais profundas (Santos, 2021).

Dessa forma, apesar dos avanços proporcionados pela presença e resistência do Fórum, persiste a necessidade de ampliar sua incidência e legitimação no cotidiano da população de Jardim Gramacho. Entende-se que a dificuldade de ampliar a incidência política e a participação popular está diretamente ligada à trajetória histórica do território, marcada por processos de marginalização socioespacial e estigmatização.

Para compreender os desafios contemporâneos enfrentados pela população de Jardim Gramacho, é imprescindível retomar os elementos estruturantes que configuraram o sub-bairro como um espaço de descarte não apenas de resíduos, mas de vidas. Nesse contexto, avançamos para a análise da constituição histórica do território e de como ele se tornou o maior lixão da América Latina, cujas consequências ainda reverberam no presente.

### **4.3 Do Maior Lixão da América Latina ao Território Extraordinário do Lixo: permanências e rupturas em Jardim Gramacho**

Conforme exposto no capítulo anterior, Jardim Gramacho é um espaço caracterizado por marcantes desigualdades socioespaciais, precariedade na infraestrutura urbana, vulnerabilidade social e uma ausência persistente do Estado. Essas condições, no entanto, não são fenômenos recentes ou isolados. Elas estão profundamente enraizadas na trajetória histórica do sub-bairro, a qual esteve intimamente ligada, por mais de trinta anos, à operação do AMJG, reconhecido como o maior aterro sanitário da América Latina.

Antes de seu fechamento, o “Lixão de Gramacho”, ainda amplamente denominado assim, servia como um dos principais destinos de resíduos sólidos na região metropolitana do Rio de Janeiro. Nesse contexto, formou-se uma rede em torno da atividade da catação, na qual mulheres e homens, predominantemente negros e em situação de vulnerabilidade econômica, encontraram nessa prática uma estratégia de subsistência em meio à exclusão do mercado formal de trabalho. Pesquisas de doutorado realizadas anteriormente por Juncá (2004), Bastos (2008) e Lima (2015) abordaram aspectos centrais a respeito da vivência de catadores e catadoras no território, fornecendo subsídios para compreender tanto as contradições relacionadas ao trabalho com resíduos quanto os processos de territorialização das desigualdades.

A consolidação do aterro como destino final de resíduos configurou, mais do que um mero espaço físico, relações sociais, econômicas e políticas que

moldaram a vida cotidiana de milhares de indivíduos. Jardim Gramacho passou a ser designado como o “território do lixo”, expressão que sintetiza tanto o estigma social que pesa sobre seus habitantes quanto a centralidade da atividade de manejo de resíduos como meio de sobrevivência.

A historiografia tradicional, em grande parte, tem priorizado uma narrativa focada nas instituições, relegando à margem as lutas travadas por sujeitos subalternizados, como as que emergem dos territórios populares. Portanto, compreender Jardim Gramacho demanda um tensionamento dos limites do que se reconhece como “evento histórico” e, sobretudo, uma valorização das formas de organização e sobrevivência construídas pelas populações invisibilizadas ao longo do tempo.

Por conseguinte, nesta seção, fazemos uma análise do processo de formação histórica do território, dos impactos decorrentes da instalação e do encerramento do lixão, e de como esse passado continua a influenciar a estrutura das desigualdades que afetam, em particular, as mulheres catadoras e suas famílias, utilizando como lente analítica a própria configuração espacial do território, ilustrada na Figura 33.

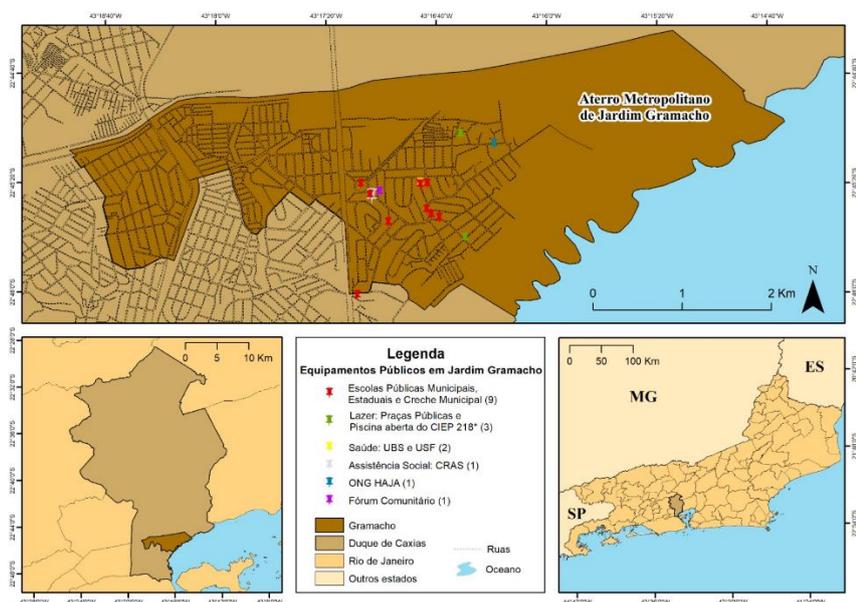


Figura 33 – Jardim Gramacho: Território do Lixo Extraordinário. Fonte: Dados da pesquisa, elaboração própria com base no IBGE (2025).

Espacialmente, observa-se uma distribuição desigual e concentrada dos serviços essenciais no território. A presença de instituições de ensino, unidades de saúde, áreas de lazer e serviços de assistência social encontra-se majoritariamente centralizada em determinadas regiões, deixando vastas porções

do sub-bairro, notadamente aquelas mais periféricas ou não oficialmente reconhecidas, como a Favela do Esqueleto, o Beco do Saci e a Cidade de Deus, entre outras citadas no tópico 4.2, praticamente desprovidas de infraestrutura básica.

A localização do antigo AMJG no extremo leste do mapa destaca a marca simbólica e material do lixo sobre o território, uma vez que sua área de influência ainda se faz sentir ao redor em termos de estigmatização, precariedade ambiental e inclusão marginal. Ademais, o fato de que apenas algumas comunidades são oficialmente reconhecidas pelo IBGE no Censo Demográfico (Chatuba, Maruin, Remanso, etc.), enquanto outras permanecem invisibilizadas no registro oficial, há um duplo apagamento: territorial e político. Isso reforça a lógica de uma urbanização excludente, que não considera os espaços autoconstruídos e periféricos como legítimos alvos de políticas públicas.

A distribuição de equipamentos públicos em Jardim Gramacho não ocorre de forma aleatória, mas reflete um histórico de abandono estrutural, falta de planejamento urbano inclusivo e a reprodução da lógica de segregação socioespacial. A cartografia, além de descrever a precariedade, denuncia a seletividade do Estado na alocação de recursos e na garantia de direitos.

É importante ressaltar que, embora os dados oficiais caracterizem Jardim Gramacho como um bairro, conceito que está inclusivamente presente na Lei nº 2.430/2011, que instituiu o Fundo de Revitalização e Valorização do Bairro Jardim Gramacho e seu Conselho Gestor, nesta pesquisa optamos por empregar a designação “sub-bairro”. Essa escolha se dá pela compreensão de que, apesar do prefixo “sub” ser frequentemente associado à inferioridade, sua origem latina remete à ideia de substituição, base e aproximação, permitindo refletir sobre os modos como a territorialidade se configura a partir de relações de poder, subalternidade e resistência.

Conforme Juncá (2004), a partir da década de 1970, diversas transformações políticas, econômicas e sociais impactaram a forma como as questões ambientais eram abordadas no Brasil, especialmente na região onde se localiza o Aterro de Jardim Gramacho. Esse período foi marcado pelo desenvolvimentismo e pelo chamado "milagre econômico brasileiro", uma fase de crescimento acelerado da economia que impulsionou mudanças nos hábitos de consumo da população. Consequentemente, o aumento do consumo também gerou um crescimento significativo na quantidade de lixo produzido, exigindo novas estratégias para sua destinação.

Nesse contexto, é relevante observar que a problemática dos resíduos é uma questão antiga, mas que, infelizmente, não recebeu a atenção adequada. A lógica da destinação dos resíduos recai sobre as periferias e, na contemporaneidade, são criados territórios indesejáveis ou segregados que servem como áreas onde o depósito de lixo se distancia dos grandes centros urbanos e se aproxima das populações mais pobres que coletam e sobrevivem do que resta. Como enfatiza Alves (2017, p. 34), isso se configura "um campo de negócios, na medida em que seu tratamento e destinação final geram negócios, não havendo, portanto, interesse em reduzi-lo".

Outro fator que contribuiu para transformações na gestão de resíduos foi a fusão do Estado da Guanabara com o antigo Estado do Rio de Janeiro, em 1975. Segundo Juncá (2004), essa reorganização política resultou em reformulações na legislação estadual e municipal, culminando na criação de órgãos focados na gestão de resíduos sólidos, como a FUNDREM (Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana) e a COMLURB (Companhia Municipal de Limpeza Urbana). A criação dessas instituições refletiu a necessidade de modernizar e organizar o setor de limpeza urbana, que passou a receber maior atenção do poder público.

Entretanto, apesar dessas iniciativas, a gestão de resíduos ainda enfrentava desafios estruturais, e Jardim Gramacho tornou-se um dos principais destinos para resíduos sólidos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 1976, como resultado do convênio entre a COMLURB, a FUNDREM e o INCRA. A escolha do local foi influenciada por fatores ambientais e logísticos, incluindo a necessidade de afastar o despejo de lixo da Baía de Guanabara e da Rodovia Rio-Petrópolis, em face da crescente demanda por um sistema mais eficiente de destinação de resíduos, dada a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro (Juncá).

Ainda segundo a autora, o aterro rapidamente se transformou em um lixão a céu aberto, operando sem controle técnico adequado, o que rapidamente gerou impactos ambientais severos, como a contaminação do manguezal e a poluição das águas da Baía de Guanabara. O local se tornou um espaço ocupado por catadores, que viam no lixo uma fonte de sustento, apesar das condições insalubres e da marginalização social (Juncá, 2004).

Inicialmente considerados indesejáveis pela COMLURB, a atividade dos catadores foi criminalizada, e medidas foram implementadas para proibir sua entrada e a comercialização de recicláveis. Nesse cenário, a presença de catadores sempre gerou tensão e conflitos. Em 1997, a luta pelo direito ao trabalho

noturno ganhou força, resultando em manifestações que reivindicavam melhores condições para a catação e a possibilidade de exercer a atividade sem restrições de horário (Juncá, 2004).

Em 1999, moradores do entorno realizaram protestos exigindo o cumprimento das promessas de reurbanização do bairro, incluindo a construção de creches, postos de saúde e outras melhorias na infraestrutura local. O que antes era uma área pouco habitada transformou-se, ao longo do tempo, em um núcleo residencial, abrigando escolas e pequenos comércios. Como destaca Juncá (2004, p. 93), "não é exagero dizer que a economia do lixo acabou por gerar um bairro", evidenciando o impacto socioeconômico da atividade de catação na configuração territorial da região.

Juncá (2004) descreveu que mesmo antes da implementação da estrutura oficial para a destinação de resíduos, o local já era utilizado para o despejo de lixo, em uma avenida sem saída, a autora caracterizou o aterro como a última parada. Contudo, com a construção de vias de acesso e a intensificação das atividades de descarte, catadores começaram a se estabelecer ao redor do aterro, especialmente aqueles que já trabalhavam em outros vazadouros desativados. Com o fluxo contínuo de trabalhadores, moradias improvisadas se multiplicaram, dando origem a um bairro que cresceu em torno da economia do lixo. Paralelamente, sucateiros e pequenas indústrias de reciclagem passaram a se instalar na região, criando um corredor onde o lixo, além de ser descartado, também passou a ser transformado em mercadoria.

A relação entre os catadores e o lixo foi marcada por contradições. Muitos consideravam a catação uma forma de sobrevivência inevitável, dado o alto índice de desemprego e a escassez de alternativas formais de trabalho. O lixo, por sua vez, tornava-se um mercado informal de oportunidades, onde coexistiam diversas formas de exploração, como a atuação de sucateiros que controlavam parte do fluxo de materiais recicláveis, além da violência e da cobrança de "pedágios" por agentes de segurança do aterro. Dentro desse sistema, diferentes perfis de catadores emergiam, desde aqueles que trabalhavam de forma autônoma até os que estavam subordinados a sucateiros e intermediários do comércio de resíduos (Juncá, 2004).

Assim, o processo de territorialização do lixo e a estruturação de um modo de vida em torno da catação não podem ser compreendidos sem considerar a centralidade que Jardim Gramacho ocupou na gestão de resíduos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Como apontam Bastos e Magalhães (2016), o sub-bairro recebia, diariamente, o lixo de diversos municípios da Baixada

Fluminense e da capital, concentrando de maneira desigual os impactos ambientais e sociais de um modelo de descarte profundamente excludente.

De aproximadamente 20 mil pessoas que habitavam o território, a maioria estava fora do mercado formal de trabalho e tinha na economia do lixo sua principal fonte de sustento (Bastos, 2008). Jardim Gramacho foi, portanto, transformado em um território funcional à capital do Rio de Janeiro e a outras cidades no entorno de Duque de Caxias, servindo como receptor daquilo que era rejeitado, mas que foi e ainda é vital para a sobrevivência de milhares de trabalhadores da reciclagem.

A Figura 34, a seguir, explicita a abrangência desse processo, ilustrando os fluxos de resíduos que convergiam para o Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho:



Figura 34 – Municípios que utilizavam do AMJG. Fonte: Adaptado de Bastos (2008).

Diante do contexto de formação territorial moldado pela economia do lixo e pela carência de políticas públicas estruturantes, é crucial sublinhar que Jardim Gramacho não se restringiu a ser um mero destino local de resíduos; foi, na verdade, o epicentro da recepção de uma parte significativa da produção de lixo da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A partir da análise do mapa, torna-se evidente a dimensão geopolítica e desigual da destinação de resíduos, ilustrando como as periferias urbanas são sistematicamente escolhidas como zonas de

sacrifício ambiental, enquanto seus habitantes, predominantemente negros e empobrecidos, assumem a linha de frente da sobrevivência por meio da catação.

Conforme argumenta Guimarães (2018), essa lógica de distribuição territorial dos impactos ambientais não se manifesta de forma neutra. A degradação ambiental, quando examinada sob a ótica das desigualdades estruturais, revela um padrão em que populações empobrecidas e racializadas sofrem os efeitos de maneira mais intensa, tanto pela exposição direta à poluição quanto pelas limitações no acesso aos recursos naturais. Essas desigualdades são frequentemente perpetuadas e exacerbadas por decisões estatais, omissões políticas e pela aplicação desigual das normas ambientais, que tendem a flexibilizar critérios conforme o território ou o grupo social envolvido.

Assim, o mapa não apenas destaca os fluxos materiais do lixo, mas também os fluxos de responsabilização desigual entre centro e periferia, expressando a intersecção histórica entre degradação ambiental e exclusão social em Jardim Gramacho, um território caracterizado por racismo ambiental institucionalizado e por políticas seletivas que perpetuam desigualdades ambientais, econômicas e raciais. Estudos recentes corroboram essa afirmação, demonstrando que os impactos ambientais afetam desproporcionalmente grupos marginalizados, aprofundando as desigualdades sociais, visto que esses grupos têm acesso limitado a recursos, direitos e proteção, tornando-se mais vulneráveis aos riscos e impactos das injustiças socioambientais (Coradin; Oliveira; Guevara, 2024).

A partir de 2004, o Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (AMJG) começou a ocupar um lugar mais destacado na agenda pública, sendo alvo de iniciativas que visavam sua desativação definitiva. A intensificação desse processo ocorreu, principalmente, por pressões de órgãos como a extinta Federação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente e o Ministério Público, em esferas federal e estadual, que passaram a questionar a continuidade de sua operação. Tal cenário gerou um período de incertezas para os trabalhadores que dependiam do aterro para sua subsistência, gerando insegurança em relação ao futuro do trabalho com resíduos no território.

Simultaneamente, o espaço do lixão ganhou visibilidade nacional e internacional por meio de produções audiovisuais que revelaram sua complexidade social e ambiental. Em 2006, foi lançado o documentário "Estamira", dirigido por Marcos Prado. Posteriormente, entre 2007 e 2009, o artista plástico Vik Muniz produziu uma série de fotografias e, em 2011, lançou o documentário "Lixo Extraordinário", que obteve ampla repercussão internacional

ao retratar a potência simbólica e política do trabalho dos catadores, ao mesmo tempo em que denunciava as condições precárias em que viviam e trabalhavam.

Apesar da visibilidade alcançada por meio dessas obras, o processo de encerramento do AMJG ganhou ímpeto com a promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que, ao propor uma reestruturação no modelo de gestão de resíduos, tornou-se um marco na aceleração do fechamento do lixão. No entanto, essa reestruturação não garantiu previamente as condições necessárias para a inserção digna dos catadores em novas estruturas formais de trabalho, aprofundando o sentimento de abandono e descontinuidade nas estratégias de inclusão socioambiental.



Figura 35 – Documentários Estamira e Lixo Extraordinário. Fonte: Prado (2004, p. 11) e Muniz (2010, p. 226).

A partir do ano de 2011, diversos veículos de comunicação começaram a publicar matérias sobre o iminente término das atividades do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho. Uma das primeiras reportagens, intitulada “Aterro de Jardim Gramacho fechará em dezembro após 35 anos de funcionamento”, foi veiculada pelo Jornal Extra<sup>22</sup> em 15 de fevereiro daquele ano, marcando o início de uma cobertura midiática que se dedicaria a analisar os desdobramentos do fechamento e seus impactos socioambientais. Além dessa, ao menos outras 11 reportagens foram divulgadas em periódicos de grande circulação até 11 de junho de 2012, data que se aproximava do encerramento oficial das operações do aterro.

Por essa razão, defendemos que a lógica de marginalização ambiental, política e econômica que fundamentou Jardim Gramacho por décadas atingiu um

---

<sup>22</sup> <https://extra.globo.com/noticias/rio/aterro-de-jardim-gramacho-vai-fechar-em-dezembro-apos-35-anos-de-operacao-1075640.html>

ponto de inflexão em 2012, com o encerramento oficial das atividades do Aterro Metropolitano. Conforme indicado por Bastos (2015), em 3 de junho daquele ano, o local deixou de receber os resíduos sólidos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, respaldado pela justificativa técnica de esgotamento da capacidade de armazenamento e iminente risco ambiental. Contudo, os fatores que levaram à desativação do lixão transcendem a esfera técnica e ecológica, entrelaçando-se a interesses políticos, demandas urbanas e disputas simbólicas acerca do lugar da cidade "global" e dos corpos que ela invisibiliza (Bastos, 2015).

Bastos (2013) investigou a realidade dos catadores e catadoras em Jardim Gramacho um ano após o fechamento do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (AMJG). Sua pesquisa, envolvendo 170 trabalhadores — ou seja, 10% do total que atuava no antigo lixão — revela a precariedade que historicamente caracterizou essa atividade no território. Concordamos com a autora que a desativação do aterro, embora justificada tecnicamente pelo risco ambiental e pelo esgotamento da capacidade operacional, gerou impactos significativos nas trajetórias de vida de centenas de catadores e catadoras que atuavam no local.

A atividade de catação era exercida majoritariamente de forma informal e sem garantias previdenciárias, configurando-se como uma prática de sobrevivência, realizada em condições degradantes, a céu aberto, no vazadouro do aterro (Bastos, 2013). A partir dos achados de Bastos (2013), constatou-se que a maioria desses trabalhadores não estava inserida em organizações coletivas, desconhecia seu papel na cadeia produtiva da reciclagem e não acessava direitos básicos previstos pelas políticas públicas, mesmo sendo elegíveis. Essas condições os mantinham à margem do mercado de trabalho formal e reforçavam o estigma que associava os catadores à sujeira e à marginalidade (Bastos, 2013).

Em consonância com os dados mais recentes levantados pelo Ibase (2024), observa-se que a lógica da informalidade ainda estrutura o cotidiano de muitos trabalhadores que, mesmo após o encerramento do aterro, permanecem à margem das garantias sociais. Submetidos à invisibilidade institucional e à exclusão estrutural, são sujeitos que continuam a sofrer devido às diversas formas de negação de direitos.

A título de exemplo, ao retomar a discussão da ampla cobertura midiática nos meses que antecederam o encerramento do AMJG, com ênfase no ano de 2011, quando o tema ganhou projeção nacional, é possível notar uma gradativa redução do interesse da mídia sobre o território. Entre 2013 e 2024, embora novas matérias tenham sido publicadas — totalizando 25 acessíveis ao público —, o ritmo e o volume das publicações diminuíram significativamente, sinalizando um

apagamento progressivo do debate público sobre os efeitos concretos do fechamento do lixão na vida das catadoras e catadores que ali atuavam.

A pauta, anteriormente utilizada como símbolo do avanço ambiental para os grandes eventos internacionais realizados no país, foi sendo gradativamente negligenciada à medida que o território deixou de servir a esses propósitos. A cobertura jornalística, portanto, acompanhou a lógica do descarte que o próprio AMJG representava: uma vez encerrada sua função "oficial", o destino dos sujeitos que dele dependiam tornou-se, igualmente, descartável.

Nesse contexto, o território de Jardim Gramacho carrega o estigma do "rejeito humano", sendo historicamente associado ao que é descartado em termos materiais, mas também sociais. O trabalho realizado pelos catadores, majoritariamente em condições insalubres e precárias, reflete a face mais perversa de um sistema capitalista que se sustenta na superexploração da mão de obra daqueles excluídos do mercado formal. Por meio da informalidade, esses sujeitos realizam atividades centrais para a gestão dos resíduos urbanos, mas continuam desvalorizados, invisibilizados e marginalizados (Bastos, 2015).

Embora existam dispositivos legais e a atividade de catador(a) esteja formalmente reconhecida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) pelo código 5192-05, persiste a ausência de um reconhecimento efetivo que os integre como sujeitos centrais na gestão de resíduos. Jardim Gramacho representa uma expressão concreta da questão social e, em um cenário marcado por baixa escolaridade, desproteção social e vínculos profundos com o território, o encerramento do lixão simbolizou mais uma ruptura na trajetória de um grupo historicamente marginalizado, cuja sobrevivência permaneceu atrelada à informalidade e à negligência estatal.

Desprovidos de valor para muitos, o "lixo" foi e ainda é matéria-prima para milhares de catadoras e catadores de materiais recicláveis. Contudo, após o fechamento do AMJG, uma massa de trabalhadoras e trabalhadores se viu privada da única fonte de trabalho da qual dependiam para sobreviver. Para viabilizar o fechamento do AMJG, foi firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e a Petrobras. Nesse TAC, compromissos e obrigações a serem cumpridos por ambas as partes foram estabelecidos, incluindo a criação de um Polo de Reciclagem e a revitalização do sub-bairro de Jardim Gramacho (Rio de Janeiro, 2012).

Apesar de o encerramento oficial do AMJG ter ocorrido em 2012, como parte das ações associadas à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e da agenda de grandes eventos internacionais realizados no Brasil, os efeitos desse

fechamento permanecem latentes no território (Bastos, 2013). Assim, o encerramento do AMJG não pode ser compreendido apenas como uma reação a preocupações ambientais ou ao cumprimento da legislação nacional de resíduos sólidos (Bastos, 2012). Deve ser analisado, sobretudo, à luz do contexto político e simbólico de preparação do Brasil para eventos internacionais de grande visibilidade, como a Conferência das Nações Unidas Rio+20 (2012), a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos (2016).

Para Bastos (2012), tais eventos funcionaram como vitrines globais, exigindo das cidades-sede um esforço de "maquiagem urbana", no qual espaços considerados incômodos ou incompatíveis com a imagem de modernidade e sustentabilidade a ser projetada internacionalmente, como a presença do maior lixão da América Latina, precisavam ser removidos ou ocultados. Nesse sentido, o fechamento do AMJG se insere em uma estratégia de higienização, onde a desativação do lixão foi menos motivada pela garantia de direitos socioambientais às catadoras e catadores e mais orientada por compromissos políticos e estéticos com organismos internacionais e com a opinião pública.

A Lei nº 12.305/2010 estipulava que até agosto de 2014 todos os lixões do país deveriam ser desativados. No entanto, passados mais de dez anos do prazo legal, o cenário nacional ainda revela a permanência de milhares de lixões em funcionamento, com a continuidade de práticas de descarte inadequadas e a expansão de vazadouros clandestinos, inclusive em Jardim Gramacho.

No sub-bairro, observa-se, por meio de idas a campo, que, embora o fechamento do lixão tenha sido oficialmente concretizado, a lógica de destinação precária dos resíduos persiste, agora de maneira mais dispersa e informal. Vazadouros irregulares proliferam, agravando os riscos ambientais e sanitários para os moradores. Ao mesmo tempo, as promessas de reurbanização e inclusão produtiva feitas às catadoras e catadores não se concretizaram.

O Polo de Reciclagem de Jardim Gramacho, criado como alternativa de reinserção econômica para os trabalhadores do antigo aterro, nunca teve plena capacidade de absorção da força de trabalho local. Até a elaboração desta tese, passados mais de dez anos desde sua implementação, o Polo opera de forma limitada, com apenas três galpões em funcionamento irregular e aproximadamente 38 catadores ativos, número extremamente reduzido em relação ao contingente de trabalhadores que anteriormente sustentavam sua vida a partir da catação.

Nesse contexto, julgamos pertinente as reflexões de Bastos (2015):

Com a perda de referência da atividade de catação no antigo lixão de Gramacho, o contingente de catadores ficou à mercê de enfrentar novos desafios na busca de se inserir em outras formas de trabalho ou aguardar a efetivação das atividades no Polo de Reciclagem de Jardim Gramacho para sobreviver. Além do risco ambiental que a própria natureza do trabalho os colocava, estes trabalhadores se depararam com uma realidade árida, onde a oportunidade de permanência na atividade de catação ficou escassa, ora porque a erradicação dos lixões já estava determinada pela legislação (agosto/2014), ou porque os projetos voltados para área socioambiental de manutenção do trabalho de separação e reutilização dos materiais potencialmente recicláveis não foram elaborados (Bastos, 2015, p. 280).

Neste cenário de abandono institucional e promessas não cumpridas, é fundamental ressaltar que, mesmo diante da interrupção das ações planejadas para atenuar os passivos ambientais e sociais resultantes do fechamento do AMJG, a população tem se reinventado a cada dia. A permanência no território, marcada por laços históricos e afetivos, evidencia estratégias de sobrevivência que se configuram como formas de resistência em face da ausência de políticas públicas estruturantes.

Conforme observa Bastos (2019), poucas iniciativas foram efetivamente implementadas visando à recuperação ambiental da área, e os compromissos de compensação socioambiental assumidos na época do encerramento do lixão foram amplamente ignorados pelos gestores públicos. Essa negligência acentua o processo de injustiça socioambiental que permeia o sub-bairro, ao mesmo tempo em que transfere, mais uma vez, para os ombros dos moradores o peso de lidar com as consequências da degradação e exclusão. No que tange à relação entre catadoras e catadores com cooperativas e associações, verifica-se um enfraquecimento ao longo do tempo, ainda mais acentuado do que o já previsto anteriormente por Bastos (2008).

Ao investigar as contradições que envolvem a organização e atuação de cooperativas e associações de catadores em Jardim Gramacho, Bastos (2008) notou que os trabalhadores expressam percepções ambivalentes sobre a atividade que exercem. De um lado, reconhecem a importância do trabalho com resíduos; de outro, tendem a desqualificá-lo, especialmente por desconhecerem as etapas e os impactos da cadeia produtiva além do espaço do antigo lixão.

Ademais, o processo de organização coletiva, mesmo após quase duas décadas, ainda se mostra limitado, alcançando apenas uma fração reduzida dos catadores e catadoras que atuam no território. Por isso, concordamos com Bastos (2008) ao afirmar que a dificuldade se relaciona, de um lado, às experiências de vida marcadas por trajetórias individuais de exclusão, nas quais a construção de vínculos coletivos foi historicamente fragilizada; de outro, à persistência dos estigmas que cercam o trabalho com lixo, frequentemente associado à sujeira,

marginalidade e informalidade. Esses fatores dificultam a consolidação de uma identidade coletiva e o fortalecimento político da categoria enquanto sujeitos de direitos.

Desse modo, o surgimento de múltiplas cooperativas na região resultou no fechamento de algumas, na fusão de outras para colaborar em conjunto, enquanto algumas continuam ativas, prosseguindo com suas atividades de coleta, separação, beneficiamento e/ou revenda de resíduos sólidos (IBASE, 2022). O Diagnóstico Social Participativo de Jardim Gramacho, elaborado em 2022, identificou 10 (dez) cooperativas presentes no território: Cooper Ecológica; Cooper Nova Era; Cooper Caxias; Cooper Amigos do Meio Ambiente; Cooper Vida; Cooper Metropolitan; Cooperativa de Trabalho de Catadores e Catadoras de Duque de Caxias – CTR Caxias; Cooper Jardim; Cooper Total; Cooper Prosperar. Além disso, foram identificadas 3 (três) associações: Associação dos Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (ACAMJG); Associação de Catadores de Material Reciclável do Estado do Rio de Janeiro (ACERJ); Associação Carioca de Catadores e Ex-catadores (ACEX), além do funcionamento da Rede Recicla Verde, composta pelas cooperativas Cooper Vida, Cooper Prosperar e Cooper Amigos do Meio Ambiente. Conforme o mapeamento realizado, foram identificados 19 estabelecimentos não regularizados compradores de materiais recicláveis (depósitos), bem como a presença crescente de aterros clandestinos (IBASE, 2022).

À medida que os depósitos se expandem no território e as cooperativas e associações enfrentam desafios e transformações, verifica-se que o local onde as atividades são realizadas exerce influência sobre as relações estabelecidas nas práticas de trabalho. Pesquisas anteriores sobre o tema discutiram a exploração desses profissionais por intermediários ou atravessadores, assim como as condições de trabalho em cada espaço, caracterizando-os como cooperativados aqueles que atuam no âmbito de cooperativas, frente de serviço os que operam em depósitos e individuais os que trabalham de forma autônoma, por conta própria nas ruas (Porto et al., 2004; Carmo; Oliveira; Arruda, 2006; De Souza; De Paulo; De Souza-Pinto, 2012; Lima, 2018).

A problemática dos resíduos sólidos não se restringe apenas ao aspecto ambiental, mas abrange também uma dimensão social, exigindo políticas e ações que devem ser desenvolvidas com o intuito de mitigar o impacto ambiental dos resíduos, visando à melhoria das condições de vida e de trabalho dos indivíduos envolvidos na catação de materiais recicláveis. O trabalho com resíduos é realizado tanto por homens quanto por mulheres, englobando a coleta, separação

e venda de materiais recicláveis, como plástico, papel, metal, vidro e outros, que podem ser encontrados em lixões, aterros sanitários, ruas e outros locais de descarte. A atuação no setor de resíduos contribui de maneira significativa para o meio ambiente, mas, em termos de trabalho e renda, é marcada por uma série de desafios e dificuldades que variam segundo gênero, raça e território em que os sujeitos atuam.

A maioria das pessoas envolvidas na catação de materiais recicláveis opera na informalidade, o que dificulta a obtenção de dados precisos sobre o total de trabalhadores nessa atividade. Entretanto, segundo estimativas do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), aproximadamente 800 mil pessoas estão engajadas na catação no Brasil, sendo cerca de 70% desse total composto por mulheres (MNCR, 2021).

As dificuldades enfrentadas são exacerbadas pela extrema precariedade que caracteriza suas vidas, resultantes do trabalho árduo, da renda mínima e das oscilações nos preços dos materiais vendidos de acordo com as flutuações do mercado. Dessa forma, a renda frequentemente obtida é insuficiente para atender às necessidades básicas, colocando em risco a sobrevivência dos trabalhadores e trabalhadoras que dependem da catação, assim como de suas famílias.

No que tange à dualidade identificada na literatura, observa-se um contraste significativo em relação à importância concreta e mensurável do trabalho desempenhado pelas cooperativas e associações de catadoras e catadores de materiais recicláveis. Na cidade do Rio de Janeiro, constatamos que os resultados da reciclagem foram expressivos, conforme demonstrado na figura 36, a seguir:

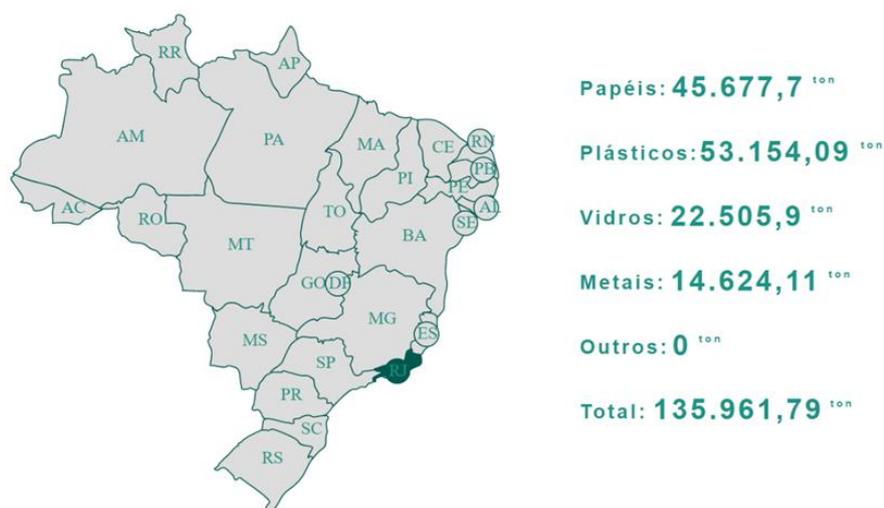


Figura 36 - Volume de Materiais Reciclados no Rio de Janeiro em 2023. Fonte: Anuário da Reciclagem (2023).

Conforme exposto, em 2023, cooperativas e associações na cidade do Rio de Janeiro conseguiram reciclar um total de 135.961,79 toneladas de resíduos. Os materiais reciclados em maior volume foram plásticos (53.154,09 toneladas), papéis (45.677,7 toneladas), vidros (22.505,9 toneladas) e metais (14.624,11 toneladas). Além disso, o Anuário da Reciclagem (2023) aponta que, em todo o território nacional, catadoras e catadores destinaram aproximadamente 1,8 milhões de toneladas de resíduos à reciclagem, contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa em cerca de 876,3 mil toneladas.

De acordo com informações do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2023), com base em dados de 2022, cooperativas e associações atuaram em mais de 1.700 municípios, sendo responsáveis por mais de 36% do volume total de resíduos coletados nessas localidades. Em 2023, foram identificadas 2.941 organizações que envolvem catadoras e catadores de materiais recicláveis no Brasil. No estado do Rio de Janeiro, estima-se a existência de aproximadamente 183 dessas organizações (Anuário da Reciclagem, 2023; SNIS, 2023). Contudo, os dados do anuário não oferecem informações detalhadas sobre a representatividade feminina no setor.

Entretanto, de acordo com estimativas do MNCR (2021), embora a maior parte das pessoas que atuam na catação sejam mulheres, essa significativa presença feminina não se reflete, de forma proporcional, nos espaços de decisão e gestão das cooperativas e associações. Em muitos casos, as mulheres estão predominantemente alocadas nas etapas mais exaustivas do processo, como triagem e limpeza dos materiais, e enfrentam dificuldades adicionais para acessar cargos diretivos, representativos ou de liderança política dentro das organizações. A desigualdade de gênero, portanto, se manifesta não apenas nas condições de trabalho, mas também na maneira como o reconhecimento simbólico e institucional do papel da catadora é sistematicamente desvalorizado.

Mesmo em iniciativas voltadas à inclusão produtiva, as estruturas organizacionais frequentemente reproduzem hierarquias de gênero, dificultando a emancipação econômica e a valorização do trabalho realizado por essas mulheres. Apesar dos avanços que a PNRS representa no reconhecimento formal da atividade de catadoras e catadores como parte estratégica da cadeia da reciclagem, sua estrutura normativa ainda carece de uma incorporação efetiva das especificidades de gênero, raça e território que influenciam essa realidade. Ao desconsiderar a centralidade do trabalho feminino e negro na economia dos resíduos, a PNRS limita sua capacidade de promover justiça social e ambiental

para aqueles sujeitos historicamente mais impactados pela precarização e informalidade.

A própria formulação textual da PNRS/2010 já revela um viés estrutural excludente. Ao utilizar o termo "catador" como uma categoria genérica, o texto ignora deliberadamente a expressiva presença das mulheres, especialmente as mulheres negras, nesse campo de atuação. Tal escolha discursiva, longe de ser neutra, mostra a predominância de uma lógica androcêntrica e racializada que invisibiliza as contribuições femininas, reforçando sua exclusão dos espaços de formulação, gestão e protagonismo político no setor. Com isso, as mulheres permanecem restritas às etapas mais desgastantes e invisibilizadas do processo de reciclagem, mesmo sendo a maioria na atividade.

Embora o conjunto de legislações e decretos apresentados no quadro 2, que será analisado a seguir, demonstre a existência de um arcabouço normativo relativamente robusto, voltado à valorização dos catadores e à organização da gestão dos resíduos sólidos, é necessário problematizar sua efetividade concreta. A multiplicidade de dispositivos legais, promulgados ao longo de quase duas décadas, não resultou, de maneira linear, em melhorias significativas para os trabalhadores da reciclagem, especialmente para as mulheres negras e periféricas que atuam na base da cadeia. Em vez disso, observa-se um descompasso entre a produção normativa e a realidade nos territórios, marcada pela informalidade, pela ausência de infraestrutura e pela perpetuação de desigualdades históricas.

Quadro 2 – Marcos legais relacionado a atuação na Catação de Materiais Recicláveis e a Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos (2006 a 2025)

Ano	Dispositivo	Objetivos
2006	Decreto nº 5.940 (revogado)	Institui a separação de resíduos recicláveis nos órgãos públicos federais, com destinação prioritária a cooperativas e associações de catadores.
2007	Lei nº 11.445	Diretrizes nacionais para o saneamento básico; inclui dispositivos que favorecem a contratação de cooperativas sem licitação.
2010	Lei nº 12.305	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS); reconhece os catadores como agentes importantes na cadeia da reciclagem.
2010	Decreto nº 7.404 (revogado)	Regulamenta a PNRS, estabelecendo

		instrumentos para sua implementação.
2010	Decreto nº 7.405 (revogado)	Institui o Programa Pró-Catador, visando a inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis.
2015	Acordo Setorial para Implantação do Sistema de Logística Reversa de Embalagens em Geral	Não é uma lei, mas sim um instrumento jurídico previsto na própria Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), especificamente nos artigos 33 e 34 da Lei nº 12.305/2010.
2017	Decreto nº 9.177 (revogado)	Tornava obrigatória a logística reversa para empresas não signatárias do acordo setorial. Posteriormente revogado.
2020	Lei nº 14.026	Atualiza o marco legal do saneamento básico, atribuindo à ANA a competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento.
2022	Decreto nº 11.044 (revogado)	Instituiu o programa Recicla+, buscando estruturar a logística reversa de forma ampla, mas foi revogado.
2022	Decreto nº 10.936	Consolida normas do setor de resíduos sólidos e logística reversa, regulamentando aspectos operacionais da PNRS.
2022	Decreto nº 11.300	Instituiu a logística reversa de embalagens de vidro, com previsão de inclusão dos catadores no ciclo.
2023	Decreto nº 11.413	Institui o CCRLR (embalagens em geral) e CERE (embalagens e eletroeletrônicos), além do CCMF (massa futura).
2023	Decreto nº 11.414	Cria o Programa Diogo de Sant'Ana Pró-Catadoras e Pró-Catadores e o Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica dos Catadores. Prevê ações específicas para igualdade de gênero e raça e reconhecimento da centralidade dos catadores.

Fonte: Dados da Pesquisa, com base nos dispositivos mencionados (2024).

Sustentamos que essa omissão é especialmente grave em contextos como o de Jardim Gramacho, onde o trabalho com resíduos é amplamente feminizado, racializado e territorializado. A formulação de políticas públicas que ignoram essas dimensões não apenas desconsidera a realidade concreta dessas mulheres, mas também contribui para a perpetuação das desigualdades que historicamente as afetam.

Quando as políticas públicas são concebidas de maneira abstrata e universalizante, sem a devida consideração dos marcadores sociais que estruturam o acesso desigual a direitos e oportunidades, tendem a reforçar os mecanismos de exclusão. No caso das catadoras de Jardim Gramacho, isso implica em continuar relegando à invisibilidade os corpos que, embora sustentem a cadeia da reciclagem com seu trabalho precarizado, são sistematicamente marginalizados pelas estruturas do Estado. Portanto, trata-se de uma política que opera a partir de uma racionalidade excludente, ao não reconhecer que gênero, raça e território são variáveis estruturantes da forma como o trabalho é distribuído, valorizado ou desvalorizado na sociedade.

Ao não enfrentar esses atravessamentos, a PNRS e outras iniciativas de escopo similar permanecem distantes da efetivação de justiça ambiental, econômica e de gênero, mantendo essas mulheres em uma posição periférica, tanto em termos de reconhecimento quanto em termos de acesso a políticas de inclusão produtiva. Por essa razão, políticas públicas de inclusão produtiva que ignoram as desigualdades históricas que estruturam o trabalho das catadoras, em vez de promover transformação, tendem a reproduzir a lógica da exclusão, mantendo as trabalhadoras à margem do sistema formal, sem pleno acesso a direitos, equipamentos, infraestrutura ou participação qualificada nas decisões que afetam diretamente sua atividade.

Nesse contexto, o Decreto nº 11.414, de 13 de fevereiro de 2023, que instituiu o Programa Diogo de Sant'Ana Pró-Catadoras e Pró-Catadores para a Reciclagem Popular, representa um avanço ao reconhecer a urgência de políticas mais sensíveis às especificidades das mulheres envolvidas na catação. Em seu artigo 2º, o decreto reconhece como catadoras e catadores as pessoas físicas que se dedicam, de forma individual ou por meio de cooperativas, associações ou outras formas de organização popular, às atividades que vão da coleta à comercialização de materiais reutilizáveis e recicláveis (Brasil, 2023).

Trata-se de um reconhecimento abrangente da multiplicidade de formas de atuação na reciclagem, superando, ao menos no plano normativo, a ideia restritiva de trabalho formalizado ou exclusivamente institucionalizado. No que se refere

aos objetivos do programa, o artigo 3º explicita, em seu inciso I, a importância de “promover o reconhecimento das catadoras e dos catadores como protagonistas no processo de reciclagem”, enquanto o inciso XVII prevê o “fomento à inclusão socioeconômica de catadoras e catadores em situação precária de trabalho, em lixões ou em situação de rua” (Brasil, 2023).

Ademais, o inciso XX propõe “estimular a implementação de mecanismos para assegurar a igualdade racial e de gênero e a diversidade na cadeia produtiva da reciclagem” (Brasil, 2023). Embora represente um avanço significativo no reconhecimento das desigualdades estruturais que permeiam esse campo de atuação, é imperativo problematizar os limites de sua efetivação concreta, especialmente em territórios historicamente vulnerabilizados, como é o caso de Jardim Gramacho.

A experiência histórica do sub-bairro indica que políticas públicas formuladas em nível federal, ainda que bem-intencionadas, frequentemente não alcançam os sujeitos a que se destinam. Isso ocorre, em grande parte, pela ausência de articulação entre os entes federativos e pela permanência de estruturas racistas, patriarcais e excludentes que influenciam na formulação, execução e monitoramento das ações públicas. Nesse sentido, a eficácia de dispositivos como o Programa Diogo de Sant’Ana deverá ser mapeada ao longo dos próximos anos, para que possamos compreender a real dimensão de seu alcance.

As discussões deste capítulo nos permitem afirmar que, para além de um território marcado pelo estigma e pela precariedade, Jardim Gramacho é também uma expressão viva das estruturas de opressão e inclusão precária que discutimos ao longo do Capítulo 2 e 3. A partir das contribuições de autores como Fanon (2010), Gonzalez (2020), Quijano (2005) e Césaire (1978), compreendemos que os efeitos da colonialidade vão além da dimensão histórica, estruturando a desigualdade racial, social e territorial que incide diretamente sobre os corpos racializados e generificados que habitam e sustentam esse território com seu trabalho.

As desigualdades identificadas nas análises territoriais e nas entrevistas com as catadoras não são resultado de uma desorganização espontânea, mas da lógica persistente da modernidade/colonialidade, que impôs a esses sujeitos uma condição de subalternidade prolongada. A divisão racial do espaço, conforme discutido por Gonzalez (2020), permanece viva na configuração urbana de Duque de Caxias e, mais intensamente, em Jardim Gramacho, onde o território do lixo opera como um espaço de confinamento e invisibilização.

Dessa forma, as desigualdades identificadas nas análises territoriais e nas entrevistas com as catadoras que serão apresentadas a seguir não são fruto de uma desorganização espontânea, mas sim da lógica persistente da modernidade/colonialidade, que impôs a essas sujeitas uma condição de subalternidade prolongada. A divisão racial do espaço, como discutida por Gonzalez (2020), se perpetua na configuração urbana de Duque de Caxias e, com mais intensidade, em Jardim Gramacho, onde o território do lixo se configura como um espaço de invisibilidade.

Assim, os dados empíricos apresentados nesta etapa dialogam diretamente com os pressupostos teóricos discutidos ao longo da tese, permitindo-nos observar como as feridas da colonização permanecem abertas e atravessam o cotidiano das mulheres que, apesar de tudo, florescem nos territórios reservados para o que é considerado descartável.

## 5

### **Ser Catadora, Ser Resistência: Vida e trabalho em Jardim Gramacho**

*Para a mulher negra inexistente o tempo de parar de trabalhar, vide o racismo estrutural, que as mantém fora do mercado formal, atravessando diversas idades no não emprego, expropriadas; e de geração, infantil, porque deve fazer o que ambos – marido e patroa – querem, como se faltasse vontade própria e, o que é pior, capacidade crítica. Independentemente da idade, o racismo infantiliza as mulheres negras. Velhice é como a raça é vivida; e classe-raça cruza gerações, envelhecendo mulheres negras antes do tempo (Akotirene, 2019, p. 17).*

Considerando o propósito da tese de investigar como as condições locais e as dinâmicas socioambientais de Jardim Gramacho impõem desafios específicos às mulheres, tanto negras quanto não-negras, que atuam na catação de materiais recicláveis, busca-se entender de que forma essas dificuldades, moldadas pelas interações entre capital e trabalho, afetam suas vidas em um território historicamente definido como espaço destinado ao lixo. Este capítulo tem como função a apresentação dos resultados obtidos.

É importante destacar que, embora as questões formuladas para nossas interlocutoras tenham guiado a coleta de dados, a análise foi realizada segundo os princípios da ACT (Bardin, 2016), concentrando-se em núcleos de sentido que se repetem, que são relevantes e que se articulam com a pergunta de pesquisa e os objetivos específicos. Desse modo, foi necessário selecionar categorias emergentes que apresentassem maior densidade analítica e recorrência nos discursos. Apesar de o roteiro incluir 14 questões abertas, nem todos os tópicos foram explorados em profundidade por todas as entrevistadas, ressaltando a importância de respeitarmos a organicidade do material empírico e a narrativa elaborada pelas catadoras.

Diante da riqueza e do volume das informações coletadas nas entrevistas, optou-se por priorizar na análise os elementos mais significativos e diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa. A escolha metodológica pelas categorias temáticas visou preservar a profundidade analítica, sem desconsiderar a diversidade das experiências relatadas. Assim, a intenção não é esgotar a totalidade das falas, mas sim apresentar os sentidos que emergem das narrativas, a partir dos eixos analíticos estabelecidos ao longo da pesquisa.

Portanto, ao seguir a estrutura metodológica proposta por Bardin (2016), iniciamos pela organização do corpus, transcrição integral das entrevistas e leitura

flutuante. A etapa de apresentação das interlocutoras, embora ainda não tenha avançado para a categorização definitiva, já revela elementos estruturantes das categorias principais, como infância interrompida, territorialização da desigualdade e sobrecarga interseccional. Essas unidades de sentido se integram e emergem em função do conteúdo das falas de nossas interlocutoras, articulando-se com o referencial teórico que fundamenta a pesquisa.

### **5.1 No Jardim de Gramacho, florescem catadoras**

Ao longo da pesquisa, como sinalizado na etapa metodológica, foram entrevistadas treze catadoras de materiais recicláveis com trajetórias profundamente singulares, mas entrelaçadas por um território comum: Jardim Gramacho. Seus percursos refletem a complexidade das formas de inserção no trabalho com resíduos, revelando tanto a permanência de práticas históricas quanto a reinvenção de estratégias de sobrevivência diante das múltiplas adversidades enfrentadas.

Algumas dessas mulheres atuaram diretamente no antigo AMJG, enfrentando o cotidiano árduo e insalubre da catação no lixão. Outras, após o encerramento das atividades do aterro, iniciaram suas atividades e/ou continuaram atuando na reciclagem de forma autônoma, seja no Polo de Reciclagem de Jardim Gramacho, em depósitos locais ou catando pelas ruas da cidade. Suas falas revelam mais do que as marcas do trabalho, mas também os afetos, os vínculos e as estratégias de resistência que constroem em seus cotidianos.

Neste subtópico, serão apresentadas suas travessias como sujeitas históricas que ressignificam o trabalho com resíduos, conferindo-lhe dignidade, pertencimento e luta. Decidimos nomeá-las com nomes de flores, pois as catadoras de Jardim Gramacho são, na verdade, como girassóis: florescem mesmo em meio ao concreto, à beira de estradas, no calor árido, e ainda assim movem-se em direção à luz, mesmo quando tudo ao redor parece sombra.

São mulheres que como rosas, desabrocham em meio ao que é descartado, ao que o sistema define como resto, mas que se erguem, apesar da aridez das políticas públicas, da precariedade e do estigma. Para destacar a exposição das entrevistas narrativas, os trechos de fala de nossas interlocutoras serão apresentados em negrito. Para preservar a identidade das entrevistadas, optamos por não revelar a localidade exata onde residem no texto. As entrevistas abrangeram as seis comunidades oficialmente mapeadas pelo IBGE no último

Censo, além de outras nomeadas pelos próprios moradores. Também decidimos não utilizar fotografias que expusessem suas moradias, a fim de evitar qualquer possibilidade de reconhecimento.

Por solicitação das próprias participantes, não utilizamos o gravador ao tratar de algum tema que as expusesse; em outros, após a devolutiva com as transcrições para as catadoras, foi solicitada a retirada dessa exposição. Devido à confiança no diálogo estabelecido, compreendemos que alguns ocultamentos se sobrepõem à formalidade do registro. Desse modo, a decisão de não expor alguns registros fotográficos, orais e escritos foi motivada, sobretudo, pela intensificação da violência no território, em meio à atuação do poder paralelo.

Aos leitores, informamos que esta etapa de apresentação corresponde ao momento inicial das entrevistas, comumente referida, nos estudos qualitativos, como 'quebra-gelo'. Conforme descrito no Apêndice I<sup>23</sup>, esse momento teve início com a identificação nominal da interlocutora e a última indagação, por exemplo, sobre o recebimento (ou não) de benefícios sociais de transferência de renda.

Em algumas entrevistas, observamos que, à medida que se estabelecia a confiança entre pesquisadora e entrevistada, outros elementos relevantes para a pesquisa foram compartilhados espontaneamente já nessa fase inicial. Tais conteúdos, por sua natureza e densidade, foram incorporados à etapa de apresentação, pois se associam diretamente às travessias das catadoras e dialogam com as categorias construídas na ACT. Posteriormente, esses elementos foram retomados e aprofundados nas seções analíticas, onde foram discutidos à luz do referencial teórico adotado, ora em diálogo, ora em confronto com as perspectivas acadêmicas sobre trabalho, gênero, raça, território e resistência.

### **5.1.1 As Rosas Falam!**

Diz-se que um dia, ao ver o jardim florido pelas mãos de Dona Zica, Cartola ouviu dela a pergunta: "Por que é que nasceu tanta rosa?", ao que ele respondeu, com a delicadeza que lhe era própria: "Não sei, Zica. As rosas não falam".<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> Durante o desenvolvimento da pesquisa, tornou-se necessário ajustar algumas perguntas, uma vez que constatamos que o critério de classificação por raça/cor do IBGE não era facilmente compreendido por nossas interlocutoras. Assim, reformulamos a questão "Em relação a sua cor/raça, como você se identifica? ( ) Branca ( ) Parda ( ) Preta" para: "Em relação a sua cor, como você se identifica?", o que possibilitou que as catadoras expressassem suas percepções por meio da autodeclaração.

<sup>24</sup> Confira maiores informações em: <https://novabrazilfm.com.br/notas-musicais/cartola-as-rosas-nao-falam-e-o-mundo-e-um-moinho>

Foi assim que nasceu a canção que atravessou gerações, afirmando em seu verso mais famoso que “as rosas não falam, simplesmente as rosas exalam.” Mas em Jardim Gramacho, contrariando Cartola, as rosas também falam!

### **Jasmin**

Jasmin, com seus 27 anos, se reconhece como uma mulher branca e vive em Jardim Gramacho há oito anos. Nos últimos três anos, tem se dedicado ao trabalho na área de reciclagem, em um depósito bem próximo de sua residência. É filha de Camélia, que também contribuiu para a pesquisa e será apresentada em breve. Jasmin se classifica como branca, pois nutre incertezas sobre sua identidade, conforme expressa a seguir:

*“a cor diferente de minha mãe, que é visivelmente negra” (Entrevista realizada em 16/10/2023).*

Jasmin é mãe de dois filhos, um casal. Ela reside com as crianças na mesma habitação que sua mãe e padrasto, que também se dedicam à coleta de materiais recicláveis. Embora seja a responsável pelo sustento de seus filhos, enfatiza que não procurou se cadastrar no programa Bolsa Família, pois:

*“eu que compro tudo que são deles, mas a minha mãe é quem é a maior renda no momento, inclusive ela quem recebe o Bolsa Família (...) não recebo o benefício porque quero ainda trabalhar de carteira assinada e até um tempo atrás eu não morava aqui, vim pra cá pra ajudar minha mãe com meus irmãos e ela a mim a tomar conta das crianças, como aqui só tem como trabalhar com o lixo, é o que eu sei fazer, é o mais fácil” (Entrevista realizada em 16/10/2023).*

No dia em que realizamos a entrevista, Jasmin estava finalizando um trabalho de inglês que deveria ser entregue na escola. Durante a conversa, ela revelou que se encontrava no terceiro ano do ensino médio e expressou seu desejo de deixar para trás o ciclo da reciclagem:

*“tenho o sonho de trabalhar por conta própria, em algo melhor, onde eu tô, fazendo o que eu faço não é muito bom não” (Entrevista realizada em 16/10/2023).*

Atualmente, Jasmin desempenha suas funções em um depósito, onde é incumbida da tarefa de separar, preencher e organizar as *bags*, que são grandes sacolas destinadas ao acondicionamento de materiais recicláveis, podendo variar em peso até 200 quilos, conforme as especificações do fabricante.

### **Camélia**

Camélia, uma mulher parda de 43 anos, mantém uma relação com Jardim Gramacho que se estende por quase 35 anos. Nos últimos 15 anos, ela reside no território, conforme relata:

*“um pouco antes da rampa lá do xangô fechar eu catar podião por aqui. Na verdade, eu não ia lá pra rampa pra trabalhar, eu subia no podião pra catar as*

*coisas pra comer. Aí eu esperava o carro lá na pista e vinha correndo em cima pra poder pegar as coisas, tinha danone, tinha pão, tinha de tudo lá atrás. Foi daí que tempos depois eu comecei a trabalhar com os plásticos, de todo tipo, até os finos pra fazer sacola, aí depois que eu fui pra cooperativas de catadores. É muito tempo na reciclagem, eu só não sei dizer assim com precisão quantos” (Entrevista realizada em 29/01/2024).*

Com riqueza de detalhes, Camélia, mãe de Jasmin, compartilha que divide sua casa com oito pessoas: seu esposo, seus dois filhos e seus três netos. Ela se posiciona como a chefe da família, mesmo tendo dado à luz a uma menina recentemente. Devido ao seu afastamento das atividades de catação, começou a trabalhar em casa e recebe o Bolsa Família, o que resulta em uma renda um pouco superior àquela obtida por seu esposo, que também atua na catação. Presentemente, ela está inserida no polo de reciclagem e vinculada a uma cooperativa de reciclagem.

Em relação à sua filha Jasmin, Camélia menciona que ela a auxiliou por muito tempo nos cuidados com os irmãos, permitindo que ela pudesse trabalhar. No entanto, diante das oportunidades que a reciclagem oferece em Gramacho, Jasmin decidiu seguir os passos da família, que, desde Camélia, não se aventurou em outra área.

Além de relatar suas dificuldades em sobreviver sem a atividade no Polo de Reciclagem, Camélia compartilhou diversos aspectos sobre Jardim Gramacho, incluindo o intenso fluxo de caminhões. Segundo sua estimativa, mais de 50 a 100 caminhões transitavam diariamente pelo AMJG.

*“pode parecer exagero, mas é que nunca parei pra ficar o dia inteiro contando, mas que tinha um tanto assim, tinha (...) o aterro foi o lugar que eu vi que dava pra ganhar dinheiro, tanto que eu abri uma rampinha aqui mesmo no quintal de casa. Dali mesmo outras pessoas vieram trabalhar nessa minha rampinha, assim que eu comecei a trabalhar com reciclagem, entendeu? Aí abriu o transbordo, eu ia pra lá comprar lona, material de lona pra revender e aí eu fui indo. A maioria da minha família, toda praticamente trabalhou na reciclagem e alguns ainda trabalham, meu filho e minha filha mesmo trabalham na reciclagem, meu marido” (Entrevista realizada em 29/01/2024).*

Camélia descreveu minuciosamente o que ela denomina como o "outro lado" de sua vida, antes de se inserir na catação.

*“é o outro lado da minha vida trabalhar no lixão (...) antes atuei numa fábrica de fazer jornal, por produção, era temporária, mas desde nova eu fui pro xangô e depois aqui. Porque até pra passar Henê no cabelo era do lixo que vinha os produtos” (Entrevista realizada em 29/01/2024).*

Segundo Camélia, ela estudou apenas até a terceira série, tendo que deixar a casa dos pais devido a uma briga familiar. Morando com o pai, abandonou a escola, e, ciente da importância da educação, se empenha para que seus filhos e netos não enfrentem o mesmo destino. Em relação ao Bolsa Família, expressa

sua gratidão por contar com essa renda que complementa sua atividade de catação:

*“(...) fiquei pelo mundo mesmo. Agora eu peço aos meus filhos pra acabar os estudos, não é porque eu não terminei... não, não, eu quero é que eles terminem, não sigam meu exemplo (...) pô agradeço muito a Deus que a gente tem o Bolsa Família, porque sem ele, eu já tive o cheque cidadão, pegava o leite e faz bastante diferença, esse dinheiro aqui em casa é mais pra coisas deles, não é pra unha, nem cabelo. É pra eles. O dinheiro é sagrado pras compras deles. Tem comida? Então compro outra coisa, uma piscina, um brinquedo, algo melhor pra eles, esse mês mesmo vou comprar uma TV nova pra distrair eles” (Entrevista realizada em 29/01/2024).*

## **Violeta**

Violeta, aos 32 anos, se identifica como mulher parda e reside em Jardim Gramacho desde a infância. Ao relembrar sua chegada àquela localidade, ela se define como uma cria do território:

*“tô aqui desde pequena, vim pra cá com minha mãe e meu pai, bem pequena mesmo, me considero cria de Jardim Gramacho, eu não sei dizer assim o tempo, mas era bem pequena quando vim, tô aqui desde sempre” (Entrevista realizada em 19/03/2024).*

Iniciou sua trajetória profissional na infância, oficialmente aos 14 anos, com o intuito de contribuir para o sustento da família. Sua mãe, ainda viva, reside nas proximidades, enquanto seu pai já faleceu. Violeta é mãe de cinco filhos, mantém um casamento e está gestante de sete meses do seu sexto filho, um menino. Durante a entrevista, ela relatou que a principal fonte de renda da família atualmente provém de seu esposo, embora, por um longo período, ela tenha sido a responsável pela maior parte do suporte financeiro. Em seu quintal, há materiais que utiliza para a seleção e venda, além de um pequeno espaço destinado à realização de serviços de manicure, especialmente neste período gestacional, quando pode trabalhar em casa. Violeta destaca que sempre atuou na área da reciclagem:

*“gostava de ter seu dinheiro e a rampa lhe dava tudo o que ela precisava para além de dinheiro. Era lá que eu durante minha vida toda montei minha casa, da menor ideia a maior, lá você podia encontrar de tudo um pouco!” (Entrevista realizada em 19/03/2024). É beneficiária do Bolsa Família e é “esse dinheiro que me ajuda bastante, sem ele, Nossa Senhora! Sei nem o que fazer, esse mês mesmo, adiantou um pouco o saque e eu consegui comprar coisas que em casa estava faltando bastante e Graças a esse dinheiro eu comprei” (Entrevista realizada em 19/03/2024).*

## **Girassol**

Girassol, com 37 anos, se identifica como mulher parda e reside em Jardim Gramacho desde a infância, tendo chegado ao local acompanhada de sua família, composta pela mãe, padrasto e irmãos. A trajetória laboral teve início aos 11 anos,

motivada pela necessidade de prover sustento em meio à vulnerabilidade familiar e aos conflitos resultantes de sua expulsão de casa:

*“ele não nos queria em casa, minha mãe teve que escolher entre ele e a gente, os meus irmãos cada um foi para um lado e eu, comecei a trabalhar nova porque tive que aprender a me virar sozinha” (Entrevista realizada em 12/02/2024).*

Ela passou pela experiência da catação no antigo AMJG e trabalhou em depósitos, e atualmente se encontra na informalidade, equilibrando a maternidade solo de dez filhos com atividades laborais esporádicas. Até o momento de nossa entrevista, ela conciliava a catação de resíduos em seu quintal, com os materiais acumulados, e alguns "bicos" na padaria durante os finais de semana. A vivência da catação foi para Girassol marcada tanto por dor quanto por aprendizado. Ao recordar sua experiência no AMJG, ela a descreveu da seguinte maneira:

*“(...) que me custou muita coisa, pois era muita luta a cada dia. Eu era uma criança e crianças não eram pra estar ali, eu ia escondida por dentro do mangue, dentro dos caminhões, esperando alguém dar uma bobeira pra poder subir (...) tinha nojo de mexer no lixo, era muita coisa, imagine do papel higiênico, absorvente, até cadáver!” (Entrevista realizada em 12/02/2024).*

Em relação à sua interação com outras crianças que também trabalhavam no antigo lixão, ela destacou que:

*“algumas vezes a gente era pego, levava um apavoro aqui, ali, mas depois a gente ia assim mesmo de novo, era o que tinha. Eu catava pet, não pegava muito peso e aguentava carregar as coisas mais leves (...) eu tive que aprender a sobreviver” (Entrevista realizada em 12/02/2024).*

Durante a entrevista, houve interrupções ocasionadas pela carga emocional presente em suas expressões. Ao abordar sua ocupação atual, Girassol inicialmente falou sobre sua família. Por ser mãe solo de dez filhos, exerce a função de chefe de família. Dentre os dez, sete filhos residem com ela em um cômodo de madeira construído pela ONG Teto. Os outros três filhos, já adultos e casados, não habitam em Gramacho. Durante nossa conversa, ela compartilhou um pouco sobre seu último ano, marcado por situações de violência que a levaram a se separar de seu ex-companheiro.

Girassol detalhou como equilibra sua atenção entre os filhos e os trabalhos esporádicos na padaria, mencionando os desafios financeiros e as dificuldades em sustentar sua família, atuando simultaneamente como mãe e pai:

*“muitas vezes já pensei em desistir, em pegar minhas coisas e ir embora pelo mundo, mas eu tenho uma filha de dois aninhos e quando ela ou os outros pedem mãe quero danone, mãe quero biscoito, mãe quero comer, me sinto a pior mãe do mundo por não ter o que oferecer” (Entrevista realizada em 12/02/2024).*

Em diversos momentos, a entrevista foi pausada para refletir sobre esses sentimentos, especialmente a culpa que Girassol sente. Apesar da tristeza em seu semblante, ela afirmou que seus filhos são a fonte de força que a impulsiona a

seguir em frente. Seus filhos incluem duas meninas de 2 e 3 anos, um menino de 7, outro de 9, um de 13, uma menina de 10 e uma de 14:

*“A de 14 que olha meus filhos pra eu poder trabalhar, quando eu não tô em casa, ela que se torna mãe dos meus filhos pra gente ter o que comer. Se torna, porque é a única pessoa que eu tenho pra ajudar, até porque se eu pagar, não vale a pena trabalhar pro dinheiro ir todo pra cuidarem dos meninos” (Entrevista realizada em 12/02/2024).*

Durante a conversa, abordamos sua relação com os familiares. Girassol mencionou a perda de seu irmão há aproximadamente duas semanas, vítima de homicídio. Com relação à sua mãe, ela informou que rompeu o vínculo desde o abandono na infância. Segundo Girassol, como começou a catação na infância, não teve experiências laborais anteriores. Ela expressou que, até hoje, não compreende plenamente algumas fases da vida e destacou a ausência de uma rede de apoio, mencionando que é apenas ela e seus filhos:

*“é só eu, Deus e eles (...) eu saí de criança pra adulto de um dia pro outro, nunca soube o que era ser de fato criança até as minhas chegarem” (Entrevista realizada em 12/02/2024).*

Sobre seu percurso escolar, contou que conseguiu estudar apenas até a sexta série, tendo que interromper os estudos, pois:

*“aos 17 anos eu tive meu primeiro filho, continuei trabalhando na reciclagem e dali pra cá comecei a ter um filho atrás do outro. Não me arrependo de ter eles, mas pra criar eles, foi muita luta! Esse mais velho já vai ser pai, vou ser avó em breve, ele tem mais curso e estudo que eu, então valeu a pena tudo o que passei por eles” (Entrevista realizada em 12/02/2024).*

Sem que eu precisasse indagar, ela relatou fazer uso de benefícios de transferência de renda, como o Bolsa Família, ressaltando a importância deste auxílio para o sustento de sua família:

*“é a ajuda que auxilia a garantir o pão de amanhã, mas nada como o nosso dinheiro, fruto de nosso trabalho, de nossa mão. Eu sempre gostei de ter meu trabalho, meu dinheiro, até pela quantidade de filho que eu tenho, ele não dá pra sustentar sozinho todo mundo” (Entrevista realizada em 12/02/2024).*

## **Íris**

A catadora Íris, aos 38 anos, identifica-se como mulher parda e reside em Jardim Gramacho há aproximadamente seis anos. No entanto, desde a infância, por volta dos 15 anos, dedica-se à atividade de reciclagem, frequentando a

rampa<sup>25</sup>, em especial, em busca de itens do “**podrão**”<sup>26</sup>. Foi no AMJG que estabeleceu laços de amizade com outras participantes de nossa pesquisa, como Camélia e Flor de Lis. Esta última é considerada por muitos catadores e catadoras de Gramacho uma referência materna, pois, como será demonstrado adiante, além de cozinhar:

*“era ela quem passava o olho na garotada mais nova da rampa” (Entrevista realizada em 09/02/2024).*

Íris, assim como as demais entrevistadas, iniciou sua trajetória profissional muito jovem, deslocando-se com sua irmã do Parque Beira-Mar para trabalhar na Rampa. Ela descreveu o processo de ascensão da seguinte forma:

*“uma aventura que tinha além da emoção de entrar escondido pra catar o que era bom, fazer nosso próprio dinheiro que naquela época era algo que olhando bem pro lixo, bem mesmo, a gente não dizia que dava pra ganhar. Eu subia mais de noite, porque de dia os guardas não deixavam, tinha um controle pra gente não ter esse acesso por conta dos riscos até de morrer com o caminhão em cima da gente. Era bom porque eu tinha meu dinheirinho na mão” (Entrevista realizada em 09/02/2024).*

Após o fechamento do AMJG, Íris relata que continuou sua atuação na área da reciclagem, porém nos depósitos, adquirindo experiência em mais de um galpão. Atualmente, devido à responsabilidade de cuidar de seus filhos pequenos, não tem conseguido ocupar uma posição em depósito, dependendo de apoios recebidos de algumas ONGs que atuam em sua comunidade. Em sua residência, vivem quatro pessoas. Graças à doação da ONG Teto, sua moradia é uma casa de madeira, desprovida de banheiro e com uma abertura que serve como janela, permitindo a circulação de ar em um pequeno cômodo que contém apenas um quarto e uma cozinha improvisada, sem pia e sem água encanada.

É mãe solo, chefe de família e possui três filhos: um adolescente de 17 anos e duas meninas, de 3 e 7 anos. A principal fonte de renda da família tem sido o Bolsa Família; ocasionalmente, seu filho consegue uma atividade temporária, contribuindo assim para complementar as despesas do lar. Íris compartilhou sua experiência de vida em meio ao trabalho com reciclagem: antes de se dedicar exclusivamente à catação, atuava como implantista, profissão que envolve a

---

<sup>25</sup> Para uma compreensão mais aprofundada sobre a rampa, sugerimos o acesso aos documentários “Estamira” e “Lixo Extraordinário”. Ademais, é recomendável também a consulta às teses elaboradas sobre o território e a atividade de catação, sendo estas de autoria de Juncá (2004), com o título “Mais que sobras e sobrantes: trajetória de sujeitos no lixo”; Bastos (2008), intitulada “CATADOR: PROFISSÃO. Um estudo do processo de construção identitária, do catador de lixo ao profissional catador. Jardim Gramacho, de 1996 aos dias atuais”; e Lima (2015), com a obra “O Averso do Lixo: materialidade, valor e visibilidade”.

<sup>26</sup> Em pesquisas com catadoras e catadores, o “podrão” aparece como memória coletiva de dor, resistência e sobrevivência, pois de lá coletavam alimentos para sanar a fome e ter diariamente o que comer.

aplicação de cabelos sintéticos ou humanos, tanto em salões quanto no domicílio das clientes.

Com o tempo, ao perceber que a reciclagem oferecia a flexibilidade de escolher seus dias de catação, optou por abandonar esse ofício, justificando sua decisão da seguinte maneira:

*“implantar cabelo era mais cansativo e menos lucrativo que catar, consegue entender? Nem todo mundo quer pagar o justo, o que vale eu ficar horas em pé, sem comer, pra um trabalho direito. Quando fui mãe, aí mesmo que ficou puxado, porque pagar alguém pra tomar conta de criança vai o dinheiro embora todo, então eu precisava de um trabalho que me deixasse ganhar mais e estar com eles em casa” (Entrevista realizada em 09/02/2024).*

Íris estudou até a terceira série, tendo que interromper os estudos por conta do trabalho na rampa que era no mesmo horário dos estudos, à noite:

*“eu tive que parar porque eu queria e precisava comer, o estudo ali ficou pra depois devido o horário, não dava pra fazer os dois ao mesmo tempo então eu escolhi algo imediato, catar. Era muito cansativo e eu nem aqui morava, ia pra casa cedo, umas seis horas, fica cansada e vinha umas meia noite, aí não dava pra trabalhar, chegava cansada derrotada, queria dormir” (Entrevista realizada em 09/02/2024).*

Nesta fase da entrevista, Íris relatou sobre sua rotina ao lado da irmã. De acordo com suas palavras:

*“eram tempos melhores que agora. Nós pegávamos carona lá na passarela do beira-mar e já subia escondido pra catar. Foi assim que eu comecei a catar. Minha irmã hoje não mora aqui, mas foi trabalhar com resíduos lá no Caju, lá tem reciclagem ainda, porque lá continua funcionando. No caso ela ainda não voltou a trabalhar 100%, porque está com um neném de um ano pouco, mas diferente daqui que interrompeu nosso trabalho, lá tem como catar, a gente aqui tá sem nada” (Entrevista realizada em 09/02/2024).*

Íris mencionou que teve contato com o AMJG por intermédio de sua irmã, uma vez que tanto ela quanto seus irmãos, assim como seu pai e padrasto, já trabalhavam no lixão há um considerável período. Observando a geração de renda por parte deles, Íris expressou o desejo de também conquistar sua própria autonomia financeira:

*“pra ter noção eles pegaram o dinheiro – a indenização, eu já não, porque tinha que tá na lista cadastrado e eles estavam. Minha família toda praticamente catou, inclusive meu irmão sofreu um acidente na rampa, a carreta o atropelou e o pé dele tem ferro, quando ele estava subindo pra trabalhar se acidentou, pé torto porque a carreta passou por cima” (Entrevista realizada em 09/02/2024).*

## **Magnólia**

Magnólia, aos 38 anos, se identifica como mulher negra e reside em Jardim Gramacho há 22 anos. Sua trajetória profissional inclui aproximadamente 15 anos de trabalho no AMJG, e desde o fechamento do aterro, dedicou-se à catação no Caju. Ela é mãe de oito filhos e avó de oito netos, assumindo o papel de chefe de família. Antes de se envolver com a coleta de resíduos, Magnólia atuava na

produção de salgados, pizzas e lanches em geral. Sua formação acadêmica se limitou à quinta série, tendo sido interrompida em virtude de suas responsabilidades no trabalho e no cuidado da família. Conforme narra Magnólia:

*“eu não fui direto até a quinta série, iniciei a primeira aí tive que parar, aí voltava, mas tinha que trazer dinheiro pra casa, nessas idas e vindas fui até a quinta só, foi tudo parcelado. Terminei o quinto ano a pouco tempo aqui mesmo no supletivo em Gramacho” (Entrevista realizada em 10/02/2024).*

Embora não receba o Bolsa Família, ao ser questionada, ficou evidente que a atividade de catação, por si só, não proporciona a subsistência necessária para viver no território com os recursos oriundos do **lixo**:

*“desde sempre eu trabalhei em lixão, teve aqui, o Caju, mas Itaguaí também, íamos eu e minhas irmãs, minha mãe não estava com a saúde muito boa, porque morávamos em Jacarepaguá, precisávamos ajudar com as contas e com a comida na mesa. Então a gente sabendo que aqui tinha como catar, viemos pra cá pra trabalhar primeiro e depois ia pra casa. Quando lá fechou fiquei em casa cuidando da minha mãe, eu era de menor, comecei a trabalhar na pizzaria e era meio que trabalho escravo, uma folga no meio da semana e trabalhando direto...direto, quando chegava a folga eu não tinha direito a ficar em casa e acabava ficando sem ajudar minha mãe, a cuidar dela. E aqui a gente trabalhava o dia todo e depois ia embora, era melhor. Foi assim que eu iniciei esse conhecimento, porque trabalhar com reciclagem é conhecimento, é consciência. E eu já tinha conhecimento do que era catar, reciclar desde em Itaguaí quando eu tinha sete pra oito anos” (Entrevista realizada em 10/02/2024).*

Ao compartilhar diferentes etapas de sua infância, Magnólia reflete que Jardim Gramacho representa mais do que um simples território:

*“foi preenchendo os espaços entreabertos que as pessoas só veem o trabalho com reciclagem, não é só isso, mas enfim, foi agregando na minha vida, pro trabalho sim, porque eu precisava sim dessa renda, mas o conhecimento, você aprende muitas coisas que não dava valor, mais até pra quem tá vindo como minha neta” (Entrevista realizada em 10/02/2024).*

Durante a entrevista, marcada pela chegada recente de sua neta, que saiu do hospital poucos dias antes, a conversa foi permeada por emoções, especialmente ao relembrar as memórias e os desafios que Magnólia precisou enfrentar ao longo de sua vida, revelando assim os múltiplos recomeços que fizeram parte de sua trajetória.

## **Azaléia**

Azaléia, tem 62 anos de vida, identifica-se como mulher negra e reside em Jardim Gramacho há quatro décadas. Mãe de sete filhos e avó de dois netos, relata que a maioria de seus filhos já constituiu suas próprias famílias. Atualmente, compartilha a residência com um de seus filhos, sendo apenas os dois os atuais habitantes do lar. Ela se posiciona como a matriarca da família, assumindo a principal responsabilidade pela renda familiar. Com um sentimento de orgulho, destacou durante a entrevista sua capacidade de proporcionar educação aos

filhos, mencionando que uma de suas filhas é Assistente Social e atua no Polo, envolvida com a reciclagem, sem a necessidade de catá-lo.

Durante a oportunidade de entrevista no Polo de Reciclagem, as interlocutoras solicitaram que a entrevista ocorresse em conjunto, dado que Azaléia e Acácia são amigas de longa data, desde o tempo da rampa. Em diversos momentos da entrevista, elas enfatizaram:

*“somos mais do que amigas e de trabalhar juntas, a gente é família uma da outra, eu ela, somos uma família de muito tempo” (Entrevista realizada em 05/06/2024).*

Atualmente, além de sua participação na cooperativa de reciclagem, Azaléia também está fazendo parte da Associação de catadores, que ocupa o mesmo espaço físico no Polo de Reciclagem. Ao relatar suas experiências da época em que atuava na rampa, Azaléia mencionou que sempre esteve envolvida com a gestão de resíduos:

*“não conheço outro lugar sem ser o lixão de Gramacho, foi de lá que eu vim parar aqui e com isso vivo do trabalho com lixo até hoje” (Entrevista realizada em 05/06/2024).*

Ao ouvir sua amiga relatar a impossibilidade de frequentar a escola, Azaléia expôs as dificuldades que enfrenta para acessar a educação, tendo concluído apenas a primeira série do ensino fundamental:

*“fiz o ginásio e depois que casei tive que parar porque precisava cuidar dos filhos. Não tenho vontade de voltar, não tenho paciência. É cansativo trabalhar e ter que estudar, os filhos e netos estão com estudo já. Geralmente pra estudar é de noite e já tem o cansaço do dia de trabalho” (Entrevista realizada em 05/06/2024).*

No que tange ao acesso a benefícios sociais, Azaléia indicou que recebe o Bolsa Família e enfatizou a relevância desse auxílio para complementar sua renda, uma vez que os rendimentos provenientes da reciclagem são insuficientes:

*“ajuda muito, pra caramba, só aqui desde que o lixão fechou não dá conta não” (Entrevista realizada em 05/06/2024).* Nessa conversa, ressaltou que espera sua hora de acessar o mesmo benefício de Acácia *“eu espero ainda a minha vez, pra quem sabe descansar um pouco o corpo” (Entrevista realizada em 05/06/2024).*

## **Acácia**

Acácia, ao completar 67 anos, se identifica como mulher negra e reside em Jardim Gramacho há 37 anos, tendo anteriormente morado em São João de Meriti. Além de manter uma amizade com Azaléia, é tia de Lótus, que também desempenhou um papel no AMJG e participou da pesquisa. De fato, toda a sua família de origem está ou esteve envolvida com a reciclagem, totalizando mais de três gerações dedicadas direta ou indiretamente à gestão de resíduos. De acordo com a catadora:

*“em Gramacho estamos em família para além do sangue” (Entrevista realizada em 05/06/2024).*

Mãe de nove filhos, atualmente vive com uma de suas filhas e um neto, assumindo a liderança familiar. Durante nossa entrevista, Acácia compartilhou que exerceu simultaneamente os papéis de mãe e pai para seus filhos. Hoje, além de sua atuação na cooperativa de reciclagem, Acácia está também vinculada à associação de catadores que ocupa o mesmo espaço físico no Polo de Reciclagem.

Em meio às memórias que compartilhou com sua amiga, Acácia relembrou algumas experiências anteriores à sua atuação na catação, como o trabalho como diarista. Diante da escassez de oportunidades, nos contou que não teve acesso à escolarização formal, não sabe ler nem escrever, mas consegue assinar seu nome. Durante nossa entrevista, ela participou de uma ação no Polo voltada para a alfabetização de jovens e adultos que atuam nas cooperativas e expressou com orgulho essa fase de sua vida:

*“fui diarista, trabalhei em casa de família, limpava as casas (...) não estudei nada, só assinei meu nome, mas agora estou estudando e tô gostando porque quero aprender a ler, lá é dois dias na semana segunda e sexta que a gente estuda, tem mais cinco pessoas estudando. Eu mando meus netos me ensinar, mas eles não têm paciência comigo, aí fui estudar!” (Entrevista realizada em 05/06/2024).*

Neste momento da entrevista, Acácia evoca suas experiências na residência de uma família para a qual prestou serviços como empregada doméstica durante sua infância. Ela começou a trabalhar nessa função aos oito anos e permaneceu até os treze. Durante esse período crucial de sua formação, seus empregadores não a inscreveram em nenhuma instituição educacional, demonstrando desinteresse em sua educação. De acordo com Acácia:

*“Estudo faz muita falta, hoje em dia olho assim pros meus netos, que me dão muito trabalho com isso de estudo... eu não culpo minha mãe não. Fui trabalhar nessa casa e eles não tiveram a capacidade de me botar na escola. Minha mãe me deu pra essa família em Irajá, porque eu era muito arisca, vivia pela rua, aí apareceu uma família que queria uma pessoa pra trabalhar, mas tinha que morar lá. Aí depois de velha eu já não tinha mais vontade de estudar. Quero pegar um ônibus, ir uma rua, ver um preço no mercado ou produto, não sabe ver. É muito chato, é mesmo que ser cego” (Entrevista realizada em 05/06/2024).*

Neste ponto da entrevista, destacou a carência de oportunidades e como as circunstâncias da vida a conduziram à atuação no setor de resíduos:

*“perdi meu pai cedo, fui criada assim, minha mãe bebia muito, então eu vivia solta pela rua, não tinha condições de estudar, tinha que trabalhar pra trazer as coisas pra casa...minha filha...muita luta!” (Entrevista realizada em 05/06/2024).*

Acompanhar a amiga descrever os desafios de seus estudos noturnos permitiu nos revelar como era a experiência de se dedicar à aprendizagem após as atividades de cuidado e de trabalho na catação:

*“eu não me adaptei, a noite não consigo não, na sala pergunto logo: tá na hora de ir embora? Trabalho e essa condição pra mim tá ótima, de manhã de 8 às 11h, estou aprendendo, tá ótimo” (Entrevista realizada em 05/06/2024).*

Referente ao acesso a benefícios de transferência de renda, em virtude de ter completado 67 anos, Acácia obteve o BPC e enfatizou a importância dessa renda, que representa uma significativa diferença em sua vida:

*“eu conto todo mês com esse valor. Quando aqui tá ruim, sei que não vai entrar uma rendinha, o BPC me ajuda na despesa, faz muita diferença” (Entrevista realizada em 05/06/2024).*

## **Lótus**

Conforme já assinalado, Lótus é sobrinha de Acácia, possui 46 anos, identifica-se como mulher negra e reside em Jardim Gramacho há mais de três décadas. Sua chegada ao território ocorreu aproximadamente entre os 15 e 16 anos de idade.

*“minha mãe já trabalhava aqui, aí viemos morar aqui depois do falecimento da minha avó e como morar aqui era mais perto do lixão, nós saímos de São João de Meriti e viemos pra cá, morávamos ali na Venda Velha. Minha mãe ainda é viva e desde pequena trabalhou na rampa, ela tem uns 68 anos e mora no Maruin” (Entrevista realizada em 13/06/2024).*

Em relação ao tempo de trabalho em Gramacho, Lótus relata que, aos 16 anos, era vedado o acesso à rampa; no entanto, mesmo assim, ela subia. Quando era impedida, permanecia em casa cuidando de seus irmãos mais novos. Após atingir, segundo sua perspectiva, a idade adequada para circular livremente pelo AMJG, ela iniciou a coleta de materiais mais leves, como o plástico PET, o que a leva a estimar cerca de 30 anos de atuação na área da reciclagem. É mãe de treze filhos, entre os quais um possui 31 anos, sendo que a maioria dos filhos mais velhos já contraiu matrimônio:

*“cada um no seu canto e aí moram comigo os cinco pequenos e a minha neta que eu peguei pra mim. Eu tenho dezoito netos bonitinhos” (Entrevista realizada em 13/06/2024).*

Assim como as demais entrevistadas, Lótus é a chefe da família e a principal responsável pelo sustento e pela administração do lar. Embora seu cônjuge exerça uma atividade profissional, é ela quem detém a maior parte da renda familiar. Antes de se dedicar de forma integral à atividade de reciclagem, Lótus trabalhou como gari na Locanty por um período de dois anos e meio e, posteriormente, na Locar, onde permaneceu por um ano e alguns meses com registro em carteira. Sem vínculo formal, também atuou como faxineira em diversos locais, visando auxiliar sua mãe nas despesas domésticas. O percurso educacional de Lótus limitou-se à terceira série do ensino fundamental, uma vez

que interrompeu os estudos para ingressar no mercado de trabalho, atuando em residências de terceiros durante esse intervalo:

*“eu precisei trabalhar de faxineira pra poder ajudar minha mãe que ficou muito doente durante um tempo, por isso eu parei de estudar. Minha mãe sofreu um acidente na rampa, um caminhão de lixo cortou ela no meio, quase, imprensando assim, ela ficou de colostomia um tempo, internada durante uns três anos e eu cuidando dos meus sete irmãos. Hoje ela também, operou, mas ficou assim durante um tempo” (Entrevista realizada em 13/06/2024).*

Lótus narrou sua experiência durante o período em que se dedicou ao trabalho, ao cuidado dos irmãos e à assistência de sua mãe enferma. Relatou, ainda, que, naquela época, não contávamos com iniciativas de apoio como as que Gramacho já teve e ainda possui atualmente:

*“eu recebo o Bolsa Família, mas naquela época não tinha isso, então a gente tinha que se virar” (Entrevista realizada em 13/06/2024).*

## **Dália**

Dália, aos 53 anos, se reconhece como mulher parda e reside em Jardim Gramacho há mais de quatro décadas. Sua chegada ao território ocorreu por volta dos 12 a 13 anos, quando se transferiu para Gramacho acompanhada de sua mãe e irmãos, em decorrência da separação de seus genitores, que eram oriundos de Minas Gerais:

*“nós viemos pra cá por conta do lixão, desde a Rio-Petrópolis. Minha mãe acompanhou as notícias de que aqui tinha trabalho, aí viemos, minha mãe dormia nas barracas e criou a gente ali. Primeiro minha mãe foi pra lá, aí daí nós fomos crescendo e cada um foi indo pra lá pra ganhar seu dinheiro. Comecei a trabalhar lá pra ajudar minha mãe, porque tinha nove irmãs e um irmão” (Entrevista realizada em 30/07/2024).*

De acordo com os depoimentos de Dália, à medida que conseguia alternar suas atividades com sua mãe e irmãos no AMJG, ela se dirigia ao trabalho pela manhã, permanecendo até o limite de suas forças. Contudo, em outras ocasiões, era mais conveniente optar pelo turno da noite, em razão das responsabilidades domésticas e da necessidade de cuidar dos outros dez irmãos:

*“trabalhava de manhã as vezes voltava de madrugada e tinha um certo medo, era escuro, tinha o trator muito grande e morria muita gente lá em cima, era acidentes, eu tinha muito medo” (Entrevista realizada em 30/07/2024).*

Durante a recuperação das memórias relacionadas à catação na rampa, Dália relatou que sua atividade se concentrava, em grande parte, na coleta de papelão, plástico PET e latinhas:

*“os mesmos materiais que cato hoje pelas ruas daqui” (Entrevista realizada em 30/07/2024).*

No dia da nossa entrevista, encontrava-se sem gás de cozinha e preparava feijão em um fogareiro improvisado em seu quintal. Havia organizado as sacolas

com os materiais que conseguiu coletar ao longo da semana e exibiu seus pés bastante inchados, resultado dos longos trajetos que percorre em busca de materiais pelas ruas de Gramacho. Dália mencionou que, dependendo do dia, caminha até o centro de Caxias à procura de materiais, realizando todo o percurso de volta a pé, o que totaliza aproximadamente 58 km, ida e volta, sem contar os demais trajetos que precisa efetuar em sua busca. Com a frequência desses deslocamentos, seu corpo tem revelado cada vez mais as marcas desse árduo trabalho. Ao relatar como iniciou sua trajetória na catação, descreveu que essa atividade é uma escolha que envolve estratégia:

*“depende de certa estratégia, pois eu precisava vender e ter dinheiro, foi com o dinheiro do lixo que eu comprei essa casa, mas não dava pra sair catando tudo, tinha disputa, eu catava arquivo, papelão, carreguei muito peso, acabei com minha saúde lá na rampa, essas dores na minha perna vieram de lá. Fiquei muito tempo na serragem e lá da serragem não podia passar pro urubu, tinha divisão, então eu comecei a catar o que eu aguentava” (Entrevista realizada em 30/07/2024).*

Em alguns momentos, Dália fez muitas pausas e silenciamentos. Quando retomamos nossa entrevista disse que tinha muita saudade do tempo que atuava no aterro:

*“tenho é saudade de catar no aterro. É que depois de lá a vida não melhorou, foi mais dificultoso viver aqui. Prometeram trabalho pra todo mundo, mas ele não veio depois que fechou. Eu nunca trabalhei de outra coisa, fechou e eu não tive mais o que fazer a não ser sair nas ruas buscando o que lá tinha a vontade pra catar” (Entrevista realizada em 30/07/2024).*

A residência de Dália representa seu maior orgulho. Apesar de ela considerar que ainda existem melhorias a serem realizadas, trata-se de uma construção em alvenaria. Foi por meio dos recursos provenientes da indenização e da reciclagem que conseguiu erguê-la. De fato, essa casa é a mais ampla entre aquelas que visitamos. Compreende dois quartos, sala, cozinha, banheiro e quintal. Possui janelas, o piso é revestido, mas a água se constitui como um dos problemas recorrentes, e é com maior ênfase que ela expressa sua preocupação a esse respeito:

*“tenho orgulho do meu teto, mas não qualquer um é o que eu sonhei (...) aqui falta muita água e nessa parte não dependia do meu trabalho, depende é deles quererem que a gente tenha água, um problema antigo, de anos daqui” (Entrevista realizada em 30/07/2024).*

Dália vive com uma de suas filhas e dois netos. Mãe de três filhos, divide a residência com a caçula, que, semelhante a ela, se dedica à catação, embora em uma área de atuação distinta. Atualmente, sua filha está associada a um dos principais depósitos de materiais recicláveis da região.

## **Orquídea**

Orquídea, com 54 anos de idade, identifica-se como uma mulher negra e reside em Jardim Gramacho há 39 anos. Começou sua trajetória na catação aos 16 anos e, atualmente, permanece engajada nessa atividade, participando de uma cooperativa associada ao Polo de Reciclagem. É a responsável pelo sustento familiar, sendo mãe de seis filhos e avó de três netos. Para ela:

*“a vinda pra cá pra Gramacho foi pra melhorar de vida, quando cheguei aqui a gente tinha condições de atuar sozinho lá em cima, agora, principalmente depois da pandemia, sem estar em uma cooperativa não há nada que a gente possa fazer. Se machucou? É porque não tem o equipamento pra se proteger. Não catou a quantidade certa? É porque sozinha cansa mais ter que andar isso tudo aqui. Trabalhar em depósito? É exploração e nenhum direito, nem o pra aposentar!” (Entrevista realizada em 04/08/2024).*

Assim como as outras interlocutoras, Orquídea nunca atuou em algo diferente do trabalho com resíduos e, ao pensar no aterro, suspira com saudades.

*“pra gente que é pobre e gosta de um dinheiro imediato, assim, eu trabalhava de segunda a sexta, sábado não ia trabalhar pra poder descansar porque o trabalho era pesado, domingo dia que tinha pra ajeitar as coisas de criança, eu também não ia, só quando queria muito uma coisa e aí precisa ou catar lá mesmo ou ter o dia na mão. Acostumei pegar o dinheiro todo dia, entendeu? Todo o dia eu conseguia vender o que eu catava e vir pra casa com quilos e mais quilos de alimento que hoje eu preciso comprar e o lixão me dava lá no podião!” (Entrevista realizada em 04/08/2024).*

Ao narrar sua jornada até o território e os motivos que o fazem permanecer até os dias atuais, ele ressaltou que:

*“o lixo me trouxe até aqui e a gente é cercada dele, então enquanto tiver lixo eu tenho trabalho e como me manter, é por isso que eu vim, é por isso. Se eu tivesse estudado mais o ritmo seria outro, ou não também. Tinha gente de tudo que é tipo no lixão, dependia do tamanho do seu desespero, da sua necessidade, do que você já tinha ou precisa encontrar” (Entrevista realizada em 04/08/2024).*

A Orquídea possui apenas a capacidade de assinar seu nome, uma vez que, devido ao seu exaustivo cansaço, não consegue reiniciar os estudos. Seu propósito é assegurar que seus filhos e netos não trilhem a mesma trajetória:

*“meu medo é eles também precisarem fazer o que eu faço, aí não, isso eu não quero, mesmo sendo bom pra mim ter meu dinheiro, não é vida pra eles. Ninguém merece essa vida, essa é a verdade” (Entrevista realizada em 04/08/2024).*

No que diz respeito à condição de beneficiária de iniciativas de transferência de renda, como o Bolsa Família, Orquídea considera que esses recursos financeiros são os que mais lhe conferem segurança:

*“fico mais segura na reciclagem, por ter esse benefício, porque se cortarem, eu não tenho nada. Nunca paguei o carnê, então nem sei como vai ser quando envelhecer. O que eu sei é que aqui foi um deserto de material na pandemia e sem esse dinheiro e o que veio de 600 naquelas parcelas lá, a gente não teria nem o que comer, as cestas não chegam mais, as doações foram expulsas daqui e as que ficaram sofrem, é só olhar pro bairro, o que você vê é passagem fechada, entendeu? Ninguém vai vir de longe pra cá pra correr risco por entregar uma cesta, um leite, ninguém quer essa surpresa que não é mais surpresa se instalou e quem vai tirar?” (Entrevista realizada em 04/08/2024).*

## Flor de Lis

Flor de Lis, aos 74 anos, identifica-se como uma mulher negra e reside em Gramacho há pouco mais de seis anos, com algumas interrupções em sua permanência. Desde o início de nossa entrevista, ela evidenciou de maneira explícita:

*“eu tô aqui desde sempre, nessa terra, eu e ela somos quase uma coisa só. Morava em Santa Cruz da Serra por mais de 30 anos, quando eu vim trabalhar aqui não existia nem essas ruas, você ia de ônibus só lá fora, na pista, de lá pra cá colocava as coisas nas costas e andava isso tudo pelos trilhos de antigamente. Era trilho demais até chegar, água, cobra, de madrugada, as 5 horas da manhã, quando chegava aqui, enchia os galões pra levar lá pra cima, era luta muito grande, fazia café correndo, trazia salgado e vendia lá” (Entrevista realizada em 16/10/2023).*

Diante da riqueza de memórias e relatos, Flor de Lis nos contou a respeito das dificuldades de passar pela portaria do AMJG:

*“o homem era uma dificuldade, uma luta, ele não deixava passar... ninguém... não queria deixar ninguém passar. Eu catava latinha, você não conhece burro sem rabo, é tipo uma prancha... aí ele falava assim: até sete horas, a gente passava de madrugada na portaria pra passar lá pra dentro do aterro pra tratar dos filhos e netos” (Entrevista realizada em 16/10/2023).*

Flor de Lis descreve com saudades como era catar no que ela chamou um lugar caracterizado como uma mãe:

*“é que você não conheceu, ali era uma mãe. Passado uns cinco anos que eu estava aqui já, acho que aquele homem até morreu, um carrasco. Eu fui lá pra cima. Tinha a rampa do carretão, do urubu e tinha a da serragem. Aí eu fiquei mais uns oito anos lá catando. Pintou a mulher do presídio pra levar comida lá pra cima, pra quem queria (...) eu fui olhando, pesquisando e comecei a fazer sopa nas latas de 20, dava de graça dividia com tudo mundo. Ô irmã faz comida pra vender! Eu fui pensando aquilo e foi o tempo que eu fiquei com eles catando... catando... e cozinhando na lata de 20. Foi assim que comecei a trocar comida que eu fazia, a troco da lona de material. Uma lona de pet por uma vasilha deles tipo de sorvete, lata, por comida” (Entrevista realizada em 16/10/2023).*

Ao relatar as interações entre os catadores, Flor de Lis rememorou as subidas e descidas relacionadas ao café, revelando que, apenas por meio da troca de café, ela conseguia produzir cerca de dez lonas, com bags que apresentavam variações de peso. Assim, diariamente, começou a cozinhar e a trocar materiais por alimentos. Quando houve a ameaça de fechamento da Rampa em decorrência das interferências provocadas pelo aeroporto adjacente ao AMJG, em função de um urubu que entrou na turbina, ela constatou que as mudanças na forma de coleta e no volume de materiais geraram conflitos. Segundo suas recordações, essas ameaças, que surgiram pela primeira vez antes do fechamento formal do aterro, acrescentavam mais uma preocupação às já existentes para os catadores e catadoras.

Algum tempo depois, com a oportunidade de integrar um modelo cooperativo de trabalho, iniciou suas atividades de separação e organização de materiais:

*“bater material pra COOPERGRAMACHO, lá mesmo no lixão. Que luta! Essa época já não podia uma série de coisas, foi aí que começamos mais sofrimentos. Mais um tempo depois veio o filme de Vik, achei que a vida ia melhorar um pouquinho, com criança, neto, bisneto, tataraneto o dinheiro não dava pra tudo, era mais ou menos 2008 a 2009 acho” (Entrevista realizada em 16/10/2023).*

A respeito da sua composição familiar, nos descreveu ter vivos os seguintes familiares:

*“quatro irmãos, neto pra caramba, duas filhas, tem muito neto...pra mais de trinta.... mas tá tudo já na vida deles já, um monte de neto casado. Eu vim de Minas, porque a vida sempre foi sozinha, eu sempre fui sozinha e aqui era melhor de viver” (Entrevista realizada em 16/10/2023).*

Em virtude de sua faixa etária, recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC), porém enfatiza que a quantia é inadequada para cobrir suas despesas enquanto idosa e, além disso, para auxiliar sua família. Neste momento, a residência onde reside foi concedida pela Organização Não Governamental Teto:

*“aqui falta muita água, ficou muito difícil aqui, mas morar longe daqui é muito caro, essa aqui é minha casa” (Entrevista realizada em 16/10/2023).*

A habitação, assim como outras disponibilizadas pela mesma organização não governamental, é construída em madeira e carece de banheiro e abastecimento de água encanada. Flor de Lis, em virtude de problemas não diagnosticados em suas pernas, realiza sua higiene pessoal utilizando uma bacia de roupas no pequeno quintal, além de empregar uma cadeira e outro recipiente como um vaso sanitário adaptado. Com a idade avançada, Flor de Lis, em diferentes momentos da entrevista, expressou ter dores no corpo em decorrência de seu trabalho com resíduos.

*“eu bati muito material... separar material em cooperativa ou em rampinha dessas que teve por aqui, eu batia muita lona por dia e aqueles materiais todo, eu bati lona todo dia. Parei de cozinhar, ganhei dinheiro pra sustentar os filhos, cuidar da casa, foi daí que eu parei de cozinhar e já ia menos pra rampa” (Entrevista realizada em 16/10/2023).*

Sobre estudos, Flor de Lis não é alfabetizada e seu sonho era conseguir pelo menos assinar seu nome:

*“No tempo de Vik, eu ia pra vários lugares sem saber estudar sem nada, eu ia sozinha, tudo escrito direitinho tinha alguém lá pra me pegar e aqui também, eu fui até longe sem estudo” (Entrevista realizada em 16/10/2023).*

Aproveitando a ocasião, indagamos sobre a sua chegada a Jardim Gramacho, pois, à luz das memórias compartilhadas, o percurso foi o mais

adaptável, e as interrupções foram minimizadas, permitindo que aproveitássemos as conexões para retomar as indagações da pesquisa conforme as oportunidades que emergiam durante a entrevista:

*“Ah, sim foi, é que eu andava muito... vim pra cá porque tinha uma rampinha aqui embaixo, onde é esse hospital. Matava igual formiga, lá onde é o Hospital do Moacir do Carmo hoje. Aí chegou a notícia em Santa Cruz. E umas amizades disseram assim: lá caiu muita comida, tem uns peixes, cabeça de peixe e umas verduras. Quando chegava lá eu os via fazendo covardia, mas eu tinha que levar comida pra casa, isso no começo do aterro, bem no início. A cabeça só não lembra o ano, mas no início de tudo, até vir pra cá” (Entrevista realizada em 16/10/2023).*

Os principais materiais que Flor de Lis catava e trocava era pet, plástico grosso, plástico de todos os tipos, sem ser os finos. Realizava a coleta de forma mista, processava os materiais e, em seguida, os comercializava:

*“eu ganhava bem, não era muito não, aí virou beleza pra mim. Oh, eu pegava alimentação, caía tudo fresquinho, peixe, carne, comida. O urubu sempre foi dos mais graúdos, eu ficava ali na serragem, tinha lugar específico pra cair só alimentação. Eu não gastava um tostão de comida não” (Entrevista realizada em 16/10/2023).*

Antes de trabalhar com resíduos, Flor de Lis atuou como empregada doméstica, sem nenhuma anotação em carteira. Naquele período, enfrentava o desafio de criar cinco filhos, um dos quais já havia falecido. Durante a entrevista, compartilhou as dificuldades inerentes à maternidade solo e a ausência de apoio para cuidar das crianças. Assim, a atividade de catação se configurava como uma alternativa viável, permitindo-lhe conciliar a responsabilidade de cuidar dos filhos com a necessidade de gerar alguma renda:

*“era muita reclamação, eles eram pequeninhos, não tinha como pagar pra tomar conta, nem gente. Aí eu lavava roupa pros outros fora, até que pintou o aterro. Fazia a comida de um dia pra outro e deixava eles mesmos cuidando um do outro” (Entrevista realizada em 16/10/2023).*

## **Cravina**

Cravina, aos 54 anos, se identifica como mulher negra. É mãe de três filhos, dos quais um faleceu, resultando em um casal vivo: uma filha de 33 anos e um filho de 23 anos. Ela se reconhece como negra e reside em Gramacho há dezoito anos, o que ela considera como sua segunda experiência de vida:

*“a primeira vez eu morei dos sete aos dezessete, somando tudo são 26 anos vivendo aqui, entre idas e vindas (...) Antes eu era criança e morei dez anos a primeira vez, fomos morar no Caju e depois voltei já com filho, voltei com 42 a 43 anos” (Entrevista realizada em 29/01/2024).*

A entrevista ocorreu na praça do sub-bairro, em frente ao C. E. Lara Vilela. Durante nossa conversa, observamos um intenso movimento de caminhões e uma placa que indicava a Operação Barreira Sanitária da Baía de Guanabara. Em um dado momento, Cravina compartilhou suas lembranças sobre o território,

estabelecendo uma relação com o que estávamos testemunhando naquela sinalização:

*“aqui era realmente um jardim, me lembro que a gente ia lá longe e onde tinha o aterro ali era uma área de preservação ambiental. Se a gente for pensar em preservação hoje em dia é total a destruição, me lembro dos caranguejos saindo mangue e toda tarde via os filhotinhos saindo, tinha como uma praia que a gente se banhava e como é conhecido de todos os territórios que o aterro entra, ele entra e destrói” (Entrevista realizada em 29/01/2024).*

No contexto da catação, Cravina relatou que sua trajetória em Jardim Gramacho teve início em 2009. Preside uma cooperativa e, ao longo de quase duas décadas, exerce um papel de liderança na comunidade, decorrente de sua atuação por mais de 14 anos no FCJG:

*“uma instituição que reúne diferentes instituições do território em prol de melhorias para a população. O vínculo se mantém até os dias atuais, no GT referente a trabalho e renda em que as cooperativas estão inseridas, representando a cooperativa em que sou presidente, participando mensalmente das reuniões” (Entrevista realizada em 29/01/2024).*

Cravina elucida que sua atuação, embora profundamente recompensadora, impôs a ela diversas responsabilidades:

*“Desde criança eu tive o sonho de mudar a vida das pessoas, isso permanece até hoje. Sou candomblecista e acredito em um Deus único que está aqui para nos transformar, ajudando o outro. Quando você se torna liderança, é um trabalho cansativo, é triste. Você tem poucas vitórias no caso de Jardim Gramacho, esbarra em inimizades, em pessoas com... pessoas que pensam o contrário, é muito cansativo com os pensamentos políticos que não querem fazer o que é certo” (Entrevista realizada em 29/01/2024).*

Embora não apresentemos os rostos de nossas interlocutoras, revelamos fragmentos de suas trajetórias de vida. Examinamos as experiências educacionais, laborais e territoriais que constituem um retrato coletivo, marcado por desigualdades estruturais, mas também por reinvenções e deslocamentos diários. Ao narrar suas vivências, destacamos que suas identidades não podem ser compreendidas de maneira isolada, pois são simultaneamente moldadas por gênero, raça, classe, geração e território. Esses marcadores interseccionais, como nos adverte Akotirene (2019), não atuam como meras adições, mas como forças estruturantes que configuram de maneira profunda o espaço social ocupado por essas mulheres.

Há também uma característica que nos permite defini-las: a maioria são mulheres negras cujas infâncias foram abreviadas. Muitas iniciaram suas jornadas laborais ainda na infância, não por vontade própria, mas por necessidade. O início precoce nas responsabilidades de cuidado, nas atividades domésticas ou na catação expressa como o racismo estrutural opera não apenas na vida adulta,

mas desde a infância, conforme denunciavam Gonzalez (2020) e Kilomba (2020), infantilizando-as ao mesmo tempo em que lhes retira a própria infância.

Desde o início de nossas entrevistas, emergiram falas que revelam os efeitos persistentes da colonialidade, uma lógica que determina quem é plenamente humano e quem deve ser descartado, junto ao lixo que se separa (Vergès, 2020). Recorremos a Carneiro (2020) e Gonzalez (2020) para enfatizar que o racismo e o sexismo naturalizam a sobrecarga imposta às mulheres negras, especialmente nas estruturas familiares e sociais que esperam delas, desde a infância, uma disponibilidade para o cuidado. Para muitas dessas mulheres, a infância nunca foi um espaço de brincadeira, mas de trabalho, limpeza, cuidado e resistência.

Como demonstramos ao longo da discussão teórica, o contexto histórico brasileiro e o legado colonial se manifestam na negação da plena humanidade de determinados corpos, principalmente os corpos negros e femininos, hierarquizando-os de maneira a obstruir sua mobilidade e a plenitude de direitos (Lugones, 2014; Nogueira, 2017). O início precoce no trabalho informal, frequentemente sem acesso à educação ou com trajetórias de evasão escolar, ilustra como o sistema opera uma lógica que seleciona quem pode sonhar e quem deve apenas sobreviver. De fato, em várias falas, expressam o desejo de proporcionar melhores condições de vida a seus filhos e netos, baseando-se no que não tiveram pleno acesso.

A partir desses relatos iniciais, buscamos entender como essas mulheres foram socializadas em um contexto marcado por uma brutal divisão racial, sexual e social do trabalho. O que para algumas poderia ser visto como “começar cedo”, para essas meninas representa o início de uma longa jornada de inclusão precária que as obrigou a se tornarem mais fortes. São corpos que, desde tenra idade, sustentam famílias e o território do lixo, através de mãos e corpos racializados.

Nesse sentido, dialogamos sobre o lugar ocupado em um território, uma vez que a posição de um indivíduo permite (ou não) o exercício pleno da cidadania e o acesso a direitos. Conforme Santos (2014, p. 107), “cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território”. Portanto, a condição individual não é a única variável, mas, sobretudo, a posição geográfica e social que um sujeito ocupa no território.

A maioria de nossas entrevistadas se identificam como mulheres negras ou pardas, são chefes de família e responsáveis pelo sustento doméstico, conciliando maternidade, trabalho informal e, muitas vezes, a ausência de direitos sociais básicos. A maioria delas acessa benefícios como o Bolsa Família, que,

apesar de não atender a todas as necessidades, oferece uma base mínima de renda que contribui para a continuidade do trabalho com resíduos. Em suas narrativas, o Bolsa Família é percebido como um fator que proporciona certa ‘segurança’ à catação, não pela estabilidade do trabalho em si, mas por garantir que, mesmo diante da instabilidade da renda obtida pela venda de materiais, haja um mínimo assegurado ao fim do mês.

Dessa forma, ao considerarmos o último relatório do Ibase (2024), que apresenta dados sociodemográficos, econômicos e territoriais de Jardim Gramacho, ressalta-se o contexto de vulnerabilidade que permeia a vida das catadoras entrevistadas. As informações do levantamento revelam que 76,9% da população é negra, 75,5% vive com até um salário mínimo e mais de 37% enfrenta algum nível de insegurança alimentar, corroborando os relatos de nossas interlocutoras e demonstrando como suas experiências não são exceções, mas reflexos de uma estrutura excludente e racializada de organização da sociedade e de territórios do lixo como Gramacho.

A dificuldade de acesso à renda, ao saneamento, à água potável, à educação e à saúde, apontada nas narrativas das catadoras, confirma a afirmação de Santos (2014) sobre o valor social atribuído a cada sujeito a partir do ponto do território que ocupa. O território não é apenas um cenário: é um agente ativo que condiciona as formas de existência, organiza as possibilidades de vida e demarca quem pode ou não acessar direitos. Nesse sentido, Haesbaert (2020), ao tratar do corpo-território e das múltiplas territorialidades, oferece uma chave analítica fundamental para compreendermos como as opressões se territorializam nos corpos das mulheres negras.

São corpos que habitam e, ao mesmo tempo, são o próprio território em disputa, pois carregam as marcas da inclusão precária, da exploração e do abandono estatal. Carregam, como algumas catadoras mencionaram, as “bags” (sacos de lixo carregados no cotidiano da catação) com o peso simbólico da precariedade imposta por um sistema que as reserva à margem. Assim, o território do lixo é mais do que um espaço geográfico em uma localização específica; é um marcador político do que o Estado insiste em descartar: corpos racializados, femininos e periféricos que resistem ao apagamento e reexistem, mesmo nas margens do mundo.

Nesse sentido, ao confrontarmos os dados do Ibase (2024) com as falas de nossas interlocutoras, identificamos um diálogo direto: a expressiva presença de mulheres chefes de família, com baixa escolaridade, enfrentando múltiplas jornadas que materializam que a precariedade vivida não é fruto de escolhas

individuais, mas uma expressão de uma lógica estrutural excludente e racializada que opera sobre o território e os corpos.

Mesmo em condições adversas, muitas delas reivindicam com orgulho sua trajetória na catação, ressaltando a importância da autonomia financeira, do pertencimento ao território e do conhecimento acumulado no trato com os resíduos. Ao abordarem o acesso a benefícios sociais, como o Programa Bolsa Família ou o BPC, demonstram a relevância desses auxílios para a sobrevivência familiar, ao mesmo tempo em que criticam sua insuficiência frente ao custo de vida e à crescente precarização. Em grande parte das entrevistas, as mulheres se apresentam, narrando em conjunto sua vida, trabalho e as mudanças no território, revelando assim, o entrelaçamento entre suas biografias e a história de Jardim Gramacho.

Diante do exposto, a partir da análise da etapa de apresentação das entrevistas, já é possível perceber o alinhamento entre os relatos das catadoras e os objetivos delineados para a pesquisa. As condições materiais, sociais e territoriais narradas pelas entrevistadas nos fornecem pistas sobre os impactos diretos das dinâmicas socioambientais em suas vidas, respondendo ao objetivo geral, que consiste “Analisar como as condições locais e as dinâmicas socioambientais de Jardim Gramacho impõem desafios específicos às mulheres negras e não-negras que atuam na catação de materiais recicláveis para compreender de que maneira essas dificuldades, moldadas pelas relações entre capital e trabalho, impactam suas vidas em um território historicamente caracterizado como território do lixo, evidenciando como a territorialidade de Jardim Gramacho impõe desafios estruturais e subjetivos às mulheres que atuam com resíduos.

Em especial, os dados relacionados à escolaridade interrompida, moradia precária, ausência de acesso a direitos e ao trabalho precoce, interseccionados pelo racismo e pelo sexismo, ilustram as particularidades das condições de vida e trabalho dessas mulheres, respondendo ao objetivo específico “Analisar as particularidades e as especificidades das condições de vida e de trabalho das mulheres negras e não negras que são catadoras de materiais recicláveis e moram e/ou atuam como catadoras em Jardim Gramacho”.

Os relatos sobre o início da catação ainda na infância, a evasão escolar e a maternidade precoce apontam os efeitos intergeracionais da desigualdade, respondendo parcialmente ao segundo objetivo específico: “analisar em que medida as desigualdades e as dimensões do racismo enquanto estrutura

impactam a vida e o trabalho das catadoras, limitando seu acesso aos serviços e equipamentos públicos em Jardim Gramacho”.

## **5.2 A gente não é lixo, a gente recicla o lixo!**

Nesta seção, apresentamos fragmentos das entrevistas realizadas com treze mulheres catadoras de materiais recicláveis de Jardim Gramacho, que aceitaram compartilhar suas vivências e percepções sobre o trabalho com resíduos. Como mencionado anteriormente, suas identidades foram preservadas por meio de nomes fictícios inspirados em flores, numa tentativa de expressar simbolicamente a potência, a resistência e a beleza que cada uma carrega em sua trajetória.

As falas aqui reunidas foram organizadas em diálogo com a discussão teórica e têm como eixo a construção de sentidos em torno do trabalho, da dignidade e da resistência cotidiana. Cada narrativa é acompanhada de breves comentários analíticos, buscando apresentar como corpo, precariedade e resistência se entrelaçam na experiência dessas mulheres.

Utilizamos como referência para o título desta seção as próprias palavras de uma das catadoras entrevistadas, em um esforço de traduzir o que significa afirmar a dignidade em meio a um trabalho historicamente marcado pelo estigma, pela informalidade e pela inclusão precária. Ao responderem à pergunta geradora da entrevista narrativa *“Como é ser mulher e atuar na catação de materiais recicláveis em Jardim Gramacho?”*, nossas interlocutoras descreveram suas travessias individuais e coletivas, compartilhando os sentidos que constroem em torno de seu trabalho com resíduos.

Mulheres, enquanto categoria social, constituem um grupo marcado simultaneamente por diferenças internas e desigualdades estruturais configurando uma questão, ao mesmo tempo, sociológica e política. No contexto da catação de materiais recicláveis, essas mulheres não são homogêneas: são múltiplas em suas trajetórias, experiências e sentidos atribuídos ao trabalho. Cada uma, a seu modo e em seu tempo, ressignifica a atividade que exerce, conferindo a ela significados que extrapolam a dimensão estritamente econômica.

Para muitas, a catação é mais do que uma fonte de renda, é um espaço de pertencimento, resistência e produção de dignidade em meio às adversidades cotidianas. Assim, é fundamental reconhecer que o trabalho dessas mulheres está imerso em relações interseccionais de gênero, raça, classe e território, moldando

suas condições materiais de vida, sobretudo as formas como constroem sentidos para sua existência e para sua atuação no mundo.

No caso das mulheres negras, as desigualdades de gênero e raça se entrelaçam de forma brutal, perpetuando a lógica da expropriação de seus corpos e de seu tempo. Como nos alerta Akotirene (2019), para a mulher negra não existe o direito à pausa: o racismo estrutural a mantém fora do mercado formal de trabalho, atravessando sua trajetória de vida com a marca da informalidade, da subalternização e da negação de direitos. O trabalho compulsório, herdado historicamente do sistema escravagista, assume novas formas na contemporaneidade, segue atuando como dispositivo de controle.

Soares (2021) descreve a tecitura diária feita por mãos de mulheres negras, em que costuram, com saberes ancestrais, espaços coletivos nos quais depositam força, sabedoria e tecnologias que, em momento oportuno, se manifestam sob a forma de luta comunitária e transgressora. Essa perspectiva ajuda a compreender o que se revela no cotidiano das catadoras de Jardim Gramacho: mulheres que, mesmo atravessadas por múltiplas formas de opressão, constroem e sustentam redes de solidariedade, cuidado e resistência. Assim como Soares (2021), não pretendemos romantizar suas lutas, mas afirmar a potência que elas carregam na recusa em aceitar o lugar reservado como destino, na concepção e na invenção de saídas possíveis em meio ao descartável, na força de existir com dignidade onde o Estado falha.

Para Girassol, ser mulher e catadora é difícil, pois há muito preconceito em catar materiais, pois:

*“a sociedade não olha pra gente sem diferenciar o que sou eu e o que é o lixo. (...) trabalhar no lixão sempre foi muito perigoso, eu mesma fiquei presa, achei que ia morrer na época, a gente tinha que ir trabalhar e fora o perigo lá em cima, carregar os pesos dos materiais, tinham os perigos, principalmente à noite, em que a gente trabalhava com lanterna, exposta. (...) Por trabalhar desde criança, eu tive que crescer como mãe, como mulher, como dona de casa” (Entrevista realizada em 12/02/2024).*

Na pesquisa de Wirth (2010), a predominância feminina na catação está associada à precariedade e à sobreposição entre o trabalho produtivo e o reprodutivo, o que ajuda a compreender os vínculos entre a divisão sexual do trabalho e a inserção ocupacional precária das mulheres. No entanto, o racismo é frequentemente silenciado ou tratado de forma secundária nessas análises, limitando a compreensão mais ampla das múltiplas opressões que incidem sobre as mulheres negras no âmbito da catação.

No relato de Girassol, o trabalho enquanto mulher e catadora, principalmente devido aos cuidados com seus filhos, era ainda mais cansativo:

*“eu chegava, pagava pra tomar conta, chegava e não dormia por ter criança pequena, trabalhei gestante, de todos eles. Só a de 2, 3 e 7 anos eu não trabalhei de barriga lá (...) a rampa... não é que ela não seja um trabalho digno, mas é que ela não dá futura pra ninguém. Eu, eu penso assim, por eu ter trabalhado muito tempo. (...) Por isso que eu sempre dei conselho pro meu filho estudar, arrumar algo melhor do que isso, e não seguir o mesmo caminho que eu segui. (...) ele até chegou a trabalhar em depósito, mas é igual eu, trabalhei tanto tempo no lixo e hoje em dia, acabou a rampa e eu não tive futuro nenhum, acaba que a gente vive com sequelas” (Entrevista realizada em 12/02/2024).*

Assim, a fala de Girassol evidencia o estigma que recai sobre os corpos das catadoras, bem como os riscos e os impactos da catação em sua saúde e trajetória de vida. Conforme a exposição de Jasmin, apresentada a seguir, há as marcas físicas do trabalho e a ausência de reconhecimento, que refletem a sobrecarga decorrente da divisão sexual do trabalho, inclusive nos espaços da reciclagem. Para Jasmin, ser mulher e catadora, deixa marcas em seu corpo:

*“a gente trabalha muito e não tem reconhecimento, é um trabalho de segunda a segunda, de sete da manhã até as cinco, cinco e meia da tarde (...) eu fui trabalhar com resíduos porque eu sempre quis ter o meu, nunca gostei de ficar parada em casa e olhando assim, não é um trabalho bom pra qualquer um não, tu vê tanta coisa que não tem lógica (...) aqui em Jardim Gramacho eu comecei a trabalhar com reciclagem e meu patrão viu que eu era boa pra trabalhar igual homem me colocou pra trabalhar como enfardadora e daí nunca mais, eu levanto fardo, jogo pra cima do caminhão, ajeito, tiro da prensa... o patrão não reconhece o que você faz. Em média eu faço 20, 25 fardos com média de 130 quilos, 155, dependendo do PP, PVC, cristal” (Entrevista realizada em 16/10/2023).*

Na visão de Íris, ao mencionar sobre o trabalho em depósitos, expôs como percebe o trabalho nesses espaços em Gramacho:

*“oh, os donos aqui são meio estranhos. Tem depósito que gosta de mulher pela aparência de força dela, porque aqui as mulheres fazem tudo tão bem, ou até melhor que os homens (...) alguns depósitos então querem a mulher mais forte porque ela vai barricar e vai bater, vai fechar os fardos, vai levar pro caminhão e se deixar, vai até dirigir, aqui não tem diferença, aliás tem, mas é no caso de força, se você é mulher forte, você vai sim fazer tudo ou mais do que eles fazem (...) já tem depósito que sabe que a gente tem no mês aquele período, sabe como é? E tem gravidez, tem mulher aqui um filho atrás do outro, então eles não querem mulher por isso, eles preferem os homem, porque eles não tem o que a gente tem de filho, de sangue, nada disso” (Entrevista realizada em 09/02/2024).*

Sobre os papéis desempenhados por mulheres e homens na catação, Magnólia e Lótus, que atualmente atuam no Caju, tem impressões distintas. Na percepção de Lótus trabalho de homem e de mulher, principalmente no âmbito doméstico:

*“eu faço de tudo, porque eu fui criada pra fazer isso, então tenho disposição, mas meu corpo sente, tem dia que eu tô destruída, mas é o que eu preciso fazer lá, né? (...) chego em casa, ajeito as coisas de um dia pro outro, vejo as crianças, é comida, é roupa, é fazer as coisas de mulher, lá não tem isso, mas aqui em casa tem, meu marido tem o papel dele e eu o meu” (Entrevista realizada em 13/06/2024).*

Já na compreensão de Magnólia, não há diferenciação:

*“eu sou igual a eles em tudo, inclusive se eu não quiser fazer algo, como muito homem não quer, eu me imponho. Foi assim que hoje eu sou a responsável lá no trabalho pelos caminhões, pelo grupo do meu horário, antes era o ciclano, que é homem e é visto como inteligente, forte e sábio. Mas agora sou eu, que sou tano como ele (...) em casa minha mãe sempre precisou da gente, então eu fui mãe da minha mãe, das minhas irmãs, assumi os filhos dela, sendo mãe e pai deles (...) só a gente consegue ser mais de uma coisa só, a reciclagem me ensinou isso, como posso ser ainda melhor em outras versões” (Entrevista realizada em 10/02/2024).*

As falas de Íris, Lótus e Magnólia expõem, em diferentes níveis, como os corpos das mulheres catadoras continuam a ser alvos de exploração, controle e desvalorização, conforme observado por Soares (2021), que afirma que essas mulheres foram e ainda são “as mais exploradas, violentadas e expropriadas”. Contudo, são também as que mais resistem, de maneira cotidiana, coletiva e transgressora. Íris ilustra como o corpo feminino é instrumentalizado nos depósitos: é valorizado quando demonstra força produtiva, mas é desvalorizado ao expor seus limites biológicos, como a menstruação ou a maternidade. Por sua vez, Lótus aborda a intersecção entre o trabalho na cooperativa e as responsabilidades domésticas, demonstrando a lógica da autogestão da escassez e a naturalização da desigualdade. Por fim, a narrativa de Magnólia, apesar de ser marcada por sobrecarga precoce e múltiplas funções, também sinaliza formas de subversão e construção de protagonismo no espaço produtivo.

Na pesquisa de Coelho et al. (2016b), discutiu-se a respeito da sobreposição de jornadas, da precariedade das condições laborais e do esforço constante para conciliar trabalho produtivo e reprodutivo, que geram impactos significativos na saúde física e mental das mulheres envolvidas na catação de materiais recicláveis. Os autores demonstraram que o cotidiano nas cooperativas de reciclagem é permeado por diversos fatores que contribuem para o adoecimento das trabalhadoras, mesmo que haja benefícios em se organizar coletivamente. Entre as principais queixas físicas mapeadas, destacam-se labirintite, reumatismo, dores osteomusculares e articulares, artrose, artrite, hérnias de disco, lombalgias, além de episódios frequentes de tontura e desmaios (Coelho et al., 2016b).

Portanto, a questão não se resume apenas ao esforço físico exigido na separação e transporte dos resíduos, mas também às condições precárias de infraestrutura, à falta de equipamentos de proteção adequados e à exposição contínua a materiais insalubres. A isso se soma o desgaste psíquico decorrente das tensões nas relações interpessoais nas cooperativas. Conflitos, desentendimentos e a fragilidade nos vínculos de coleguismo se tornam fontes

constantes de sofrimento emocional, revelando que o trabalho na catação, embora caracterizado pela resistência, também é um espaço de dor e adoecimento.

Nesse cenário de sobrecarga estrutural e precariedade, o trabalho feminino na catação gera efeitos materiais, físicos, psíquicos e sociais. Conforme afirmam Coelho et al. (2018), as mulheres catadoras vivem um contexto de múltipla vulnerabilidade que abrange as esferas trabalhista, social, econômica e de saúde, agravada pelas exigências simultâneas do trabalho remunerado, das tarefas domésticas e da maternidade. Ao se atentar às queixas apresentadas por essas mulheres nos serviços de saúde, é possível identificar que muitos dos sofrimentos expressos transcendem o biológico, originando-se de conflitos decorrentes da articulação desigual entre esses diversos papéis sociais.

Conforme aponta Escurra (2011), a catação de materiais recicláveis constitui o primeiro elo da cadeia produtiva da reciclagem, sendo o mais insalubre, invisível e desprotegido. Trata-se de um trabalho que permanece à margem da formalização e dos direitos garantidos por lei, seja realizado individualmente nas ruas ou no interior de associações e cooperativas. Em ambas as situações, a informalidade continua a ser a norma, não a exceção.

Por essa razão, o “lugar reservado” não surge por acaso; é forjado por uma lógica de gênero que naturaliza a subalternização feminina e a desresponsabilização institucional, especialmente no que tange a mulheres negras, pobres e periféricas. No âmbito da catação, esse processo se agrava: a presença feminina é constante, mas sua centralidade é sistematicamente negada, tanto nos discursos oficiais quanto na maioria das políticas públicas e nas práticas cotidianas de reconhecimento do trabalho.

De acordo com Camélia, ser mulher e catadora está relacionado à autonomia e ao potencial econômico que a catação pode representar, especialmente quando exercida fora da relação de subordinação com patrões. Para ela, o trabalho na reciclagem lhe proporcionou um aprendizado significativo:

*“hoje dou valor a muita coisa, é com a lona ali que você tem a mistura, um pão de cada dia, imagina eu mãe de família ir pegar um radinho por cinquenta reais...você não vai esperar cair do céu, com a rampa você fazia uma lona rapidinho e já fazia dinheiro. Quando você trabalha por conta própria na catação você arranca mais, você faz o seu dinheiro, não depende do patrão estar te mandando, tá entendendo? No plástico fino eu tirava por dia duzentos reais. Aí você acha que trabalhar de carteira assinada, em qualquer profissão é igual? Todo mundo queria saber de rampa porque era oportunidade de você tirar 300 ou 400 reais por dia, nem nas cooperativas você tira isso” (Entrevista realizada em 29/01/2024).*

Conforme Lótus, o esforço é essencial, pois:

*“tudo depende do seu esforço de trabalho. (...) de tudo eu catava bem, a gente tem que fazer cada um tem que fazer a sua parte, se não fizer não ganha, ali vai por você, se você trabalhar você vai ter, é tipo trabalhar por produção, sendo que*

*a gente trabalha pra gente, sendo que eu trabalho pra mim, desde que você saiu de sua casa, você vai ter que trabalhar” (Entrevista realizada em 13/06/2024).*

As declarações de Camélia e Lótus revelam as ambivalências inerentes ao trabalho autônomo na catação, que, embora seja percebido como um espaço de autonomia e controle sobre o próprio rendimento, também expõe a face perversa do capitalismo excludente. Nesse contexto, a informalidade não se configura como um mero acidente, mas sim como um arranjo funcional que transfere às trabalhadoras a responsabilidade pela sua própria sobrevivência, enquanto as mantém à margem da proteção social.

Dessa forma, o discurso da liberdade de “gerar o próprio sustento” atua como uma armadilha simbólica: elas laboram sem direitos, sem reconhecimento, expostas a riscos físicos e emocionais, e ainda são cobradas pela própria condição de vulnerabilidade. É nesse entrelugar entre resistência e exploração, que se estrutura a experiência cotidiana dessas mulheres. Na compreensão de Orquídea, ser mulher e catadora, principalmente em Jardim Gramacho, consiste em:

*“é acordar cedo deixar tudo organizado e sair por aí pra catar. É ouvir que eu reviro o lixo e faço sujeira, que eu sou suja, porque lido com o lixo, mas eu não sou ele. Eles não veem o meu esforço, em como fico carregando os materiais a pé, mas se eu não recolher quem vai? Ser mulher, ser catadora, é isso, deixar limpo pros outros ver que tá ali limpo, mas sem quem vejam quem é você, porque se vê eles têm nojo. Só que o que eles têm nojo, mudou a minha vida, então é isso, é mudar de vida, mesmo nessas dificuldades todas aí” (Entrevista realizada em 04/08/2024).*

Ao afirmar que “o que eles têm nojo, mudou a minha vida”, Orquídea inverte o estigma e transforma o lixo (símbolo do que é descartável) em fonte de vida e resistência. Ressignificar expressa uma dimensão política do trabalho que vai além da subsistência: trata-se de um enfrentamento cotidiano aos discursos que desumanizam, desqualificam e silenciam essas mulheres. Retomando a fala de Jasmin, agora em outro momento da entrevista, ela retorna a questão de ser mulher e catadora com:

*“(...) trabalhando em depósito como mulher você não tem uma estrutura boa, um canto pra comer, em casa tomo banho e o resíduo do corpo, da sujeira, lama, as vezes quando chove só Deus. São dois anos fazendo isso, tenho quatro meses nesse lugar onde que eu estou agora (depósito). (...) minha mãe sempre fala pra nós que a gente tem que procurar o melhor, mas é a única solução, Jardim Gramacho é difícil de arrumar um trabalho que não seja a reciclagem e eles aproveitam mais de mulher que buscam um trabalho” (Entrevista realizada em 16/10/2023).*

Percebemos neste trecho como a vulnerabilidade é instrumentalizada. Nesse contexto, a disponibilidade dessas mulheres, por estarem desempregadas, as empurra para aceitar condições degradantes, seja pela urgência da renda, seja

pelo cuidado com os filhos, sendo capturadas por uma lógica perversa de aproveitamento, na qual ser mulher torna-se critério de exploração mais do que de proteção. É o “lugar reservado” que se configura como o espaço onde a força de trabalho feminina é exigida, mas sua humanidade é negada. O reconhecimento negado não é apenas salarial ou institucional, mas também ontológico, uma vez que seus corpos são vistos como extensão daquilo que manipulam: o lixo.

Jasmin, ao relatar a ausência de estrutura no depósito, a exposição à sujeira e o esgotamento físico, nos lembra que essas trabalhadoras operam às margens do sistema, sendo produzidas como marginais por uma lógica que racializa e feminiliza a informalidade. O que aparece como “única solução” em Jardim Gramacho, ou seja, trabalhar com reciclagem, é, na verdade, o reflexo de uma estrutura socioeconômica que naturaliza a exclusão e transfere a responsabilidade pela sobrevivência às próprias mulheres.

Consideramos, com base na interseccionalidade, como propõem Collins e Bilge (2021), que não se trata de somar marcadores sociais de diferença, mas de reconhecer como as categorias de gênero, raça, classe e território se entrelaçam estruturalmente, organizando desigualdades de maneira relacional e dinâmica. Para Andrada (2013), esse enfoque permite uma análise mais aprofundada das hierarquias sociais, apontando como a opressão atua de maneira diferencial sobre os corpos femininos racializados. No mesmo sentido, Biroli (2016) destaca que tais desigualdades se manifestam concretamente na vida cotidiana, especialmente em contextos de exclusão e informalidade. Constanzi e Mesquita (2021) reforçam, por sua vez, reforçam a importância de políticas públicas formuladas a partir dessa complexidade.

Dessa forma, voltamo-nos para o território com a perspectiva de que o lugar ocupado por essas mulheres na cadeia da reciclagem não pode ser compreendido apenas sob a ótica do gênero. É a articulação entre diferentes sistemas de dominação de raça, de classe, de gênero, geração e território, como já mencionado, que as posiciona nas etapas mais invisibilizadas, precarizadas e desvalorizadas do processo. Diante do exposto, o que emerge das narrativas é a forma como o trabalho na catação é ressignificado por essas mulheres.

Ainda que desvalorizado socialmente, ele seja, para elas, sinônimo de resistência, sobrevivência e cuidado. O enfrentamento cotidiano das desigualdades de gênero, raça e classe está entrelaçado à ausência de políticas públicas efetivas, ao não cumprimento das leis e ao sentimento de abandono institucional. Cravina ao descrever como é ser mulher e catadora ressaltou que:

*“A gente esbarra muito no não cumprimento nas leis, se a PNRS fosse cumprida em relação aos catadores e aos materiais recicláveis, teríamos outros momentos, outras formas de viver. Ser mulher e catadora, é matar um leão por dia (...) precisamos fazer nossa voz ecoar com maior força. (...) A comunidade era palafita, que ainda tem até hoje, era sem asfalto, aqui é um complexo de comunidades e cada uma vai moldando e sendo moldada a partir dos interesses do território” (Entrevista realizada em 29/01/2024).*

Identificamos, a partir da fala de Cravina, as contradições entre o que é previsto legalmente e a realidade enfrentada pelas mulheres em Jardim Gramacho. Para Dália, essa contradição se reflete na naturalização de uma existência marcada pela informalidade e pela completa fusão entre o ser mulher, o ser catadora e o território, descrevendo mais do que uma experiência de trabalho, mas revelando um vínculo profundo com o espaço e com os materiais que manuseia em seu cotidiano:

*“desde que eu pisei lá, o lixo foi a minha referência, então eu sou um pedaço daquela rampa, daquilo que eu reciclo (...) Eu sou parte do meu trabalho e ele é de mim” (Entrevista realizada em 30/07/2024).*

Ainda que não se refira ao trabalho na catação de materiais recicláveis, a pesquisa de Silva; Scherer (2024) problematizou a respeito do trabalho realizado por garis homens e mulheres, autodenominados carreiros e vassoureiras, que realizam a varrição noturna dos logradouros públicos no Centro Histórico de Manaus, Amazonas. Na pesquisa, ressaltaram que a invisibilidade social não é um fenômeno homogêneo, tampouco casual, pois se manifesta de formas distintas, moldadas pela interseção de múltiplos sistemas de opressão, como o racismo, o sexismo, o classismo e o capacitismo.

De acordo com as autoras, trata-se de um processo social historicamente construído, sustentado por relações de poder desiguais que naturalizam a marginalização de determinados grupos. Transpondo para a realidade das catadoras de materiais recicláveis, a invisibilidade opera de maneira especialmente violenta. Por serem, em sua maioria, mulheres negras e periféricas, elas ocupam um lugar social em que suas vidas, corpos e saberes são constantemente desconsiderados, tanto pelas instituições públicas quanto pelas políticas de gestão de resíduos. Assim, não se trata apenas de ausência de reconhecimento: trata-se de um silenciamento estrutural que impede o acesso pleno a direitos, à cidadania e à dignidade.

Quando comparamos a forma como o trabalho das catadoras e dos garis é socialmente percebido, evidencia-se uma continuidade nas lógicas de desvalorização que recaem sobre os corpos racializados e femininos das classes populares. Em ambos os casos, trata-se de um trabalho essencial à manutenção

da cidade e da vida urbana, mas que frequentemente permanece invisível e precário.

A condição de ser catadora, especialmente para as mulheres, é interseccionada por múltiplas camadas de opressão, como já expusemos. No entanto, essa realidade também é marcada por processos de resignificação que conferem novos significados ao trabalho com os resíduos. Como apontam Camardelo; Benedetti; Nostrane (2023), “ser catadora” é uma identidade que se constrói em meio às adversidades e que, justamente por isso, mobiliza estratégias de enfrentamento do sofrimento cotidiano.

Autonomia relativa, pertencimento comunitário e orgulho pelo que fazem são dimensões que não podem ser negligenciadas, pois atuam como forças impulsionadoras na luta por reconhecimento, melhores condições de trabalho e valorização enquanto mulheres catadoras. Esses elementos, longe de romantizar a precariedade, revelam formas de resistência que fortalecem subjetividades e sustentam projetos de vida ancorados na dignidade. Compreender a resistência cotidiana, portanto, como uma prática interseccional e territorializada, exige um reposicionamento epistemológico, como propõem autoras e autores que dialogam com a crítica à colonialidade, expostos em nosso referencial teórico.

A partir dessa perspectiva, territórios como Jardim Gramacho deixam de ser compreendidos apenas como espaços de exclusão e passam a ser reconhecidos como campos de disputa política e reinvenção de formas de vida. Como destaca Carneiro (2015), o Brasil mantém, em sua memória social, a ideia de que apenas alguns corpos são plenamente humanos, perpetuando hierarquias que se traduzem em desigualdades concretas. É nesse contexto que se inscreve a experiência das catadoras: para além das condições materiais precárias, elas enfrentam cobranças múltiplas relacionadas ao gênero, à maternidade, ao trabalho informal e à ausência de políticas públicas.

Para muitas dessas mulheres, o trabalho não é uma atividade separada da vida, mas sua própria forma de existência. Trata-se de um pertencimento que nasce da exclusão, mas que também se transforma em identidade, memória e resistência. A experiência de Dália remete à noção de corpo-território, na qual os sentidos sobre si e sobre o mundo são forjados na materialidade do trabalho e nos resíduos que, ao serem reciclados, também reciclam a própria vida. Nesse contexto, a rampa não era apenas o local da/para catação, mas um espaço simbólico e afetivo, onde foram construídas histórias, o pertencimento e a luta dessas catadoras.

Tanto Azaleia quanto Acácia enfatizam essa conexão intrínseca entre trabalho e vida pessoal. Azaleia aponta que:

*“esse é um trabalho muito cansativo, mas que ganhava muito dinheiro, até hoje dependendo do material que se tem e da quantidade de lona, dá pra se ganhar um dinheiro bom, encher a casa” (Entrevista realizada em 05/06/2024).*

Já Acácia, ao expressar-se com um sorriso ao relatar sua trajetória, testemunha um processo de aprendizado que transcorreu pelo corpo, pelo tempo e pela dor:

*“eu não sabia catar, mas minha irmã e minha mãe [sabiam]. Eu era igual uma tartaruga, meus filhos tudo pequenininhos em casa me esperando, aí fui indo, fui indo... foi com a rampa que eu criei meus nove filhos” (Entrevista realizada em 05/06/2024).*

Acácia descreve que realizava a coleta de resíduos plásticos durante a gestação, preenchendo os recipientes enquanto sua filha, ainda no útero, já participava das atividades cotidianas:

*“Eu ia catando e enchendo as barriquinhas, e minha filha na luta comigo, eu e ela, pra levar as coisas pro menor comer. Os oito me esperando. Meu marido me largou, não dava nada..., mas eu tinha que dar comida pra eles. Assim conheci o aterro, a reciclagem, com sacrifícios” (Entrevista realizada em 05/06/2024).*

A fala de Acácia condensa elementos centrais do que aqui denominamos corpo-territorialidade em movimento: a fusão entre maternidade, exclusão e resistência, onde o ato de catar não se reduz a um gesto técnico ou laboral, mas representa a construção de um modo de vida e a sustentação de múltiplas vidas. A rampa, portanto, aparece como cenário de sofrimento, mas também como território de resistência feminina, onde o cuidado, o alimento e o afeto se articulam com o descarte e a ausência do Estado.

A mulher negra, desde a infância, é ensinada a obedecer e a servir, seja ao “marido”, seja ao “patrão”, como se lhe faltasse autonomia e criticidade. Nesse processo, o racismo a infantiliza e a envelhece precocemente, submetendo-a a uma sobrecarga que se estende por todas as fases da vida. A velhice, como aponta Akotirene (2019), é vivida precocemente quando se é negra, pobre e trabalhadora informal. Em Jardim Gramacho, essa realidade se materializa nas trajetórias das catadoras, que iniciam cedo a catação, permanecem nela por décadas e, frequentemente são esquecidas pelas políticas públicas ao envelhecerem, como se já tivessem cumprido, silenciosamente, sua função social.

Nesse sentido, dialogar a respeito do trabalho feminino na catação de materiais recicláveis exige reconhecer, além das condições precárias de inserção laboral, mas também os atravessamentos estruturais que moldam essa experiência: a racialização do trabalho, a divisão sexual imposta pelas estruturas patriarcais e a marginalização dos corpos negros em territórios marcados pelo

abandono estatal. A informalidade não é uma escolha isolada, mas o resultado de um processo histórico que empurra essas mulheres para atividades desvalorizadas e invisibilizadas, especialmente no campo da gestão de resíduos sólidos, onde as catadoras são maioria, mas continuam com baixa representação institucional, escasso acesso a direitos e limitada participação na formulação das políticas públicas que as afetam diretamente.

É nesse contexto que se constrói o “lugar reservado” das mulheres na catação, um lugar marcado por múltiplas exigências e poucas garantias, onde se espera que elas façam tudo o que os homens fazem. Que carreguem peso, enfrentem sol e chuva, disputem espaço no lixo, porém, sem o mesmo reconhecimento, prestígio ou acesso aos poucos recursos disponíveis. Tal lugar não é apenas funcional, mas simbólico, pois revela o modo como a divisão sexual do trabalho é operada de forma perversa: ao mesmo tempo em que se exige dessas mulheres força, constância e sacrifício, nega-lhes o estatuto de trabalhadoras plenas, relegando-as à condição de “ajudantes”, “companheiras” ou “auxiliares” invisíveis dentro de um sistema que lucra com sua exploração.

Encontramos na literatura produções que dialogaram a respeito desses temas, principalmente naquelas que se relacionam a forma como essas mulheres se constroem como trabalhadoras. Como destaca a pesquisa de Coelho et al. (2016a), realizada com atadoras intituladas recicladoras de uma cooperativa do Rio Grande do Sul, “a dinâmica do reconhecimento reflete a importância do outro e dos coletivos de trabalho, no que tange ao julgamento acerca de quem o sujeito é e do valor do que ele faz” (Coelho et al., 2016a, p. 5).

O que se revela, portanto, é uma sobreposição de jornadas que intensifica a carga de trabalho dessas mulheres. Na prática, elas precisam garantir a renda da família e, ao mesmo tempo, cuidar dos filhos, da organização da casa e cumprir as responsabilidades que a sociedade patriarcal ainda considera exclusivamente femininas. Tal configuração escancara o caráter estrutural da desigualdade de gênero no mundo do trabalho, especialmente no campo da reciclagem, onde as mulheres atuam de forma massiva, mas continuam relegadas à informalidade, à invisibilidade e à precariedade.

Conforme o relato de Magnólia, o encerramento das atividades do lixão representou uma ruptura violenta na vida de quem dependia da catação como forma de sustento:

*“o fechamento do lixão foi muito impactante na nossa vida, eu acho que na vida de todo mundo que trabalhava lá e dependia desse trabalho, sabe? (...) muitas pessoas daqui de dentro de Jardim Gramacho não sabem fazer outra coisa, sabe? Conheceu esse trabalho porque a mãe morava aqui, os avós moravam aqui,*

*nasceu e cresceu, aprendeu a só fazer só isso. Quando isso aconteceu do lixão fechar, você viu pessoas, sabe? a botar a mão na cabeça e pensar: o que eu vou fazer da vida se eu não sei fazer outra coisa a não ser catar na reciclagem, então foi muito impactante e o preconceito eu sofro muito hoje trabalhando em cooperativa, ser mulher e trabalhar com a reciclagem acontece muito (...) eu nunca espero por ninguém pra fazer as coisas, sabe?” (Entrevista realizada em 10/02/2024).*

Percebemos, a partir da conversa com Magnólia, que a multigeracionalidade na catação cria raízes profundas no território e que ser mulher e catadora traz outras preocupações como encerrar o lixão sem ter alternativas estruturadas de reinserção desampara famílias inteiras. O "não saber fazer outra coisa" expressa a herança da exclusão como política de Estado: a territorialização da precariedade, que perpassa gerações de mulheres e naturaliza a informalidade como destino. Magnólia também revela como o preconceito de gênero persiste, mesmo nos espaços formalizados da reciclagem. É o que nos permite entender que, mesmo diante da descontinuidade de políticas públicas e da persistência do estigma, essas mulheres reexistem, criam estratégias, sustentam vidas e seguem "sem esperar por ninguém", como ela mesma sintetiza.

Outra catadora que também aborda esse aspecto durante a entrevista e acaba trazendo para a conversa aspectos do antigo lixão para falar sobre si mesma é Íris, tal que:

*“minha irmã me trouxe pra catação, bora lá catar, nós vamos ter um dinheirinho (...) primeira vez e eu comecei catando arquivo, os papéis de escritório, caderno, essas coisas. Minha irmã me ensinou, quando ela achava papel ela me ajudava e eu a ajudava lançando pet. (...) A gente enchia de noite até de manhã, os pessoal do depósito comprava da gente e era assim a nossa rotina, todo dia, final de semana que a gente saía pros bailes, pra sair...isso na rampa que se desse mole você sofria, era atropelada (...) no depósito era ruim porque na rampa você tinha dinheiro todo dia, no depósito o dinheiro já era por semana e muito pouco, trabalhava pra outra pessoa, se você trabalhar... trabalhar você arrumava um dinheiro bom (...) tu tem que fazer tudo, não só eu, mas muita mulher, eu já bati muito material em depósito. Você tem que aturar muita coisa (...) eu podia catar, tinha o podrão, não passava necessidade, hoje em dia a pessoa passa fome, tendo a rampa você catava do lixo pra comer ou vender pra comprar do mercado. Então ser mulher e catar aqui em Gramacho é ter condições de ter o que sem o lixo não tem da onde tirar pra viver” (Entrevista realizada em 09/02/2024).*

Construir-se enquanto catadora envolve enfrentar estereótipos negativos, internalizados socialmente, que desqualificam a catação como trabalho digno, ao mesmo tempo em que essas mulheres criam sentidos e reafirmações de valor sobre o que fazem. Portanto, reconhecer-se como mulher-catadora é um movimento de resistência simbólica e política, na qual as narrativas de “guerreira” ou “mulher-homem” emergem como formas de contrapor a invisibilidade e afirmar sua dignidade frente ao desprezo institucional e social (Coelho et al., 2016a).

Desse modo, a luta por reconhecimento é cotidiana e influenciada por sentimentos ambíguos, ora de orgulho e pertencimento, ora de dor e sobrecarga, o que revela a complexidade das trajetórias dessas trabalhadoras. Para Coelho et al. (2016a), o sentido do trabalho se estrutura na articulação de dois elementos: o conteúdo significativo em relação ao sujeito, que se refere ao valor simbólico atribuído à ocupação e à posição social que ela confere. E o conteúdo significativo em relação ao objeto, que diz respeito aos significados simbólicos e materiais construídos em torno do próprio trabalho, no caso, a reciclagem. Assim, não se trata apenas de “trabalhar com o lixo”, mas de produzir valor a partir dele, reafirmando sua importância tanto para a própria identidade quanto para a coletividade (Coelho et al., 2016a).

De Almeida; Soares (2024) demonstraram que a catação aparece como uma atividade que, por não exigir qualificações formais e permitir certa flexibilidade, é frequentemente assumida por mulheres que precisam conciliar o trabalho produtivo com as tarefas reprodutivas cotidianas. Essa suposta “flexibilidade”, no entanto, não é sinônimo de autonomia plena, mas sim uma estratégia de sobrevivência diante da ausência de políticas públicas de cuidado, creche e acesso a empregos formais.

Como observam Ribeiro; Nardi; Machado (2012), não basta lidar com um trabalho árduo e desvalorizado; elas também são constantemente interpeladas por expectativas que recaem sobre seus papéis sociais, intensificando a sobrecarga sofrida. Nesse cruzamento, há o entrelaçamento perverso entre desigualdades de gênero, classe e território, sustentado por uma estrutura que mantém essas mulheres nos bastidores da cadeia da reciclagem, apesar de serem sua base. Desse modo, as reflexões até aqui desenvolvidas ganham corpo nas travessias das mulheridades das catadoras de Jardim Gramacho.

De acordo com Violeta, ser mulher e catadora é:

*“olha, eu nunca olhei pro lixo com o lado negativo não, mas como lado positivo, hoje em dia as pessoas veem como lado negativo, por muitas coisas. Eu vejo assim minha mãe muito cansada, chegando do podrão, era danone, era biscoito e a gente nunca paramos no hospital, sabe? Então era perigoso sim, mas era um excelente negócio. Eu via que com o trabalho no lixo você poderia construir uma casa, conseguia estabelecer o melhor pra sua casa, independente de estar trabalhando no lixo, porque hoje em dia não tendo nada disso a dificuldade é muito grande, é como se nós hoje em dia estivesse esquecido (...) antes de eu começar a catar minha mãe vendia lanche, ela catava também, mas antes ela vendia lanche, aí chegou uma vez que eu ia lá ajudar ela, a gente revezava (...) antigamente nós morava aqui, porque nós fazíamos nosso valor, nosso dinheiro, hoje tá difícil como é que fala, por você depender da porta de emprego, te humilham de certa forma, em depósito botam você pra barricar, mas muitas das meninas falam que as mulheres que vão barricar e não só bater, hoje é muita escravidão, dificultoso aqui. Falar de Jardim Gramacho pra mim não é como antigamente, não me sinto muito bem” (Entrevista realizada em 19/03/2024).*

A narrativa de Íris expressa a dimensão intergeracional da inserção no trabalho com resíduos e os laços afetivos que ultrapassam essa experiência, ainda que forjados na precariedade. Ao relatar que foi introduzida na catação pela irmã, com quem dividia a rotina exaustiva de trabalho na rampa, explicita como a entrada das mulheres nesse campo ocorre frequentemente por meio da mediação familiar, e não por escolha autônoma ou oportunidades formais. Trata-se de um pertencimento que, em Jardim Gramacho é herdado, naturalizado e reproduz-se diante da ausência de alternativas estruturadas.

Além disso, a fala de Íris nos indica como a precarização se acentuou após o fechamento do lixão: enquanto a rampa permitia uma renda imediata, mesmo em condições insalubres, o trabalho nos depósitos passou a ser mais exploratório, com ganhos reduzidos e maior subordinação. Como Íris afirma, “ser mulher e catar aqui em Gramacho é ter condições de ter o que sem o lixo não tem da onde tirar pra viver” escancarando como, para muitas, o trabalho com resíduos continua sendo o único meio viável de sobrevivência em um território negligenciado pelo Estado.

Esse testemunho também ressoa com o de Violeta, que rememora, de forma ambivalente o passado na rampa como um tempo de autonomia e sustento familiar, ainda que reconhecendo os riscos e as violências ali vivenciadas. Ao contrastar o “antes” e o “agora”, suas palavras revelam o sentimento de esquecimento institucional e a percepção de que, sem o lixão, o que restou foi uma lógica de exploração ainda mais perversa, sobretudo para as mulheres. Como ela mesma afirma, “hoje é muita escravidão, dificultoso aqui”, apontando para a intensificação da precariedade e para a ausência de perspectivas que se instaurou com o desmonte da territorialidade produtiva construída pelas catadoras ao longo de décadas.

A partir das entrevistas realizadas, torna-se possível compreender quem são essas mulheres que compõem o trabalho com resíduos e por que suas experiências consideradas uma expressão de uma mulheridade plural. Suas vozes, corpos e vivências revelam como constroem sentidos para o trabalho em meio à precariedade, ao racismo ambiental e à exclusão institucional.

Narrativas marcadas por múltiplas opressões, mas também por estratégias de resistência, pertencimento e reinvenção cotidiana, que fazem do trabalho com resíduos mais do que um meio de sobrevivência, mas um território de dignidade e afirmação. É nesse campo de tensões e reinvenções que se inscrevem as travessias das mulheres entrevistadas nesta pesquisa, cujas histórias revelam que

ser mulher e catadora é influenciado pelas condições locais e pelas dinâmicas socioambientais de Jardim Gramacho, posto que impõem desafios específicos às mulheres negras e não-negras que atuam na catação de materiais recicláveis, já que o trabalho com resíduos não pode ser compreendido fora de sua articulação com o território e com as estruturas de desigualdade que moldam a vida dessas mulheres.

Para Flor de Lis, ser mulher e catadora é orgulho:

*“eu me sinto orgulho, dizer que trabalhei no lixão, é motivo de orgulho. Teve o filme, teve o quadro lá de Vik, então eu não me arrependo não. Meus filhos nunca passou necessidade, não passou fome, entendeu? Nada faltava, eu sinto muita falta de lá, tinha que era voltar pra aí eu não passar necessidade” (Entrevista realizada em 16/10/2023).*

Assim, identificamos uma dimensão importante do trabalho com resíduos: o orgulho e o pertencimento forjados na experiência da catação, mesmo em meio à precariedade. Ao resgatar o tempo em que atuava na rampa, contesta o estigma social que pesa sobre o “trabalho no lixo”, ressignificando-o como espaço de dignidade e sustento familiar. A menção ao reconhecimento artístico ilustra que, para além da sobrevivência, o trabalho desempenhado também é fonte de visibilidade. Nesse sentido, Flor de Lis reafirma que ser mulher e catadora não é sinônimo de vergonha, mas de trajetória construída com esforço e contribuição concreta para sua família e para o território de Jardim Gramacho.

As falas apresentadas demonstram que a catação se estrutura como espaço de pertencimento, sobrevivência e resistência, mas também como lugar de profunda precarização e invisibilidade. As catadoras entrevistadas constroem sentidos para o trabalho a partir de suas vivências, ressignificando o lixo como fonte de vida, mesmo quando ele representa dor, exclusão e sobrecarga. Essa ambivalência está no cerne da experiência de ser mulher e catadora em Jardim Gramacho, especialmente quando se trata de mulheres negras, cujos corpos são historicamente racializados, explorados e silenciados.

Ao analisarmos os relatos sobre a sobreposição entre trabalho produtivo e reprodutivo, as condições de saúde física e mental, a informalidade persistente e a ausência de reconhecimento institucional, respondemos ao objetivo específico que visa “identificar como os elementos associados às relações, condições e meios de trabalho produtivo e reprodutivo se estabelecem na vida das catadoras negras e não-negras que moram e/ou atuam em Jardim Gramacho, principalmente as chefas de família, considerando as interseções entre trabalho formal e informal, cuidado doméstico e laboral, e as dinâmicas familiares”.

A interdependência entre trabalho e cuidado, como demonstrado nas trajetórias de Acácia, Girassol, Camélia e tantas outras, aponta como as mulheres catadoras vivem a conciliação forçada entre sustento e maternidade em meio à precariedade. As falas de Dália e Magnólia, por sua vez, apontam para o entrelaçamento entre corpo, território e pertencimento, indicando que, para muitas, o trabalho com resíduos é a única possibilidade historicamente ofertada. Tais elementos nos permitem também responder ao objetivo específico “investigar a influência do fator intergeracional para que as mulheres negras e não-negras atuem ou deixem de atuar na catação de materiais recicláveis em Jardim Gramacho, examinando as diferenças e semelhanças nas perspectivas e desafios enfrentados por diferentes gerações”.

Ao longo das entrevistas, as trajetórias revelam uma presença marcante de laços familiares no ingresso e na permanência das mulheres na catação, seja por meio da transmissão direta do ofício entre mães, filhas e irmãs, seja pela naturalização do lixo como espaço possível (e muitas vezes único) de trabalho e sobrevivência. A continuidade geracional na catação, longe de ser uma simples repetição de caminhos, expressa uma forma de reprodução da exclusão social, em que o trabalho com resíduos é herdado como destino.

No entanto, também emerge, entre as entrevistadas mais jovens, um desejo de ruptura, especialmente quando há valorização da escolarização ou quando as experiências no aterro deixaram marcas profundas, como no caso de mães que desencorajam suas filhas a seguirem na mesma ocupação. Assim, os relatos expõem tanto a reprodução das desigualdades como também as tentativas de reinscrever a história familiar a partir da resistência e da busca por alternativas, mesmo que limitadas.

Do mesmo modo, os depoimentos que denunciam o abandono estatal, a ausência de acesso a serviços e a descontinuidade de políticas públicas apontam para os limites enfrentados por essas mulheres diante do racismo institucional e da negligência governamental. Isso se articula ao objetivo específico “analisar em que medida as desigualdades e as dimensões do racismo enquanto estrutura impactam a vida e o trabalho das catadoras, limitando seu acesso aos serviços e equipamentos públicos”.

O que emerge dos relatos é a institucionalização da desigualdade, manifestada na ausência de direitos, no estigma e na desresponsabilização do Estado. Por fim, a escuta sensível às narrativas permitiu aprofundar o entendimento sobre as particularidades e especificidades das condições de vida e de trabalho das catadoras, demonstrando que ser mulher e trabalhar com

resíduos em Jardim Gramacho não se trata de um trabalho qualquer, mas de uma forma de existência que, frente as injustiças históricas, é também constituída, ao mesmo tempo, por estratégias de resistência que se atualizam cotidianamente.

Assim, ao articular os elementos empíricos e teóricos, torna-se possível afirmar que a pesquisa respondeu de forma substantiva à pergunta central da tese. As dificuldades enfrentadas por essas mulheres são moldadas por relações de dominação de gênero, raça, classe, geração e território, que, no contexto de Jardim Gramacho, se intensificam devido à sua condição histórica como “território do lixo”. Nesse cenário, as catadoras são sujeitas centrais da cadeia da reciclagem e da luta pela dignidade, reafirmando, como nos ensina Dália, que o trabalho não é apenas o que elas fazem: é também o que são.

### **5.3 Os circuitos da Sabedoria Feminina em Jardim Gramacho: Afetos e Resistência Compartilhada**

Nesta seção, voltamos nossa atenção para os vínculos tecidos entre as mulheres catadoras de Jardim Gramacho ao longo de suas trajetórias marcadas pela precariedade, exclusão e ausência de políticas públicas efetivas. Mais do que relatar relações interpessoais, buscamos compreender como os afetos, por vezes reciclados, ora construídos a partir da dor comum, operam como formas de resistência e sustentação da vida no cotidiano da catação.

Em meio à disputa por materiais como pets, arquivos, alumínio, bem como à violência institucional e às dificuldades impostas pelas condições de trabalho, emergem entre essas mulheres redes solidárias de cuidado, companheirismo e partilha, que se configuram como circuitos de sabedoria feminina. São saberes que não se formalizam em discursos institucionalizados, mas que se transmite por gestos, conselhos, acolhimentos, silêncios e presenças.

Neste circuito simbólico, outras catadoras tornam-se extensões da própria família: confidentes, cúmplices e parceiras de jornada. Ao iluminar essas relações, demonstramos que a resistência dessas mulheres não é apenas individual ou laboral, mas também afetiva, comunitária e profundamente enraizada em um território que, mesmo marcado pelo estigma do “lixo”, se revela fértil em formas de reexistência coletiva.

Durante as entrevistas, em diferentes momentos, as catadoras evocaram o nome de outras mulheres que marcaram suas trajetórias. Em alguns relatos, tratava-se de familiares, como avós, tias, primas, mães, irmãs, filhas e netas com quem aprenderam a catar ou por quem iniciaram no trabalho, como forma de contribuir com o cuidado doméstico e o sustento familiar. Em outros casos,

referiam-se às amizades construídas no convívio cotidiano da rampa, que se consolidaram como laços de pertencimento e apoio mútuo diante das durezas do trabalho.

E ainda havia aquelas mulheres que, mesmo não dependendo mais da catação para sobreviver, tiveram suas vidas tecidas por uma oportunidade que só foi possível graças às que vieram antes. Foram as catadoras entrevistadas que abriram caminhos por meio de seu esforço, sacrifício e resistência, para que filhas e netas pudessem vislumbrar outras possibilidades de existência. São relações que revelam, além da transmissão de técnicas e estratégias de sobrevivência, os afetos, esperanças e futuros partilhados.

Embora nossa entrevista incluísse uma pergunta específica: “Como é seu relacionamento com outras catadoras em Jardim Gramacho? Há atividades que oportunizem ajuda, solidariedade e movimento de articulação entre vocês? Me conte um pouco sobre alguma situação que possa exemplificar, por favor”, percebemos que esse tema transbordou a questão formal. Os relatos espontâneos indicam que a solidariedade entre mulheres é parte constitutiva do trabalho na catação e de forma transversal, integram as experiências narradas pelas catadoras.

Na visão de Violeta:

*“Assim, teve coisas que me doeu, mas me tornou uma pessoa diferente. Então eu superei muitas coisas, não vou falar assim, mas não foi por mim, foi pelos meus filhos, vou tentar mais um dia, um dia de cada vez eu vou construindo um dia de cada vez (...) construindo um tijolo de cada vez. Eu luto pela minha família, pelos meus filhos. A minha mãe mesmo ainda trabalha na reciclagem, eu e meu marido também, mas eu não quero meus filhos nisso, minha filha vai ter uma melhor que a minha. (...) Eu lutei pelo pão de cada dia pra ela não precisar fazer o que eu fiz, minha mãe faz, mas minha mãe foi um farol, sabe? Ela só tinha aqui pra lutar, eu também não tinha muita opção, mas eles vão ter (...) Vou falar pra tu, eu penso nisso porque hoje é tudo mais dificultoso, os anos vão passando e a gente vai criando mais maturidade... (...) eu sonho com o melhor pra mim e pros meus filhos, quero deixar eles calçados” (Entrevista realizada em 19/03/2024).*

Ao afirmar que sua mãe foi um “farol” e que não deseja que seus filhos repitam o caminho da catação, Violeta inscreve sua maternidade como horizonte de luta coletiva. Não se trata apenas de prover, mas de proteger seus filhos do destino social reservado historicamente. Nesse gesto, o afeto se converte em resistência, e a maternidade, tantas vezes atravessada por sobrecarga e solidão, é também um exercício de esperança ativa. O que se transmite entre mães e filhas em Jardim Gramacho não é apenas a técnica de catar ou as rotinas de sobrevivência, mas a força de quem, mesmo sem “ter opção”, decide plantar caminhos para que outras venham a ter novas possibilidades de vida, trabalho e história.

Nesse mesmo sentido, Azaleia compartilha com orgulho os novos rumos que seus filhos, especialmente sua filha, conseguiram trilhar graças ao seu trabalho com os resíduos:

*“desde o trabalho na rampa, eu consegui cuidar dos meus filhos, criei meus filhos, consegui formar minhas três filhas, tenho três filhas formadas na faculdade, tudo pelo.. através da rampa e da cooperativa, minhas filhas são tudo formadas graças a Deus, não me arrependo, aí lá acabou, nós viemos pra cá (...) agora tá meio ruim, mas tem que ter fé que vai melhorar! Estamos aqui graças a Deus, recebo o Bolsa Família, aí dá pra ir levando... (...) nenhum dos meus filhos foram pra catação, consegui dar estudos pros meus filhos e tem uma que trabalha ali com Tião através da catação, até caderno velho eu trazia, mochila, tudo da catação, tem uma que trabalha na Petrobrás, num projeto lá dentro, lá na comunidade, na quatro rodas, aquele projeto ali, ela é Pedagoga. Tudo formada por conta do lixão, queria que estudasse e não fosse igual a mim (...) tive três filhos no aterro, até o final, passava mal lá mesmo... (...) ficava dançando, até tarde, a gente até hoje, eu e ela não se desgruda até hoje, muitos anos novinha a gente saía por aí... (...) nossas famílias a partir da Rampa, Gramacho, a família dela é a minha” (Entrevista realizada em 05/06/2024).*

Ao narrar a trajetória de suas filhas, Azaleia mostra que o trabalho na catação, embora socialmente desvalorizado, foi o motor de ascensão e transformação concreta para sua família. O que antes era visto como destinação social, pois o “lugar do lixo” transforma-se, em suas palavras, em plataforma de mobilidade, de dignidade e de investimento afetivo. A maternidade, nesse contexto, aparece não como reprodução da precariedade, mas como estratégia de ruptura, na qual a educação dos filhos torna-se símbolo de conquista coletiva, enraizada na experiência das mulheres que abriram caminho.

Quando Acácia conta sobre sua história, reforça sobre a amizade de mais de trinta anos com Azaleia, destacando novamente serem família:

*“isso aqui era ótimo, falo que isso aqui é cidade fantasma hoje, você não vê mais nada, num tem mais um forrózinho, acabou Jardim Gramacho. (...) aqui na praça, as vezes lá dentro tinha um barzinho grande, botava pagode, a gente trabalhava de segunda a sexta e final de semana tomava cervejinha, curtia titititi... seu pagodinho, forrózinho, hoje em dia tem mais nada. Quando o aterro era aberto, vinha muita gente de fora, mas tem a família, quem a gente se mantém unido até hoje, como eu e ela aqui, somos família (...) muita gente antiga já morreu, gente boa, que a gente tinha contato, os bons muitos se foram... (...) eu amava sexta-feira, catava de segunda a sexta, fazia uma carga, amarrava nossa carguinha, pegava nosso dinheirinho e se juntava com as colegas, se ajuntava ali e tomava nossa cervejinha, as pessoas que se conhecia, conversava, eu e ela, a gente bebia, com nossos filhos, escutando música, dançando... (...) somos uma família, que a rampa deu, ela aí ouvia Roberta Miranda e chorava....” (Entrevista realizada em 05/06/2024).*

Quando Acácia compartilha sua história, destaca com afeto os mais de trinta anos de amizade com Azaleia e reforça o elo construído a partir da vida e trabalho na rampa. Sua fala remonta a um tempo em que, apesar da dureza do trabalho, havia espaço para celebrações, encontros e vínculos comunitários.

A respeito dos elos construídos, Magnólia nos conta sobre como ter trabalhado na catação mudou sua vida:

*“trabalhar na catação mudou minha vida, influenciou minha vida, nem sempre a gente consegue perceber isso, eu acabei de criar meus filhos, trabalhando com a reciclagem e tenho muito orgulho disso (...) a minha filha mais velha trabalhava comigo, mas parou devido a gravidez e estamos pensando seriamente se ela volta ou não porque eu preciso que ela termine os estudos, eu quero que ela termine, entendeu? Ela tem vinte e quatro anos (...) Antes eu era mais forte fisicamente e mais fraca psicologicamente. Hoje eu sou mais forte psicologicamente e mais fraca fisicamente (...) as filhas não são minhas biologicamente, são presentes de Deus na minha vida. São filhas da minha irmã que faleceu e são tudo que eu tenho de mais importante, de mais precioso na minha vida, são cinco meninas e três meninos. Netas também no poder” (Entrevista realizada em 10/02/2024).*

O gesto de Magnólia ao assumir a criação dos filhos de sua irmã falecida revela uma forma de sabedoria que não precisa ser nomeada para existir com força. É uma prática que nasce do silêncio e da urgência do cotidiano, forjada pela dureza da vida, pela escassez de alternativas e pelo desamparo institucional. Sua ação não resulta de uma vocação inata ao cuidado, mas de uma consciência ética e política construída a partir da experiência concreta de quem, historicamente, foi ensinada a dar conta de tudo. Ao acolher essas crianças, não romantiza a maternidade: enfrenta mais uma sobrecarga. Mas é justamente nesse enfrentamento que se inscreve uma potência ancestral — um gesto que, embora marcado pela dor, mobiliza o afeto como forma de resistência.

Esse amor, como aponta Hooks (2021), não é idealizado ou passivo, pois, conforme a autora, o amor é ação; amor é o que o amor faz. O cuidado de Magnólia não é sinônimo de docilidade ou de abnegação. É estratégia de vida. É gesto que recusa a lógica do abandono e, mesmo sem garantias, constrói possibilidades de futuro para além de si. Nesse gesto, ela reinscreve a maternidade para além da biologia, como responsabilidade construída em rede e como herança ética transmitida entre mulheres.

De forma semelhante, Íris e Flor de Lis evocaram a rampa como espaço que acolhia, além do sentido romântico de um refúgio maternal, um lugar em que, apesar da dureza, era possível encontrar alianças. Para elas, a rampa era a mãe de todas, não por ser generosa, mas por ser inevitável. Era ali que se encontravam e se ajudavam, mesmo em meio a tantas disputas: por materiais, por espaços, por direitos. Íris diz:

*“mesmo com tanta gente em meio a rato, urubu, a gente tinha as nossas aliadas e mesmo sem saber eram até mais que a nossa família” (Entrevista realizada em 09/02/2024).*

Nessa tecitura de afetos, não há santificação da mulher pobre ou romantização. Queremos demonstrar como a resistência cotidiana se expressa na

solidariedade entre aquelas que conhecem profundamente, a violência do abandono, como Girassol que nos ressalta:

*“eu aprendi muito com as outras mulheres do aterro, era muita força de vontade, muita luta, que nos inspira (...) Jardim Gramacho foi uma mãe, é uma mãe pra gente (...) quando o aterro fechou infelizmente foi um baque, foi um choque pra todo mundo, pra mim então, falei pronto! meus filhos eram tudo pequeno e eu pensei: e agora como vou criar meus filhos? (...) A gente que é mãe pensa logo nos filhos, eu só sabia chorar dia e noite porque eu não conhecia outra coisa, só conhecia a rampa, não tinha o estudo completo. Eu só olhava pros meus filhos e só sabia chorar. (...) A gente conversava muito uma com a outra e o que eu passei muitas mães também passaram, muitas que trabalhavam lá em cima, eram mães então a gente não sabia de onde tirar os sustentos de nossos filhos. Depois vieram as doações, mas elas não supriam todas as necessidades. Não tinha trabalho, não tinha estudo, não tinha nada, muitas vezes e muitas mesmo uma ajudou a outra com o que ganhava pra não passar fome, pro filho ter um leite, um pão...”* (Entrevista realizada em 12/02/2024).

E é a partir dessas relações, construídas no enfrentamento das precariedades e não apesar delas, que os circuitos da sabedoria feminina em Jardim Gramacho se configuram: não como herança natural, mas como conquista social forjada entre o lixo, os pesos, os silêncios e a coragem de seguir. Essas falas revelam o quanto o cuidado, frequentemente associado à esfera privada e à feminilidade, assume na vida dessas mulheres um caráter público e político. Trata-se de uma ética da sustentação mútua, forjada no chão da exclusão, em que a sobrevivência ocorre de modo coletivo e solidário.

Como aponta Ribeiro (2022), a luta por igualdade, justiça e direitos é histórica, devido aos processos violentos, como a colonização, o extermínio dos povos indígenas e a escravização da população negra. Apesar da permanência de dispositivos que sustentam uma lógica de supremacia branca, patriarcal e heterossexual, como dispositivos responsáveis por manter as mulheres negras em condições sistemáticas de subalternização, essas mesmas mulheres protagonizam formas contínuas de enfrentamento e resistência; suas trajetórias revelam estratégias de sobrevivência.

Nesse contexto, os circuitos de sabedoria feminina em Jardim Gramacho não operam como herança natural ou como prolongamento de uma suposta essência cuidadora feminina. Eles são, antes, uma construção histórica e relacional, que emerge da ausência do Estado, da precariedade dos direitos e da recorrente desresponsabilização institucional. São práticas que reinventam a maternidade, a amizade, a solidariedade e a própria ideia de comunidade a partir do que resta, do que dói e do que se compartilha.

Portanto, a partir dessas relações, que foram e continuam sendo construídas no enfrentamento das precariedades, e não apesar delas, que os circuitos da sabedoria feminina em Jardim Gramacho se configuram. Não como

dádiva, mas como conquista social. Uma conquista forjada entre o lixo, os pesos, os silêncios, e a coragem de seguir, mesmo quando tudo falta. E é nesse entrelugar, entre a resistência cotidiana e a negação sistemática de direitos, que essas mulheres reexistem e sustentam, com seus corpos e afetos, um projeto de mundo em que a vida importa, mesmo quando o mundo insista em descartá-las.

Desse modo, as experiências das catadoras de Jardim Gramacho revelam que, além da precariedade imposta pelo sistema capitalista, há também o desvio que traz uma fissura, ainda que pequena, frente à lógica dominante de produção. Como apontam Hardt; Negri (2001), os modos de subjetivação no trabalho moderno, tanto nas fábricas quanto no campo dos serviços, tendem a disciplinar corpos e afetos conforme padrões de eficiência, produtividade e utilidade.

No entanto, o que vemos em Jardim Gramacho são corpos racializados e feminizados que, embora historicamente descartáveis, produzem sentidos, sustento e redes de cuidado em territórios degradados. Em oposição à figura do trabalhador ideal, disciplinado, automatizado ou empreendedor de si, essas mulheres operam um saber que Gorz (2005) nomeia como “saber vivo”, que consiste em um conjunto de práticas e conhecimentos não formalizados, oriundos da experiência concreta, da capacidade de improviso, da sensibilidade e da solidariedade cotidiana. É um saber não cabe nas metas e métricas do capital, mas é essencial para manter a vida em movimento, especialmente onde o Estado falha e o mercado exclui.



Cravina, única de nossas interlocutoras que não se identifica como evangélica, expressou a importância de sua ancestralidade e da força dos orixás em sua vida:

*“é o que me sustenta, mesmo em meio a tantas lutas, adversidades, interesses, em meio a isso tudo que o lixo que tanto nos enfraquece, porque precisamos o tempo inteiro nos mobilizar, lutar, insistir pra ser visto, tem, a fé! (...) a fé de cada um, é o que tem feito a gente ainda não desanimar aqui” (Entrevista realizada em 29/01/2024).*

Sua fala nos indica que a espiritualidade, assim como os afetos, também integra os circuitos de sabedoria feminina em Jardim Gramacho, pois se inscreve na experiência concreta e coletiva de resistência, reinvenção e sustentação da vida, especialmente em contextos de abandono e invisibilidade.

Como afirma Ribeiro (2022), a resistência das mulheres negras em contextos marcados pela exclusão não se dá apenas por meio das estruturas políticas tradicionais, mas também através da espiritualidade, do afeto e do cuidado. Assim, ao nomear Deus em suas falas, as catadoras de Jardim Gramacho atualizam uma teologia cotidiana da sobrevivência, na qual o sagrado se entrelaça à luta, à dor e à invenção da vida, onde ela insiste em brotar. A presença de Deus, portanto, não é ausência de crítica, mas presença de desejo: desejo de justiça, de consolo, de reparação e de existência.

A força simbólica dessas expressões reafirma a presença de um “saber vivo” (Gorz, 2005), transmitido pelas práticas cotidianas de cuidado, luta e pertencimento territorial. A densidade do termo “trabalho”, em particular, tensiona os limites entre o produtivo e o reprodutivo, o formal e o informal, desvelando as camadas de sobrecarga enfrentadas pelas mulheres entrevistadas. A presença de palavras como “fé”, “Deus” e “família” aponta para os circuitos de sustentação que não se dissociam do afeto, da espiritualidade e do apoio mútuo, como estratégias centrais de reexistência em um território marcado historicamente pela exclusão.

Para Hardt; Negri (2001), a vida subjetiva tornou-se uma matéria-prima central na produção capitalista, uma vez que mobilizam criatividade, afetividade, desejo e comunicação para alimentar o ciclo contínuo de consumo. Sendo assim, é preciso também visibilizar os espaços onde essas mesmas dimensões subjetivas são mobilizadas não para o lucro, mas para a sustentação da vida. O que se observa em Jardim Gramacho é justamente a contramão desse processo de captura da subjetividade pela lógica mercantil.

Os afetos, os saberes e os gestos de solidariedade compartilhados entre as catadoras não são convertidos em mercadoria, tampouco glamourizados como tendência de mercado. Ao contrário, são práticas enraizadas na escassez, na dor

e na ausência de políticas públicas, que resistem à lógica de performatividade e de “empreendedorismo de si” exigida pelo trabalho imaterial contemporâneo. Trata-se de um fazer cotidiano que não responde a métricas de produtividade, mas à urgência da vida, à coletividade e à partilha.

Conforme analisa Antunes (2020), ser empreendedor de si mesmo configura uma modalidade perversa de exploração, expropriação e espoliação do capital, que se reinventa ao eliminar o trabalho vivo, transformando-o em trabalho morto, de modo a extrair mais-valor em todas as esferas possíveis, inclusive naquelas que, antes, eram tidas como externas à lógica produtiva, como os afetos, o cuidado e o cotidiano doméstico.

Enquanto o capitalismo estimula a criatividade como ativo produtivo, apropriando-se da potência inventiva dos corpos para transformar tudo em consumo, as mulheres de Jardim Gramacho criam outras formas de pertencimento e de criação de valor que escapam às lógicas da produtividade e da estetização neoliberal da vida, pois produzem subjetividades que não são capturadas pelo consumo: o saber de “dar conta”, de criar redes de cuidado mesmo sem recursos, de fazer do afeto uma trincheira política, como mostrou o relato de Magnólia, é um tipo de invenção que não se encaixa no modelo do trabalhador criativo da nova economia, mas que sustenta comunidades inteiras.

Nesse contexto, a maternidade, a amizade e o cuidado não são vendidos como estilo de vida, mas vividos como estratégias de resistência e reexistência. São produções de subjetividade que desafiam a lógica do descarte, porque constroem mundos onde a vida, mesmo precarizada, insiste em florescer.

#### **5.4 Acesso a Direitos e Relação com os Equipamentos Públicos: Contrapontos entre o Discurso Institucional e as Vozes das Catadoras**

Nesta seção, buscamos estabelecer um diálogo crítico entre os discursos institucionais dos equipamentos públicos atuantes em Jardim Gramacho, como o CRAS, USF e FCJG, que, em conjunto com as narrativas das catadoras entrevistadas, nos auxiliam em compreender como se configura o acesso a direitos em um território marcado por desigualdades socioespaciais, raciais e de gênero. Como demonstrado anteriormente no capítulo 4, Duque de Caxias, e particularmente Jardim Gramacho, apresentam indicadores críticos de desigualdade, marginalização e inclusão precária, em que a ausência histórica do poder público, agravada pelo fechamento do Aterro Metropolitano em 2012, aprofunda a invisibilidade social da população local, especialmente das mulheres catadoras que residem e trabalham no território.

A partir das conversas com as Assistentes Sociais no CRAS, percebemos em períodos distintos das entrevistas que a população que majoritariamente busca atendimento no equipamento é negra, feminina e chefe de família. A esse respeito, ouvimos da Assistente Social A, que:

*“CRAS é uma das principais portas de entrada para os serviços da política de Assistência Social no território. (...) É aqui que mulheres, mas também homens em situação de vulnerabilidade recorrem para atendimento de suas necessidades e de seus familiares. (...) Desde que estou aqui, há pouco mais de um ano, por aí, há uma centralidade das mulheres na busca por garantias dos seus direitos, mas também o peso histórico de aqui nesse território, as poucas opções de trabalho e renda, coloca sobre elas a responsabilidade de mobilizar recursos para a sobrevivência de suas famílias, então não nos surpreende serem elas as usuárias dos serviços que o CRAS oferece” (Entrevista realizada em 28/08/2023).*

Já a Assistente Social B complementa, destacando os limites estruturais e institucionais no alcance dos serviços do CRAS:

*“aquí as mulheres aprenderam que não vamos chegar em todas elas, infelizmente sendo muito direta, é assim, porque o CRAS mesmo não tem condições de acessar toda a comunidade, as visitas as famílias, por exemplo, desde antes da pandemia já tinha impactos significativos, veja bem, é uma ou duas visitas no mês, pra o que fulana? umas cem famílias, cadastradas nessa última ação? Não conseguimos, infelizmente acessar, fora outras questões, já mencionei...” (Entrevista realizada em 25/06/2024).*

Nesse trecho de nossa conversa, a Assistente Social B mencionou as transformações no território desde antes da pandemia, mas principalmente da ascensão do poder paralelo no território, que fechou ruas com barricadas, instituindo o que chamou de “porcentagem do tráfico”. Segundo ela, se as ONGs doam cem cestas básicas, o poder paralelo teria que ter acesso a pelo menos 10 dessas cestas. E, complementa:

*“se você perguntar a qualquer um, a presença das ONGs foi reduzida a um extremo e o número de famílias que acessava o CRAS aumentou nessa busca pelas cestas mesmo (...) aqui aonde você olhava tinha uma ONG que já fazia, claro, um trabalho há um período grande em Gramacho, mas sempre vinha uma nova, pelo alcance do território. E veja bem, não estou demonizando essa ou aquela, estou só reforçando de como até elas, sucumbiram a essa porcentagem, essa forma de ter algo a mais pra eles. Para atuarem, as ONGs precisavam dar um retorno a eles e como não aceitaram foram embora” (Entrevista realizada em 25/06/2024).*

Devido diferentes impressões a respeito do papel do CRAS no território, elegemos alguns trechos positivos e negativos dessa relação entre as catadoras com o equipamento, pois identificamos uma tensão entre o que os equipamentos públicos devem oferecer (na visão das entrevistadas) e o que de fato chega à população. Para a maioria das catadoras, o CRAS e a USF são lembrados como espaços que, em momentos pontuais, prestaram apoio, como na obtenção de documentos ou acesso ao Bolsa Família. No entanto, a maioria dos relatos expressa descrédito, frustração e cansaço diante da recorrente negativa de

atendimento, da sensação de não pertencimento ou da dificuldade em acessar serviços básicos, como uma consulta médica ou o recebimento de uma cesta básica.

De acordo com Acácia:

*“O CRAS eu utilizo, o CRAS ali, a USF eu faço tratamento da saúde e tenho médico lá, mas eu só vou lá mesmo quando preciso de algo muito urgente, cadastro de qualquer coisa, eu sei que tem lá. Quando eu precisei, funcionou. Aí eu vou, gosto muito deles, lá na médica mesmo me tratam muito bem, atenciosas, tenho nada pra reclamar não” (Entrevista realizada em 05/06/2024).*

Para Girassol:

*“o Saúde da família, eu acho tudo ruim. Se você tiver morrendo não consegue consultar, tu vai morrer e não vai ter. O CRAS nunca pode ajudar em nada, mas assim depende da pessoa que tá ajudando ali no trabalho, porque assim eu as vezes vou lá eu não tenho as coisas, eles vão e me doam uma cesta, mas depende da pessoa que está no local. Nem todo mundo ali trabalha com amor, trabalha porque tem que trabalhar. Eu acho que ser Assistente Social tem que trabalhar com amor e algumas pessoas ali vai só por ir. E ainda tem isso, depende de como a gente chega lá, tem dia que você chega lá e te olham como se não precisava, pela aparência mesmo” (Entrevista realizada em 12/02/2024).*

A fala de Girassol indica que, quando o acolhimento não é realizado, há julgamentos morais centrado em aparências. Assim, o acesso aos direitos se torna condicionado por relações pessoais ou caritativas, e não por um reconhecimento pleno da cidadania.

Íris, por sua vez, prefere ir ao centro de Caxias, onde sente que o atendimento é mais eficaz, nos mostrando uma desconfiança em relação aos serviços do território e o peso da desigualdade espacial: morar em Jardim Gramacho significa, para muitas, ter que se deslocar para obter o que deveria ser garantido ali mesmo. A busca por outros espaços de atendimento reforça o quanto o pertencimento ao território impõe barreiras, e não pontes, para o acesso às políticas públicas.

Para Íris:

*“a gente precisa de ajuda, mal quando eu vim morar aqui, no começo se tinha sim muita ajuda de ONG, a gente ia lá e pegava, agora lá no CRAS, uma vez ou outra só eu consegui só ver documento, segunda via e o bolsa família, mas eu prefiro ir logo ali no centro de Caxias, lá parece que o atendimento é melhor. (...) Pra saúde aqui não tem muito recurso, então eu vou no Moacir, na UPA, no postinho lá do Sarapuí, entendeu? Aqui é muita gente que precisa de ajuda e não dá pra ajudar toda gente, as ONGs fazem muita falta, assim como a rampa, se tivesse a rampa aberta, meu armário nesse momento mesmo estaria cheio” (Entrevista realizada em 09/02/2024).*

Jasmin descreve as dificuldades no acesso aos serviços públicos no território, destacando:

*“aqui é um canto que tudo é mais difícil, você tem que ter uma pessoa mais próxima pra conseguir marcar as coisas ou conseguir uma cesta, sem conhecer, você chega lá e não consegue serviço, ou tá fora, ou não tem, ou se botar pra*

*raciocinar, alguns acham que uma casa tipo essa, com oito ou nove pessoas uma cesta só dá, não dá, tá entendendo? Então não é ruim pra alguns, mas pra outras dependendo da sua casa, da sua família, os serviços como eu posso dizer parece que precisa ser igual, mas ninguém aqui é igual, então pra mim não presta (...)* fiquei doente esses dias mesmo, tive que ir pra pista, aqui dentro não tem atendimento médico, algumas ONGs hoje distribuíram ali no planetário, você viu? Então, alguns desses é xarope pra gripe, que a gente não pode comprar, pra verme, piolho, então se chegar no CRAS ou lá no postinho não tem nada disso, fralda, se acabar e eu não tiver dinheiro eles não dão, tinha a ONG, mas hoje tá disputado conseguir, tem nada mais aqui desde que fechou, fechou o lixão foram embora junto com ele” (Entrevista realizada em 16/10/2023).

Vimos, a partir de Jasmin, que a desigualdade se materializa no cotidiano, pois, sob a lógica universalista das políticas públicas, muitas vezes se ignoram as especificidades e complexidades das famílias, tratando de forma homogênea sujeitos cujas vidas são marcadas por múltiplas camadas de precariedade. Ainda assim, entre as falas que revelam frustração e desencanto, há também aquelas que apontam para estratégias de enfrentamento diante das lacunas do Estado.

Para Cravina, por exemplo:

*“todo ano que eu preciso fazer um preventivo, limpar meu dente, ver a pressão... essas coisas, campanhas de absorvente como teve, eu vou lá. Tem poucas coisas que dá pra fazer aqui, mas é de graça e o que temos, então o que eu não consigo aqui busco em outro lugar, eu não espero precisar, quando eu vejo que já tá na hora de fazer alguma coisa vou lá, em Caxias, no Sarapuí, até em Primavera eu já fui. Não sou eu que preciso? Então eu corro atrás, sem esperar mesmo”* (Entrevista realizada em 29/01/2024).

Há, portanto, uma mobilidade forçada e até atendendo a uma lógica de autogestão da sobrevivência, que desloca a responsabilização do Estado para o indivíduo. Basta observarmos a fala da Assistente Social B, que ressaltou que as mulheres aprenderam que o CRAS não consegue alcançá-las em sua maioria.

Nesse movimento, a noção de direito é substituída por uma prática de “correr atrás”, expressão recorrente nos relatos, e que explicita o modo como o acesso a serviços fundamentais passa a depender da capacidade de deslocamento, da rede informal e da disposição física e emocional para enfrentar barreiras territoriais, burocráticas e simbólicas. Ao mesmo tempo, essa disposição individual, embora reveladora de força e resistência, não deve ser interpretada como solução desejável. Ao contrário, demonstra quanto as mulheres têm sido obrigadas a operar em regimes de urgência, imprevisto e constante vigilância sobre suas próprias necessidades, muitas vezes se antecipando à precarização para tentar escapar de seus efeitos mais severos.

Na unidade do CRAS, entre os serviços mais demandados, destacam-se: a inscrição e atualização do Cadastro Único para Programas Sociais, como o CadÚnico, acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e à Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); cadastro no Bolsa Família, e o acolhimento de

famílias em situação de extrema vulnerabilidade social; e acompanhamento pelo Programa de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Assim, embora esses serviços componham o escopo básico da Assistência Social, a efetivação do acesso por parte das mulheres catadoras nem sempre ocorre de maneira contínua ou qualificada, conforme indicam algumas falas das entrevistadas.

A respeito dos principais serviços que a USF oferece no território, a Agente de Saúde da Família, com quem conversamos, além de nos apresentar a unidade, descreveu os principais serviços ofertados pelo equipamento. Segundo ela, os atendimentos não são os melhores devido às questões políticas:

*“tudo isso pra mim é uma questão política e quando estamos falando de política, estamos falando de poderes, existe jogos de interesses, estamos a população, gestores, empresariados de outro. Não houve vontade e tem questões que são pontuais, que quando é pra favorecer a imagem de alguns políticos, gestores, fazem algumas coisas, bem paliativos. Essa questão de não pensar, planejar um bairro que seja vivo, que seja funcional, a própria questão da mobilidade, se olhar bem, uma pessoa cadeirante, não tem condições de vir do mercado pra cá, um deficiente visual, uma pessoa idosa, então não tem. Esse Jardim Gramacho não é visto como bairro para pessoas, isso tem que ser levado em conta. E isso não é levado e quando você adentra nos aparelhos também não é pensado assim com carinho mesmo pra essas questões. Você vê a creche ali, você olha, já passou ali? Aquilo ali já sabe, na minha mente, principalmente como mulher negra e você vê o aspecto, parece que estão preparando nossas crianças para viverem em prisões. É isso, são prisões, é uma coisa fria, se pegar uma creche lá da 25, no bairro do Centro de Caxias é outra coisa. Por que? Porque pra cá, pra quem é tá bom. (...) São anos de debates, de idas a órgãos públicos, na saúde eles sabem o que precisa, tá? Há num tem? Não tem porque não querem. Todo final de semana, de mês não é alimentado o sistema, então é vontade política. O bairro claro, ao longo do tempo melhorou? Sim, mas são construídas conforme os interesses. Tem essa questão e ela é importante: se dão acesso a saúde, a vida melhora e aí não tem voto, tá entendendo?” (Entrevista realizada em 05/06/2024).*

A postura da agente de saúde, ao se afirmar como mulher negra e moradora de Jardim Gramacho, revela um saber localizado (Collins; Bilge, 2021) e uma epistemologia do cotidiano forjada na experiência negra e feminina (Gonzalez, 2020). Sua leitura crítica sobre os limites da gestão pública, os impactos das políticas urbanas e o descaso com a população local aponta para uma compreensão politizada do território, na qual o abandono estatal não é naturalizado, mas denunciado como parte de uma estrutura de desigualdade racial e de gênero.

Em contraste, os discursos das assistentes sociais, mulheres brancas, embora reconheçam os limites institucionais e a sobrecarga dos serviços, tendem a manter uma abordagem mais protocolar, centrada na lógica da gestão. É uma diferença que nos mostra como os marcadores sociais atravessam não só as experiências das usuárias, mas também as formas pelas quais as profissionais percebem e se posicionam diante das desigualdades enfrentadas em seu

cotidiano. Enquanto a agente de saúde aproxima seu olhar das vivências das catadoras, reconhecendo o território como campo de disputa e negação de direitos, os relatos do CRAS revelam uma tensão entre a função burocrática dos equipamentos públicos.

A respeito da temática da participação e utilização dos equipamentos públicos, destacamos que o Fórum Comunitário de Jardim Gramacho (FCJG) é um espaço de articulação política no território. Por essa razão, entrevistamos duas lideranças femininas negras com trajetórias de atuação marcantes: a atual presidente e a ex-presidente do Fórum. Ambas apresentam perfis de liderança comunitária e engajamento em pautas voltadas às mulheres: uma com experiência no trabalho com reciclagem e a outra no ramo da beleza capilar. Para fins de organização do texto, identificaremos as entrevistadas como Liderança do FCJG e Ex-Liderança do FCJG, situando o leitor quanto às suas posições institucionais e à relevância social de suas atuações.

A ex-Liderança do FCJG, está vinculada à uma cooperativa, sendo a atual presidente. Possui longa trajetória na militância da catação e nos enfatizou que o Fórum atuou historicamente como instância de proposição e vigilância, denunciando a negligência dos governos, sobretudo após o fechamento do Aterro Metropolitano. Sua fala aponta para o cansaço causado pela ausência de respostas às reivindicações e para a recorrente violação da Lei 12.305/2010, que reconhece os catadores como agentes centrais da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Segundo ela, a recorrente invisibilização de catadores e catadoras está vinculada a uma estrutura de desigualdade racial.

A atual Liderança do FCJG, também mulher negra, vincula sua trajetória à luta do Movimento Negro Unificado e à promoção de ações voltadas à afirmação da identidade das mulheres negras. Sua atuação concentra-se na defesa do empreendedorismo feminino e na ampliação da presença de mulheres nas decisões locais. No entanto, ela denuncia que, apesar da legitimidade política do Fórum em espaços formais, há um esvaziamento do reconhecimento local, uma vez que a comunidade muitas vezes desconhece suas ações. Para ela:

*“o Fórum é conhecido nos espaços institucionais, mas é invisível para a população porque os resultados não chegam. A gente leva a pauta, mas não tem força pra executar” (Entrevista realizada em 02/04/2024).*

De fato, para a maioria das catadoras entrevistadas, o FCJG é um espaço desconhecido, distante, voltado a algo que Magnólia tem dificuldade para definir:

*“que eu não sei nem fazer, é tipo uma cooperativa? Talvez já deve ter tido sim alguma coisa deles, mas é que a gente luta sozinho, aqui é cada um por si e Deus por todos” (Entrevista realizada em 10/02/2024).*

Já na visão de Íris:

*“aqui dentro tem muita empresa, muita divisão e acaba que a gente as vezes nem sabe o que tá acontecendo, é igual, olha só: quando o aterro ia fechar, quando diziam que ia fechar ninguém acreditava, porque já tava aí a tanto tempo, que ninguém imaginou ser verdade, mas quando fecha, antes daquela reunião toda, de cadastro e aí a gente começa a ver uma série de pessoas com uma certa pose, não é isso, tipo posição, tá entendendo? Pra falar pela gente. Até hoje é assim, tem o ciclano que sempre aparece quando falamos de Gramacho, é como um rosto que diz quem somos nós pra mídia e tudo, foi assim também antes de fechar, talvez esse como é mesmo? Fórum, né? Deve ser isso, mas pra algo de agora, não sei, nunca fui” (Entrevista realizada em 09/02/2024).*

Esses relatos ilustram como a luta por direitos em Jardim Gramacho não se dá apenas no enfrentamento às instituições formais, mas também na construção cotidiana de redes autônomas de resistência. As lideranças do FCJG reconhecem que a mobilização e participação estão mais restrita a alguns participantes devido aos próprios interesses, conforme a ex-liderança do FCJG:

*“a maioria das catadoras que participam das reuniões estão vinculadas a um GT e tem uma mente mais política, política não de voto, de candidato, mas de precisar ter voz, lugar pra decidir em prol dos seus direitos. (...) mas aí tem algumas que não querem ou não acham que precisam, porque há muita decepção, tem que entender que há muitas promessas que nunca saíram do papel e isso espanta também uma união, aí é por isso até que as cooperativas tá cada uma pra um lado e o polo do outro” (Entrevista realizada em 29/01/2024).*

Já na compreensão da atual liderança do FCJG:

*“a maioria das catadoras e catadores estão presentes porque a maioria de quem mora aqui veio da catação, então eles se mobilizam dentro dos seus interesses nos GTs, claro falta muita coisa pra melhorar, como as reuniões, as vezes tem um ou dois lá só, mas o propósito do fórum foi ser instância de participação e a gente se mobiliza em prol da população, é pressionando a Reginas, é vendo parceria pra mutirão de retirada de documentos, é que é muita coisa e isso leva tempo” (Entrevista realizada em 02/04/2024).*

Os relatos das catadoras demonstram que há um fosso entre os espaços formais de participação e a vivência concreta de quem trabalha com reciclagem em Jardim Gramacho. Embora o Fórum Comunitário seja uma instância legítima e historicamente engajada na luta por direitos, seu reconhecimento simbólico e político não se traduz, necessariamente, em reconhecimento prático no cotidiano das catadoras. O discurso da liderança atual do FCJG busca reafirmar a relevância do Fórum como espaço de articulação, mas também reconhece os desafios para mobilizar uma comunidade profundamente marcada pela desilusão e pela lógica da sobrevivência.

Conforme expressa a ex-liderança, há uma fragmentação entre os grupos organizados que compõem os GTs e os demais segmentos da população, o que reflete os limites de uma participação popular que, embora prevista em marcos legais e políticos, é atravessada por desigualdades estruturais, por silenciamentos

históricos e por uma descrença sedimentada na experiência da ausência de respostas concretas. Nesse contexto, a articulação entre o Fórum, os equipamentos públicos e as mulheres catadoras se mostra essencial, mas também exige a reconstrução de pontes que respeitem os tempos, as dores e os saberes das trabalhadoras do território.

As entrevistas realizadas com a atual e a ex-liderança do FCJG demonstram que a luta por direitos no território extrapola a simples demanda por acesso e passa pela necessidade de reconhecimento das especificidades locais, da escuta ativa da comunidade e do enfrentamento às desigualdades estruturais que historicamente afetam a população. Ambas as lideranças destacaram que, embora existam, os equipamentos públicos, operam com severas limitações materiais, políticas e estruturais, tornando imprescindível a articulação comunitária para que demandas básicas possam ser visibilizadas. Nesse sentido, organizamos no quadro a seguir, um panorama das principais demandas identificadas pelas representantes do FCJG e que estiveram presentes nas falas das catadoras, sendo agrupadas por eixos.

Quadro 3 – Principais demandas em Jardim Gramacho

<b>Áreas</b>	<b>Demandas</b>
Trabalho	financiamento para as cooperativas de reciclagem;
	condições dignas de trabalho.
Saúde	materiais para realização de exames;
	profissionais de saúde, principalmente, médicos;
Moradia	medicamentos nas unidades de saúde.
	moradia digna para uma parte dos moradores e das moradoras do bairro;
Ambiental	regularização das moradias que são de madeira ou de palafita.
	esgotamento sanitário em grande parte do bairro;
	acabar com a fumaça expelida pelos depósitos clandestinos de lixo e pelos carvoeiros;
Abastecimento de Água	acabar com os vazadouros clandestinos que trazem doenças e animais pra outras casas.
	regularizar o abastecimento de água no bairro.
Transporte	regularizar o abastecimento de água no bairro.
	ampliação do número de ônibus das linhas em Jardim Gramacho;
	regularização dos horários de ônibus que operam irregularmente.

Cultura	<p>inauguração de equipamentos culturais no território;</p> <p>praças com equipamentos para crianças brincarem.</p>
Cidade	<p>pavimentação das ruas e calçadas em várias partes do bairro;</p> <p>agências bancárias ou casas lotéricas para pagamentos de contas e outras atividades financeiras.</p>
Educação	<p>ampliação de escolas e creches, bem como o número de vagas já existentes.</p>

Fonte: Dados da Pesquisa de campo, elaboração própria (2024).

De acordo com Lótus:

*“a maioria dos problemas daqui a gente já convive desde que nasceu. Alguns de nós já nem lembra mais quantas vezes, de tantas, que esteve brigando com a Reginas, ali é um problema que até melhorou, vamos ser justos que era muito pior, mas assim, parece que tem período pra ouvirem ou enxergarem do que estamos falando, quase sempre nas eleições, por isso tem que ver bem pra quem a gente diz certo problema, porque depois as nossas próprias palavras são usadas contra a gente (...) vocês não queriam lazer? Agora tem praça, tá toda largada, mas ela tem, aí agora querer ela direitinha é outra história. Queria ônibus? Tem alguns, mas e as duas horas que você fica ali esperando ele? Fora que não entra nas ruas todas há muito tempo porque esses meninos aí vieram e fecharam tudo, sacou?” (Entrevista realizada em 13/06/2024).*

A respeito do transporte público e mobilidade Dália complementa:

*“a Reginas faz o que quer, é uma empresa podre, que finge que escuta os gritos que a gente já deu, não é um ou dois anos, tá assim desde antes do lixão fechar. Fechou, foi tudo pra debaixo dos panos o que eles faziam com a gente, inclusive essa passagem, tem cabimento? Como eu vou me mover daqui pra Caxias a esse preço? Sem condições, até de achar um outro trabalho, que ninguém vai pagar ou acreditar que tem dia que fico ali umas três horas pra um carro passar, não tem lógica” (Entrevista realizada em 30/07/2024).*

A respeito das creches e escolas, algumas catadoras foram além, como

Jasmin:

*“é bem um depósito de criança, as salas são pequenas, quentes, cheio de grade, um horário que não dá direito pra trabalhar, aí se você tiver que deixar mais tempo com alguém tem que pagar, o ideal mesmo era ser o dia inteiro que eu tô trabalhando pra eles estudarem e eu trabalhar” (Entrevista realizada em 16/10/2023).*

E Camélia complementa na mesma direção:

*“as crianças na verdade até tem pra onde ir estudar, o que não tem é algo melhor que só uma parede, cadeira e caderno. Pensa assim: meus filhos vão sair melhores pra ter uma vida melhor que a minha nessa escola daqui? O que ela tem de diferente da escola paga lá de Caxias? Nada. Então ele só vai mesmo porque não pode ficar sem estudar, mas diferente, de algo que vai destacar ele aqui não tem (...) esse Fundec, tá aí com um monte de curso que ninguém quer, a gente não quer esses cursos, ninguém perguntou o que a gente quer, bota ali a escola e pronto” (Entrevista realizada em 29/01/2024).*

A respeito de ouvirem as catadoras, é frequente falas que mencionam as ausências e a falta de ouvi-las, principalmente quando retornamos aos equipamentos públicos como o CRAS, USF e o FCJG. Conforme exposto por Flor de Lis:

*“todas as vezes que eu chego lá na assistente pra dizer do que eu preciso, eu percebo que não estão nem aí, é titititi com a outra do lado, titititi com a outra mocinha da porta da frente, muita conversa delas sem ser pra resolver meu caso. E tem sim, tem que eu já vi, uns olhares que me dão certeza que não é aqui, da cabeça não (...) mas com as dores nas pernas eu não tenho como ficar indo e voltando, eu preciso chegar e ter ali alguém pra me resolver (...) as vezes é carro pra pagar e sair sem resolver é perder esse tempo, nem sei se amanhã eu vou conseguir resolver lá do dinheiro que te falei que teve bloqueio e fiquei sem” (Entrevista realizada em 16/10/2023).*

Orquídea também destacou que não se sente ouvida, mas acredita que ser ou não ouvida está relacionado ao seu trabalho. Vejamos:

*“se eu fosse outra coisa que não fosse catar lixo, eu já tinha resolvido meus problemas, ih a vida seria outra (...) no mutirão, eu fui lá e contei os problemas, assim, assado, contei tudo, consegui alguns papéis e as moças boas, a gente percebe se estão nos ouvindo, igual você agora (...) as vezes eu não sinto essa atenção, como se fosse eu menor, como se o problema é daqui, já é parte do que eu faço então só saindo do lixo é que eu não vou ter ele (...) eu preciso pensar em como vai ser pra aposentar, a casa que estou é minha, mas se eu faltar tem meus filhos, tem os netos, então eu sou sozinha pra ver as coisas pra eles, se eu peço ajuda é porque eu não consegui mesmo, mas chego lá no CRAS e nunca podem, nunca tem, nunca é esse mês só daqui a dois, três” (Entrevista realizada em 04/08/2024).*

Os relatos indicam que, em Jardim Gramacho, os direitos não estão apenas ausentes, mas distribuídos de forma seletiva e desigual, mediados por julgamentos morais, estigmas ocupacionais e discriminações estruturais que desqualificam o trabalho com resíduos como um espaço legítimo de cidadania. As catadoras, ao relatarem o silêncio institucional e o descaso cotidiano, acreditam que recebem esse tipo de tratamento por serem quem são: mulheres negras, periféricas e catadoras de materiais recicláveis.

O acesso aos serviços públicos não é apenas uma questão de presença física das políticas, mas de escuta ativa, respeito e reconhecimento. Quando as palavras de uma mulher que atua como catadora são tratadas como ruído, quando sua dor é ignorada e seu tempo é desperdiçado, o que está em jogo é mais do que omissão estatal, mas a própria negação da cidadania. Trata-se de uma política de escuta seletiva, que autoriza quem pode ser ouvido e determina quem deve permanecer silenciado. A esse respeito, retomamos a fala da Agente de Saúde da Família da USF:

*“são muitas as demandas aqui, algumas a gente realmente não consegue atender, olha pra essa sala, as vezes tem dois ou três dividindo a cadeira, é um espaço pequeno, que poderia ter uma estrutura melhor pra atender a comunidade (...) quando a gente faz a nossa rota, minha preocupação é exatamente essa, de que*

*a gente precisa chegar em quem não consegue vir aqui ou quando veio não teve seu problema de saúde resolvido. Nem tudo a gente pode fazer, não vamos, mas o que pode ser feito? Em quanto tempo? Eu já estive nesse lugar, então eu sei bem como é precisar e não ter (...) você perguntou sobre as demandas dos grupos, eu nunca tinha pensado nisso, em como catadores e catadoras até pela sua vida com tantos riscos, precisam de um carinho a mais, porque o lixão destruiu toda a possível saúde que eles podiam ter e na pandemia mesmo, quantos fragilizados por anos de trabalho nessa rotina, morreram com a covid? (...) quantas mulheres tem mais doenças porque viveram expostas ao lixo, a contaminação de sabe Deus o que? (...) então é sempre a chance de ouvi-las, sim e agora com essa conversa pensar o que não fizemos até hoje pra esse público específico que é maioria aqui em Gramacho” (Entrevista realizada em 05/06/2024).*

Ao reconhecer o impacto acumulado de anos de trabalho precarizado e invisibilizado, percebemos como se desloca o debate sobre acesso aos serviços para o campo do reconhecimento político de uma população marcada por violências estruturais. A escuta, nesse contexto, não é um gesto técnico ou burocrático, mas um ato ético e político que pode tensionar as fronteiras da exclusão e afirmar essas mulheres como sujeitos de direito, e não apenas como beneficiárias passivas de programas públicos fragmentados.

Sobre o CRAS, uma questão relevante é o reconhecimento (ou a ausência dele) das catadoras como grupo social com demandas específicas. Quando questionadas sobre o diagnóstico da situação social dos catadores e catadoras e sobre a existência de ações direcionadas, as respostas das assistentes sociais revelaram o seguinte cenário para a Assistente Social A:

*“não enxergamos as mulheres no caso como catadoras, especificamente, tá? Olhamos para a totalidade, no caso, quem é a família, como o CRAS pode intervir naquela situação, independente de sua atuação no trabalho de reciclagem (...) não há nenhuma seleção ou fragmentação nesse sentido (...) ah, entendi errado então, mas não temos algo específico porque mesmo elas tendo um histórico, o papel do CRAS é de mediante essas especificidades, garantir o acesso a direitos, ponto” (Entrevista realizada em 28/08/2023).*

Já a Assistente Social B descreveu que:

*“não, não há algo específico assim, o que há em relação a mulheres, são ações específicas em algumas datas, campanhas articuladas com a USF (...) tem até a situação de que o trabalho aqui é em parceria com a equipe técnica, então a psicóloga também intervém e se, um exemplo, há alguma situação de sofrimento psíquico, aqui encaminhamos. O CRAS tem algumas limitações e quem não entende seu papel como porta de entrada, às vezes acredita que não estamos fazendo ou não queremos fazer nosso trabalho, e não é bem assim” (Entrevista realizada em 25/06/2024).*

As respostas indicam que, apesar de as catadoras comporem um grupo com trajetória marcada por forte exposição à precariedade, à informalidade e à violação de direitos no território, não são reconhecidas como grupo específico de atenção no CRAS. As assistentes sociais justificam a ausência como uma forma de não privilegiar determinados públicos, adotando uma abordagem que visa à

universalização do atendimento. No entanto, a postura que adotam pode operar uma lógica de apagamento das particularidades que atravessam essas mulheres, sobretudo em um território onde o trabalho com resíduos é historicamente associado à pobreza, ao racismo e à exclusão de gênero.

A recusa em nomear as catadoras como grupo com demandas próprias, sob o argumento de evitar diferenciações, pode expressar uma concepção de universalismo que, na prática, reproduz desigualdades estruturais ao desconsiderar que a igualdade de acesso só é efetiva quando reconhece e responde às diferenças sociais, territoriais e históricas. Ao não as nomear, também não se atende a elas.

Se, por um lado, o CRAS adota uma abordagem universalista que invisibiliza as especificidades das catadoras; por outro, o FCJG, enquanto instância de participação e controle social, reconhece o lugar das mulheres no trabalho com resíduos como pauta relevante e historicamente negligenciada. Quando questionada sobre o papel do Fórum nas discussões acerca do trabalho feminino na catação, a ex-liderança do FCJG destacou que:

*“desde o fechamento do Aterro Metropolitano, o Fórum tem buscado pautar a condição das catadoras nos espaços de deliberação política, denunciando as consequências da ausência de políticas públicas voltadas a esse segmento. Ao longo desses quatorze, quinze anos, o que eu mais fiz foi deixar claro qual é o nosso lugar e quais eram nossas demandas (...) que direitos a gente estava buscando alcançar e através de que. (...) o fórum não discute só sobre catador e catadora, mas principalmente em como as demandas coletivas estão amarradas ao resíduo, então diretamente e indiretamente vamos falar de algo mais específico igual condições melhores de trabalho nas cooperativas, é de interesse do catador e da catadora, mas não faz do fórum algo só pra beneficiar esses grupos, mas se somos a maioria, ao participarmos a maioria das discussões vão nos atender de uma forma ou de outra” (Entrevista realizada em 29/01/2024).*

No entanto, ela mesma reconhece que as mobilizações enfrentam limites estruturais, como o desinteresse do poder público e a fragmentação do próprio território. Segundo a atual liderança do FCJG, embora a maioria dos participantes do Fórum esteja de alguma forma ligada à catação, a mobilização das mulheres para debater suas condições de trabalho e de vida ainda é desafiadora. Como apontou em sua entrevista:

*“a maioria das catadoras está dentro dos GTs por causa do histórico com a catação, mas ainda falta muito para que as pautas realmente virem política pública. A gente tenta, leva as demandas, mas nem sempre volta com resposta. E isso esfria as pessoas também (...) as pessoas querem ver o que propuseram lá na casa delas, na comunidade delas e as vezes isso não vai acontecer de ontem pra hoje (...) você foi na inauguração da creche, o que você percebeu? Que as catadoras mesmo disseram que isso era algo esperado há mais de dez anos, mas só saiu agora, foi trabalho do fórum, mas o candidato vem e diz o que? É o fulano que trouxe o recurso pra vocês, é o beltrano que melhorou a sua vida. Aí quem não tá lá nas reuniões vendo a gente pra cima e pra baixo brigando, não sabe que foi o fórum, tá me entendendo? E aí eles pensam vou tá em fórum é nada, tem o*

*fulano e beltrano pra isso, mas eles acaba a eleição some, metem o pé!” (Entrevista realizada em 02/04/2024).*

O que se observa, portanto, é uma tensão entre o reconhecimento simbólico da importância das catadoras e a dificuldade de transformar suas demandas em ações concretas. A lacuna é percebida também nas falas das mulheres entrevistadas, que em sua maioria, desconhecem a atuação do FCJG ou não se sentem representadas por ele. Como expressou Magnólia, “a gente luta sozinha, aqui é cada um por si e Deus por todos”. A sensação de distanciamento e de não pertencimento às instâncias formais de participação escancara os limites da política quando não há a percepção de que há escuta ativa, construção coletiva e devolutiva efetiva à população.

Ao articularmos as entrevistas com as catadoras e as falas das representantes do CRAS, USF e FCJG, observamos contradições importantes a respeito do fechamento do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (AMJG) e das transformações territoriais percebidas de 2012 até o presente. Para as instituições, especialmente o CRAS e o FCJG, há uma narrativa que reconhece avanços pontuais em infraestrutura, maior presença de políticas públicas e certa reorganização social no território. A agente comunitária de saúde da USF, por exemplo, aponta melhorias ao longo dos anos, embora ressalte a precariedade estrutural e a falta de vontade política. A atual liderança do FCJG, por sua vez, defende que o Fórum permaneceu como instância legítima de reivindicação, apesar do distanciamento de parte da população.

Já nas falas das catadoras, predomina uma leitura crítica e desencantada desse processo. Para elas, o fechamento do AMJG não representou o início de um novo ciclo de direitos, mas sim o aprofundamento da precariedade, da desassistência e da fragmentação social. Segundo Violeta:

*“se tivesse a rampa aberta eu estava lá agorinha mesmo, porque a rampa me deu o que tinha de melhor, mesmo que pras pessoas fosse só lixo” (Entrevista realizada em 19/03/2024).*

O fechamento do aterro, ao contrário de abrir caminhos para políticas compensatórias ou de inclusão, é visto por muitas como o marco de um abandono ainda maior por parte do Estado. Conforme Orquídea:

*“Tudo e todos foram embora daqui, nem aquele papel lá do bairro ficar mais bonito ficou, é lixo pra tudo que é lado, mas agora sem a gente poder catar, porque esse lixo é a maioria sem valor, só tá sujando aqui mesmo e tiraram da gente a única saída que a gente tinha. Eu sinto saudade, muito mesmo. Podem me dizer o que for, não mudo a minha cabeça, me tiraram tudo e agora eu não tenho nada” (Entrevista realizada em 04/08/2024).*

A promessa de inclusão produtiva, de inserção em cooperativas ou de oferta de capacitação ficou, segundo suas falas, no campo da expectativa não cumprida, como exposto por Girassol:

*“as promessas eram de tempos melhores, mas pra mim só piorou, tá tudo pior do que antes, porque quem tá longe e acha que sabe como era Gramacho não tá vivendo aqui com a gente pra ver como é pra mim minha filha me pedir um biscoito e eu não poder ir na rampa pegar, ah mas é podrão, ninguém nunca morreu, graças a Deus todo mundo tá aí, então o que eu hoje compro de fruta, biscoito, tudo eu tirava de lá, fechou e eu não tenho de onde tirar, isso é o que é melhor? Ter fome é melhor?” (Entrevista realizada em 12/02/2024).*

A divergência de percepções revela o quanto os sentidos atribuídos às transformações territoriais são marcados pelas posições sociais ocupadas por cada sujeito. Enquanto os discursos institucionais tendem a valorizar os marcos legais e administrativos da transição pós-aterro, as catadoras denunciam o agravamento das situações de precariedade. Para elas, as mudanças não se efetivaram como políticas de reparação, mas como novas formas de silenciamento e responsabilização individual, deslocando para o corpo feminino, negro e empobrecido, a tarefa de gerir a própria escassez. Como expressou Lótus:

*“a gente tem que se virar (...) aqui no meu quintal é isso (aponta para o volume de lixo), eu já até negocieí caçamba pra depositarem aqui... é errado? Tem a barricada dizendo que não pode, mas eu vou comer o quê? É dessa loninha que eu consigo encher, que eu posso sobreviver, posso revender, fazer o meu” (Entrevista realizada em 13/06/2024).*

Diante da ausência de alternativas concretas, Lótus montou uma pequena “vendinha” em sua varanda, utilizando os materiais da chamada “última colheita” que são alimentos descartados e selecionados conforme as melhores condições para revenda. Durante a entrevista, por diversas vezes, foi interrompida por vizinhos que procuravam comprar fiado carne, biscoito, feijão, arroz, macarrão ou queijo, mesmo que fora da validade.

A maioria das catadoras que entrevistamos sustentam suas famílias com rendimentos irregulares, sem qualquer garantia de proteção social, sendo a catação, aliada a benefícios de transferência de renda como o Bolsa Família, sua única fonte de sobrevivência. Dessas mulheres, a maioria tem renda mensal abaixo do salário mínimo, atualmente fixado em R\$ 1.518,00. Apenas uma das entrevistadas, devido à renda complementar do companheiro, declarou alcançar até R\$ 2.000,00 mensais. Duas recebem o BPC, que equivale a um salário mínimo.

Entretanto, esses valores revelam-se manifestamente insuficientes quando observada a composição familiar. Apenas uma das catadoras entrevistadas reside com apenas um de seus filhos. As demais vivem em lares

com cinco ou mais pessoas, sendo que uma delas divide sua casa com oito crianças. Diante dessa realidade, a renda declarada torna-se claramente incompatível com a garantia de direitos básicos, como o acesso a uma alimentação adequada.

Ou seja, mesmo em contextos variados, as mulheres enfrentam, de forma recorrente, a insuficiência de políticas que garantam estabilidade financeira e proteção social, sendo obrigadas a lidar com um cotidiano marcado por improvisações e insegurança alimentar. A ausência de políticas de geração de renda voltadas às especificidades da catação revela como o trabalho dessas mulheres é sistematicamente desvalorizado e ignorado pelas estruturas estatais. Nesse cenário, como mostrou Lótus, "se virar" passa a ser uma estratégia de sobrevivência e também uma resposta à ausência do Estado, que transfere para o corpo feminino, negro e periférico, a responsabilidade pela gestão da precariedade de suas vidas.

Diante das discussões que articulamos nesta seção, identificamos que e como, o acesso a direitos em Jardim Gramacho não se limita na existência formal de equipamentos públicos, mas depende da forma como esses serviços são ofertados reconhecendo (ou não), as especificidades de quem ali vive e trabalha. Compreendemos, a partir dos fragmentos apresentados, que há um processo contínuo de negação da cidadania, em que o silêncio institucional, a ausência de escuta e a despolitização das demandas coletivas aprofundam desigualdades historicamente construídas.

As catadoras nos descreveram as múltiplas marcas de um território estigmatizado pelo "lixo", ao mesmo tempo em que resistem diariamente à lógica que as invisibiliza como sujeitas de direito. A recusa em reconhecê-las como grupo social com demandas específicas, como visto nas falas das representantes do CRAS, somada à dificuldade de conversão das pautas em políticas públicas efetivas, como apontado pelas lideranças do FCJG, reafirma os limites estruturais de uma política desarticulada, que não alcança plenamente as mulheres que entrevistamos.

Mais do que descrever um cenário de precariedade, esta seção buscou tensionar os discursos que legitimam tal condição, convocando à urgência de políticas que escutem, reconheçam e se comprometam com as mulheres que sustentam este território com seus corpos, diariamente convocadas a "se virar" diante de demandas que não saem do papel ou que se materializam apenas de forma pontual e insuficiente.

Diante do exposto, a análise apresentada neste capítulo retoma os debates centrais desenvolvidos no Capítulo 3, em que abordamos o racismo estrutural, institucional e cotidiano como mecanismos de subalternização das populações negras, com especial impacto na vida das mulheres. As experiências narradas pelas catadoras de Jardim Gramacho materializam as múltiplas dimensões desse racismo, seja no apagamento de suas histórias, na negação de seus direitos, na exclusão dos espaços de decisão, ou ainda, na sobreposição de tarefas produtivas e reprodutivas que recaem sobre seus corpos.

A lógica da necropolítica, tal como discutida por Mbembe (2018), manifesta-se na exposição contínua à precariedade, à violência e ao abandono estatal vivenciados pelas entrevistadas, confirmando a ideia de que determinados corpos e territórios são considerados descartáveis. A noção de racismo espacial, amplamente abordada no Capítulo 3, também se confirma nas falas, quando as mulheres relatam as dificuldades de acesso a serviços básicos, o deslocamento forçado para a informalidade e a estigmatização de seus modos de vida.

Da mesma forma, os processos de desumanização e objetificação descritos por Kilomba (2019) e Campos (2017) ganham concretude nas trajetórias interrompidas por trabalho precoce, evasão escolar e maternidade forçada. São vivências atravessadas por uma lógica de exclusão que não opera de forma isolada, mas de modo interseccional, como destacado por Collins; Bilge (2021). O conceito de divisão racial e sexual do trabalho, exposto no subcapítulo 3.1, também encontra eco nas entrevistas, especialmente na concentração dessas mulheres em atividades informais, instáveis, marcadas por sobrecarga e invisibilidade.

## 6

### Considerações finais

Esta tese teve como objetivo central analisar como as condições locais e as dinâmicas socioambientais de Jardim Gramacho impõem desafios específicos às mulheres negras e não-negras que atuam na catação de materiais recicláveis, buscando compreender de que maneira as dificuldades, moldadas pelas relações entre capital e trabalho, impactam suas vidas em um território historicamente caracterizado como território do lixo.

A partir de uma abordagem qualitativa, baseada em entrevistas realizadas com treze catadoras, além de representantes institucionais do CRAS, USF e FCJG, foi possível atingir os objetivos propostos. Analisamos as particularidades das condições de vida e trabalho dessas mulheres, marcadas por múltiplas formas de precarização, invisibilidade e sobrecarga. Identificamos a influência do fator intergeracional, que opera ora como herança, ora como ruptura, atestando que o peso da história familiar e do pertencimento territorial está presente nas escolhas e permanências.

Discutimos como o racismo estrutural e a desigualdade de gênero impactam diretamente o acesso aos serviços públicos e à cidadania plena, observando que o trabalho com resíduos ainda é atravessado por estigmas sociais que desqualificam as mulheres como sujeitas de direito. Essa realidade expressa os mecanismos do racismo institucional e estrutural discutidos no capítulo 3, que operam de forma sistemática e atravessam os serviços públicos, perpetuando a exclusão das mulheres negras da condição de sujeitas de direito, como problematizado por Kilomba (2019), Campos (2017) e Gonzalez (2020).

Assim, as análises também permitiram identificar como as responsabilidades produtivas e reprodutivas se sobrepõem na vida das catadoras que entrevistamos, revelando um cotidiano de esforços múltiplos para garantir a sobrevivência de suas famílias. As catadoras, em sua maioria chefes de família, conciliam o trabalho informal da catação com o cuidado doméstico e comunitário, operando dentro de uma lógica de autogestão da escassez, sem proteção social adequada e com renda média abaixo do salário mínimo.

Diante das particularidades e especificidades das condições de vida e trabalho das mulheres negras e não negras catadoras em Gramacho, a pesquisa corrobora com outras produções já realizadas no território, sobretudo a de Bastos (2008), que a catação é marcada por precariedade, estigma e ausência de proteção social. Contudo, ela também se configura como um campo de

resistência, no qual as mulheres constroem estratégias de sobrevivência e solidariedade diante da negação de direitos. A trajetória de cada catadora deixa claro como o trabalho com resíduos ultrapassa a dimensão econômica, sendo também espaço de sociabilidade, pertencimento e construção de identidades.

Sendo assim, reiteramos que o gênero não atua isoladamente como categoria social. Por isso, ao longo de todo o trabalho, analisamos as experiências das catadoras em articulação com os marcadores de raça, classe, geração e território, para que fosse possível compreender a complexidade das desigualdades enfrentadas pelas mulheres que atuam na catação.

No tocante ao segundo objetivo, investigar a influência do fator intergeracional na permanência ou afastamento das mulheres da catação, as entrevistas demonstraram que a transmissão desse trabalho entre gerações não é automática, mas mediada por tensões, escolhas, dores e resistências. Para algumas mulheres, a catação é apresentada como herança inevitável, enquanto para outras, é símbolo de um passado do qual desejam se distanciar. Ainda assim, mesmo aquelas que tentam romper com o ciclo familiar da catação enfrentam grandes barreiras estruturais, o que demonstra a força das determinações sociais e territoriais.

Ao examinar de que modo o racismo estrutural e as desigualdades impactam o acesso aos serviços e equipamentos públicos, foi possível constatar que o acesso a direitos em Jardim Gramacho não se resume à presença física de equipamentos como o CRAS, a USF e o FCJG, mas depende de como esses serviços reconhecem (ou não) as particularidades das catadoras. A lógica universalista, adotada por alguns profissionais, invisibiliza as múltiplas camadas de opressão que atravessam essas mulheres. Consideramos que a ausência de escuta e reconhecimento aprofunda o silenciamento institucional e ilustra a existência de uma cidadania seletiva, marcada por julgamentos morais e racismo institucional.

Como discutido nos capítulos 4 e 5, Jardim Gramacho expressa um acúmulo de camadas históricas de abandono e violência territorial. Os dados sobre a cidade de Duque de Caxias, sua desigualdade interna e a condição estrutural do bairro reforçam a tese de que o território opera como zona de sacrifício, sustentada por lógicas de racialização e exclusão espacial herdadas do projeto colonial.

No que tange ao último objetivo, identificar os elementos associados às relações de trabalho produtivo e reprodutivo das catadoras, especialmente das chefas de família, a pesquisa mostrou como essas mulheres acumulam

responsabilidades com o cuidado doméstico, o sustento financeiro da família e a atuação na catação. Desse modo, a sobreposição de tarefas reflete a divisão sexual e racial do trabalho, que as posiciona nas camadas mais vulnerabilizadas da sociedade. O cotidiano de trabalho dessas mulheres é permeado por improvisações, longas jornadas, instabilidade de renda e invisibilidade política. Ainda assim, em meio às dificuldades, constroem formas criativas de enfrentamento, como pequenas vendas dos alimentos da “última colheita” ou a participação em redes comunitárias e cooperativas.

Além disso, nossa análise indicou que, mesmo com a existência de espaços de participação como o FCJG, há uma distância simbólica e prática entre as instâncias e a maioria das catadoras, demonstrando os limites da participação política formal em contextos marcados pela fragmentação social e desconfiança histórica. Apesar disso, algumas mulheres constroem trajetórias de protagonismo e liderança comunitária, desvelando o potencial político da coletividade quando esta é nutrida e reconhecida.

Sendo assim, os dados empíricos, articulados ao referencial teórico, demonstraram que as catadoras de Jardim Gramacho são mulheres que resistem, criam, cuidam e constroem caminhos possíveis em meio à escassez. Em suas falas, em seus gestos e em suas estratégias de vida, emergem outras narrativas sobre o território do lixo, incluindo narrativas de pertencimento, de luta e de existência plena, ainda que negada pelas estruturas do Estado e do capital.

Ao concluir este trabalho, cabe retomar as motivações que orientaram sua realização. A justificativa pessoal, ancorada no desejo de contribuir para o avanço das discussões sobre o trabalho feminino na catação em Jardim Gramacho, foi reafirmada ao longo de cada encontro, escuta e escrita. Já a justificativa acadêmica, sustentada na lacuna de estudos que articulem gênero, raça, classe, geração e território de maneira integrada, por meio de uma abordagem interseccional e decolonial se viabiliza através das discussões das múltiplas opressões e resistências que atravessam a vida das catadoras no território investigado.

Por fim, a justificativa social se concretiza na escuta dessas vozes, na tentativa de produzir conhecimento com e a partir das catadoras, comprometendo-se com a transformação da realidade. Ao dar visibilidade às estratégias de resistência cotidianas dessas mulheres, esta tese reafirma a importância de pesquisas que estejam implicadas ética e politicamente com a dignidade dos sujeitos que, historicamente, são silenciados.

Dessa forma, encerramos este percurso retornando àquilo que nos instigou no início: a urgência de compreender as camadas históricas, sociais e territoriais que estruturam a vida e o trabalho das catadoras de materiais recicláveis em Jardim Gramacho. Como apresentado na introdução, a pesquisa partiu do reconhecimento de que a realidade dessas mulheres não pode ser dissociada das marcas da colonialidade, do racismo estrutural e das desigualdades de gênero, classe e geração, conforme discutimos no capítulo 2. A história da escravização, a negligência do Estado no pós-abolição e a naturalização da precariedade como destino social forjaram o lugar do “não-ser” a que Fanon se refere, atribuído majoritariamente a mulheres negras e pobres, como aquelas que resistem cotidianamente no território do lixo.

Por essa razão, retomamos ao conceito de refúgio, pois Jardim Gramacho, assim como tantos outros espaços periféricos, tem funcionado historicamente como um refúgio forçado, onde a população negra e pobre foi empurrada pela ausência de políticas públicas e pelas lógicas de exclusão racial e socioeconômica. No entanto, como demonstrado ao longo da pesquisa, esses mesmos refúgios também são territórios de vida e criação coletiva. São neles que as catadoras constroem redes de apoio, práticas de cuidado e estratégias de sobrevivência que desafiam as formas hegemônicas de organização do trabalho e da vida urbana. Longe de serem espaços de passividade, esses refúgios são, como nos advertiu Gonzalez: a força política da margem, como lugar de denúncia, mas também de reinvenção.

Com base no exposto, compreendemos que pensar políticas públicas que reconheçam essas mulheres exige escuta, diálogo e compromisso com uma transformação que seja, de fato, estruturante. Por isso, a análise demonstrou que o racismo, em suas múltiplas dimensões estrutural, institucional e ambiental, impactam diretamente nas experiências das catadoras em seu acesso aos direitos.

Ao utilizar a análise de conteúdo temática de Bardin (2016), conseguimos captar os sentidos atribuídos pelas próprias catadoras às suas práticas cotidianas, identificando como as formas de resistência, enfrentamento e luta não são homogêneas, mas atravessadas por múltiplos fatores — idade, tempo de atuação, redes de apoio, estrutura familiar, renda, condição de saúde e relação com os serviços públicos. Reconhecer essa pluralidade foi fundamental para compreender que suas travessias não se expressam de maneira única ou linear, mas sim em múltiplas camadas.

Embora sejam as principais usuárias dos serviços de assistência social e saúde no território, pudemos verificar, em nosso processo de observação direta no campo de pesquisa, que as mulheres que trabalham com resíduos não são reconhecidas institucionalmente como grupo com demandas específicas. No caso do CRAS, por exemplo, a lógica universalista do atendimento, embora importante, acaba invisibilizando as particularidades dessas mulheres, reproduzindo uma política de escuta seletiva que deslegitima seus saberes, suas urgências e suas vozes. Já a USF, por meio da atuação de uma agente de saúde negra e moradora do território, revelou uma perspectiva mais sensível às desigualdades raciais e de gênero, demonstrando como os marcadores sociais também atravessam o modo como os próprios profissionais percebem o território e seus sujeitos.

Ao dialogar com as catadoras, foi possível verificar como as relações entre trabalho produtivo e reprodutivo se manifestam na vida dessas mulheres, pois conciliam a responsabilidade pela geração de renda com o cuidado familiar, enfrentando múltiplas jornadas de trabalho, muitas vezes invisibilizadas. Assim, identificamos que o trabalho com resíduos é muitas vezes percebido como melhor desempenhado individualmente, pois a maioria das entrevistadas atua fora das cooperativas, em circuitos informais e individuais, o que acentua a precariedade e dificulta o acesso a políticas públicas de apoio ao trabalho coletivo.

A articulação dos dados nos permitiu responder às perguntas que motivaram a pesquisa, na compreensão sobre como as catadoras de Jardim Gramacho constroem formas de resistência e reexistência em meio à precarização. A partir das narrativas, identificamos que o fechamento do Aterro Metropolitano contribuiu para o agravamento das desigualdades socioespaciais no território. A partir dos relatos, constatamos que mulheres, majoritariamente negras e chefes de família, sustentam suas casas com rendimentos instáveis e baixos, muitas vezes abaixo do salário mínimo, combinando o trabalho com resíduos a programas de transferência de renda, como o Bolsa Família ou o BPC. As experiências de sobrecarga, insegurança, invisibilidade e resistência aparecem como elementos recorrentes em suas falas, tornando-se indicadores centrais da precarização que estrutura seu cotidiano.

Tal realidade pode ser compreendida a partir do conceito de feminização da pobreza, como dialogamos no capítulo 3, pois reconhecemos que embora o fenômeno não seja recente, a pobreza atinge de forma mais intensa mulheres negras e pardas, revelando a sobreposição entre discriminação racial, desigualdade de gênero e precarização laboral. No que se refere à influência do fator intergeracional, os dados nos mostraram que a inserção das mulheres na

catação está fortemente relacionada à história familiar, ao legado da pobreza e à escassez de oportunidades. A permanência no trabalho com resíduos ao longo de gerações é mais do que o resultado de um processo de escolha, mas de uma dinâmica marcada pela falta de alternativas estruturais.

No entanto, o que se observou também foi o desejo de romper com esse ciclo em algumas famílias, especialmente por meio da busca por escolarização para os filhos e netos, como estratégia de fuga do trabalho precarizado e do estigma social da catção. Desse modo, defendemos a tese de que as condições locais e as dinâmicas socioambientais do território de Jardim Gramacho impõem desafios específicos às mulheres negras e não-negras que atuam na catção de materiais recicláveis, e que as interseções entre capital, trabalho, raça, gênero, geração e território impactam suas vidas em um espaço historicamente caracterizado como “território do lixo”, porque esse é o lugar social que lhes foi historicamente reservado.

Para o Serviço Social, esta pesquisa contribui ao indicar a importância de uma escuta qualificada, ética e politicamente comprometida com os sujeitos historicamente invisibilizados pelas políticas públicas. Ao explicitar os limites da abordagem universalista e as consequências do não reconhecimento das catadoras como grupo com demandas específicas, o trabalho reafirma o papel da profissão na defesa dos direitos humanos e no enfrentamento das desigualdades estruturais. Reforça ainda, a necessidade de incorporar a perspectiva interseccional como ferramenta de análise e de intervenção profissional.

Para a linha de pesquisa “Questões socioambientais, urbanas e formas de resistência social”, o estudo oferece uma contribuição concreta ao demonstrar como territórios marcados por injustiças ambientais, como Jardim Gramacho, concentram múltiplas camadas de vulnerabilização e, ao mesmo tempo, são espaços de construção de alternativas, redes de solidariedade e afirmação política. A articulação entre território, racismo ambiental, gênero e informalidade expande o campo de análise das relações socioambientais urbanas, propondo que pensar justiça ambiental também passa pelo reconhecimento das resistências negras, femininas e periféricas que sustentam os territórios com seus corpos e saberes.

Como toda pesquisa, esta tese também possui limitações. Ao utilizar a ACT como metodologia de tratamento do material empírico, foi possível construir categorias relevantes para compreender as experiências vividas pelas mulheres entrevistadas. No entanto, o volume significativo de transcrições e a densidade das narrativas impuseram limites quanto à incorporação de todos os trechos

analisados ao corpo do texto. Algumas passagens potentes precisaram ser deixadas de fora, o que aponta para a riqueza do material empírico, mas também para os recortes necessários em um trabalho dessa natureza.

Nesse sentido, sugerimos que pesquisas futuras aprofundem temas apenas tangenciados neste estudo, como as relações entre espiritualidade, território e trabalho com resíduos, presentes em muitas das entrevistas, mas que fugia aos objetivos de nossa pesquisa e, por isso, não foram tratados com o devido aprofundamento teórico e metodológico. Sugerimos também, devido às recentes legislações, o aprofundamento de estudos que investiguem os impactos das recentes políticas públicas relacionadas ao trabalho com resíduos sólidos na vida das trabalhadoras, analisando como se dão os processos de inclusão ou exclusão nos programas de cooperativismo, nos contratos municipais e nos editais de financiamento. Outra possibilidade seria ampliar o foco geracional, ouvindo os filhos e filhas de catadoras que são mais jovens, estão passando pela adolescência, para compreender como se constroem expectativas de futuro no território a partir do histórico familiar na catação.

Apesar dos limites e desafios que o estudo evidenciou, o que pulsa nas narrativas das catadoras de Jardim Gramacho não é apenas denúncia, mas também afirmação. Em meio ao território do lixo, florescem estratégias de sobrevivência, cuidado, de afetos e solidariedade que desestabilizam a lógica da invisibilização. As flores escolhidas como nomes fictícios neste trabalho não foram apenas um recurso ético-metodológico, mas um gesto simbólico de reconhecer nessas mulheres a potência do florescer, mesmo em solos adversos.

Cada uma, representou mais do que uma romantização da precariedade, mas a força de existir com dignidade onde o Estado falha, onde os direitos não chegam, onde o preconceito atravessa. Apesar das ausências e do confronto direto com elas, vemos catadoras florescendo, transformando os resquícios em sustento, as ausências em articulação, e o que é visto pela maioria como “só lixo”, em possibilidades. Ao final deste percurso, reafirmamos que em territórios marcados pela injustiça ambiental e pelas zonas de sacrifícios, há sementes e flores insistindo em brotar. E é nesse florescer resistente que a dignidade se afirma: cotidiana, invisibilizada, mas profundamente potente.

## 7

### Referências

- ABRAMO, L. W. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. Companhia das Letras, 2019.
- ALEXANDER, M. J.; MOHANTY, C. T. **Feminist genealogies, colonial legacies, democratic futures**. Routledge, 2013.
- ALMEIDA, M.da S. **Mulher negra militante: trajetórias de vida, identidade e resistência no contexto da política de ações afirmativas na**. 2011. Tese de Doutorado. PUC-Rio.
- ALVES, L. D. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. **Revista Katálysis**, v. 25, n. 2, p. 212-221, 2022.
- ANDRADE, F. C. B.de. A diferença é a cor: o racismo como código mito-simbólico a serviço do recalque em “Quarto de despejo”. In: BELO, Fábio (Org.). **Psicanálise e racismo: interpretações a partir de Quarto de despejo**. Belo Horizonte: Relicário, 2018.
- ANTONIO, Gabriel Henrique Burnatelli de; LAHUERTA, Milton. O neopentecostalismo e os dilemas da modernidade periférica sob o signo do novo desenvolvimentismo brasileiro. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 14, p. 57-82, 2014.
- ANTUNES, R. (org.). 2020. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo. 333 p.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- ARAÚJO, C. M. de; OLIVEIRA, M. C. S. L. de; ROSSATO, M. O sujeito na pesquisa qualitativa: desafios da investigação dos processos de desenvolvimento. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 33, 2018.
- ARAÚJO, C. Incongruências e dubiedades, deslegitimação e legitimação: o golpe contra Dilma Rousseff. **O Golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: Edufba, p. 33-50, 2018.
- ARUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%. Um Manifesto**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
- ASSIS, W. F. T. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **Caderno CRH**, v. 27, p. 613-627, 2014.
- ASSIS, J. F. de. Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica. **Serviço Social & Sociedade**, n. 133, p. 547-565, 2018.
- AUGÉ, M. **Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Papirus Editora, 2017.
- BAIROS, L. Lembrando Lelia Gonzalez. In: WERNECK, Jurema;
- MENDONÇA, M.; WHITE, E. C. **O livro da saúde das mulheres negras – nossos passos vêm de longe**. Rio de Janeiro, Criola/Pallas, 2000.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 11, p. 89-117, 2013.

- BALLESTRIN, L. Feminismo de (s) colonial como feminismo subalterno Latino-Americano. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, 2020.
- BALLESTRIN, L.. Para uma abordagem feminista e pós-colonial das Relações Internacionais no Brasil. In: TOLEDO, Aureo. (Org.). **Perspectivas Pós-coloniais e Decoloniais em Relações Internacionais**. 1ed. Salvador: EDUFBA, 2021, ISBN: 978-65-5630-092-4, p. 179-204.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. São Paulo: Edições, v. 70, p. 279, 2016.
- BARROS, V. A.; PINTO, J. B. M. Reciclagem: trabalho e cidadania. In: KEMP, Vera Helena; CRIVELLARI, Heloisa Maria Tavares (Org.). **Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 65-82.
- BARROSO, H. C.; GAMA, M. S. B. A crise tem rosto de mulher: como as desigualdades de gênero particularizam os efeitos da pandemia do COVID-19 para as mulheres no Brasil. **Revista do Ceam**. Brasília, v. 6, n. 1, jan./jul. 2020.
- BASTOS, P.P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, p. e172129, 2017.
- BASTOS, V. P. **Catador: profissão: um estudo do processo de construção identitária do catador de lixo ao profissional catador. Jardim Gramacho, de 1996 aos dias atuais**. Tese de Doutorado. PUC Rio, 2008.
- BASTOS, V. P. CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: excluídos ou beneficiários de políticas públicas? Juiz de Fora: ENPESS, ABPESS, 2012.
- BASTOS, V. P. O lixão de Gramacho e os catadores de materiais recicláveis: Território extraordinário do lixo. **Periferia**, v. 5, n. 1, p. 78-88, 2013.
- BASTOS, V. P. **Profissão: Catador-Um estudo do processo de construção da identidade**. Letra Capital Editora LTDA, 2014.
- BASTOS, V. P. O fim do lixão de Gramacho: além do risco ambiental. **O Social em Questão**, n. 33, p. 265-287, 2015.
- BASTOS, V. P.; MAGALHÃES, A. O. Lixão de Gramacho: impactos do encerramento para os catadores. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun. 2016.
- BASTOS, V. P. A política pública brasileira de resíduos sólidos e os atuais desafios para sua efetivação. **Revista Lider**, nº 34 I, 2019.
- BASTOS, V. P.; DA SILVA, M. T. Questão ambiental, racismo ambiental e covid-19: velhos e novos desafios. **Mundo Livre: Revista Multidisciplinar**, v. 7, n. 1, p. 190-208, 2021.
- BENJAMIN, W. **O surrealismo. O último instantâneo da inteligência europeia**. In: Magia e técnica, arte e política – Obras escolhidas; v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Autêntica, 2018.
- BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 2, p. 27-55, 2015.
- BIROLI, F. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **Revista Dados**, v. 59, n. 3, 2016.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. Boitempo Editorial, 2018.

BISPO, A. B. dos S. **A terra dá, a terra quer**. Ubu Editora, 2023.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos pagu**, p. 329-376, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006**. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 out. 2006. (Revogado).

BRASIL. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 8 jan. 2007.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 ago. 2010.

BRASIL. **Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010**. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2010. (Revogado).

BRASIL. **Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010**. Institui o Programa Pró-Catador e dispõe sobre sua organização e funcionamento. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 dez. 2010. (Revogado).

BRASIL. **Acordo Setorial para Implantação do Sistema de Logística Reversa de Embalagens em Geral**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 9.177, de 23 de outubro de 2017**. Regulamenta dispositivos da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, sobre logística reversa. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 out. 2017. (Revogado).

BRASIL. **Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020**. Atualiza o marco legal do saneamento básico e atribui competências à ANA. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 11.044, de 13 de abril de 2022**. Institui o Programa Recicla+ e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 abr. 2022. (Revogado).

BRASIL. **Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022**. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2010, e consolida normas sobre resíduos sólidos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 11.300, de 20 de dezembro de 2022**. Institui o sistema de logística reversa de embalagens de vidro. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023**. Institui o Programa Bolsa Família e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 11.413, de 13 de fevereiro de 2023**. Institui o Certificado de Crédito de Reciclagem – Recicla+ e outros mecanismos de compensação ambiental. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 11.414, de 13 de fevereiro de 2023**. Institui o Programa Diogo de Sant'Ana Pró-Catadoras e Pró-Catadores para a Reciclagem Popular e o Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadoras e Catadores

de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 fev. 2023.

BRASIL. Sítio eletrônico do Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus - COVID-19: Duque de Caxias, RJ.** Disponível em: <https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19/html/covid-19.html.html>. Acesso em: 31 jul. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Sítio Eletrônico. **Programa Bolsa Família e Cadastro Único, Duque de Caxias, mês de referência: agosto de 2024.** Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/>. Acesso em: 31 ago. 2024.

CABNAL, L. **Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala.** In: **Feminismos Diversos: el feminismo comunitario.** Las Segovias: ACSUR, 2010, p. 11–25.

CAMARDELO, A. M. P.; BENEDETTI, A.; NOSTRANE, K. C. Mulheres e relações de gênero na catação de resíduos sólidos: uma revisão sistemática. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 1, n. 2, 179-193, nov. 2020.

CAMPOS, C. S. S.; MEDEIROS, R. M. V. Pobreza feminina: um subproduto pouco visível da riqueza do agronegócio o caso de Cruz Alta/RS. **Ensaio FEE**, v. 33, n. 1, 2012.

CAMPOS, L. A. Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 32, p. 329507, 2017.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora**, v. 49, p. 49-58, 2003.

CARNEIRO, S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

CARNEIRO, S. M. **À margem da cidade: o Rio Paraíba do Sul na paisagem urbana de Campos dos Goytacazes/RJ.** Campos dos Goytacazes, 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

CARNEIRO, S. **Escritos de uma vida.** Prefácio: Conceição Evaristo. Apresentação: Djamila Ribeiro. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

CARNEIRO, S. **Alianças possíveis e impossíveis entre brancos e negros para equidade racial.** Branquitude: Racismo e antirracismo, Ibirapitanga, 2020.

CARVALHO, H. M. de. Quem não é visto, não é lembrado”: uma análise histórica do trabalho com o lixo no Brasil no tempo presente. **VI ENADIR-Encontro Nacional de Antropologia do Direito de**, v. 26, 2017.

CASTRO, M. G. O conceito de gênero e as análises sobre mulher e trabalho: notas sobre impasses teóricos. **Caderno CRH**, v. 5, n. 17, 1992.

CASTRO, M. G. Feminização da Pobreza em Cenário Neoliberal. In: GALIAZZI, Irene M.S. (org). Mulher e Trabalho. Porto Alegre - PED-RMPA, 2001.

CASTRO-GÓMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da 'invenção do outro'. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: Clacso, 2005.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. 1 ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

CHERFEM, C. O. **Relações de gênero e raça em uma cooperativa de resíduos sólidos: desafios de um setor**. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquette Organizadora; GOES, Fernanda Lira Organizadora. **Catadores de materiais recicláveis: em encontro nacional**. Rio de Janeiro: IPEA, p. 47-74, 2016.

COELHO, A. P. F.; BECK, C. L. C.; FERNANDES, M. N. da S.; MACHADO, K. L.; CAMPONOGARA, S. **Mulher-guerreira, mulher-homem: reconhecimento do trabalho e seus sentidos na percepção de mulheres recicladoras**. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 25, n. 2, p. 1-9, 2016a.

COELHO, A. P. F.; BECK, C. L. C.; FERNANDES, Marcelo Nunes da Silva; PRESTES, Francine Cassol; SILVA, Rosângela Marion da. **Risco de adoecimento relacionado ao trabalho e estratégias defensivas de mulheres catadoras de materiais recicláveis**. *Escola Anna Nery*, v. 20, n. 3, jul./set. 2016b.

COELHO, Alexa Pupiará Flores; BECK, Carmem Lúcia Colomé; SILVA, Rosângela Marion da; VEDOOTTO, Denise de Oliveira; SILVA, Jonatan da Rosa Pereira. **Trabalho feminino e saúde na voz de catadoras de materiais recicláveis**. *Texto Contexto Enfermagem*, v. 27, n. 1, p. 1-10, 2018.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought in the matrix of domination**. **Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**, v. 138, n. 1990, p. 221-238, 1990.

COLLINS, Patrícia. **El doble discurso de los grupos dominantes**. In: JABARDO, Mercedes (org.). **Feminismo negros uma antologia**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2012, p. 32-54.

COLLINS, Patrícia Hill. **Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória**. *Parágrafo*. Jan/Jun, 2017. V. 5, nº1, 2017. p. 6-17

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

CORADIN, Cristiane; OLIVEIRA, Simone; GUEVARA, Maria de los Angeles Arias. **Corpos-territórios e interseccionalidades: contribuições para uma vigilância popular em saúde**. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 7, p. e03212024, 2024.

COUTINHO, Maria Lúcia Rocha. **A narrativa oral, a análise de discurso e os estudos de gênero**. **Estudos de Psicologia**, 2006, 11(1), 65-69.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. **University of Chicago Legal Forum**, 1(8) p. 139-167, 1989.

CRUZ, Eliana Alves. **Solitária**. Companhia das Letras, 2022.

CURIEL, Ochy. **Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista**. *Nómadas*, p. 92-101, 2007.

DA SILVA, Mário Augusto Medeiros. **Um pensamento social negro brasileiro, após os anos 1930**. **Revista USP**, n. 133, p. 47-62, 2022.

DA SILVA, Christian Luiz; FUGII, Gabriel Massao; SANTOYO, Alain Hernández. **Proposta De Um Modelo De Dinâmica De Sistemas Da Gestão De Resíduos Sólidos Urbanos Domiciliares: Um Estudo Aplicado a Curitiba (Brasil) a Luz Da Política Nacional De Resíduos Sólidos (PNRS)**. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 19, n. 1, 2023.

DA VIRGEM, Maria Rejane Calheiros; DE SENA, Tereza Raquel Ribeiro; VARGAS, Marlizete Maldonado. O trabalho em cooperativas de reciclagem de lixo: aspectos socioambientais segundo a ótica dos cooperados. **Revista Subjetividades**, v. 14, n. 1, p. 42-52, 2014.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo editorial, 2016.

DE ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira; SOARES, Tatiane Leite. Precarização e feminização do trabalho da catação de materiais recicláveis: consequências e desafios. **Petróleo Royalties e Região**, v. 23, n. 1, 2024.

DE MELO, Hildete Pereira; MORANDI, Lucilene. Mensurar o trabalho não pago no Brasil: uma proposta metodológica. **Economia e Sociedade**, v. 30, p. 187-210, 2021.

DE SOUSA, Cleide Maria; MENDES, Ana Magnólia. Viver do lixo ou no lixo?: A relação entre saúde e trabalho na ocupação de catadores de material reciclável cooperativos no Distrito Federal estudo exploratório. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 6, n. 2, p. 13-41, 2006.

DE SOUZA, Marcio Ferreira; MARIANO, Silvana Aparecida; FERREIRA, Lina Penati. Tecendo fios entre interseccionalidade, agência e capacidades na teoria sociológica. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 21, n. 3, p. 423-433, 2021.

DE SOUZA, V.; PENTEADO, C.; DO NASCIMENTO, R.; RAIHER, A. P. A feminização da pobreza no Brasil e seus determinantes. **Informe Gepec**, v. 24, n. 1, p. 53-72, 2020.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, p. 100-122, 2007.

DU BOIS, William Edward Burghardt. **As almas do povo negro**. Veneta, 2021.

DUQUE DE CAXIAS. Câmara Municipal de Duque de Caxias. **Lei nº 2.430 de 26 de dezembro de 2011**. Cria o Fundo de Revitalização e Valorização do Bairro Jardim Gramacho, e institui seu Conselho Gestor. Disponível em: <https://www.cmdc.rj.gov.br/?p=532> acessado em: 10 de ago. 2022.

DUQUE DE CAXIAS. **Câmara Municipal de Duque de Caxias**. Sítio Eletrônico. Duque de Caxias. A cidade. Hoje. Disponível em: [https://www.cmdc.rj.gov.br/?page\\_id=1155](https://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1155) acessado em: 10 de ago. 2022.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (coord.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2000.

DUTRA, Guilherme Pessoa. A construção do negro enquanto um não-ser na Modernidade: a fábrica de sujeitos raciais e suas implicações para as engrenagens do capitalismo no ontem e no hoje. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 14, n. 2, p. 107-130, 2022.

ESCURRA, Maria Fernanda. **Sobrevivendo do lixo: população excedente, trabalho e pobreza**. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos – IPEA, CODE, 2011.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador, EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de fora: Ed. UFJF, 2010. (coleção cultura, v.2).

FANON, Frantz. Racismo e cultura. In: Sanches MR, organizador. **Malhas que os Impérios Tecem: Textos Anticoloniais, Contextos Pós-coloniais**. Coimbra: Edições 70; 2012.

FEDERICI, Sílvia. **Além da pele: repensar, refazer e reivindicar o corpo no capitalismo contemporâneo**. Editora Elefante, 2023.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 320 p.

FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos?. **Educação & Sociedade**, v. 23, p. 21-47, 2002.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa: coleção pesquisa qualitativa**. Bookman editora, 2009.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: MOTTA, Manoel Barros da. (org.) **Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber**. 2 ed. Trad. Vera Lúcia Avelar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 203-222.

GAGO, Verónica. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. Editora Elefante, 2020.

SILVA, Gersica da Conceição; SCHERER, Elenise Faria. Entre carreiros e vassouzeiras: explorando as dinâmicas sociais e de gênero na limpeza pública do Centro Histórico de Manaus – AM. **Gênero**, Niterói, v. 24, n. 2, p. 222-241, 1º sem. 2024.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 154 p., 2017.

GOMES, Nilma Lino Golpe disfarçado de impeachment: uma articulação escusa contra as mulheres. **O golpe na perspectiva de gênero, Salvador, Edufba**, 2018.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Título Original: Stigma – Notes on the Management of Spoiled Identity. New York: Simon and Schuster, 1963. Tradução de Mathias Lambert, 2004.

GONÇALVES, Eliane; PINTO, Joana Plaza. Reflexões e problemas da "transmissão" intergeracional no feminismo brasileiro. **cadernos pagu**, p. 25-46, 2011.

GONÇALVES-DIAS, Sylmara Lopes Francelino; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. Estrutura da cadeia reversa: "caminhos" e "descaminhos" da embalagem PET. **Production**, v. 16, p. 429-441, 2006.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

GOOGLE MAPS, **Localização de Jardim Gramacho via Satélite**. Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-22.7598132,-43.2790025,4864m/data=!3m1!1e3> acessado em: 10 de ago. 2022.

GORZ, André. **Imaterial (o)-Conhecimento, Valor**. Annablume, 2005.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

GROSGOUEL, Ramón. **Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada**. In: Decolonialidade e pensamento diaspórico/ organizadores Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel. - 1. Ed- Belo Horizonte: Autentica Editora, 2018.

GUIMARÃES, Virgínia Totti. JUSTIÇA AMBIENTAL NO DIREITO BRASILEIRO: FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS PARA COMBATER AS DESIGUALDADES E DISCRIMINAÇÕES AMBIENTAIS. **Teoria jurídica contemporânea**, v. 3, n. 1, 2018.

HABERMAS, Jürgen. O discurso filosófico da modernidade. Traduzido por Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **Revista GEOgraphia**, v. 9, n. 17, 2007.

HAESBAERT, Rogério da Costa. **Múltiplos Territórios de Memória**. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015. Disponível em: [http://www.grupogeobrasil.uerj.br/usuario//rogrio\\_haesbaert//rogrio\\_haesbaert\\_pr oducoes\\_1.pdf](http://www.grupogeobrasil.uerj.br/usuario//rogrio_haesbaert//rogrio_haesbaert_pr oducoes_1.pdf) acessado em: 12 de set. 2022.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, 2020.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

HERMANNNS, Harry. (1995) "Narratives Interview," in U. Flick, E.v. Kardorff, H. Keupp, L.v. Rosenstiel and S. Wolff (eds), *Handbuch Qualitative Sozialforschung* (2nd edn). Munich: Psychologie Verlags Union. DD. 182-185.

HIRATA, Helena. Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais. **Cadernos de crítica feminista**, v. 3, n. 2, 2010.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, p. 595-609, 2007.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 193-210, 2015.

HOOKS, Bell. **Anseios: raça, gênero e políticas culturais**. Editora Elefante, 2019, 448 p.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo**. Tradução de Libanio Bhuvi. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista**. Editora Perspectiva SA, 2020.

HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. tradução Stephanie Borges. São Paulo: Efeante, 2021. 272p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico: pessoa alfabetizada**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. p. 42. Disponível em: [https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/pdfs/definicoes\\_sociais.pdf](https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/pdfs/definicoes_sociais.pdf). Acesso em: 04 jun. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Duque de Caxias: informações completas**. Dados referente a 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/duque-de-caxias.html#:~:text=%C3%81rea%20Territorial%20467%2C319%20km%C2%B2%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20residente,808.161%20pessoas%20Densida de%20demogr%C3%A1fica%201.729%2C36%20hab%2Fkm%C2%B2%20>. Acessado em: 04 jun. 2024.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2024: Retrato dos Municípios Brasileiros**. Brasília: IPEA, 2024. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9277-atlasviolencia2024retratodosmunicipiosbrasileros.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2024.

JONES, Claudia. An End to the Neglect of the Problems of the Negro Woman!. In: GUY-SHEFTALL, Beverly (Ed.). **Words of Fire: An Anthology of African-American Feminist Thought**. The New Press, 2011.

JUNCA, Denise Chrysóstomo de Moura. Mais que sobras e sobrantes: trajetórias de sujeitos no lixo. 2004. 254 f. **Tese (Doutorado em Saúde Pública)** – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2004.

KEMP, Valeria H. Práticas associativas da economia solidária e laço social. Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC/SP). **Tese Doutorado**, 2001.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2019.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. Cortez Editora, 2003.

LEITE, Marcia de Paula; SALAS, Carlos. Trabalho e desigualdades sob um novo modelo de desenvolvimento. **Tempo social**, v. 26, p. 87-100, 2014.

LHUILIER, Dominique. Clinique et politique. **Destins politiques de la souffrance**, p. 159-174, 2009.

LIMA, Maria Raquel Passos. O avesso do lixo: materialidade, valor e visibilidade. 2015. 477 f. **Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Antropologia Cultural)** – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Orientador: Marco Antonio Teixeira Gonçalves.

LIMA, Maria Raquel Passos. Paradoxos da formalização: a inclusão social dos catadores de recicláveis a partir do caso do encerramento do aterro de Jardim Gramacho (RJ). **Horizontes Antropológicos**, v. 24, n. 50, p. 145-180, 2018.

LISBOA, Armando de Melo. De América a Abya Yala: semiótica da descolonização. **R. Educ. Públ**, p. 501-531, 2014.

LOPES, D. A.; PRATES, A. M. M. C. Feminização da pobreza: relações de gênero, racismo e trabalho. **MULHERES EM SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADES**, p. 72, 2021.

LORDE, Audre. **Sister outsider: Essays and speeches**. Crossing Press, 2012.

LUGONES, María. **Pilgrimages/Peregrinajes: Theorizing Coalition against Multiple Oppressions**. Lanham, Md: Rowman & Littlefield, 2003.

LUGONES, María. Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System. **Hypatia**, v. 22, n. 1, p. 186-209, 2007.

LUGONES, María. **Colonialidad y Género**. Tabula Rasa, Bogotá, Colombia, n. 9, p.73-101, 2008.

LUGONES, María. Hacia un feminismo descolonial. **La manzana de la discordia**, v. 6, n. 2, p. 105-119, 2011.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

LUGONES, María. **Colonialidade e gênero**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 51-81.

MAFFEZZOLLI, Eliane Cristine F.; BOEHS, Carlos Gabriel Eggerts. Uma reflexão sobre o estudo de caso como método de pesquisa. **Revista da FAE**, v. 11, n. 1, 2008.

MAIA, Fernando Joaquim Ferreira; FARIAS, Mayara Helenna Veríssimo de. Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América. **Interações (Campo Grande)**, v. 21, p. 577-596, 2020.

MALDONADO-TORRES, Nelson. On the Coloniality of Human Rights. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 114, p. 117-136, 2017.

MANZI, Maya; ANJOS, Maria Edna dos Santos Coroa dos. O corpo, a casa ea cidade: territorialidades de mulheres negras no Brasil. **revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 23, p. 202132, 2021.

MARIETTO, Marcio Luiz. Observação participante e não participante: contextualização teórica e sugestão de roteiro para aplicação dos métodos. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, v. 17, n. 4, p. 05-18, 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas 1845- 1846, São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Grundrisse**: Manuscritos econômicos de 1857- 1858 Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política, livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MBEMBE, Achile. **Necropolítica**. Espanha: Ed. Melusina, 2011.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1, 2018.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Tradução: Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. 2º ed. Rio de Janeiro: editora Paz e Terra, 1977. 133 p.

MESGRAVIS, Laima. **História do Brasil Colônia**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, Petrópolis, 2007.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. Hacia la construcción de la historia de un (des) encuentro: la razón feminista y la agencia antirracista y decolonial en Abya Yala. **Revista Praxis**, n. 76, p. 1-14, 2017.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. Sobre por que é necessário um feminismo decolonial: diferenciação, dominação coconstitutiva da modernidade ocidental. **Masp Afterall**, v. 8, p. 1-12, 2020.

MIGNOLO, Walter D. 2005. **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade**. In: Edgardo Lander (ed.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, jun. 2017, p.1-18.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MNCR, Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. **Mulheres são maioria entre Catadores de Materiais Recicláveis, 2014**. Disponível em: <https://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas> Acessado em: 25 out. 2022.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. São Paulo. Editora Ática, 1989.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. **Revista Princípios, São Paulo**, v. 34, p. 28-38, 1994.

MOURA, Clóvis. A quilombagem como expressão de protesto radical. In: MOURA, Clóvis (org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001.

MOURA, Clóvis. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?**. Dandara Editora, 2021.

MUNIZ, Vik. **Lixo Extraordinário**. Rio de Janeiro: G. Emarkoff, 2010.

MUSSI, Daniela; GOÉS, Camila. Antonio Gramsci no centro e na periferia: notas sobre hegemonia e subalternidade. **International Gramsci Journal**, v. 2, n. 1, p. 271-328, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Editora Perspectiva SA, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 259-263, 2019.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. Editora Letramento, 2019.

NEGRÃO, Ana Gomes; SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da; ARAÚJO, Maria Laura Vasconcelos; MEDEIROS, Luana Stephanie de. **O caminhar não é neutro! Investigações sobre critérios de deslocamento pela perspectiva de gênero**. In: NEGRÃO, Ana Gomes; CANOVA, César Renato; CASTOR, Dimitri Costa; SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da (Orgs.). *Lugares e suas interfaces intraurbanas: qualidade de sistemas urbanos e edificados*. João Pessoa/PB: Estúdio Borandá, 2023. p. 310-332. 444p.: il.

NEVES, Lino João de Oliveira. A necessária desconstrução da colonialidade nas Amazônias e nas Américas. **Textos e Debates**, v. 2, n. 27, 2015.

NIXON, Rob. **Slow Violence and the Environmentalism of the Poor**. Harvard University Press, 2011.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. Cor e inconsciente. In: KON, Noemi M.; SILVA, Maria Lucia; ABUD, Cristiane C. (Org.). **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei; PASSOS, Rachel Gouveia. A divisão sociossexual e racial do trabalho no cenário de epidemia do covid-19: considerações a partir de Heleith Saffioti. **Caderno crh**, v. 33, p. e020029, 2021.

NUNES, Nilza Rogéria de Andrade. Mulher de favela: interseccionalidades e territorialidades. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 19, n. 47, 2021.

OLIVA, Victoria Ferreira. DO CORPO-ESPAÇO AO CORPO-TERRITÓRIO: o que a Geografia Feminista tem a dizer?. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 8, n. 17, pp. 165-187, jul. 2022

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica**. Dandara Editora, 2021.

OSORIO, Rafael Guerreiro. **A desigualdade racial no Brasil nas três últimas décadas**. Texto para Discussão, No. 2657, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2021.

OYĒWÙMÍ, Oyeronke. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas**. *Codesria Gender Series*, n. 1, p. 1-8, 2004.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. **What gender is motherhood?: Changing Yoruba ideals of power, procreation, and identity in the age of modernity**. Springer, 2016.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2021.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad y Modernidad/Racionalidad**. In: *Perú Indígena*, 13(9), 1992, p. 11-20.

QUIJANO, Aníbal. **A Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder y clasificación social**. In: QUIJANO, Aníbal. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

PAIVA, Adriana Borges de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago; HIILESHEIM, Mara Cristina Piolla. Análise de conteúdo: uma técnica de pesquisa qualitativa. **Revista Prisma**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 16-33, 2021.

PALMEIRA, Lana Lisiêr de Lima; CORDEIRO, Carla Priscila; PRADO, Edna Cristina do. A análise de conteúdo e sua importância como instrumento de interpretação de dados qualitativos nas pesquisas educacionais. **Cadernos de Pós-graduação**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 14-31, jan./jun. 2020.

PALÚ, Janete; PETRY, Oto João. Análise de conteúdo como contribuição metodológica para a pesquisa no campo da política e gestão da educação. **Revista Imagens da Educação**, v. 12, n. 3, p. 146-171, jul./set. 2022.

PEREIRA, Cassio Expedito Galdino. Mapas e docilidade dos corpos-territórios: redesenhando o espaço agrário do Cariri cearense. **Revista Rural & Urbano**, v. 7, n. 2, p. 78-100, 2022.

PRADO, Marcos. **Jardim Gramacho**. Rio de Janeiro: Argumento, 2004. 132 p. ISBN 8588763052.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras em movimento: criações individuais e coletivas por vidas com dignidade e direitos. **Práxis Educativa**, v. 17, 2022.

ROSA, W. Sexo e cor: categorias de controle social e reprodução das desigualdades socioeconômicas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 03, p. 889-899, 2009.

- RUFINO, Luiz; DE MIRANDA, Marina Santos. Racismo religioso. **Problemata: Revista Internacional de Filosofia**, v. 10, n. 2, p. 229-242, 2019.
- SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. Ministério Público do Estado da Bahia, 2004.
- SANTANA, Ariane Teixeira de et al. Racismo obstétrico, um debate em construção no Brasil: percepções de mulheres negras sobre a violência obstétrica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, p. e09952023, 2024.
- SANTOS, Milton. et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed., 2. Reimpr. São Paulo: EDUSP, 2012. (Coleção Milton Santos; 7).
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2014.
- SANTOS, Luana Martins. **O legado do encerramento do lixão de Gramacho: análise a partir do trabalho das ONG's e seus rebatimentos no território**. 2021. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, 2021.
- SAQUET, Marcos Aurelio; BRISKIEVICZ, Michelle. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 31, p. 3-16, 2009.
- SCHÜTZE, Fritz. **Pesquisa biográfica e entrevista narrativa**. In: WELLER, W.; PFAFF, N. (Org.). Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática. Petrópolis: Vozes, 2013.
- SEGATO, Rita Laura. **Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial**. *E-Cadernos CES*, n. 18, p. 106-131, 2012.
- SEGATO, Rita. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 29, Número 2, maio/agosto 2014.
- SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda**. Bazar do tempo, 2021.
- SILVEIRA, L. A.; RIBEIRO, M. Â. C. Situando Duque de Caxias no contexto metropolitano da Baixada Fluminense: de cidade-dormitório a cidade plena. **Revisitando o Território Fluminense VI**, v. 6, p. 209-258, 2017.
- SINGER, A. et al. **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. Boitempo Editorial, 2016.
- SIQUEIRA, Dirceu Pereira; WOLOWSKI, Matheus Ribeiro de Oliveira. COOPERATIVAS DE RECICLAGEM COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DA PERSONALIDADE: UMA BREVE PERPECTIVA BRASILEIRA E MUNDIAL. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 15, n. 44, p. 225-245, 2023.
- SOARES, Maria Raimunda Penha. Territórios insurgentes: a tecitura das lutas e das resistências de mulheres quilombolas. **Revista Katálysis**, v. 24, n. 3, p. 522-531, 2021.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Bertrand Brasil, 2007.
- SOUSA, José Raul; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e fazer. **Pesquisa e Debate em**

**Educação**, Juiz de Fora, UFJF, v. 10, n. 2, p. 1396-1416, jul./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **The Spivak Reader: Selected Works of Gayatri Chakravorty Spivak**. Routledge, 1996.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar**. UFMG, 2010.

SPERRHAKE, Renata; TRAVERSINI, Clarice. Os critérios do Censo produzindo estatísticas de alfabetização: gerenciar o risco e inventar pessoas. **Estatística e Sociedade**, n. 2 (2012), 2012.

SUPERVIA. Sítio eletrônico. **Estação Saracuruna**. Disponível em: <https://www.supervia.com.br/pt-br/estacao/saracuruna>. Acesso em: 26 set. 2024.

TEMPESTA, Giovana Acacia; ENEILE, Morgana. Racismo obstétrico: a política racial da gravidez, do parto e do nascimento. **Amazônica-Revista de Antropologia**, v. 12, n. 2, p. 751-778, 2020.

THEODORO, Mário. **A sociedade desigual: racismo e branquitude na formação do Brasil**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Tradução de Elia Ferreira Edel. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Cidade, vulnerabilidade e território. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, n. 7, 2010.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Ubu Editora, 2020.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno**. Vol. I: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Afrontamento, 1974.

WALSH, Catherine. Lo pedagógico y lo decolonial: Entretejiendo caminos. In: WALSH, Catherine (org.). **Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo 1. Serie Pensamiento Decolonial. Quito-Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013. p. 23-68.

WELLER, Wivian; OTTE, Janete. Análise de narrativas segundo o método documentário: exemplificação a partir de um estudo com gestoras de instituições públicas. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 2, p. 325-340, 2014.

WIRTH, Isabel Garcia. **As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem: um caminho para a construção da autogestão**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

ZANELATTO, J. H.; MAGNUS, L. C. A REVISTA VEJA NA DESCONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF: O Processo de construção do golpe no Brasil em 2016. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 17, n. 33, 2023.

## Apêndice 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezada(o) participante,

Em atendimento as normas e rigor das resoluções nº 466/12 e nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que tratam da regulação de pesquisas envolvendo seres humanos, visando ao seu comprometimento ético para com todos os sujeitos e instituições a serem analisadas, você está sendo convidada(o) a participar da pesquisa intitulada: **“Mulheres e Resíduos: A divisão sexual do trabalho no contexto de Jardim Gramacho”**, desenvolvida por Bárbara Oliveira de Moraes discente do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, sob orientação da Professora Doutora Valéria Pereira Bastos, como parte integrante da construção da sua Tese de Doutorado.

A pesquisa será iniciada após a aprovação do presente termo pela Câmara de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CEPq). Com isso, a pesquisa de campo se dará entre os meses de maio a dezembro.

O objetivo do estudo é analisar, a partir de uma perspectiva interseccional, as razões que levaram as mulheres em Jardim Gramacho a atuarem como catadoras, considerando a influência do território como espaço de trabalho e moradia para a construção de suas trajetórias de vida e do trabalho com resíduos. E de forma específica, (i) compreender como o fator intergeracional influencia na trajetória de vida da mulher que atua com materiais recicláveis; (ii) identificar como as catadoras interpretam o trabalho que executam através de sua relação com o território; (iii) investigar os elementos associados às relações que se estabelecem nas condições de trabalho e moradia das catadoras que atuam em Jardim Gramacho.

Como metodologia, a pesquisa será realizada no território de Jardim Gramacho, tendo como *corpus* analítico a pesquisa bibliográfica e documental, observação não-participante, questionário, entrevistas narrativas e semiestruturada.

RÚBRICA DA(O) PARTICIPANTE DA PESQUISA

RÚBRICA DA PESQUISADORA

Pretende-se captar via entrevistas, num processo atento de escuta, a trajetória de vida de catadoras que atuam/atuaram em Jardim Gramacho desde 1975, viabilizando-se a dinâmica de suas experiências do trabalho, a partir da relação estabelecida com o território.

A escolha das participantes será feita a partir das indicações realizadas através da rede de contato do GRIPES e outros parceiros como as Associações e Cooperativas de Reciclagem presentes em Jardim Gramacho, a Associação dos Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, o Fórum Comunitário de Jardim Gramacho, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e a Unidade de Saúde da Família (USF) tendo em vista os objetivos da pesquisa que é o de acessar mulheres que atuam/atuaram em Jardim Gramacho desde 1975 como catadoras.

Em relação às formas de registros, independentemente de seu formato serão preservadas as identidades dos(as) participantes, pois quando citadas no estudo, serão identificadas por codificação que desconfigurará seus nomes como forma de garantir o sigilo das identidades.

Aos participantes respondentes e voluntários, terão todas e quaisquer formas de esclarecimentos. Caso haja dúvidas e desejem informações sobre a pesquisa, o tema pesquisado, bem como referente à metodologia da pesquisa adotada, a todo e qualquer momento poderão retirá-las.

Destaca-se que as informações obtidas nas entrevistas serão utilizadas para fins acadêmicos, resguardando-se todas as informações pessoais que possam identificar as respondentes, garantindo assim total sigilo em relação a sua identidade. Essas informações, fornecidas durante a entrevista, serão utilizadas apenas para fins de análise dos dados da pesquisa, considerando que os resultados poderão ser socializados em artigos acadêmicos em periódicos e/ou comunicações em eventos científicos como subsídios.

As entrevistas serão gravadas e quando necessário serão feitos apontamentos também por escrito. Após sua autorização será feita a transcrição e esses dados obtidos ficarão arquivados, sob a responsabilidade da

RÚBRICA DA(O) PARTICIPANTE DA PESQUISA

RÚBRICA DA PESQUISADORA

pesquisadora, por um período de 5 anos, sendo destruídos decorridos o prazo indicado.

A sua participação nesta pesquisa é voluntária e livre de qualquer forma de remuneração, e você tem o direito de se recusar ou desistir de participar a qualquer momento, não tendo nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Sendo assim, não terá nenhum ganho direto ao participar desta pesquisa, ou seja, não haverá pagamento ou outro tipo de recompensa.

Quanto aos riscos, poderá ser considerada a existência de riscos psicológicos, pois durante as entrevistas você poderá sentir algum desconforto emocional ao tratar sobre temas que lhe resgatem a história de sua vida e do seu trabalho, mas lhe será reservado o direito de não responder qualquer pergunta que lhe gere desconforto assim como em qualquer tempo poderá desistir de colaborar com a pesquisa.

Os benefícios da pesquisa são indiretos e estão relacionados ao fato de que os resultados poderão ajudar a aumentar a visibilidade sobre o trabalho feminino na catação em Jardim Gramacho. Outro benefício é que sua participação nesta pesquisa contribuirá na ampliação da reflexão e do aprimoramento profissional tanto da pesquisadora, como de pesquisadores e estudantes interessados pela temática.

A qualquer momento, durante ou posteriormente poderá ser solicitada informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

Realçamos que mesmo tendo tomado todas as providências cabíveis na pesquisa, visando a proteção das participantes, caso alguma participante demonstre qualquer tipo de sofrimento, a pesquisadora irá realizar uma acolhida e irá realizar encaminhamento para os serviços disponíveis no território, visando a redução dos danos a participante.

Quando esta pesquisa estiver concluída, você terá livre acesso aos resultados, que poderão ser obtidos na Tese de Doutorado, intitulada “**Mulheres e Resíduos: A divisão sexual do trabalho no contexto de Jardim Gramacho**”,

RÚBRICA DA(O) PARTICIPANTE DA PESQUISA

RÚBRICA DA PESQUISADORA

de autoria da pesquisadora Bárbara Oliveira de Moraes, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Valéria Pereira Bastos. Os resultados finais da pesquisa serão encaminhados para todos os participantes da pesquisa para que tenham conhecimento do trabalho realizado e dos resultados publicados. O contato será feito pela pesquisadora responsável Bárbara Oliveira de Moraes para apresentação dos dados finais do trabalho.

O termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi redigido em duas vias, e quando assinados, uma via fica com a pesquisadora e você receberá a outra via do documento, onde constam os contatos da pesquisadora, da orientadora e da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio.

Me comprometo a esclarecer qualquer dúvida sobre esta pesquisa e sua participação, agora ou em qualquer momento, seja por contato telefônico ou virtual. Ressaltamos que o projeto passou por apreciação da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio, que tem como atribuição analisar do ponto de vista ético, os projetos de pesquisa dos professores, pesquisadores e discentes da Universidade e que você poderá ter acesso a este Registro de Consentimento sempre que solicitado.

Eu,

\_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar voluntariamente desta pesquisa. Informo que li e entendi todas as informações referentes a este estudo e que todas as minhas perguntas foram adequadamente respondidas pela equipe da pesquisa.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura da(o) participante)

\_\_\_\_\_  
Pesquisadora: Bárbara Oliveira de Moraes

- Autorizo a gravação da entrevista.  
 Autorizo o registro de imagem por foto/ filmagem  
 Não autorizo a gravação da entrevista nem o registro de imagem por foto/ filmagem

RÚBRICA DA(O) PARTICIPANTE DA PESQUISA

RÚBRICA DA PESQUISADORA

**Contatos:**

Doutoranda Bárbara Oliveira de Moraes. Telefone: (21) 98694-5679. E-mail: bomorais@gmail.com.

Orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Valéria Pereira Bastos Coordenadora do Departamento de Serviço Social da PUC – Rio. Telefone: (21) 3527-1290. E-mail: vbastos@puc-rio.br.

Câmara de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CEPq). Telefone: (21)3527-1618. Localizado na Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos, à Rua Marquês de São Vicente, 225 – Prédio Kennedy, 2º andar, Gávea, Rio de Janeiro – RJ, BRASIL.

RUBRICA DA(O) PARTICIPANTE DA PESQUISA

RUBRICA DA PESQUISADORA

## Apêndice 2 - Termo de Autorização de Imagem

Eu, abaixo assinada(o) e identificada(o), **AUTORIZO** expressamente o uso de minha imagem e voz, constante em fotos e filmagens decorrentes da minha participação na tese de doutorado intitulada “**Mulheres e Resíduos: A divisão sexual do trabalho no contexto de Jardim Gramacho**”, desenvolvida por Bárbara Oliveira de Moraes discente do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, sob orientação da Professora Doutora Valéria Pereira Bastos, como parte integrante da construção da sua Tese de Doutorado.

A presente autorização é concedida a título definitivo e gratuito, em todo o território nacional e/ou no exterior, em todo e qualquer veículo ou meio de comunicação, em exposições públicas e/ou privadas. Além disso, poderei recusar-me a sair em fotografias ou participar de filmagens sempre que quiser.

Poderei, ainda, retirar meu consentimento em qualquer fase do processo até o momento de publicação ou exposição das imagens, que serão previamente disponibilizadas para minha revisão.

Os dados serão armazenados em local seguro. As pesquisadoras deste projeto têm a responsabilidade última sobre a integridade do conjunto de dados e pela sua preservação.

Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos a minha imagem e voz ou qualquer outro.

(Local), (data) de (mês) de (ano).

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Email: \_\_\_\_\_

Telefones: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

RÚBRICA DA(O) PARTICIPANTE DA PESQUISA

RÚBRICA DA PESQUISADORA

### Apêndice 3 – Roteiro de Questionário para as Catadoras

Este é um breve questionário com o intuito de compreender o perfil das catadoras que participaram da entrevista. O preenchimento do questionário poderá ser no início ou no final do encontro.

Todas as informações serão utilizadas somente para os fins de pesquisa acadêmica. Seus dados pessoais ou qualquer informação que possa identificá-la serão resguardadas, garantindo o absoluto sigilo quanto a sua identidade.

Os resultados serão apresentados em conjunto, não sendo possível identificar quem participou da pesquisa. As informações que você der serão utilizadas apenas nesta pesquisa. Quando o estudo estiver concluído, você terá livre acesso aos seus resultados, que poderão ser obtidos na tese de doutorado cujo título será “Mulheres e Resíduos: A divisão sexual do trabalho no contexto de Jardim Gramacho”, elaborada pela pesquisadora Bárbara Oliveira de Moraes, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Valéria Pereira Bastos.

Nome:

Idade:

Em relação a sua cor/raça, como você se identifica? ( ) Branca ( ) Parda ( ) Preta

Há quanto tempo trabalha e/ou reside em JG?

Se residir em JG, mora em que região do sub-bairro?

Atua em uma cooperativa ou associação? Se positivo, qual? E há quanto tempo?

Como a família está estruturada (membros que a compõem)? É chefe de família?

Antes de trabalhar com resíduos atuou em outra área? Se sim, qual?

Até que série estuda(ou)? Se interrompeu os estudos, qual(is) a(s) razão(ões)?

Utiliza de algum programa de distribuição de renda (Programa Bolsa família (PBF), Benefício de Prestação Continuada (BPC) e outros)?

#### ***Aspectos pessoais da entrevistada:***

1. Me conte um pouco sobre a sua história com a catação, os aspectos mais relevantes para você sobre essa história. Desde quando se iniciou e em como você percebe o trabalho que realiza?

Apontamentos sobre sua trajetória pessoal e as relações da catação nesse processo.

2. Me conte um pouco da história da sua família com a catação, há relação entre o trabalho com resíduos e a influência familiar? Que influências são marcantes para você a esse respeito?

Apontamentos sobre trajetória familiar e as relações da catação nesse processo.

3. Me conte um pouco sobre a sua história com JG. Desde quando mora e/ou trabalha aqui?

Apontamentos sobre a relação com o território.

4. Me conte um pouco sobre suas recordações de como era JG na época do funcionamento do AMJG. Que lembranças são marcantes para você?

Apontamentos sobre a influência do AMJG na trajetória de vida da entrevistada.

3. Me conte um pouco sobre suas recordações de como foi o fechamento do AMJG. Que lembranças são marcantes para você nesse fechamento e pós?

Apontamentos sobre a influência do fechamento e pós-fechamento do AMJG na trajetória de vida da entrevistada.

4. Como você caracteriza o trabalho executado na época de funcionamento do AMJG e o que é realizado hoje? Que diferenças são marcantes para você?

Visão de como a entrevistada enxerga as alterações em sua relação de trabalho com resíduos entre os períodos.

5. Para você, o trabalho com materiais recicláveis quando realizado por homens e mulheres apresentam diferenças? Me conte um pouco sobre alguma situação que possa exemplificar essa diferença/indiferença tanto na época de funcionamento quanto no trabalho que é realizado hoje.

Visão sobre o trabalho feminino em comparação ao masculino.

6. Qual a sua opinião sobre o trabalho realizado em associações e cooperativas? Me conte um pouco sobre que aspectos são marcantes para você acerca do trabalho desenvolvido nesses espaços.

Apontamentos sobre visibilidade do trabalho coletivo/individual.

7. Como você observa o trabalho realizado por mulheres dentro e fora desses espaços (cooperativas e associações)? Que diferenças são marcantes para você em questões de reconhecimento do trabalho?

Apontamentos sobre visibilidade, renda e condições de trabalho.

8. Na sua opinião qual a relação entre trabalhar e morar em JG? Que aspectos são importantes para você a esse respeito?

Apontamentos sobre a influência do território.

9. Na sua opinião, trabalhar e/ou morar em JG influenciou na sua trajetória de vida? Me conte um pouco sobre alguma situação que possa exemplificar, por favor.

Apontamentos sobre a influência do território.

10. Na sua opinião há dificuldades e/ou vantagens de se morar e trabalhar em JG? Me conte um pouco sobre alguma situação que possa exemplificar, por favor.

Apontamentos sobre a influência do território no trabalho e vida da entrevistada.

11. Na sua opinião, como trabalhar com resíduos (em JG) impactou a sua vida? Que aspectos são marcantes para você a esse respeito?

Apontamentos sobre a influência do território no trabalho da entrevistada.

12. Como você se sente em relação a sua história (em JG) e o trabalho que você desempenha(ou) com resíduos? Me conte um pouco sobre alguma situação que possa exemplificar, por favor.

Apontamentos sobre a influência do território na história de vida e no trabalho da entrevistada.

13. Na sua opinião há relação entre o trabalho com resíduos e a mudança de sua condição de vida? Que aspectos são marcantes para você ao refletir sobre seu trabalho com resíduos?

Apontamentos sobre a influência do trabalho na catação com a história de vida da entrevistada.

14. Como é seu relacionamento com outras catadoras em JG? Há atividades que oportunizem ajuda, solidariedade e movimento de articulação entre vocês? Me conte um pouco sobre alguma situação que possa exemplificar, por favor.

Apontamentos sobre liderança feminina e articulação para reconhecimento do trabalho desempenhado pelas entrevistadas.

## **Apêndice 4 – Roteiro de Entrevista com Assistente Social do CRAS de Jardim Gramacho**

### ***Perguntas de aproximação (quebra gelo):***

Nome:

Idade:

Em relação a sua cor/raça, como você se identifica? ( ) Branca ( ) Parda ( ) Preta

Há quanto tempo trabalha no CRAS de Jardim Gramacho?

Qual cargo ocupa?

### ***Percepções sobre acesso das Catadoras ao CRAS:***

1. Quem é o público que comumente procura atendimento no CRAS em JG, homens ou mulheres? Que aspectos são marcantes para você a esse respeito?

Compreender quem são e como se dá a busca pelo atendimento do CRAS em JG, visando identificar as questões de gênero nesse processo.

2. Em relação a cor/raça, como se dá a proporção de atendimentos buscados/realizados no CRAS em JG? Há demandas que são mais requeridas pela população negra? Me conte um pouco sobre alguma situação que possa exemplificar, por favor.

Compreender quem são e como se dá a busca pelo atendimento do CRAS em JG, visando identificar as questões de raça nesse processo.

3. Que tipos de serviços são mais procurados no atendimento realizado pelo CRAS em JG? Me conte um pouco sobre alguma situação que possa exemplificar, por favor.

Compreender os atendimentos mais prestados no CRAS em JG.

4. Há algum tipo de serviço que seja mais recorrente ao ser demandado por mulheres? Que aspectos são marcantes para você a esse respeito?

Compreender as demandas mais recorrentes das mulheres que buscam atendimento no CRAS em JG.

5. Em relação a presença feminina na busca por atendimento, há um mapeamento do perfil das mulheres que utilizam do serviço do CRAS em JG? Que aspectos são marcantes para você a esse respeito?

Identificar se o CRAS tem ações específicas voltadas para mulheres nesse território, a partir do perfil de acesso e demandas pelos serviços ofertados.

6. Como se dá as aproximações com grupos específicos que moram e trabalham em JG, tal como catadores e catadoras de materiais recicláveis? Há demandas

que são mais recorrentes quando se relacionam a esses grupos? Que aspectos são marcantes para você a esse respeito?

Identificar se o CRAS tem ações específicas voltadas para quem atua na catação nesse território, a partir do perfil de acesso e demandas pelos serviços ofertados.

7. É possível mensurar quais são as demandas mais recorrentes das mulheres que atuam ou atuaram na catação em JG e que procuram atendimento no CRAS? Me conte um pouco sobre alguma situação que possa exemplificar, por favor.

Compreender as demandas mais recorrentes das mulheres que atuam e/ou atuaram na catação e que buscam atendimento no CRAS em JG.

8. Em relação ao cadastro de catadores e catadoras no Cadastro Único (CadÚnico), há alguma ação específica referente a ações com esses grupos?

Identificar ações específicas do CRAS para esses grupos, uma vez que são prioridades e podem receber, de forma concomitante, vários benefícios assistenciais do Governo Federal, independente da renda.

9. Como se dá por parte do CRAS, o diagnóstico sobre a situação social dos catadores e catadoras bem como de suas famílias? Há algum trabalho específico que foi ou está sendo desenvolvido para/com esses grupos?

Compreender o papel do CRAS no diagnóstico da situação social dos envolvidos com catação em JG.

## **Apêndice 5 – Roteiro de Entrevista com Equipe Técnica USF Jardim Gramacho**

### ***Perguntas de aproximação (quebra gelo):***

Nome:

Idade:

Em relação a sua cor/raça, como você se identifica? ( ) Branca ( ) Parda ( ) Preta

Há quanto tempo trabalha na USF de Jardim Gramacho?

Qual cargo ocupa?

### ***Percepções sobre acesso das Catadoras a USF:***

1. Quem é o público que comumente procura atendimento na USF em JG, homens ou mulheres? Que aspectos são marcantes para você a esse respeito?

Compreender quem são e como se dá a busca pelo atendimento da USF em JG, visando identificar as questões de gênero nesse processo.

2. Em relação a cor/raça há como mensurar como se dá essa proporção? Há demandas que são mais requeridas pela população negra? Me conte um pouco sobre alguma situação que possa exemplificar, por favor.

Compreender quem são e como se dá a busca pelo atendimento da USF em JG, visando identificar as questões de raça nesse processo.

3. Que tipos de serviços são mais procurados no atendimento realizado pela USF em JG? Me conte um pouco sobre alguma situação que possa exemplificar, por favor.

Compreender os atendimentos mais prestados na USF em JG.

4. Há algum tipo de serviço que seja mais recorrente ao ser demandado por mulheres? Me conte um pouco sobre alguma situação que possa exemplificar, por favor.

Compreender as demandas mais recorrentes das mulheres que buscam atendimento na USF em JG.

5. Em relação a presença feminina na busca por atendimento, há um mapeamento do perfil das mulheres que utilizam do serviço da USF em JG? Que aspectos são marcantes para você a esse respeito?

Identificar se a USF tem ações específicas voltadas para mulheres nesse território, a partir do perfil de acesso e demandas pelos serviços ofertados.

6. Como se dá as aproximações com grupos específicos que moram e trabalham em JG, tal como catadores e catadoras de materiais recicláveis? Há demandas

que são mais recorrentes quando se relacionam a esses grupos? Que aspectos são marcantes para você a esse respeito?

Identificar se a USF tem ações específicas voltadas para quem atua na catação nesse território, a partir do perfil de acesso e demandas pelos serviços ofertados.

7. É possível mensurar quais são as demandas mais recorrentes das mulheres que atuam ou atuaram na catação em JG e que procuram atendimento na USF? Me conte um pouco sobre alguma situação que possa exemplificar, por favor.

Compreender as demandas mais recorrentes das mulheres que atuam e/ou atuaram na catação e que buscam atendimento na USF em JG.

8. Há o acompanhamento da saúde das famílias que sobrevivem da catação em JG? Como se dá a avaliação integral da saúde desses grupos e de suas famílias?

Compreender o papel da USF na atenção à saúde dos catadores e catadoras, tal como de suas famílias em JG.

## **Apêndice 6 – Roteiro de Entrevista com Integrantes do Fórum Comunitário de Jardim Gramacho**

### ***Perguntas de aproximação (quebra gelo):***

Nome:

Idade:

Em relação a sua cor/raça, como você se identifica? ( ) Branca ( ) Parda ( ) Preta

Há quanto tempo atua no Fórum Comunitário de Jardim Gramacho?

Qual cargo ocupa?

### ***Percepções sobre acesso das Catadoras ao Fórum:***

1. Quando e há quanto tempo o Fórum Comunitário de Jardim Gramacho foi fundado? Quantas pessoas fazem parte desse grupo? Me conte um pouco sobre o propósito de sua criação e de seu funcionamento, por favor.

Compreender a relevância do funcionamento do Fórum Comunitário para JG.

2. Quem é o público que compõe em sua maioria o Fórum, homens ou mulheres? Em relação a cor/raça há como mensurar como se dá essa proporção? Me conte um pouco sobre alguma situação que possa exemplificar, por favor.

Compreender quem faz parte do Fórum, visando identificar as questões de gênero e raça nesse processo.

3. Em relação a presença feminina no Fórum Comunitário, como se dá a divisão por cargos e a participação das mulheres nas pautas? Que aspectos são marcantes para você a esse respeito?

Identificar a presença feminina em cargos de liderança no Fórum Comunitário e de como as pautas são trabalhadas.

4. Em relação ao fechamento do AMJG e a configuração territorial, que tipos de mudanças é possível destacar de 2012 até agora? Que mudanças foram significativas nos últimos dez anos e que podem ser evidenciadas através da participação do Fórum?

Resgate histórico através do olhar do Fórum Comunitário referente aos últimos dez anos de JG, com a oportunidade de menção as deliberações atendidas ou não pela comunidade desde o fechamento.

5. Tendo grupos específicos como catadores e catadoras de materiais recicláveis que ainda atuam em JG, como se configura a relação do Fórum com esses trabalhadores? Há demandas que são mais recorrentes quando se relacionam a esses grupos? Que aspectos são marcantes para você a esse respeito?

Identificar a relação do Fórum com profissionais da catação em JG.

6. Há lideranças femininas que são oriundas da catação atuando em cargos no Fórum? É possível mensurar quantas e quem são essas mulheres?

Identificar a participação feminina em cargos de liderança no Fórum, inclusive para potencial aproximação com essas mulheres para compor a pesquisa.

7. Na sua opinião, qual o papel do Fórum para que pautas referentes ao trabalho feminino, principalmente da atividade da/na/com catação sejam debatidas em JG? Me conte um pouco sobre alguma situação que possa exemplificar, por favor.

Compreender como o Fórum se coloca na proposição de pautas voltadas ao trabalho feminino com catação em JG.

## Anexo 1 – Aprovação da Pesquisa pela Câmara de Ética

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO



### CÂMARA DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUC-RIO

Parecer da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio 23-2023 – Protocolo 15-2023

Proposta: SGO 458544

A Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio foi constituída como uma Câmara específica do Conselho de Ensino e Pesquisa conforme decisão deste órgão colegiado com atribuição de avaliar projetos de pesquisa do ponto de vista de suas implicações éticas.

#### Identificação:

**Título:** "Mulheres e Resíduos: A divisão sexual do trabalho no contexto de Jardim Gramacho" (Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

**Autora:** Bárbara Oliveira de Moraes (Doutoranda do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

**Orientadora:** Valéria Pereira Bastos (Professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

**Apresentação:** Pesquisa qualitativa que visa analisar, de uma perspectiva interseccional, as razões que levaram as mulheres em Jardim Gramacho a atuarem como catadoras, considerando a influência do território como espaço de trabalho e moradia para construção de suas trajetórias de vida e do trabalho com resíduos. O estudo abrangerá análise de documentos, observação não participante, aplicação de questionário e entrevista semiestruturada e narrativa. Prevê abordar mulheres catadoras que atuaram no Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (década de 1975 até seu fechamento em 2012) e atuam até o presente, representantes das diversas décadas desse período. Ainda, prevê entrevistar a assistente social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Jardim Gramacho, membros da equipe Técnica da Unidade de Saúde de Família Jardim Gramacho, representantes do Fórum Comunitário Jardim Gramacho.

**Aspectos éticos:** O projeto e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentados estão de acordo com os princípios e valores do Marco Referencial, Estatuto e Regimento da Universidade no que se refere às responsabilidades de seu corpo docente e discente. O Termo expõe com clareza os objetivos da pesquisa e os procedimentos a serem seguidos. Garante o sigilo e a confidencialidade dos dados coletados. Informa sobre a possibilidade de interrupção na pesquisa sem aplicação de qualquer penalidade ou constrangimento.

**Parecer:** Aprovado.

Profa. Marley Maria Bernardes Rebuszi Velasco  
Presidente do Conselho de Ensino e Pesquisa da PUC-Rio

Profª Ilda Lopes Rodrigues da Silva  
Coordenadora da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio

Rio de Janeiro, 20 de março de 2023

Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos  
Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio – CEPq/PUC-Rio  
Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea - 22453-900  
Rio de Janeiro - RJ - Tel. (021) 3527-1612 / 3527-1618  
e-mail: [vrac@puc-rio.br](mailto:vrac@puc-rio.br)